

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 14ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a obter informações de representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IF Sul de Minas – sobre a gestão e atuação desses órgãos no combate à pandemia de covid-19
- 1.2 – 16ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a debater e obter informações do Sr. Antonio Jorge de Souza Marques sobre questões relacionadas à pandemia de covid-19
- 1.3 – 17ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de covid-19
- 1.4 – 20ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.5 – Comissão

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/5/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Unai Tupinambás – Palavras do Sr. Rômulo Paes de Sousa – Palavras do Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – Palavras da Sra. Daniela de Britto Pereira – Solicitação da deputada Beatriz Cerqueira; Homenagem Póstuma – Palavras da deputada Beatriz Cerqueira – Debates; solicitação do deputado Coronel Sandro; Homenagem Póstuma; debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor

Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a obter informações de representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IF Sul de Minas – sobre a gestão e atuação desses órgãos no combate à pandemia de covid-19.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Daniela de Britto Pereira, gerente de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; o Exmo. Sr. Unai Tupinambás, professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e a Exma. Sra. deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, aos quais agradecemos, de maneira especial, a disponibilidade de se deslocarem até esta Casa. Registramos e agradecemos a presença, por via remota, dos Exmos. Srs. Rômulo Paes de Sousa, pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; e Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, professor coordenador do Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental – Geplan –, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IF Sul de Minas.

Registro também e agradeço a presença de vários parlamentares, a maioria por via remota: Agostinho Patrus; Alencar da Silveira Junior; Ana Paula Siqueira, André Quintão; Andréia de Jesus; Antonio Carlos Arantes, que sou eu; Arlen Santiago; Bartô; Beatriz Cerqueira, que está aqui conosco; Betão; Betinho Pinto Coelho; Bosco; Bráulio Braz; Bruno Engler; Carlos Henrique; Carlos Pimenta; Cássio Soares, Celinho Sintrocel; Celise Laviola; Charles Santos; Cleitinho Azevedo; Coronel Henrique; Coronel Sandro; Cristiano Silveira; Dalmo Ribeiro Silva; Delegada Sheila; Delegado Heli Grilo; Doorgal Andrada; Douglas Melo; Doutor Jean Freire; Doutor Paulo; Doutor Wilson Batista; Duarte Bechir; Elismar Prado; Fábio Avelar de Oliveira; Fernando Pacheco; Gil Pereira; Glaycon Franco; Guilherme da Cunha; Gustavo Mitre; Gustavo Santana; Gustavo Valadares; Hely Tarquínio; Inácio Franco; Ione Pinheiro; João Leite; João Magalhães; João Vítor Xavier; Laura Serrano; Leandro Genaro; Leninha; Léo Portela; Leonídio Bouças; Marília Campos; Mário Henrique Caixa; Marquinho Lemos; Mauro Tramonte; Neilando Pimenta; Noraldino Júnior; Osvaldo Lopes; Professor Cleiton; Professor Irineu; Professor Wendel Mesquita; Raul Belém; Roberto Andrade; Rosângela Reis; Sargento Rodrigues; Sávio Souza Cruz; Tadeu Martins Leite; Thiago Cota; Tito Torres; Ulysses Gomes; Virgílio Guimarães; Zé Guilherme; Zé Reis. Então, há 75 deputados presentes, a maioria por via remota.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência vai proceder aos esclarecimentos sobre a organização dos trabalhos. Os convidados disporão de 10 minutos cada um para as suas exposições. Logo após as apresentações, os membros efetivos da Comissão de Educação e o

presidente da Comissão de Saúde disporão de 5 minutos para fazerem seus questionamentos. Também, quando questionados, os convidados disporão de 5 minutos para as suas respostas.

Então, vamos iniciar com os nossos convidados. Com a palavra, para a sua exposição, o Sr. Unai Tupinambás.

Palavras do Sr. Unai Tupinambás

Muito obrigado, deputado Antonio. Primeiramente, queria agradecer o convite à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em nome da deputada Beatriz Cerqueira. É uma grande honra estar aqui, poder debater com vocês esse tema tão importante, tão sério, para o momento em que estamos vivendo de pandemia.

Queria também lembrar que, ontem – esse símbolo lembra –, atingimos a triste marca de mais de mil mortes, vítimas da Covid no Brasil. Vou tentar ser o mais objetivo possível. Este vai ser o nosso sumário da discussão sobre a pandemia da Covid. Lembro que sou professor da faculdade de medicina da UFMG e membro do Comitê de Enfrentamento da Prefeitura de Belo Horizonte e da UFMG.

Como a gente vai medir o risco de uma pandemia? Lembrando que esse novo agente infeccioso, da Covid, a Sars-CoV-2, teve uma quebra de barreira genética. Sempre que há uma quebra de barreira genética, é sinal de que vamos ter problemas pela frente. Foi assim com o HIV. O HIV é emblemático. Ele era do macaco, teve a quebra da barreira genética e começou a infectar os seres humanos; agora, o coronavírus. Lembro também que o sarampo, 4000 anos a.C., também era uma zoonose, quebrou essa barreira genética, e até hoje a gente tem surto de sarampo entre os seres humanos. Então, quando isso acontece, com essa quebra de barreira genética, toda a população fica susceptível a esse novo antígeno, no caso, o novo vírus, e algumas pessoas são mais vulneráveis. Todos nós somos suscetíveis, mas alguns são mais vulneráveis.

Uma gravidade também dessa nova pandemia, desse novo vírus, é a taxa de transmissibilidade, que a gente chama de R0. Acho que todo mundo tem que entender um pouco o que é esse R0. O R0 é: quantas pessoas são contaminadas a partir de um caso-índice. No caso da Covid, os dados iniciais mostram 2,5% a 3,5%. Sempre que o R0 está acima de 1, é sinal de problema. Quando está em 2, é muito problema. A cada quatro, cinco dias, a gente dobra o número de casos da Covid. No Brasil, no momento, estamos dobrando o número de casos a cada 10 dias. Se hoje temos quase 250, 270 mil casos, no final de maio, início de junho, se a gente não fizer nada, claro, teremos mais de 510 mil casos da Covid. A transmissão é por via aérea, o que também é um grande problema. Também não temos vacinas e medicamentos. Para o sarampo, temos vacina. Então, quando você vacina a população, você deixa o R0 abaixo de 1. Foi assim que aconteceu no último surto que tivemos aqui, no Brasil. Em Belo Horizonte, entrou um caso suspeito de sarampo, rastreamos os seus contatos – ele veio de um voo internacional –, e todas as pessoas foram contactadas e vacinadas, e não tivemos surto do sarampo.

No caso do HIV, sobre o qual eu estava falando também, não há vacina, mas há medicamento. O paciente que tem HIV e toma medicamento, ele trata, ele não morre de HIV e também não passa esse vírus para a frente. No caso da Covid, só nos restam as medidas que a gente chama de medidas não farmacológicas. Quais são essas medidas não farmacológicas? Que são potentes, eficazes e mostraram... Vários países adotaram essas medidas não farmacológicas com sucesso, entre as quais cita-se o distanciamento social; é importante manter uma distância de pelo menos 1,5m, 2m de seu interlocutor. Lembrando que esse vírus, como falei, é transmitido por via oral. A gotícula consegue voar a distância de no máximo 1,5m, 2m. Se você mantém o distanciamento de 1,5m, 2m, o vírus vai cair numa superfície e não vai contaminar o seu interlocutor. Por isso é importante também lavar sempre as mãos, porque posso passar a mão naquela superfície, levar a mão à boca e causar uma infecção.

O isolamento social que propusemos, que fizemos aqui, em Belo Horizonte, foi bem eficaz; foi para que as pessoas saíssem de casa só quando necessário, para aquelas atividades que não têm como deixar de ser realizadas.

Sobre a quarentena de pacientes e seus contatos, é importante falar disso, porque foi uma estratégia feita em Singapura, na Coreia do Sul e em parte da China. As pessoas eram detectadas. Havia exames para elas. À medida que se detectava aquele caso,

colocava-o de quarentena, bem como seus familiares naquele período para poder evitar a transmissão. E o uso massivo de máscara pela população, que para nós é um dado que mostra que essa ferramenta, aparentemente bem simples, essa que estamos usando no dia a dia, evita a transmissão. Por que a máscara é importante? Porque o paciente que vai desenvolver a doença pode começar a transmiti-la três dias antes de ter os sintomas. Então, se hoje é quarta-feira, se vou ficar doente no sábado, eu já estaria transmitindo o vírus aqui. Se eu estivesse sem máscara, várias partículas iriam cair ao meu redor e eu poderia contaminar os colegas que estão perto de mim. Usando a máscara, protejo os meus colegas e quem está com ela também me protege.

Então, essas ferramentas, distanciamento social, que acabei de falar, isolamento social, quarentena de pacientes e de seus contatos, uso massivo de máscara pela população e o reforço da higiene em geral, que é lavagem de mãos, posso transformar esse R_0 , reduzir a transmissibilidade da Covid, ou seja, colocar esse R_0 que está... Como o Brasil é muito heterogêneo, há lugar que está próximo de 3, Belo Horizonte está em torno de 1. Se transformo esse R_0 abaixo de 1, acabo com essa pandemia. Por exemplo, se reduzirmos esse R_0 para 0,5, essa epidemia acaba em uma semana. É lógico que é reduzi-lo para meio e mantê-lo abaixo desse valor.

Como funciona isso? Por exemplo, se tenho 10 pessoas contaminadas e o R_0 está 0,5, essas 10 passam para 5; essas 5 passam para 2; essas 2 pessoas passam para 1 e essa 1 não passa para mais ninguém. Aí a epidemia acaba. Conseguimos fazer esse esforço. Há vários trabalhos mostrando isso, como vocês vão ver daqui para frente. Há um estudo, o mais clássico, com o qual aprendemos muito. Tivemos a vantagem de ser o último continente em que a epidemia chegou. Então, pudemos aprender com os erros e os acertos dos pesquisadores da China, da Coreia, Taiwan, Singapura e também com os colegas da Europa. Foi como se fosse um tsunâmi chegando. Tivemos tempo. Algumas pessoas se preparam mais do que outras. É a questão do isolamento social. Esses dados no *slide* aqui mostram bem isso. A cidade de Wuhan, na China, foi onde tudo começou, lembrando que o ano novo chinês este ano foi dia 28 de janeiro. A partir do dia 23 de janeiro, há uma setinha aqui, não sei se vocês estão conseguindo ver, foi decretado o *lockdown*. Aqui as viagens nos dois anos anteriores e essas aqui no ano 2020. Então, ninguém mais saía de Wuhan e ninguém mais entrava. Aqui a cidade de Wuhan. Ela tem uma característica: ela é o centro – meio centro da China – e lá chegam vários trens de alta velocidade. Por ano passam por lá 4 bilhões de passageiros, chegam e saem de lá por ano. Isso para vocês verem a magnitude do problema que poderia estar se avizinando na China.

Após essas medidas, podemos ver esses dados por esse *slide*. Uma questão muito interessante foi essa linha tracejada aqui, que é a data em que foi decretado o *lockdown* de Wuhan, o fechamento das ruas. Essa é a linha que foi simulada. Se fecho hoje, nos próximos sete dias, vou ter ainda o aumento do número de casos. Paro de ter aumento do número de casos – que foi o que vimos em Wuhan – sete dias depois, aí começou a cair o número de casos. Esses pontinhos pretos aqui são os que foram medidos, e a linha preta, o que foi projetado. Com o isolamento social, vocês veem que em poucos dias, em poucas semanas, Wuhan controlou a epidemia.

Esse *slide* à direita mostra muito bem isso também. Aqui é o número de casos e há várias curvas. Essa vermelha, de cima, é caso não fosse feito nada. Seria o número de casos, mais de 100 mil. Aqui a linha preta mostrando que, com o *lockdown*, ela começa a subir. A gente muda a curva. O nosso objetivo é mudar essa curva, derrubar esse foguete, falamos assim. Está subindo; a gente tem que dar um jeito de derrubá-lo. Ele começa a estabilizar e a cair. Foi feito isso com muito sucesso na China também. Aqui é mais difícil.

Vou passar mais rapidamente. Vou deixá-los disponíveis para quem quiser dar uma olhada. São várias as experiências. Chamo a atenção para esse *slide* da Coreia do Sul. Lá eles fizeram *lockdown*, testagens e mostram o número real de caso, que é essa linha azul. Aqui é a projetada se não tivessem feito nada.

Nos Estados Unidos, que vimos que está sendo uma catástrofe, principalmente na região da Costa Leste, na região de Nova Iorque, mostra que o *lockdown* foi feito – isso eu chamo a atenção também, não vai dar para ver talvez – quando já havia 9.415 casos

notificados. Fecharam a cidade. Vocês podem ver que não houve muito sucesso. Ela continuou subindo, fez essa curva. Então, Nova Iorque, Espanha, Itália fecharam meio que tardiamente, diferentemente da Coreia e de Wuhan que fecharam no momento certo.

Estou quase caminhando para o final. Esse dado é de um trabalho que saiu recentemente sobre o caso da Itália, que é um caso muito triste. Vimos a catástrofe que foi no Norte da Itália, lembrando que a Normandia é uma das regiões mais ricas da Europa. Se a quarentena tivesse sido implementada duas semanas antes, o número de mortes seria 100 vezes menor. Quando esse artigo foi publicado havia em torno de 26 mil mortes na Itália. Era para ter menos de mil mortes.

Entre 23 de janeiro e 7 de março, há a disseminação exponencial da infecção, com mais de um milhão de casos talvez. No pico da doença morreram mil pessoas por dia. Não sabemos se já chegamos ao pico no Brasil. Esse número poderia ser reduzido para menos de dez pessoas por dia. Isso mostra também que o fechamento tem de ser na hora exata. Não pode ser nem muito precoce nem muito tardiamente.

Já partindo para os dados do Brasil, caminhando para o final, os dados epidemiológicos de ontem mostram que chegamos à marca 271 mil casos. Só ontem foram notificados muitos casos, infelizmente, com 1.179 mortos só ontem. Ainda não sabemos se chegamos ao teto. Para falar que chegamos lá, temos de ter uma estabilidade dos números novos e, na sequência, uma queda. Então, o nosso receio, que é o de todos nós pesquisadores, professores, área de saúde, é que não tenhamos atingido o teto ainda e podemos estar a caminho da pior tragédia sanitária de todos os tempos no Brasil. Todas as tendências dessas curvas de casos e de óbitos é ainda uma tendência de aumento gradativo. Minas Gerais está fazendo parte desse cenário infelizmente, principalmente fora da capital. Ontem também parece que foi batido o recorde de casos de óbitos em Minas Gerais. Minas Gerais tem um problema, que é do Brasil na verdade, mas tem feito poucos testes entre os estados. Esse é um dado do trabalho do Cedeplar, do Prof. Leonardo e do Prof. Américo, mostrando que Minas Gerais é o 3º Estado que menos faz testes e lembrando que Minas Gerais é o 3º Estado, nesse quadro de cá, em diagnóstico da síndrome respiratória aguda grave. Então, em alguma coisa temos de melhorar. Minas Gerais precisa ampliar a testagem de quase todos os casos suspeitos.

Seria mais ou menos essa imagem, que é bem emblemática. Nós estamos enxergando um pequeno grupo de pessoas que é essa ponta do iceberg. É esse pequeno número que está sendo diagnosticado, fazendo o PCR e sendo feito o diagnóstico. No entanto, há um contingente enorme de pessoas que não está conseguindo fazer, ou talvez não haja critérios para fazer – teriam que reavaliar alguns critérios. E essas pessoas – como eu estava falando anteriormente – podem estar não só mantendo a epidemia, mas colocando-a incontrolável. Quanto mais testes nós fizermos – lógico que com todas as medidas que foram faladas aqui: eu testo, eu isolo seus contatos, eu aviso no serviço que aquela pessoa esteve contaminada, as pessoas com que teve contato... É uma cadeia, e quanto mais a gente testar, mais rápido vai sair dessa crise.

E qual é a importância de testar e não nos atermos apenas aos casos graves e às mortes? Essa doença é meio cabulosa mesmo; ela tem um período de incubação de até 14 dias, e, como eu falei, há um período de transmissão de 2 a 3 dias antes de se manifestar. Há aqueles assintomáticos que podem também ter um papel importante na transmissão. No início a doença começa como uma gripe, uma síndrome gripal mais ou menos leve, e, naquelas pessoas mais vulneráveis – a gente pode discutir isso depois –, há uma piora do estado geral, e ela tem que ir para o hospital. Cerca de 20% da população afetada precisaria ir para o hospital, e, desses 20%, 5% vai precisar de internação. Então, se a gente ficar detectando e olhando só os pacientes mais graves e a internação, a gente está perdendo o momento de atuação. Quando eu vejo um paciente grave hoje, ele pegou esse vírus até há 21 dias, então pode ser que, naquele momento que eu detecto um aumento, a coisa já saiu do nosso controle. Por isso é importante a gente detectar mais precocemente e fazer mais testes de Covid.

Esse é o boletim epidemiológico de ontem de Belo Horizonte. Há confirmados 1.249 casos, com 33 óbitos apenas. Eu costumo falar que esses dois meses que nós “ganhamos” – entre aspas – aqui em Belo Horizonte – e espero que a gente continue nessa folga – foram muito valiosos para nós; a gente conseguiu equipar nossas unidades comprando EPIs. E mais: nesses últimos dois

meses, aprendemos muito com a ciência, principalmente o manejo do paciente mais grave, mais crítico. Tenho certeza de que os colegas de trabalho no CTI estão muito mais capacitados para abordar um paciente grave do que estariam em março ou mesmo em fevereiro.

Voltando à questão do isolamento social, vocês veem aqui a semana epidemiológica desse ano. A barra verde escura é a Sars-CoV-2, e a verde clara – vocês estão vendo aí – seria a influenza sazonal. Vocês veem que Belo Horizonte implementou o isolamento social a partir da semana 12. A tendência, um pouquinho antes do nosso outono, era de aumento – que é o normal – dos casos de síndromes respiratórias. Com o isolamento social, vocês veem que há uma tendência clara de controle dessa epidemia. Então, eu acho mais uma vez que o momento em que nós propusemos o isolamento social, em que a prefeitura propôs o isolamento social, em que a Secretaria Municipal de Saúde propôs o isolamento social – foi no dia 20 de março, hoje faz dois meses – foi o momento exato: não havia muito caso ainda e também não foi muito precoce. E mais, nesses dois meses, eu tenho visto uma grande adesão da população de Belo Horizonte ao uso de máscara, por exemplo. Pelo menos na região central, aonde eu vou mais, na área hospitalar, as pessoas têm usado muito a máscara, e, com certeza, esse uso de máscara pode impactar no controle da epidemia.

E quase caminhando para o final, mostramos realmente que a gente está com folga – "folga" é uma palavra ruim de falar –, está com uma ocupação de leitos de CTI em torno de 1/3. Não dá para ver aí, mas essa seta está mostrando que a ocupação de leitos de CTI está em 31,4% – ainda há uma margem de manobra, talvez melhor seja falar margem de manobra. A gente está com uma ocupação ainda razoável, e há capacidade de expandir essa quantidade de leitos em uma semana, quase dobrando o número de leitos de CTI.

Como e quando sair – a gente pode debater isso. A prefeitura de Belo Horizonte está criando um velocímetro – vamos falar assim –, um termômetro. Nós vamos usar, a princípio, essas três variáveis, como o R0. O nosso R0 ontem estava 1.05; se ele estiver aproximando de 1.19, a gente acende a luzinha amarela e pode voltar atrás. Essa é a ocupação de leitos de CTI: está com 51% e, hoje, já está a 47%; e a ocupação de leitos geral é 34%. Então, vocês veem que há – como eu estava falando – essa margem de manobra para poder enfrentar essa pandemia. Logicamente, nós vamos usar outros parâmetros como a taxa de isolamento da cidade. Os estudos sorológicos começaram a ser feitos em Belo Horizonte esta semana: há uma amostragem de 8 mil pessoas que serão testadas. Por que é importante o estudo sorológico? Para a gente ver o quanto a doença se espalhou na nossa comunidade. Uma coisa que nos preocupa muito é que Belo Horizonte é referência para várias cidades de Minas Gerais, para a região metropolitana, e a gente sabe que está havendo muitos casos nas regiões próximas de Belo Horizonte. Claro que essas pessoas vão se dirigir para Belo Horizonte, para o SUS-BH, e serão atendidas e acolhidas, com certeza. Então, a gente tem que estar com o olho no nosso território e com o olho também em Minas Gerais para poder entender como a epidemia está se comportando nas outras regiões.

Só para terminar, agora de verdade – já prometi umas três vezes que eu ia terminar –, quero falar sobre critérios da OMS para a gente afrouxar gradativamente o isolamento social: a transmissão do vírus estar controlada – em Belo Horizonte, a gente desconfia que talvez esteja mais ou menos controlada; a capacidade de o SUS testar, detectar, isolar e tratar as pessoas com Covid – no SUS, em Belo Horizonte, há capacidade de detectar, isolar e tratar essas pessoas; controlar os surtos em locais especiais como asilos e hospitais, por exemplo; e medidas preventivas de controle em ambientes de trabalho, que é importante. Houve agora um surto de Covid em frigorífico no Sul do Brasil, então a gente tem que ter a capacidade para detectar esses pequenos surtos que podem virar um grande problema para aquela cidade. E ainda: manejo adequado de possíveis casos importados – é o que nós estamos tentando fazer em Belo Horizonte que é a barreira sanitária, com o intuito mais educacional, de detectar algum sintoma respiratório e encaminhar as pessoas para o centro Covid do SUS. A comunidade também tem que estar engajada com as medidas de higiene e as novas normas, como distanciamento social, lavagem de mãos e uso de máscara. Eu acho que a população mineira de Belo Horizonte comprou essa ideia, e a gente torce para ela manter isso. Vamos ter que manter essas medidas talvez durante anos.

Agradeço a participação, muito obrigado. Ficarei disponível para dúvidas.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, professor. Com a palavra, para sua exposição, o Sr. Rômulo Paes de Sousa.

Palavras do Sr. Rômulo Paes de Sousa

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentá-lo e também de cumprimentar a deputada Beatriz Cerqueira – e dessa forma cumprimento todas as deputadas e deputados. Agradeço a oportunidade e, em nome da Fiocruz, digo que estamos honrados de participar deste debate.

Eu gostaria de desenvolver três ideias nesse tempo que nós temos. A primeira delas é que nós teremos... Por gentileza, poderiam disponibilizar os *slides* para que eu possa ir fazendo a minha apresentação? Isso, muito obrigado.

A primeira ideia é justamente o título desse *slide*. Nós vamos, na verdade, fazer uma transição para um contexto novo, mas, como o Prof. Unai acaba de expor, nós não estaremos numa situação semelhante imediatamente à que vivenciamos antes da pandemia; nós estaremos numa condição onde teremos janelas de maior mobilidade da população, mas com riscos de retornar a algum nível de isolamento em função do crescimento da circulação do vírus na população. Então, pode acontecer uma previsão de que teremos uma nova onda no ano que vem – pelo menos uma nova onda – em função do que virá da Ásia e da própria Europa – mais ou menos fazendo o mesmo percurso; ou poderemos ter, entre esse período do ano que vem e o que estamos vivendo agora, outras ondas em função da dificuldade de controlar a circulação do vírus em vários locais do Brasil. Então, a primeira ideia que eu gostaria de fixar na nossa conversa é que nós vamos transitar para uma situação que é distinta daquela em que estávamos antes até que tenhamos uma vacina. Felizmente o Brasil tem muita competência na vacinação em massa, mas uma vacina é um tipo de alternativa mais complexa do que o medicamento; é preciso mais tempo para fazermos a vacina e também conseguirmos que ela esteja disponível para a população brasileira como um todo. Então, este é o primeiro ponto.

Com o segundo *slide*, eu gostaria de desenvolver algumas ideias referentes a experiências internacionais; nós podemos observar o que funcionou nos países que agora estão vivenciando um processo de abertura, de maior relaxamento ou flexibilização nas suas medidas de isolamento. Este primeiro exemplo, eu trago da Austrália. Algumas ideias básicas como esse modelo australiano estão presentes em todos os protocolos que já são vivenciados pelo mundo; são etapas, e existem atribuições para cada um dos atores sociais relevantes em cada uma dessas etapas. Existe um novo protocolo de convivência social que nós estamos chamando de um novo normal: esse distanciamento necessário, essa prática mais atenta em termos de higiene e outras questões que indicam uma nova forma de se relacionar. Há também necessidade de haver um parâmetro muito claro de testagem da população para que tenhamos consciência de como está a circulação do vírus na sociedade; afinal, todo esse esforço é justamente para que nós controlemos essa circulação e que possamos organizar a fila no atendimento hospitalar de maior complexidade para aqueles casos das pessoas que vierem a ser acometidas pela doença – poderão, assim, ter um atendimento mais adequado. Lembrando sempre que não há nenhum medicamento específico e eficaz para o tratamento da doença, e ainda não dispomos de vacina – embora no mundo inteiro estejam sendo testados 200 medicamentos e cerca de 20 vacinas.

Bem, precisamos também estar atentos às condições do sistema de saúde local, ou seja, é preciso que nós tenhamos um sistema organizado para receber uma sobredemanda em função da doença. Notem que um município como, por exemplo, Belo Horizonte e os outros polos de Minas são referências para outros municípios, então é preciso que nós estejamos atentos também não só à população do município, mas também àquela população que busca atendimento no município de referência.

E também há o impacto econômico. Este impacto econômico é importante não só porque... Vejam, por exemplo: o FMI estima que 170 economias sofrerão uma retração em relação à sua atividade econômica – dos 185 países observados, portanto é uma situação muito grave. Isso também se reflete na situação das famílias, portanto precisamos ter medidas adequadas porque o comportamento das populações em relação a como agir de forma preventiva em relação à doença depende da segurança que elas possam ter para o seu conforto e dos seus familiares. O próximo, então.

Eu gostaria de mostrar a vocês o protocolo americano, onde há também uma situação estruturada, onde há fases distintas – assim como o protocolo australiano – e uma discriminação sobre o que cabe a cada grupo populacional específico, o que cabe para várias atividades que nós estamos acostumados a praticar – como viagens –, o que cabe aos empregadores, às escolas e, portanto, também à nossa convivência mais íntima com as pessoas do nosso convívio. Então, é também um protocolo em que há três frases, com os cuidados mais específicos em relação a cada uma dessas oportunidades de contágio que nós podemos ter no dia a dia. Eu vejo que há um paralelo entre o modelo australiano e o modelo americano que é justamente a necessidade de estruturar, organizar e coordenar a nossa nova vida, esse novo normal – como se está chamando – depois que nós tivermos uma flexibilização desse isolamento.

Então, vejam, portanto, que a vida muda, e é importante que ela mude até que nós tenhamos meios mais eficazes para combater a doença. Notem o seguinte: é sabido – e não está mais em discussão – que o isolamento social tem efeitos positivos no controle da circulação do vírus; é sabido, não há mais discussão de que ele é fundamental para preservar vidas e também evitar sequelas em relação àqueles pacientes que forem acometidos pelas formas mais graves da doença. Portanto, é preciso que nós tenhamos uma forma coordenada – e aí há um problema no Brasil contra isso – de enfrentar esse tipo de coisa. Notem uma coisa curiosa: há mais de 60 dias que Belo Horizonte, por exemplo, já está nesta fase de isolamento – tem sido muito positivo, muito positivo.

Agora notem que, no Brasil, ainda que tenhamos também um período mais ou menos semelhante, como a adesão às medidas de isolamento não foram tão efetivas como em Belo Horizonte, esses municípios estão enfrentando uma situação muito grave. Isso acontece como um paciente, por exemplo, que vivencia um tratamento e não o faz de forma adequada e, como consequência, ele tem uma espécie de perenização ou cronificação da doença, ou seja, o uso do medicamento não é potente o bastante para eliminar a doença. O mesmo raciocínio pode ser aplicado no caso das medidas de prevenção.

Aí vou mostrar a vocês um exemplo interessante. Esse é um artigo em que, nesse gráfico que vocês verão logo em seguida, estudamos como o Brasil se comportou em relação às medidas de proteção social. Embora o Brasil tenha identificado muito cedo, ainda em 3 de fevereiro e depois apresentou um protocolo em 6 de fevereiro muito completo sobre o que deveríamos fazer em termos de pandemia, na verdade as medidas de políticas sociais para enfrentar, no caso, os efeitos perversos da pandemia sobre a economia e, portanto, sobre a renda das famílias mais pobres, mais vulneráveis, demoraram muito a se concretizar. Isso vai acontecer, por exemplo, mais no final do mês de março. Então, não podemos ter hiatos deste tamanho entre a hora em que tomamos uma decisão e o momento de conseguirmos concretizá-la em termos de políticas públicas. Isso é apenas um exemplo, uma das várias medidas que estamos trabalhando na nossa, digamos, cesta de intervenções para enfrentar a pandemia.

Já caminhando para a conclusão, vou mostrar agora os dois últimos *slides* sobre quais alternativas observamos nos vários estudos que fizemos a respeito de como o mundo está enfrentando a pandemia, o que é fundamental para a experiência brasileira, para a experiência mineira e para a experiência de Belo Horizonte. Primeiro precisamos ter medidas econômicas e sociais consistentes, ou seja, precisamos ter um pacote que seja robusto o bastante para intervir nos grandes problemas que a pandemia está causando. Vejam que temos uma crise sanitária e, ao mesmo tempo, uma crise humanitária, com uma enorme repercussão sobre a economia e sobre a política também, evidentemente. Então, precisamos ter um pacote que seja consistente com isso. E mais, que ele possua um tempo de resposta adequado.

As fases são separadas por intervalos de duas a três semanas. Uma coisa importante que o professor Unai acaba de citar é o intervalo de duas semanas. Precisamos a cada ciclo, utilizar duas semanas, porque é o tempo em que se observam as reações na população e, a partir dessas reações, identificar se o vírus continua crescendo em termos de acometer e provocar doenças num grupo maior de pessoas. As decisões precisam ser abrangentes, consensuais e participativas. Existe um problema em muitos lugares onde as decisões são muito fechadas, muito restritas, e há um grau muito pequeno de participação. É preciso que elas sejam graduais,

planejadas e orientadas por prioridade. E não existe uma abordagem única. Notem uma coisa importante: praticarmos o isolamento social já é difícil, é como se estivéssemos numa condição de guerra e ficássemos numa trincheira, mas é muito mais fácil estarmos na trincheira e conseguirmos uma resposta organizada e homogênea do que em campo aberto na hora em que nos mobilizamos.

Então, vejam que nos mobilizar para essa saída do isolamento social é um movimento mais complexo, mais sujeito à desorganização do que o próprio isolamento. Então, se tivemos dificuldades de praticar o isolamento na maioria dos lugares do Brasil, imaginem como será a saída desse isolamento, ainda que em muitos lugares ele esteja sendo realizado de uma forma muito precária. Assim, é preciso que essa saída seja organizada. Se não for, teremos um repique muito rápido, teremos de retornar ao isolamento e podemos ter, inclusive, mais do que uma proporção, um número absoluto de óbitos maior que o que temos agora.

Vou apresentar, em seguida, o último *slide* e concluir a minha apresentação. O próximo *slide* mostra as nossas recomendações, o que estamos produzindo em função do estudo que estamos fazendo sobre as várias alternativas de organização dessa transição para esse novo normal, como estamos chamando em vários lugares do mundo e também no Brasil, em municípios e estados.

Primeiro vem aquilo que o professor Unai trabalhou com muito cuidado: os aspectos epidemiológicos. Ou seja, é preciso que cada pessoa esteja transmitindo para um número inferior a um, isto é, que dessa forma essa pessoa não amplie a transmissão da doença e, muito ao contrário, tenha muito menos oportunidade de fazer essa ampliação. Segundo, é preciso que tenhamos a segurança de que os casos estão diminuindo e os óbitos também. Terceiro, é preciso que haja uma diminuição da proporção dos testes positivos sobre os testes totais. São indicadores de que a doença, a pandemia está em declínio naquele local.

Precisamos ter capacidade, no sistema de saúde, de monitorar e identificar, de forma adequada, através da testagem, da identificação, do isolamento dos casos e cuidados, do rastreamento e da quarentena para esses casos e seus contatos, da separação dos pacientes que possuem essa doença, que estão vinculados a essa pandemia, daqueles que estão vinculados a outras doenças. Além disso, medidas preventivas em escala como itens adequados para toda a população. Esse é um aspecto muito importante, porque ela, às vezes, ouve informações e fica confusa.

Vejam que essa questão não é simplesmente apresentada como um programa de escolaridade ou de condições socioeconômicas, é do instinto, existe nas convicções que as populações têm. Muitas vezes uma população mesmo rica e altamente escolarizada pode ter atitudes contrárias à prevenção da doença. Isso já vimos em vários casos no Brasil.

Outros pontos seriam a prevenção em locais de trabalho e escola, a minimização de riscos em ambientes vulneráveis e o gerenciamento do risco em relação à importação e exportação de casos.

Para concluir, então, precisamos preparar a sociedade para esse novo normal, que implica conhecer e aderir às medidas de saúde, comunicar, e aí, de forma segmentada, específica, por diversos atores sobre os seus papéis e o papel do cidadão nos ambientes distintos no momento em que ele tiver essa maior mobilidade. É preciso que essa comunicação seja efetiva, que consiga chegar a quem é necessário, que seja honesta e transparente. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Muito obrigado, Sr. Rômulo Paes de Sousa, pesquisador titular da Fiocruz. Agradecemos também ao deputado Antonio Carlos Arantes, nosso 1º-vice-presidente, amigo e companheiro, que comigo dirige a Assembleia Legislativa, pela participação aqui, para que eu pudesse pelo menos almoçar.

Com a palavra, para sua exposição, o Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira.

Palavras do Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira

Olá! Boa tarde. Estão me escutando bem?

Primeiramente, gostaria de agradecer-lhes a oportunidade, cumprimentar as pessoas da Mesa, os convidados, os deputados, especialmente a deputada Beatriz Cerqueira.

Gostaria de desenvolver com vocês algumas ideias que estão sendo trabalhadas aqui mais relacionadas à distribuição e à difusão da contaminação da Covid-19.

Solicito que disponibilize para mim a apresentação do *slide* para eu poder ver e para que todos possam acompanhar.

A ideia principal para nós é a da difusão do vírus. Não está aparecendo para mim, pessoal, a apresentação.

O presidente – Ela não aparece aí para você, mas está aparecendo aqui, na TV Assembleia, e todos estão tendo acesso.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – Tudo bem.

Pessoal, a ideia é entender a análise e a distribuição geográfica da Covid. Então, as primeiras ações que temos feito aqui, no IF Sul de Minas, são não só o mapeamento mas também a produção de álcool em gel, uma série de medidas, como produção de máscaras, que têm contribuído neste momento importante, trazendo à tona novamente a ideia dos institutos e universidades como pontos de apoio, principalmente neste momento tão difícil para o Brasil.

Precisamente sobre o estudo, temos notado alguns elementos que, sob o ponto de vista da geografia, são importantes. Então, é preciso dizer que, do ponto de vista da geografia – não somos médicos, não somos epidemiologistas –, a nossa ideia é trabalhar com a questão do espaço, do território e da sociedade, principalmente no que diz respeito à difusão da pandemia. Vamos apresentar algumas ideias relacionadas a isso.

No próximo *slide*, pessoal, vemos a distribuição no caso do Sul de Minas e do Brasil. Se olharmos a tabela, o mapa do Brasil como um todo, notaremos que o Estado de Minas é o 11º agora com menos casos; no entanto, se observarmos os casos de síndrome respiratória aguda grave, perceberemos que um grande contingente está sendo registrado. Então, por exemplo, na 16ª semana epidemiológica, foram 132 mortes. Se comparado com o mesmo período do ano passado, foram 12 nessa mesma semana. Isso nos preocupa. E preocupa também a relação que isso tem no Sul de Minas.

No Estado de Minas como um todo, no dia 20, registramos já quase 5 mil casos e, no Sul de Minas, 569. O Sul de Minas é interessante para analisarmos, porque ele é como se fosse uma porta de entrada da Covid-19 no Estado; não só o Sul de Minas, mas o Sudeste de Minas e o Triângulo Mineiro também. É uma região que tem 146 municípios e uma população de quase 3 milhões de habitantes e, desse total, somente quatro cidades têm mais de 100 mil, ou seja, são sobretudo cidades pequenas. Então, há uma preocupação também do poder público com relação a essas cidades pequenas e com relação às cidades pequenas que são transfronteiriças, ou seja, que fazem fronteiras tanto com o Rio de Janeiro quanto com São Paulo.

Então, passando para o próximo *slide*, há uma tabela em que podemos ver os quatro primeiros municípios pelo menos – Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha e Passos –, que são as cidades maiores. O restante das cidades têm menos de 100 mil habitantes.

O próximo *slide* mostra para nós uma tabela. É muito importante para nós a ideia de vinculação que as cidades têm com outras. Aí, com exceção de Varginha, que tem uma vinculação com a metrópole de Belo Horizonte, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá e outras cidades do Sul de Minas têm sua vinculação principal com São Paulo. Então, geralmente, costumamos dizer que estamos em Minas e nos preocupamos com o contágio no Estado de Minas. Mas, se formos verificar, do ponto de vista da hierarquia das cidades, veremos que essas cidades mantêm muito mais vínculos, quanto à busca de serviços, de atendimento médico-hospitalar, de atendimento das mais diversas coisas, com São Paulo. Assim, uma política para conter a transmissão teria de levar em consideração também essa relação interestadual.

No próximo *slide* vamos ver um mapa da contaminação no Estado de Minas com um detalhamento para o Sul de Minas. Vocês podem ver que já há uma contaminação bem forte no Sul, no Sudeste de Minas e no Triângulo Mineiro. Normalmente, já tem

sido feita... Não sei se dá para enxergar bem o mapa, mas a situação na nossa região, a partir do sentido Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, já é preocupante. Mas, olhando esse mapa apenas, não dá para termos uma dimensão da distribuição e da difusão do vírus, que é o ponto em que queríamos entrar agora, a partir da análise das rodovias.

Pode passar o próximo *slide* e já colocar o primeiro mapa. Então, nós nos detivemos na nossa pesquisa a acompanhar os fluxos rodoviários. Gostaria que vocês prestassem atenção nisto: anotamos aqui três pontos fundamentais, três eixos de acesso fundamentais para o Sul de Minas, os quais nos parecem ser a entrada da Covid-19 no Estado. Então, um primeiro, que é o da Fernão Dias, diretamente da capital. Isso nos preocupa bastante porque são cidades cortadas pelo eixo da Fernão Dias e já são mais afetadas, já estão com um grande número de contaminação. Há um eixo que vem da BR-040, do Rio de Janeiro, que entra no Sudeste mineiro, atingindo principalmente a cidade de Juiz de Fora, por exemplo, e outras menores ali ao lado.

E há um eixo da BR-050 e um da BR-153, no interior paulistano. Isso nos preocupa porque o sentido da difusão do vírus tem sido de acordo mais ou menos com a hierarquia de cidades: ele aparece primeiro nas metrópoles e vai se difundindo nas cidades médias e, depois, nas cidades pequenas, o que nos causa preocupação porque, pelo pouco do que estamos acostumados a ver com relação às dinâmicas das metrópoles, ele chega um pouco mais tarde às cidades pequenas. Aparentemente é o que estamos vendo acontecer agora: um aumento dos casos nas cidades médias e pequenas, o que tende a se agravar se não houver nenhum tipo de controle.

Então, se vocês repararem esse mapa, centrarem o olhar nele e aí passarem para o próximo, vão ver uma comparação do dia 3 de maio com o dia 19. Reparem o quanto cresceu enormemente o número de casos em São Paulo e no Rio de Janeiro; mas o nosso mapeamento dá a entender que esse número não cresceu tanto no sul de Minas Gerais, no Triângulo e no Sudeste. Aí, pode-se notar um certo tipo de não notificação dos casos, já que essas rodovias levam a essas cidades. Por exemplo, no Triângulo Mineiro, a contaminação proveniente ali de Ribeirão Preto, São José do Rio Pardo – têm crescido muito os casos nas cidades em volta – não tem se refletido no nosso mapeamento das cidades do Triângulo. Isso é preocupante porque temos evidenciado que há ali um grande número de contágio, assim como nas cidades que são cortadas pela Fernão Dias, no lado do Estado de São Paulo; e ele não tem se refletido, a não ser no caso daquelas cidades que são cortadas exatamente pelas rodovias, como é o caso de Extrema, de Pouso Alegre, chegando a Varginha, que têm um grande número de contaminação. Então, a nossa ideia, no estudo, é mostrar que há um eixo de difusão da Covid, que nele tem crescido enormemente a doença e que também deveriam ser feitas operações no sentido de contenção exatamente nesse eixo.

No próximo *slide*, há uma outra questão que nos preocupa bastante no nosso mapeamento. Nós mostramos um mapa para o dia 4 de maio dos casos, das mortes correlacionadas com o índice de envelhecimento. Aí, chegamos a uma situação bem difícil, pessoal: se notarmos, veremos que a região Sul de Minas, no mapa de envelhecimento, é a região mais envelhecida do Estado. São cidades que têm o mais alto índice de envelhecimento, ou seja, com o maior número proporcional de idosos; e são as cidades mais contaminadas, o que leva ao aumento da letalidade do vírus. Então, é mais um elemento que nos preocupa e que se soma aos eixos de ligação rodoviários: são cidades envelhecidas, e os casos já têm crescido. O próximo *slide* mostra o dia 19. Num comparativo, vejam o quanto já cresceu em todo o Estado, mas muito nessas regiões, o que nos leva também a uma preocupação com a letalidade do vírus, pois está havendo um crescimento nas cidades mais envelhecidas.

Especificamente, já encerrando, no Sul de Minas, estamos vendo que se tem confirmado essa ideia dos eixos rodoviários a partir do cômputo total dos casos. Se pegarmos a lista das 10 primeiras cidades mais contaminadas no Estado, já aparece Juiz de Fora – aí a hipótese é que sejam os casos que são trazidos diretamente pelo eixo de ligação do Rio de Janeiro; aparecem também Uberlândia e Uberaba, cidades que, possivelmente, têm a sua contaminação por meio do interior paulistano; e cidades pequenas, com menos de 30 mil habitantes – 30 mil no caso de Extrema – e com casos que já são seriíssimos. Então, esse elemento, podemos ver no

mapa, e o próximo *slide* mostra exatamente, no Sul de Minas, quais são essas cidades. Ai podemos ver a influência também da BR-459, que sai ali pela Dutra, atingindo cidades como Itajubá, Pouso Alegre e Poços de Caldas.

O último mapa nos mostra um comparativo que fizemos exatamente para o Sul de Minas: os casos de síndrome respiratória aguda grave comparados aos casos de Covid-19. Gostaria que se notasse que, se compararmos o mesmo quantitativo, veremos que os casos de doenças respiratórias agudas dão uma dimensão – parece – melhor de como tem sido esse processo, porque algumas cidades que, possivelmente, nem estão sendo notificadas já aparecem aqui com um número de leitos em estado crítico, com um grande número de internações; e elas exigem especial atenção, exatamente por serem cidades envelhecidas, para o estabelecimento de políticas específicas nessa região.

Então, pessoal, para encerrar, fazemos uma análise dos nossos desafios atuais. O que estamos propondo a partir desses desafios? Primeiro: uma especial atenção ao controle da epidemia nessas entradas e fluxos provenientes de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas. Isso não quer dizer qualquer tipo de política de não atendimento ou coisa do tipo, pelo contrário; na verdade, seria uma política de atendimento com prioridade a esses eixos. Um segundo desafio é uma especial atenção a como essa epidemia é disseminada. A nossa hipótese, que precisa de mais análises qualitativas, é que o principal foco de distribuição nessas rodovias são os postos de gasolina, os postos de conveniência, os restaurantes e hotéis que estão à beira da estrada. Então, ao mesmo tempo que isso é uma dificuldade, também são os lugares em que pontos de coleta e medição rápida de temperatura devem ser instalados, assim como pontos de conscientização, porque são lugares de maiores fluxos e que permitem a contaminação: a pessoa contaminada para no posto de gasolina, no restaurante, contamina aquela trabalhadora, aquele trabalhador que está ali e leva isso para sua cidade.

Por fim, comparando esses desafios atuais, achamos que esses três elementos são fundamentais. A escala geográfica mostra para nós a difusão. Na escala regional, a questão das rodovias é fundamental; tem de haver uma especial atenção ao controle dos fluxos e uma especial atenção também a essa questão da população idosa, que é prioritária na região Sul de Minas, que, segundo nossas hipóteses, é o ponto de entrada da doença nas nossas cidades.

Agradeço a oportunidade e fico aberto ao debate, para os esclarecimentos. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, professor coordenador do Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Com a palavra agora, para sua exposição, a Sra. Daniela de Britto Pereira.

Palavras da Sra. Daniela de Britto Pereira

Obrigada, presidente Agostinho Patrus. Cumprimento o deputado Antonio Carlos Arantes; a deputada Beatriz Cerqueira; os demais que estão nos assistindo remotamente, assim como os meus colegas que fizeram as apresentações. Cumprimento também pela iniciativa. A maneira ótima de enfrentamento desse problema, dessa crise sem precedentes, é o diálogo e a união de esforços entre os vários níveis de conhecimento.

Trago aqui as nossas estimativas dos impactos econômicos, realizadas pela Fiemg. Nós nos debruçamos nesse trabalho, nos últimos meses, com enorme dificuldade. Não é possível precisar ainda quais são os impactos. Mas, com o que já se conhece, até o momento, e com o cenário que a gente tem em mente, inclusive, corroborado pelo que os meus colegas apresentaram aqui, anteriormente, a gente já consegue trazer aqui uma estimativa que fizemos, na Fiemg, desses impactos econômicos. Não temos aqui a intenção de promover ou fazer coro a algumas ideias de que há um trade-off, uma escolha entre economia e saúde humana. Não é esse o nosso objetivo. A ideia quando a gente traz essas avaliações de impactos econômicos é prover a sociedade com mais informações, para que ela tome as suas decisões, e também as autoridades públicas, para que possam fazer a promoção de políticas anticíclicas, que sejam capazes de amenizar esses impactos.

Começo demonstrando dois cenários. Um anterior ao que a gente está vivendo hoje, de 2014 e 2019, em que convivemos com uma das mais graves recessões da história do Brasil. Esse gráfico mostra, nas linhas verde e azul, as recessões anteriores à de 2014 e 2016, e qual foi o avanço do PIB desde o primeiro momento, de trimestre a trimestre. Então, o que a gente conclui, inserindo aqui a visão da recessão de 2014 e 2016? Que, passados 12 trimestres do início das recessões anteriores, a economia brasileira já vinha demonstrando um ímpeto de recuperação, o que não acontece nessa recessão. Então, a conclusão é que há uma dificuldade crônica de recuperação da economia brasileira. Já estávamos num momento em que as empresas, a sociedade, já estavam muito machucadas em função desse cenário. Em Minas, não é diferente. Este gráfico aqui deixa claro, na linha de baixo, que a evolução do PIB de Minas, comparativamente ao do Brasil, tem tido um descendente pior do que o nacional e Minas ainda enfrenta um grave problema fiscal.

Hoje, diante desse evento da crise do novo coronavírus, o que já temos desenhado aqui? Uma queda de confiança de empresários e consumidores e um aumento enorme da incerteza. Incerteza é inimiga da atividade econômica. Com isso, o preço de commodities caiu muito. Qual a importância disso, principalmente, para o Estado de Minas? Somos um país produtor e exportador de commodities de minérios, de soja, de açúcar. Queda no preço dos ativos, bolsa, dólar caindo muito; piora das condições financeiras; as famílias mais endividadas; as empresas com necessidades e maior endividamento; redução no fluxo de pessoas e mercadorias; uma piora do mercado de trabalho – esse é um grande ponto de atenção e de preocupação para nós, porque 40% da nossa força de trabalho, quer seja no Brasil ou em Minas, é informal. O que significa “informal” ou “conta própria”? São aquelas pessoas que dirigem Uber ou que vendem pipoca na porta dos cinemas. Há uma clara dificuldade das empresas e das famílias acessarem crédito. A percepção de risco por parte das instituições financeiras aumentou muito e isso tem dificultado a sobrevivência de muitas empresas; aumento do risco país. O Brasil tem que aumentar o seu déficit fiscal para fazer o enfrentamento dessa pandemia, provendo aumento de recursos para a seguridade social, para as empresas, para as pessoas enfrentarem as suas dificuldades – e tem que ser assim mesmo, não há como ser diferente. Mas isso tem um reflexo nas contas públicas, que vamos ter que equacionar mais à frente. O dólar também está caindo muito, porque há uma fuga para a qualidade, o capital estrangeiro saindo do país, com esse cenário todo que eu antecipei.

Já tem alguns indicadores conhecidos. Em função do tempo que tenho de 10 minutos, vou passar por eles mais rapidamente. A Cielo, provedor de meios de pagamento, de cartões de crédito e de débito, tem prestado uma contribuição de informar a queda no faturamento dos setores.

O setor de serviços, de março até o final de abril, teve uma queda de 58%; o de turismo, quase 73% – é bem variado entre os setores; o de varejo, uma queda de 30%; setor de vestuário, que faz parte do varejo, uma queda do faturamento de 64%.

Os indicadores oficiais que já temos conhecidos: a produção industrial, do mês de março, no Brasil, caiu 9%; em Minas, 1,2%. O comércio – vou falar só do Brasil –, em Minas, caiu 2% em relação a fevereiro; o setor de serviços teve uma queda de 3%, em Minas, mas uma queda muito forte, de 7%, no Brasil; o índice que antecipa, faz uma prévia do PIB brasileiro, já demonstrou que, em março, em relação a fevereiro, essa queda foi de quase 6%; a taxa de desemprego aumentou, porque houve um aumento, no Brasil, de 1.200 mil desempregados; e, em Minas, são 220 mil pessoas sem emprego, entre o primeiro trimestre de 2020 e o último trimestre de 2019. Os pedidos de desemprego, no Brasil, saíram de 483 mil, em fevereiro, para 748 mil, em abril; um aumento de 55%. Em Minas, saiu de 63 mil pedidos para 86 mil; um aumento de quase 40%.

Então, a gente vê os efeitos colaterais da principal medida que temos, hoje, conhecida, de enfrentamento ao coronavírus, que é a medida de isolamento social: ao mesmo tempo que preserva vidas e evita um colapso do sistema de saúde, provoca um choque de oferta e de demanda, e os impactos para a economia são muito severos.

Com base nesse cenário que já é conhecido e no cenário que temos pela frente, com quais premissas estamos trabalhando para fazer as nossas projeções? Há uma fraca capacidade de testagem das pessoas, e isso tende a levar a atividade econômica àquele modo de parar e voltar, parar e voltar, até o final deste ano ou até que a gente descubra um remédio ou uma vacina.

Os empregos perdidos não serão, rapidamente, recuperados, apesar dos esforços do governo. Por que a gente sustenta essa afirmação? Já havia, na crise anterior, na recessão, uma perda de 14 milhões de empregos; com essa dificuldade de recuperação econômica, novos desempregados vão se somar a essa conta, e a gente não espera que haja uma capacidade de recuperação. Por quê? Haverá também algum grau de destruição, de desestruturação de setores produtivos. Algumas empresas não resistirão; a gente já conhece empresas que estão falindo, e não vamos conseguir superar essa crise depois de estarem já muito machucadas pela recessão de que a gente ainda nem bem acabou de sair.

O relaxamento das políticas de isolamento social será gradual e heterogêneo entre as regiões e os setores – os meus colegas não deixaram dúvidas quanto a isso. Há uma piora das condições financeiras das famílias, das firmas e do governo – todo mundo mais endividado –, além de uma desaceleração do comércio global – o resto do mundo também está passando pelo enfrentamento do novo coronavírus e, com isso, os setores exportadores, como nós, sofrem também. Os setores terão dificuldade para retomar a sua capacidade total de produção, ainda operando com um nível muito elevado de ociosidade. A produção industrial aqui, em Minas, com essa queda, assim como a brasileira, voltou para os níveis de 2004, 2005. Então, há uma enorme dificuldade de chegarmos ao ponto de recuperação da capacidade instalada aqui.

Aqui, finalmente, as nossas projeções. O que a gente espera? Antes de falar nos números, gosto de mostrar, para ficar mais claro o entendimento, que, no PIB brasileiro – a gente olha o PIB, como a gente diz, sob a ótica da oferta –, o setor de serviços é responsável por quase 72% do PIB; a indústria, por 22% aproximadamente; e o agro, aproximadamente, por 6%. Em Minas, os números são parecidos, mas a indústria tem uma participação maior: 25%; e o setor de serviços: 67%. Então, com essa configuração do nosso PIB, o que a gente espera? Que a queda, em 2020, da atividade econômica brasileira seja de 5.7% e, em Minas, de 7% – com uma recuperação inferior a essa queda de quase 5%, em 2021, e de 3.3%, para Minas, em 2021. Esse diferencial de desempenho entre a economia brasileira e a de Minas é que aqui, em Minas, além de uma grave crise fiscal, que prejudica investimentos, a gente ainda tem uma atividade tanto de serviços quanto industrial muito concentrada em poucos setores.

Falando um pouquinho dos setores, até para ficar mais clara a compreensão, o setor agro é o único que vai apresentar bom desempenho; deve crescer em torno de 3% – aqui trago o destaque só para Minas, para eu não me estender muito – porque há uma perspectiva de alta de 26% na produção de café e de 10% na produção de soja. Quanto aos serviços, setor que tem maior participação no PIB, há uma queda de quase 9%. É, sem dúvida nenhuma, o setor mais afetado por essas medidas de isolamento social, porque são atividades que exigem o contato social em sua grande maioria. Haverá também uma tendência de mudança do comportamento do consumidor. Já atividades como o turismo e o comércio ficarão, durante um tempo prolongado, convivendo com os efeitos dessa pandemia. O setor de construção era um que esperávamos que desse a sua contribuição, recuperando-se também de uma grande recessão agora em 2020, mas isso não vai acontecer. A gente entende que deve haver uma postergação das decisões de investimentos em imóveis e compras para uso próprio. Como eu falei, incerteza é inimiga de atividade econômica; com incerteza, as pessoas não consomem, as pessoas não investem. Por sua vez, a indústria de transformação deve ter uma queda de 8,5%, porque haverá uma queda da demanda externa, já que o resto do mundo também enfrenta a pandemia, e também da interna. Na medida em que esses setores aqui, especialmente o de serviços, que representa mais de 70% do PIB brasileiro, enfrentam dificuldades, a queda na renda, o número de desempregados estão contratados. Para vocês terem uma ideia, na crise de 2014 e de 2016, a queda do PIB foi em torno de 7% – acumulada nesse período –, e produzimos 14 milhões de desempregados, no Brasil, e um 1.300.000 desempregados, em Minas Gerais. Então uma perspectiva de queda, em um único ano, de 6%, 7% tem um potencial enorme de aumentar o desemprego, que pode vir a ser amenizado com as medidas que estão sendo adotadas pelo governo federal, mas a gente ainda não tem avaliação. Então, isso significa menos renda, menos consumo. E, se a gente olhar o PIB pela ótica da demanda, consumo, investimento, gastos do governo e a participação do setor externo, veremos que o consumo representa mais de 60% do nosso PIB. Então, ele também vai ser severamente afetado; a venda de automóveis, caminhões e ônibus que depende da renda, do crédito, que também enfrenta, cada vez mais, restrição, tende a ter uma queda muito elevada – não vou passar por todas. A gente espera uma recuperação, para este ano, da

indústria extrativa. Depois do que aconteceu em Brumadinho, no ano passado, essa é uma indústria que, além de ser exportadora... A gente já vê a China mantendo aí a sua demanda por minério, então ela deve passar por algum grau de crescimento, neste ano de 2020. Então, a nossa tendência é que, com isso tudo somado, não haja uma recuperação tão rápida, é o que a gente chama de recuperação em U. O que significa? Uma queda abrupta do PIB, como acabei de mostrar, e uma recuperação bem lenta. A gente vai começar a assistir a uma retomada para o nível de atividade pré-crise só depois de 2021 – no final de 2021 e início de 2022. Por quê? Porque há muita incerteza, e a gente tem já contratada uma grande preocupação com o futuro fiscal do país.

O que eu quero dizer com isso? Para arcar com essas despesas – e, de novo, elas são necessárias –, não há outro caminho: o Estado tem que aumentar suas despesas no enfrentamento desta crise, mas isso vai produzir um déficit fiscal de 8% do PIB e elevar a dívida pública para algo em torno de 90% do PIB. Então, qual vai ser o custo de financiamento dessa dívida? As medidas clássicas são: elevação de carga tributária ou, então, aumento da taxa de juros para que os investidores topem financiar o governo, a nossa dívida pública. E a gente tem um ambiente político desfavorável. As reformas estruturais, que são a medida fundamental para ganho de produtividade – a gente tem uma produtividade anêmica no Brasil, que não é diferente em Minas Gerais, um estado obeso –, são de elevada importância para conter a tendência de crescimento explosivo da dívida pública e proporcionar a recuperação econômica mais rapidamente.

E aqui, por fim, eu trago um estudo que a Bloomberg Economics divulgou na segunda-feira. Com base em indicadores e dados que a Universidade de Oxford tem publicado sobre as políticas que têm sido adotadas nos países e em diversas outras informações para dar suporte ao enfrentamento desta crise, os analistas da Bloomberg mostram aqui a elasticidade entre as medidas de isolamento social e a queda na atividade econômica. Então, aqui a gente vê, nesse eixo vertical, que, quanto maiores forem as medidas de isolamento social, maior tende a ser a queda da atividade econômica. Na média desses países que estão exemplificados aqui – em grande maioria da Europa, mas há do Japão e da Austrália também, e do Canadá –, um aumento de 10% no isolamento social é capaz de produzir 4% de queda na atividade econômica.

Então, eu termino aqui a minha fala, voltando a agradecer pela oportunidade de trazer essas informações, que tendem a se somar. Em nome do presidente Flávio, parabéns pela iniciativa. A Fiemg tem reunido inúmeros esforços – acho que toda a sociedade mineira tem acompanhado – na busca de ampliação da capacidade de atendimento de saúde, como manutenção em respiradores, campanha de compra de respiradores e, agora, compra de testes, estruturação do hospital de campanha. Então, acreditamos que há, sim, uma possibilidade de haver um equilíbrio entre as políticas públicas que visem à preservação da vida humana e os impactos menores possíveis sobre a economia brasileira e sobretudo a de Minas. O governo de Minas tem saído à frente com o programa Minas Consciente, e fico feliz em ver que tanto o professor Unai quanto os meus colegas da Fiocruz e da Universidade do Sul têm trazido protocolos conhecidos e prestam uma grande contribuição nesse sentido também. Encerro aqui a minha fala e estou à disposição também para esclarecimento de dúvidas. Obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, Sra. Daniela de Britto Pereira, gerente de Estudos Econômicos da Fiemg.

Com a palavra, para sua exposição, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde! Antes de iniciar meus questionamentos, eu cumprimento todos. Eu gostaria de apresentar uma questão de ordem.

Ontem, nós, lamentavelmente, tivemos, em 24 horas, 1.179 mortos pela Covid-19. E a questão de ordem é que nós possamos fazer 1 minuto de silêncio em respeito a essas vítimas e aos seus familiares, demonstrando que nos importamos com a vida de cada um e de cada uma.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Solicito 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Palavras da deputada Beatriz Cerqueira

Então, novamente, presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares. Eu quero pedir que não se assustem. Eu tenho uma dificuldade especial de falar com máscara, então parece uma falta de ar, mas realmente é só uma dificuldade. Estou bem.

Quero agradecer a possibilidade deste debate em reunião especial. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa tem se dedicado à pauta da ciência e da pesquisa. Por isso, nós construímos um fórum técnico para discutir um plano estadual de ciência e, por isso, tão logo iniciou-se o isolamento social, nós constituímos – eu tomei a iniciativa de constituir – um grupo, que batizamos de inteligência coletiva, com pesquisadores de diversas áreas, para que pudéssemos ajudar neste momento que enfrentamos. Então, quero agradecer ao Prof. Unaí, ao Prof. Sérgio, ao Prof. Rômulo pela disponibilidade de trazer informações de extrema relevância. Nós queríamos exatamente fazer o debate à luz da ciência e da pesquisa aqui no nosso estado. Quero agradecer a presença da Daniela, que aqui representa a Fiemg, que foi uma parceira do governo do Estado na elaboração do programa Minas Consciente e, portanto, nesse processo de flexibilização do isolamento.

Os meus questionamentos iniciais se relacionam, presidente – e vão para todos os convidados –, exatamente ao que nós vivemos, à nossa realidade, porque eu prestei atenção em todas as apresentações, e o que nós vivemos em Minas Gerais, em nível de governo do Estado, confronta todos os protocolos e discussões trazidas pelos pesquisadores, pela Fiocruz, pela ciência e pela pesquisa em nosso estado.

O primeiro ponto que eu quero abordar: nós não sabemos quantos mineiros foram infectados. Se não sabemos, como é possível fazer qualquer planejamento de flexibilização do isolamento? Nós não sabemos. Não sabemos porque não há uma política efetiva de testagem, mesmo, hoje, Minas Gerais tendo capacidade. Funed e parceiros têm capacidade para testagem diária de 2 mil testes, e, em média, são feitos 350 testes. Por que não há uma política melhor e mais eficaz de testagem no nosso Estado, para nos ajudar em qualquer planejamento, seja em nível do Estado, seja em nível regional, seja em nível dos seus municípios? Nós tivemos um aumento de 500% de síndromes respiratórias agudas graves, e isso é um indicativo de subnotificação. Nós não sabemos quantos de nós já estamos contaminados pela Covid-19. O governo de Minas parou de divulgar os casos suspeitos em – se eu não me engano – 12/5/2020. Eram, naquele dia, 111 mil. Por que esses casos suspeitos não foram testados? Por que o governo parou de divulgar os casos suspeitos? O que foi feito com esses casos suspeitos? O Ministério da Saúde orientou que os casos suspeitos da Covid fossem tratados como síndrome gripal inespecífica. O governo de Minas adotou essa metodologia. A quem interessa que nós não tenhamos, de fato, a quantidade de pessoas infectadas no Estado por coronavírus e fiquemos com esses casos de forma não específica?

E, finalizando, a adesão ao plano por municípios coloca na conta dos prefeitos uma responsabilidade de atenderem sem estarem preparados. Esse é um debate, por isso a contribuição do Prof. Sérgio, que traz o fluxo de contaminação de uma região inteira, foi tão relevante para os nossos trabalhos aqui. Não há teste, não há barreira sanitária – não houve –, não há capacidade de leitos, não há ações conjuntas com outros estados; Minas Gerais não dialoga com os demais estados do Sudeste ou com outros estados com que faz fronteiras para estabelecer mecanismos que impeçam a proliferação do coronavírus no nosso estado. Não houve um planejamento micro ou macrorregional. O plano de abertura do governo do Estado considerou apenas critérios econômicos e não dados de saúde. A abertura pode nos levar a um novo surto.

Quero ainda, para finalizar, presidente, trazer a denúncia feita por vários profissionais de enfermagem – é uma denúncia recente: continua havendo falta de equipamento de proteção para esses profissionais nos hospitais aqui, em Belo Horizonte. Como é que o Estado pode discutir um plano de Minas consciente sem um planejamento regional, sem saber o número de pessoas que foram

infectadas, sem um processo de fortalecimento do Sistema Único de Saúde e sem sequer fornecer proteção aos seus próprios profissionais?

Gostaria de fazer uma pergunta específica, a partir do debate: maior isolamento, maior queda da atividade econômica, uma questão que nos foi trazida aqui pela Fiemg. Então, eu perguntaria a todos os nossos convidados: qual é o papel do Estado nisso? É se omitir, é deixar o mercado resolver sozinho e as pessoas morrerem, e depois a gente vê quem sobrar, porque “Era só uma gripezinha”, “E daí?” “Afim de contas, não somos cozeiros”? Qual é o papel do Estado nesse processo que nós estamos enfrentando?

Trago também uma pergunta da deputada Andréia de Jesus: “A cada cinco pessoas que morreram por coronavírus, quatro são negras. Há estudos em Minas Gerais sobre essa situação específica? Há estudos em Minas Gerais demonstrando alguma alteração – ou então em Belo Horizonte, ou então em grandes cidades –, mostrando, em regiões de poder econômico aquisitivo diferentes, a contaminação e as mortes? Porque existe esse estudo em São Paulo que nos mostra exatamente isto: as regiões periféricas têm maior contaminação, têm maior número de mortos em relação às regiões de maior poder econômico”.

São essas as considerações e, para finalizar, eu gostaria de trazer uma nota técnica do Laboratório de Tecnologias de Apoio à Tomada de Decisão em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG. São dados técnicos, e eu gostaria que os nossos convidados também fizessem as suas considerações. Esse estudo mostra uma data prevista de ruptura dos sistemas de saúde no Estado. Em um cenário otimista, a saturação, a ruptura do sistema de saúde SUS e não SUS... Num cenário pessimista, acontecerá no início de julho. No SUS, acontecerá no final de junho. Então, eu não vi, em nenhuma apresentação do Estado, algum processo de fortalecimento regional do Sistema Único de Saúde para impedir esse processo de colapso. Repito: o programa Minas Consciente jogou para os prefeitos as decisões e as consequências sem que os municípios tivessem condição de atender a sua população ou medidas mais eficazes que pudessem combater a pandemia que nós estamos enfrentando. Faltou um processo coordenado de ações.

Em que pese o debate trazido pela representante da Fiemg, que diz que não pode haver essa polarização, no dia a dia, isso é fomentado. Quem defende a vida é como se não estivesse sabendo do número de desempregados; e nós sabemos dos desempregados, sabemos do número de pessoas que passam fome, e é exatamente por isso que a gente batalha com tantos projetos de lei, com tantos requerimentos, com tantas discussões, a atuação do Estado junto aos mais vulneráveis e às populações que precisam de amparo neste momento.

São essas as considerações iniciais, presidente, para que nós possamos fazer um debate. E agradeço a oportunidade de termos conseguido debater a pandemia e o próprio programa do governo do Estado à luz da ciência, da pesquisa, que são fundamentais. As apresentações aqui foram muito didáticas e deram elementos a toda a Assembleia Legislativa para debater à luz da realidade e não à base de posicionamentos ideológicos ou de posicionamentos partidários. Foi, sim, à luz do que os estudos apontam e dos futuros que nós poderemos ter: a flexibilização será baseada no poder, na discussão econômica, ou teremos condições de fazer um planejamento que preserve a vida e, portanto, não teremos que fazer mais momentos de silêncio por mais de mil mortos por coronavírus no nosso estado?

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira, cumprimentando V. Exa. pelo brilhante trabalho à frente da Comissão de Educação e também, na sua pessoa, todos os membros desta comissão.

Debates

O presidente – Vamos começar a passar a palavra, em primeiro lugar, para aqueles que estão por via remota. Se nós tivermos problemas de conexão com qualquer um deles, nós passaremos aos convidados que estão aqui presencialmente.

Com a palavra, o Sr. Rômulo Paes de Sousa, para as respostas e comentários.

O Sr. Rômulo Paes de Sousa – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria agradecer as perguntas da deputada Beatriz Cerqueira. Ela coloca três temas no geral muito estratégicos para esta nossa discussão. Eu costumo dizer que, no enfrentamento de

uma grande crise sanitária e humanitária como esta, é que temos que ter a capacidade de mobilizar as nossas competências, porque as nossas incompetências vêm de graça. As nossas competências estão, inclusive, no caso de Minas Gerais, que é um dos grandes polos tecnológicos do Brasil. Então, esse déficit nosso em testagem da população é um problema, e um problema sanável. É preciso organizar, na verdade, as nossas várias instituições para fazer isso.

Nós podemos trabalhar algumas alternativas, obviamente, na ausência de uma testagem mais ampla. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul tem trabalhado junto com a Universidade de Pelotas para fazer uma testagem por amostras. Isso aconteceu em outros países; a Austrália utilizou uma modelagem desse tipo. Podemos também utilizar uma informação mais dos serviços e informações sobre o número de óbitos. Obviamente, é muito melhor e muito mais preciso; haverá maior acuidade se nós trabalharmos com a informação de uma testagem de infectados utilizando a tecnologia já disponível. Então, esse é um tipo de problema que o Estado evidentemente precisa resolver. É muito curioso que ainda não tenhamos conseguido fazer isso.

A questão da adesão dos municípios é um aspecto da nossa Federação que traz vantagens e desvantagens. O fato de o município ser um ente no nível do Estado implica a possibilidade de ter autonomia para tomar decisões, já que ele faz a gestão na ponta dos serviços de saúde. Mas, ao mesmo tempo, grande parte dos municípios – inclusive dos municípios brasileiros – são dependentes dos repasses feitos a eles, inclusive de aportes mais específicos, quando envolvem crises sanitárias. Então, para isso é preciso coordenação, e essa coordenação tem nos faltado no Brasil, em nível federal, estadual e municipal; essa é uma das competências que nós temos mas que neste momento nos falta.

Nós precisamos reorganizar esse tipo de relacionamento, porque no ponto em que estamos, sem uma ação coordenada, o país, na prática, acaba se sabotando. Então, nós temos um alongamento dos processos de isolamento, e esse isolamento será feito com baixa eficácia e com risco de aumento do número de casos no retorno das atividades de maior mobilidade. Nós temos uma situação – eu explicava isso há pouco – em que há um período prolongado de isolamento mas com baixa eficácia, pelo menos em alguns lugares – não é o caso de Belo Horizonte, mas é o caso de muitos lugares do Brasil. Então, nós precisamos ter mais convergência, mais entendimento, mais capacidade de produzir uma política que seja consistente, tanto na narrativa quanto na execução da política pública.

Quanto à questão do enfrentamento da economia, o que nós vamos fazer na prática é endividar os países, e as gerações seguintes é que pagarão essa dívida. Mas as gerações seguintes, num contexto de uma crise global, de um choque desse tamanho no planeta, certamente não se importarão de fazer isso. Contudo, o Estado precisa ter a competência de fazer essa locação de uma forma adequada. Qual é essa competência a que eu me refiro? Primeiro, é preciso haver parâmetros claros. Segundo, é preciso que os prazos de execução dessas políticas ocorram. Existe certa dessintonia entre as várias políticas anunciadas e aquilo que é de fato entregue para os entes subnacionais e para a população em geral – isso precisa ser corrigido.

E, por fim, o acometimento da população negra. De fato, existem estudos nos Estados Unidos que apontam que esta onda que foi iniciada com as populações que puderam viajar – sobretudo para a China e para a Itália, num segundo momento – e depois, como foi muito bem exposto neste debate, seguiram tanto pelas rodovias quanto também pelos rios, no caso da Amazônia... Muito bem. Agora há uma possibilidade de uma onda de volta. Essas populações empobrecidas – e, no caso, uma das grandes dívidas históricas que o Brasil possui é com a população negra – são suscetíveis, já acometidas, de certa forma, de condições precárias de vida: envolve o tipo de habitação, envolve a escolaridade, envolve a possibilidade de acesso às situações mais favoráveis. Então, nós temos ainda um problema na informação sobre pelo menos 1/3 dos óbitos relativos à questão de etnia, e nós precisamos corrigir isso, porque certamente nos revelará que a pandemia tende a acometer mais os mais pobres. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora, também de forma remota, ao Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – OK. Obrigado, Beatriz, pelas perguntas. Agradeço aos professores Rômulo, Daniela – tem sido um debate interessante.

Queria começar por essa pergunta que a Beatriz fez sobre a questão do Estado. Acho que a primeira coisa que vem à tona agora é a situação por que estamos passando há um bom tempo, por uma desestruturação do Estado. Nós vimos que hoje, por exemplo, quando vem à tona a necessidade de contar com o SUS – o SUS tem feito um ótimo trabalho, seus profissionais; ele foi bem lembrado pela deputada, pelos colegas –, a desassistência que tem ocorrido com esses profissionais, a falta que eles têm tido de equipamentos básicos... Hoje o Estado cumpre esse papel; o SUS está, por meio da sua precária situação, atendendo a população de forma muito eficiente e colocando a vida dos seus profissionais em risco todos os dias. Então, é uma questão fundamental. Do mesmo jeito, as universidades, os institutos federais e de pesquisas têm contribuído neste momento.

Então, eu acho que essa questão do Estado é fundamental, mas como o Prof. Rômulo já disse e foi comentado bastante, é preciso haver uma articulação de eficácia das medidas. Vejam: quando a gente faz um estudo sobre a questão das rodovias, ele tem o âmbito fundamental de atentar para o fato de que é possível haver ações mais coordenadas do poder público para evitar que a pandemia se difunda. Nesse sentido, o Estado entra fundamentalmente como organizador desse processo.

Aproveitando a pergunta mandada pela deputada Andréia de Jesus, vejam como isso atinge fundamentalmente as populações mais pobres que, geralmente, já são as desassistidas pelas medidas públicas. E aí a gente vê uma equiparação e uma contraposição que não existe na verdade entre economia e saúde. Por que a população negra é a mais atingida neste momento? Ela é a mais atingida porque já é a mais atingida normalmente com a desassistência do Estado; ela já é a mais atingida com relação à precarização.

Então, nós vemos neste momento uma série de medidas que pedem pela volta e acho que isso tem que ser coordenado, tem que ser em cima de muita pesquisa. Como foi dito, se a gente está com dificuldade de lidar agora, imagine no momento de abertura realmente eficiente. Mas os exemplos, tanto dos Estados Unidos quanto os de São Paulo, têm mostrado isto: um alto número de contaminação nas regiões centrais, exatamente porque o vírus chegou por lá inclusive por meio de aeroporto. Depois, essas pessoas que já possuem uma assistência médica regular conseguem se curar da doença, mas transmitem os vírus para os seus empregados, para as pessoas com quem convivem, que voltam para a periferia e ali, onde não há o tratamento adequado, vêm a óbito. São Paulo tem mostrado isso – como bem foi lembrado –, com maior número de contaminados na região central e o maior número de mortes nas regiões periféricas.

Isso entra diretamente no debate que nós temos que fazer, principalmente na atenção às cidades médias e pequenas. Por quê? Nós temos uma enorme dificuldade de obter os dados de bairros por cidades pequenas porque, geralmente – não são todos –, as autoridades municipais neste momento têm muito medo de divulgar os dados e dizem: "Não quero que a minha cidade seja conhecida como a cidade que teve um monte de mortos, um monte de casos". O pensamento deveria ser o contrário: com a divulgação dos dados e o estudo científico, o prefeito, as autoridades não vão ser lembrados como aqueles que tiveram mais ou menos mortos, mas aqueles que cuidaram melhor da sua população. Isso só é possível com uma divulgação exata dos dados. Isso ajuda exatamente para a gente combater essa questão da dicotomia entre economia e saúde. Ou seja, todos nós estamos preocupados com as economias das nossas cidades, sobretudo porque nós sabemos que as populações mais pobres devem sofrer ainda mais. No entanto, esse elemento de a gente pedir uma volta exacerbada e sem os elementos necessários coloca ainda mais em risco a população. Sobretudo eu queria chamar a atenção das cidades pequenas e médias, onde existe uma pressão local dos comércios, que também não têm recebido assistência econômica do governo – demora muito a chegar – e fazem uma pressão para que se volte do isolamento.

Então, colocando como sentido total essas perguntas, o que a gente tem indicado é que haja uma atenção especial nesses eixos, nesses trabalhadores; que eles sejam coordenadas por meio das pesquisas que as universidades têm feito e uma valorização dos profissionais do SUS. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, nós é que agradecemos.

Vamos ouvir agora os convidados que estão presentes. Vamos começar com as mulheres primeiro. Daniela de Britto Pereira, gerente de estudos econômicos da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

A Sra. Daniela de Britto Pereira – Obrigada pela gentileza, deputado.

Eu gostaria de comentar dois pontos. No início desta pandemia, quando a Fiemg encaminhou para o governo federal e para o governo de Minas um rol de propostas – a primeira delas no tema economia –, era para que o Estado abrisse mão do regime, das metas de déficit fiscal, para que provesse à sociedade, apoiasse as pessoas e as empresas a enfrentar as suas dificuldades – e assim as medidas têm sido feitas. Só que nós sabemos que entramos nessa recessão com uma dificuldade fiscal gigantesca. Então, a capacidade do Estado em seguir com essas medidas, em financiar esses programas sociais é finita, e o próprio Estado depende da atividade econômica, do desempenho econômico, para ter receita para fazer face a essas políticas. Então, a gente entra no ciclo vicioso de que, quanto pior estiver a atividade econômica, pior será a capacidade do governo federal, do governo de Minas de prover serviços públicos.

A gente cria à frente outros problemas na capacidade de manter hospitais, manter escolas. A gente já vê isso claramente no Rio de Janeiro, que é um estado que enfrenta problemas fiscais e onde os funcionários dos hospitais não estão recebendo salários – esse é um ponto de atenção. Acho que nesse sentido, diante de uma dificuldade de coordenação do enfrentamento dessa pandemia por parte do governo federal, dado que a gente está com a saída de dois ministros da Saúde, o Minas Consciente é um programa em que o governo de Minas fez uma tentativa de apoiar, ao contrário de delegar para os prefeitos essa decisão de manter o isolamento ou não, e arcar com as consequências. A nossa percepção é que é o contrário. O governo de Minas tem feito uma tentativa de trazer essa coordenação, tem ouvido as diversas frentes de trabalho sem marginalização alguma da ciência, muito pelo contrário. A proposta do Minas Consciente, exatamente por reconhecer as dificuldades – tanto na estrutura de atendimento quanto para a tomada de decisões –, é prover às prefeituras, sobretudo as mais carentes, desde a capacidade de atendimento de serviços de saúde – essa Secretaria de Saúde tem desempenhado um belíssimo trabalho –, assim como em que medida os prefeitos terão condição de menos ou mais isolamento, porque haverá uma oferta de dados de informações, exatamente o que não está acontecendo agora.

Então, eram só esses os meus comentários. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Daniela de Britto Pereira, gerente de estudos econômicos da Fiemg.

Vamos ouvir agora o Dr. Unai Tupinambás.

O Sr. Unai Tupinambás – Obrigado, Presidente. A questão do papel do Estado... Depois nós vamos falar sobre a questão dos negros e negras. Eu acho que talvez o outro lado da moeda dessa crise sanitária e humanitária que nós estamos vivendo é que a população viu a importância do SUS, das universidades e dos institutos de pesquisa.

Quem se prontificou a enfrentar a epidemia de imediato foi, lógico, o SUS e as universidades. A Fiocruz também, meu colega Rômulo, estava presente. Então, acho que talvez nós temos que começar a rediscutir o refinanciamento da saúde e da educação. Primeiro é a discussão da Emenda Constitucional nº 95, que limita o teto dos gastos por 20 anos – isso é uma coisa absurda. Então, o Estado tem que mudar o seu papel. A gente acredita que talvez esse ciclo do neoliberalismo mais radical possa estar no fim. O Estado tem que se reposicionar, tem que investir maciçamente na saúde e na educação, caso contrário vai haver uma catástrofe anunciada que já está a caminho – como a deputada Beatriz falou. Ontem foram mais de mil mortes pela Covid. Então, eu acho que mais do que nunca o Estado tem que se reposicionar, nós temos que revogar essa emenda constitucional, ampliar o investimento na saúde e na educação para poder nos tornar um país menos desigual, menos injusto.

Em relação à pergunta da colega, da deputada Andréia, sobre a questão do negro e da negra, onde se morre mais, é infelizmente a normalização dessas desigualdades. É uma doença que chega nas classes A e B, chega de avião. Lembra-me muito a história do HIV no início da epidemia, que acometia mais a classe média alta que vinha dos Estados Unidos, na década de 1980.

Muito parecida com a Covid. Ela vem de avião e chega nas classes A e B das cidades e se espalha para a periferia. Nada mais é do que... O negro e a negra possuem um acesso muito mais precário à educação, e a prevalência daquelas vulnerabilidades de saúde é maior nessa população. A gente vê negro com mais índices de tabagismo, mais obesidade, mais hipertensão arterial. Ou seja, o acesso à saúde é mais precário. Isso é histórico no Brasil, essa dívida que foi falada aqui, essa dívida com os negros na nossa nação. Acho que isso é uma coisa que veio só a se agravar com essa epidemia, e a gente vai ter que tentar resolver esse problema, a gente vai ter que tratar essas pessoas mais vulneráveis de forma diferenciada. Então, eu acho que infelizmente a epidemia está entrando na periferia das cidades, e isso vai causar uma tragédia humanitária de grandes proporções.

Acho que é com isso que eu queria contribuir para o debate.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Dr. Unai Tupinambás.

Com a palavra, para seus questionamentos, o vice-presidente da Comissão de Educação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Boa tarde, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha, nossos convidados.

Primeiro eu queria dizer que eu coaduno com as posições que foram apresentadas pela nossa presidente da comissão, deputada Beatriz Cerqueira, e eu queria fazer uma reflexão sobre a fala do Prof. Sérgio Henrique. O que ele apresentou aqui no trabalho é exatamente o que eu tenho falado – talvez porque nós sejamos da mesma área. Eu sou geógrafo de formação, parece que você também – a respeito dessa situação em Minas Gerais. Eu escutei atentamente a explanação dos demais convidados, mas eu queria fazer uma reflexão sobre essa fala do Sérgio.

Minas Gerais, depois do Estado da Bahia, é o Estado com maior número de divisas – nós fazemos divisa com seis estados, mais o Distrito Federal – e numa situação de adensamento demográfico diferenciado. Então, existe uma preocupação realmente com a Zona da Mata mineira, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, cuja densidade demográfica é diferente do Norte ou do Nordeste de Minas Gerais. No caso específico, Sérgio, da Zona da Mata...

Eu estou em Juiz de Fora. Você bem colocou que há uma proximidade muito grande com a divisa do Rio de Janeiro. O próprio Sindicato dos Médicos daqui de Juiz de Fora, há duas semanas, acusou que havia mais de dez pacientes que vieram das cidades vizinhas para Juiz de Fora para se tratar. Isso aqueles que se autodeclararam moradores das cidades fluminenses, fora aqueles que possuem relações familiares com pessoas da região. Então, nós temos a 40km de Juiz de Fora uma conurbação formada por Três Rios, Paraíba do Sul, Levy Gasparian, Sapucaia – são cidades fluminenses de onde rapidamente as pessoas chegam a Juiz de Fora. Portanto, há laços familiares, e eles vêm para cá.

Do ponto de vista dessa preocupação nossa, eu e a deputada federal Margarida Salomão, com base nos critérios que foram adotados pelo Estado de Minas, nas divisões em macrorregiões... Juiz de Fora é responsável, por exemplo, por uma macrorregião que engloba 94 municípios com 1.600.000 pessoas; daí se subdivide em microrregiões. Isso só numa parte da Zona da Mata, que é uma região muito grande, com mais de duzentos municípios. Então, nós somos responsáveis por 94. E essa deve ser a situação também que está ocorrendo no Sul de Minas – com Varginha, Passos, Pouso Alegre –, que fica muito próximo da divisa com São Paulo e também abrange diversas cidades do Município de São Paulo.

Então, nós entramos com uma representação no Ministério Público porque a projeção da Secretaria de Estado de Educação, desculpe, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais no levantamento que ela faz é de que Juiz de Fora, por exemplo, teria que ter no pico da pandemia 92 leitos de UTI e 229 leitos clínicos, sendo que a Universidade Federal de Juiz de Fora e a própria prefeitura da cidade estão fazendo uma projeção para meados de junho – quando se indica que vamos ter o pico da pandemia – de 304 leitos de UTI e 799 leitos clínicos. Ou seja, nós estamos a menos de um mês desse ponto e nós ainda não temos nem esses 92 leitos que são projetados pela Secretaria Estadual de Educação... de Saúde. Desculpe, eu estou falando Educação porque eu sou da área de educação e vem toda hora essa palavra na minha mente.

Então, nós entramos com a representação no Ministério Público para poder provocar a própria Justiça, o Estado, para tomarem providência com relação a esse caso, porque nós estamos realmente preocupados. E isso é agravado com essa questão da proximidade com a fronteira. Tenho dito isso sem conhecer inclusive o estudo que você tem feito sobre essa situação. Depois eu queria até ter acesso a ele. Vou buscar esses *slides*, pois não tive condições de vê-los aqui pela TV.

Mas fica uma reflexão e uma pergunta também para você, e acho que também seria pertinente para o Dr. Rômulo ou para o Dr. Tupinambás, se não havia uma necessidade de se transformar essa região de Juiz de Fora ou mesmo algumas cidades do Sul de Minas num polo interestadual. O SUS é universal, e ainda bem que o temos, que é um grande plano de saúde pública, coisa que não existe em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos. Uma pessoa, se não tiver um plano de saúde privado lá, sai com uma conta de US\$34.000,00, se for internado na UTI por Covid-19. Então, ainda bem que temos o SUS. Ele é obrigado a atender emergências. Então, certamente, pessoas terão que vir para cá. Já sabemos o caso do Rio de Janeiro, onde estão instalados hospitais de campanha. No Município do Rio de Janeiro, as pessoas estavam sendo mandadas para Volta Redonda, a 130km. Nós estamos a 160km do Município do Rio de Janeiro, com uma facilidade muito grande de trânsito; é um corredor. É muito fácil transitar pela BR-040.

Então, se essas cidades como Juiz de Fora, Varginha e Pouso Alegre, no Sul de Minas, não deveriam ser transformadas num polo interestadual para poderem, inclusive, receber mais recursos para garantir esses atendimentos que, certamente, virão de outros estados.

Então, é uma reflexão que gostaria fazer, bem como essa pergunta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Betão.

Vamos, agora, passar a palavra ao Dr. Unai Tupinambás e já, ao citá-lo aqui, lembrando da Faculdade de Medicina da UFMG, lembro-me também, Dr. Unai, como professor que o senhor é lá também, que minha mãe foi professora lá durante 30 anos. Então, é uma alegria poder recebê-lo aqui representando a nossa querida Universidade Federal de Minas Gerais, em especial a Faculdade de Medicina. Obrigado.

O Sr. Unai Tupinambás – Então, essa ideia de transformarmos essa região, o Sul de Minas, a região que o colega está representando, e a de Juiz de Fora é interessante porque estamos vendo a pressão sobre Minas Gerais. Se fizesse uma imagem de uma guerra, se estivéssemos enfrentando uma guerra, o vírus está entrando pelas fronteiras para chegar a Belo Horizonte. Talvez termos uma ação articulada entre os estados seria de extrema importância para poder conter essa epidemia. Acho que deve ser discutido, ser aberto o diálogo da nossa Secretaria Estadual de Saúde com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e do Rio de Janeiro, pois seria uma forma de poupar recursos e de ampliar os esforços para poder conter essa epidemia.

Em Barbacena, parece que a prefeitura colocou a cidade em isolamento com *lockdown*. Acho que Juiz de Fora, a continuar aí como o deputado Betão falou, em breve vai ter de lançar mão dessa ferramenta, que é o *lockdown*. Não tenho dúvidas de que isso pode otimizar os recursos do SUS, que, como falei, é um sistema que tem enfrentado essa epidemia de forma bem corajosa, porque muitos profissionais do SUS, temos visto, não têm EPI suficiente para enfrentar isso em algumas regiões de Minas Gerais, mas, sem dúvida, é uma proposta que deve ser pensada entre os três estados aqui da Região Sudeste. Era isso.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Unai.

Vamos passar a palavra, agora, ao deputado Bartô, membro efetivo da Comissão de Educação.

Parece que o deputado Bartô teve um problema de conexão.

Vamos ouvir, então, o deputado Coronel Sandro, para que, como membro efetivo da Comissão de Educação, possa fazer os seus questionamentos. Portanto, com a palavra, com muita alegria, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Boa tarde, presidente. É com muito prazer que participo desta audiência hoje. Quero cumprimentar todos os especialistas que atenderam ao convite da Assembleia e se fazem presentes aqui. Muito obrigado.

Antes, presidente, queria apresentar uma questão de ordem. Queria pedir 1 minuto de silêncio por todas as pessoas que morreram em decorrência da fome provocada pelo desemprego, em virtude do *lockdown*, por favor.

O presidente – Sim, Coronel. Quantas pessoas morreram? Não sei esse número. O senhor sabe informar?

O deputado Coronel Sandro – Não, senhor, mas sei que morreram muitas.

O presidente – Sim. Então, na hora em que tivermos o número das pessoas, com certeza, faremos essa homenagem.

O deputado Coronel Sandro – Perfeito, presidente. Muito obrigado pela negativa.

Disseram aqui, estou acompanhando desde cedo, inclusive na audiência extraordinária, que a questão do combate ao coronavírus virou uma questão ideológica, tentando demonizar a palavra. Sim, é uma questão ideológica. Hoje estamos num ambiente de uma grave questão de saúde, uma grave questão social e uma gravíssima questão econômica permeadas por ideologias. É engraçado, Sr. Presidente, que, no passado, principalmente no governo do PT, nunca ninguém falou em ala ideológica do governo, nunca ninguém falou sobre ideologia. Agora, porque há uma ideologia contrária a isso, essa palavra está sendo demonizada.

Ouvi muitos deputados aí desrespeitando o presidente da República. Acho que isso é um papel muito feio para um deputado. E nós estamos em Minas Gerais numa posição privilegiada pelo fato de o governo do Estado de Minas ter adotado postura diferente da dos governadores esquerdistas deste Brasil afora, que decretaram *lockdown* em seus estados e estão hoje em situação deplorável por número de mortos e contaminados.

Não vou me estender muito em conjecturar. Quero fazer perguntas para os nossos especialistas e gostaria que anotassem, por favor. Repito depois se for chamado.

A primeira pergunta, Sr. Presidente. Gostaria de saber se conhecem o número de mortes causadas por outras doenças infecciosas no Brasil em 2020.

Segunda pergunta: é natural que surtos como esses em países com as populações maiores, como o Brasil, tenham números absolutos maiores do que os que têm população menor?

Terceira pergunta: qual o percentual de casos e mortes no Brasil comparado a outros países e qual a posição do Brasil em termos relativos?

Quarta pergunta: países com menor população adquirem a imunidade de rebanho mais rapidamente do que países que têm uma população grande como a do Brasil?

Quinta pergunta: a Suécia, que é vizinha da França, ali perto, não fez *lockdown*, não fez isolamento social e foi citada pela OMS como modelo de combate ao coronavírus. O que a Suécia tem de diferente do Brasil?

Sexta pergunta, que serve para qualquer um que estiver à Mesa: qual a opinião sobre a declaração e fala do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que para muitos é uma liderança e para mim é um criminoso, que disse, em outras palavras: “Essa pandemia, esse Coronavírus é uma bênção. Ainda bem que aconteceu”. Gostaria de saber a opinião sobre isso.

Sétima pergunta: qual a opinião dos especialistas que estão aí na Mesa sobre o uso da hidroxicloroquina, cujo protocolo é defendido pela pesquisadora e cientista Nise Yamaguchi e que algumas cidades e alguns estados já estão adotando, ou seja, a combinação de hidroxicloroquina com...(- Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Coronel Sandro, tivemos um problema com o áudio de V. Exa.

OK. Agora voltou. Está garantido o seu tempo. Pode continuar usando a palavra, deputado Coronel Sandro. Parece que fechou de novo.

Pode falar, deputado Coronel Sandro. Seu tempo está garantido.

O deputado Coronel Sandro – Onde parei? Até onde não fui ouvido?

O presidente – Até a pesquisadora que apoia a cloroquina.

O deputado Coronel Sandro – Vou repetir, então.

Sétima pergunta: qual a opinião de qualquer um dos especialistas ou de todos sobre o uso da hidroxicloroquina no combate ao coronavírus, que é defendido pela pesquisadora e cientista renomada Nise Yamaguchi? E o protocolo prevê o uso de três medicamentos associados: a hidroxicloroquina, azitromicina e o zinco.

Oitava pergunta: qual a expectativa de tempo para que uma vacina eficaz contra o coronavírus esteja em condições de uso? Se os especialistas sabem. Muito obrigado, Sr. Presidente. É isso.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Sandro. A presidência quer esclarecer que só não acatou a solicitação de V. Exa. porque não temos aqui os números oficiais. Assim que V. Exa. tenha ou também que a Assembleia aqui possa ter, é mais do que justo também fazer 1 minuto de silêncio para aqueles que morrem de fome ou de outras mortalidades no nosso país. Só indeferi a solicitação porque é importante que saibamos o número de óbitos. Pois não, Coronel.

O deputado Coronel Sandro – Já tenho o número.

O presidente – Pois não. Quantos, coronel?

O deputado Coronel Sandro – São 5 mil, segundo o IBGE, no ano passado, média de 500 por mês. Neste ano, com a projeção, conforme os modelos matemáticos que estão sendo utilizados para o coronavírus, defendemos o mesmo patamar.

Então, por favor, gostaria do atendimento à questão de ordem de 1 minuto de silêncio por respeito a essas pessoas e seus familiares.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental o pedido de V. Exa. do minuto de silêncio em relação àqueles que morrem de fome em nosso país.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Vamos, agora, passar a palavra aos que estão conosco de forma remota, aos nossos convidados. Em primeiro lugar, Rômulo Paes de Sousa.

Com a palavra, para as respostas, o Sr. Rômulo Paes de Sousa.

O Sr. Rômulo Paes de Sousa – Anotei algumas perguntas do deputado Coronel Sandro e vou responder às que registrei aqui.

Primeiro, a questão dos números das doenças infecciosas. Não tenho esse número, mas posso encaminhar posteriormente. Essa é uma informação que não é difícil de se obter.

Agora, o que queria alertar é o seguinte: o problema da Covid-19 é que 20% dos casos desenvolvem o tipo de grave da doença; 5% dos casos vão para as unidades de terapias intensivas; e metade destes chegam a necessitar de respiração artificial e metade dos que chegam a esse ponto tendem a morrer. Então, essa proporção faz com que esses pacientes mais graves ocupem os leitos de maior complexidade, gerando um congestionamento no acesso a eles, fazendo com que um conjunto de pessoas, portadoras de outras doenças não tenham acesso a esses leitos. Como consequência, temos não apenas as mortes diretamente vinculadas à Covid-19 mas também mortes vinculadas a esse contexto de crise da atenção hospitalar, que produz muitos casos de óbitos em função disso.

Em estudos feitos na Itália, essa proporção foi de a cada quatro casos de pacientes que morreram por Covid-19 em contexto de colapso do sistema hospitalar, houve mais seis óbitos decorrentes de outras doenças, como apendicite aguda, prenhez ectópica rota, quando a gravidez se dá nas trompas uterinas, e outras circunstâncias desse tipo, cirurgias, portanto, emergenciais que não podem ser realizadas porque não existem leitos disponíveis. Então, nessa relação, quando vamos estimar, fazer a contabilidade dos óbitos que

envolvem a Covid-19, devem ser considerados também os óbitos decorrentes do colapso do sistema hospitalar quando isso chega a ocorrer.

Em relação à imunidade de rebanho, é preciso observar uma questão. Essa estratégia foi apresentada, inicialmente, na Inglaterra, no Reino Unido, e depois foi abandonada por causa do custo – em termos de óbitos – que pode provocar numa circunstância dessa. Por exemplo, existe uma estimativa no Brasil de que podemos chegar até a 100 mil óbitos dependendo do tipo de estratégia, de isolamento social que venhamos a adotar – só vinculados à Covid-19 diretamente. Então é preciso observar que cada estratégia deve considerar também o custo em termos de vidas, de sequelas e em termos de outros óbitos que podem ocorrer, como já expliquei, por conta de outras doenças.

Em relação à questão da Suécia, queria alertar para o seguinte: existe uma diferença muito grande entre como a Suécia está conduzindo a sua estratégia de enfrentamento à Covid-19 e os outros países da Europa. Em primeiro lugar, a Suécia possui um registro único para todos os documentos que cada cidadão tem. A criança, quando nasce, tem esse número, e ele acompanha todos os documentos deste cidadão. Então, o governo, dessa forma, consegue traçar toda a vida trabalhista, previdenciária e de saúde de uma pessoa. É fantástico esse tipo de lógica, de numeração, que é adotado, por exemplo, também no Chile. Cada cidadão possui um aplicativo para acessar as informações do governo. A partir dessas informações, é possível o governo se comunicar diretamente com o cidadão e informar a ele as circunstâncias em que a pandemia está no país e como ele deve se comportar, além de ter havido também um esforço muito grande em relação a espaços fechados. Então, observem que o fato de a Suécia não ter adotado, por exemplo, um isolamento tipo o italiano ou espanhol ou francês não quer dizer que não haja muitas medidas de restrição de mobilidade na prática. Essa é uma primeira questão. Agora, há uma questão desafiadora: embora seja um isolamento menos ativo do que, por exemplo, o da Bélgica, a Suécia teve uma mortalidade menor do que a Bélgica, entretanto muito maior do que a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega, que são países que têm uma situação muito semelhante e adotaram – digamos assim – um isolamento mais convencional ou mais em linha com os outros países europeus.

Uma outra coisa importante sobre a imunidade de rebanho é a seguinte: todos os países hoje no mundo... Neste momento, mais ou menos 4.500.000.000 de pessoas estão em algum tipo de isolamento. Então, aprendemos como lidar com pandemia, e, portanto, essa tem sido uma medida eficaz para a redução dos níveis de infecção da doença. Então, já estamos no planeta com uma certa convergência em relação ao tratamento disso.

Sobre hidroxicloroquina, azitromicina e zinco – esse protocolo –, observem que a hidroxicloroquina e também a cloroquina são uma das alternativas dos vários medicamentos que estão sendo utilizados para combater a doença – é um protocolo que está sendo adotado em todo mundo. A grande questão é quando adotá-lo e em que circunstância. Aí temos clareza de que isso deve ser dado em ambiente hospitalar. Aí temos duas situações vinculadas a isso. Se o sistema hospitalar entrar em colapso, então o paciente não vai ter nem cloroquina, já que ele não vai ter leito para isso ser administrado com nível de segurança, porque é um medicamento que pode ter efeitos colaterais muito graves e, em alguns casos, até levar ao óbito; por isso é preciso cautela em como se utilizar esse medicamento, e isso deve ser feito sob uma prescrição clara; por isso, inclusive, os protocolos recomendam que o paciente esteja consciente do risco que está assumindo ao utilizar o medicamento. Então, ele não serve como uma alternativa, por exemplo, para ser tomado em casa – e muito menos sem assistência médica. Então, ele precisa ser cercado de cuidados ao abordar esse tipo de assunto.

Sobre vacina, eu explicava, então, que temos pelos menos 20 sendo testadas no mundo. É possível, então, que já tenhamos uma vacina desenvolvida até meados do ano que vem. Mas, para que consigamos produzir na escala que é necessária e para que ela seja disponibilizada para todos os países, inclusive o Brasil, com uma população de 210 milhões de habitantes, a expectativa mais otimista é que isso acontecerá no final do ano que vem. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Rômulo Paes de Sousa.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira. Gostaria de pedir, Sérgio, que comentasse, por favor, também as palavras do deputado Betão. Eu deveria ter-lhe passado a palavra para que o senhor também pudesse responder, mas solicito que aproveite este momento também para comentar as perguntas e colocações do deputado Betão.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – OK. Vamos começar, então, pela pergunta do deputado Betão. Concordo muito em algumas coisas. Seria necessário fazermos uma política que temos chamado de transfronteiriça. Existe um elemento de contaminação que deve ser levado em consideração que é o elemento dos eixos e como eles chegam às cidades médias e pequenas, passando por cidades médias de grande aglomeração. Ainda, por exemplo, que Juiz de Fora tenha uma densidade demográfica grande, há uma grande notificação de casos – e por quê? Se tivesse o mapa, ficaria mais fácil de ver – depois encaminho a vocês. Se pegarmos o Sul de Minas – mais especificamente para o Betão e para o restante –, veremos que estamos no meio de dois clusters de difusão: Rio de Janeiro e São Paulo. Então, os casos que temos registrados, já os achamos muito estranhos, porque deveríamos ter uma contabilidade muito maior. Isso certamente está afetando já os leitos, sobretudo das cidades médias e pequenas, porque muitas delas, por exemplo, cidades que estão no entorno de Juiz de Fora, de Pouso Alegre aqui no Sul de Minas, ou de Uberaba e Uberlândia no Triângulo Mineiro, não têm serviços hospitalares de grandes complexidades. Então, a pessoa fica doente na cidade dela e vai buscar esse atendimento nessas cidades que têm esses serviços de alta complexidade, elevando essa questão de que o Prof. Rômulo já falou. O problema não é ser contaminado; é ser contaminado agora e precisar do equipamento médico e não ter. Então, de certa forma, quanto a essas cidades médias que têm serviço de alta complexidade, concordo plenamente: deveria haver a política de tratá-las com maiores recursos e como pontos de atendimento regionais. Vamos esbarrar em grandes questões do pacto federativo; neste momento, há uma ideia de que os recursos devem ser distribuídos do ponto de vista tanto dos casos quanto do porte dos municípios, mas, não, eles deveriam ser distribuídos conforme esses estudos que mostram a difusão do vírus, assim como o tratamento.

Então, vejam bem, pessoal, quando a gente está falando de difusão e de distribuição, estamos falando de um primeiro momento em que há uma difusão que se distribui, e aí começa o contágio entre as cidades pequenas. O que deveríamos fazer? Ter postos de controle e de tratamento.

O presidente – Sérgio, está havendo um problema aí com a sua conexão. Vou passar a palavra para a Sra. Daniela de Britto Pereira e, em seguida, retornaremos com você. Por favor, Daniela Britto Pereira, representando a Fiemg.

A Sra. Daniela de Britto Pereira – Deputado, como as perguntas são muito concentradas na área de medicina, não tenho manifestação para esse assunto.

O presidente – OK. Muito obrigado. Parece que o Sérgio não retornou. Vamos passar, então, ao Dr. Unai Tupinambás. Com a palavra, para as respostas, o Dr. Unai Tupinambás.

O Sr. Unai Tupinambás – Obrigado pelas perguntas, deputado Coronel Sandro. Vamos começar de baixo para cima, da última para trás.

Sobre a vacina, acho que o Rômulo já falou. Quero só reforçar que são seis vacinas na Fase 1. Quando a vacina chega à Fase 1... Tem a Fase 1, Fase 2 e Fase 3. A Fase 1 parece que foi bem bacana, teve resposta, foi segura. Já está começando a Fase 2, que vai ser com um número maior de participantes, de voluntários, e pode ser que a gente consiga, se tudo correr bem quanto à questão da segurança, e, lógico, da eficácia. A Fase 3 é transformada numa Fase 4 e já poder ser utilizada naquela população daquele país. Então, sendo otimista, talvez um ano, um ano e meio; realista, dois anos. Lembrando que temos que produzir 7 bilhões de doses para todo o mundo, porque não adianta vacinar só um grupo. A população do mundo inteiro vai ter que ser vacinada. São 7 bilhões de doses, e a questão logística tem que ser equacionada. Então, é isso, temos horizonte.

O senhor perguntou sobre a hidroxiquina. A gente não tem evidência científica ainda. Tanto a hidroxiquina como a cloroquina com a azitromicina têm uma eficácia comprovada no uso do tratamento da Covid-19. A cloroquina já foi usada em outras viroses, como ebola, zica e chicungunha e no próprio H1N1, com resultados muito contraditórios. Acho que não é uma questão

ideológica. Nós, da área de saúde e, no meu caso, pesquisador e professor, estamos começando três ensaios clínicos na universidade, em parceria com a Fiocruz, para ver se ela funciona ou não. Então, esta pergunta é a mais importante: se ela vai funcionar ou não. A partir dessa resposta científica, a gente vai falar: "Funciona e usa-se em determinadas situações". Não dá para fazer do jeito como está sendo feito no Brasil. Viramos – desculpe-me – até chacota mundial, pois aqui é onde há a prescrição por nosso representante máximo da Nação. E, repito, não existe nenhuma evidência. Queremos que essa evidência apareça. No início da pandemia, se eu tivesse sido acometido pela Covid, acho que eu queria usar a cloroquina. Mas, hoje, tenho muita dúvida se usaria a cloroquina se eu estivesse doente. Lógico, usaria se fosse num ambiente de pesquisa; com certeza, participaria como voluntário dessa pesquisa. Então, espero que a gente consiga, com esses ensaios clínicos que estão sendo feitos, no Brasil, em vários estados, várias universidades, ter uma resposta, em breve, da sua real eficácia ou não.

Só para terminar essa parte do medicamento, acredito também que a gente possa ter um antiviral que possa mudar o rumo da pandemia. Como falei na minha exposição, o antirretroviral mudou a epidemia do HIV. Quem toma não morre e não passa vírus para a frente. Então, a gente espera que vá haver outros antivirais mais potentes e quem sabe a gente possa vislumbrar uma saída mais interessante.

O senhor perguntou sobre morte por milhão e citou a Suécia. Vamos comparar a Suécia com os países daquela região, os países nórdicos. A Suécia tem 370 mortes por milhão de habitantes. Comparar a Suécia com a realidade brasileira não é muito adequado, porque, na Suécia, parece que cada um mora sozinho. As condições culturais e econômicas são totalmente adversas do Brasil. Eles fizeram o autoisolamento. Então, a pessoa morava... Cada caso era um e meio habitante para cada região. Mesmo assim, a Suécia foi campeã de mortes naquela região; umas das campeãs, na Europa, por milhão de habitante. Estou aqui, de frente para o mapa – esse dado é de hoje –, são 370 mortes por milhão. Para você ter ideia, na Noruega, são 42; na Finlândia, 54; na Dinamarca, 95; e, na Alemanha, 96. Quando você compara com a Suécia, realmente, a Suécia ficou muito ruim no mapa adotando essa medida de não isolamento. Mas a população, ao final do processo, se autoisolou. "Espere lá, alguma coisa está acontecendo." E ela se isolou. Então, você vê que, realmente, é complicado. O Brasil está com 84 mortes por milhão de habitantes.

Como disse na minha apresentação, infelizmente não se sabe se chegamos ao teto. O meu receio é que não tenha chegado ao teto. Aí vai ser uma tragédia de proporções inimagináveis. Quando você verifica morte por dia, por milhão por dia, aí ficamos complicados na fita. O Brasil é, talvez, o primeiro país – só está atrás da Inglaterra, que está com 8 mortes por dia, por milhão –, está com 5,5 mortes por dia por milhão. Então, a gente está numa situação muito complexa. Acho que a gente tem que rever a nossa posição nessa questão do enfrentamento da pandemia, articular com o Ministério da Saúde e as secretarias estadual e municipais de Saúde, caso contrário, como eu disse, a gente vai caminhar para uma proporção que a gente não sonhava nos piores filmes de terror.

Costumo falar que, depois dessa pandemia, a pior crise sanitária que aconteceu foi em 1500, quando os portugueses invadiram o Brasil, em que houve uma mortandade de índios por causa de gripe. Talvez, depois dessa crise sanitária, em 1500, essa de 2020 seja a pior crise sanitária que a gente vai enfrentar. A gente não está dando conta, acho que a população ainda não percebeu a gravidade que é. Imagine você morrer em casa... Uma coisa é você morrer no hospital, com cuidado médico; outra, é você morrer em casa, por falta de ar.

Quando você fala da questão, que considero importante, que muitas pessoas morrem por outras doenças infecciosas, o HIV mata por ano, no Brasil, 12 mil pessoas; a Covid, em dois meses, matou 19 mil pessoas. A comparação talvez não seja tão adequada, porque aquilo que o Prof. Rômulo falou também... Se eu deixo o vírus circulando, vou impactar o sistema de saúde de tal sorte que ele vai entrar em colapso, e as pessoas vão morrer de infecção urinária, vão morrer de apendicite, vão morrer de infarto agudo do miocárdio, porque não vai haver profissional de saúde para atender aquela pessoa. Então, é diferente. Temos que olhar isso com um olhar diferente. É claro que não podemos esquecer as doenças crônicas, a hipertensão e diabetes. Temos planos para isso. O SUS tem planos para esse acolhimento. Então, acho que é isso, a gente não pode comparar duas coisas...

Estamos diante de uma crise de grandes proporções, e a gente tem que agir, de forma muito dura, firme; caso contrário, repito, vamos viver a pior situação sanitária do mundo. Fico com receio de a gente passar os Estados Unidos em número de mortes. Os Estados Unidos atingiram em torno de 90 mil mortes esses dias agora, em maio.

A continuar, pelos dados que estou vendo aqui, na minha frente... Posso passar o link para o senhor se inteirar desses dados. São dados gravíssimos! Podemos, como falei também na minha apresentação, em 10 dias, ter 520 mil casos. Com a letalidade de 6%, vamos bater rapidamente, até final de julho, talvez o número de cem mil pessoas. Então, é muito grave.

Quanto à imunidade de rebanho, a gente queria que ela... Comecei a estudar essa pandemia em janeiro – foi a primeira aula que demos no Hospital das Clínicas: "Não, vai ser tranquilo. Daqui a pouco, a China vai soltar um dado de imunidade de rebanho". Quero só deixar claro, para quem está nos escutando, que a imunidade de rebanho é quando a doença se espalha de tal forma que ela não consegue mais encontrar uma pessoa suscetível. Esse dado tem que ser de 60% a 70% para que a gente acabe com a doença. Qual foi a surpresa na China? Foram 5% da população. Você pega os dados que saíram ontem dos Estados Unidos: região de São Francisco, Costa Oeste, 5%; região de Nova York, que foi mais afetada, de 12% a 15%. Na Alemanha, próximo de 23%; na França, 5%. Ou seja, para atingir 70%, vai demorar muitos anos. E o custo para atingirmos essa imunidade de rebanho vai ser altíssimo. A gente fez um cálculo para Minas Gerais: se a gente deixar o vírus caminhar livre por aí, para ele poder contaminar 60%, 70% da população, iremos ter um impacto direto – aí é direto –, de mortes diretas pela Covid. Irão morrer, imediatamente, 145 mil pessoas pela Covid. Ou seja, todos nós ou nós poderemos morrer, ou um parente próximo poderá morrer pela Covid, da pior forma possível, morrer sem assistência adequada. Claro, se uma pessoa – repito – tiver o azar de ter apendicite, ela vai morrer de infecção generalizada, porque não vai haver leito para ser operada. Então, a gente tem que tratar isso de uma forma, deputado, muito mais séria. Acho que não é algo ideológico. Essa questão que infelizmente está ocorrendo aí é uma coisa que está atrapalhado o nosso enfrentamento.

Só para terminar, sobre a questão da fome, é horrroso morrer de fome. Morrem por mês 400 pessoas. Só lembrando que, há pouco tempo, o Brasil foi modelo no combate à fome. Saímos do mapa da fome. A ONU deu... O Brasil foi um exemplo para o mundo inteiro em relação a como se combater a fome. Acho que saímos... Não havia mais desnutrição infantil. A gente vê esses dados se refletindo em nosso dia a dia. Não tivemos mais crianças morrendo de fome, crianças doentes, com pneumonia, com diarreia. Então, a fome foi eliminada. A gente sabe como eliminar a fome no Brasil. Infelizmente, a gente retroagiu à década de 1980. Infelizmente, a gente tem visto o aumento da fome mesmo. Esse modelo – terminando a minha fala – que propusemos nos anos 2000, na primeira década dos anos 2000, eliminou a fome, o Brasil saiu do mapa da fome, uma coisa que foi sensacional. A gente poderia, quem sabe, reativar essas políticas que a gente tinha e que foram canceladas. Voltamos com a fome. Realmente – também concordo com o senhor – é uma coisa muito trágica, num país tão grande, tão rico, as pessoas morrerem de fome.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Unai Tupinambás.

Vamos retornar ao Sérgio Henrique para que ele possa complementar a sua fala, uma vez que caiu a sua conexão. Por favor, com a palavra, Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – OK. Eu estava falando da questão do gerenciamento desse pacto federativo, respondendo à pergunta do Betão. Uma coisa fundamental, pessoal, para conter... A doença se espalha de que forma? Ela tem esse período de difusão e de distribuição. Aí, há uma questão do contágio depois que ela se difunde. Qual é a nossa proposta, inclusive dessa organização transfronteiriça, que necessita de uma organização de comando entre os estados? É que possamos fazer uma organização que controle a doença no seu período de difusão, não de contágio. Por isso os postos de atendimento em alguns centros regionais e, em especial atenção, nos locais onde temos evidenciado que o vírus mais se espalha. Em que locais, nas rodovias, o vírus mais se espalha e leva ao contágio? Trabalhadores de postos de gasolina; trabalhadores e trabalhadoras de restaurantes e postos de conveniência. Então, a otimização da organização do contágio poderia se dar nesses eixos, o que levaria, com certeza, ao que o Betão falou aí, a uma organização mais articulada.

Há outro problema também em relação a isso. As cidades, por exemplo, do Sul de Minas, que já tem um clima mais frio e seco, já apresentam, nesse período do ano em que estamos entrando, casos maiores de doenças respiratórias. Com a pandemia, tendem a se agravar esses casos. Então, se não houver uma ação articulada com relação à difusão, poderemos entrar numa situação realmente muito preocupante.

Emendando com a pergunta do Coronel Sandro, vejam como é preocupante isso. Já temos, nesses dados... Os especialistas Rômulo e Unai já falaram. Não sou especialista nisso; sou especialista na difusão, no aspecto territorial. Vejam: casos de mortes por doenças respiratórias, no mesmo período em que estamos analisando a Covid, chegam, em Minas Gerais, a 987, contra 164, em 2019, o que aponta já uma possível subnotificação; são casos de mortes por síndromes respiratórias agudas graves. Se pegarmos só a última semana que analisamos – e a gente tem os dados –, que é a última semana de abril, veremos que, para este ano, são 102 mortes, enquanto, em 2019, foram 16; para a semana anterior, 132 mortes contra 12 em 2019. Então, pessoal, é muito importante que tratemos isso como uma questão não ideológica, mas uma questão, principalmente, científica.

Quanto à questão, por exemplo, de como é tratada a cloroquina – não sou especialista –, o que temos que fazer? É nos ancorarmos nos estudos científicos, que têm dito que ainda não é momento para o receituário. Gostaria muito que fosse, porque seria uma mitigação desse processo que estamos vivendo. Mas, por enquanto, não é. Então não devemos adotar, precipitadamente, nenhuma medida que não seja baseada em estudo e organização científica.

Eu queria só terminar essa questão que o Coronel Sandro colocou, que tanto os aspectos da fome e de outras mazelas da população são muito importantes, quer dizer, do ponto de vista da violência. Nós tivemos ontem mesmo um assassinato de um garoto de 14 anos dentro da sua casa. Todos esses elementos devem ser considerados como investigação e, inclusive, como decorrências da pandemia, do ponto de vista do desemprego, da economia. No entanto, este é o momento em que a gente tem que olhar para a pandemia, para os seus casos. E eu acredito que qualquer fala que venha no sentido de valorizar o quanto a educação e a saúde são importantes... Não adianta você... As universidades e o SUS foram os primeiros a tomar a linha de frente contra a Covid-19. Então, esse é o encaminhamento: uma maior articulação dos governos estaduais, dessa coisa que nós temos chamado de gerenciamento transfronteiriço entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, para evitar a difusão e fortalecer as instituições públicas para o combate à Covid-19. É isso por ora.

O presidente – Muito obrigado. Vamos ouvir agora o membro efetivo da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e também presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, o deputado Bartô, que terá o prazo de 5 minutos para os seus questionamentos. Com a palavra, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Boa tarde mais uma vez, presidente. Boa tarde a todos os convidados e àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, bem como aos funcionários da Casa. Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de entrar na questão – vamos dizer assim – política. Realmente é muito triste a gente ver o país batendo a marca de mil casos e vir uma liderança tão forte quanto o ex-presidente Lula comemorar que a pandemia veio. A gente vê algumas palavras do presidente atual, que realmente deixam a gente um pouco consternados, como "E daí?" e outras questões, mas acho que não é tão grave quanto comemorar a morte de tanta gente como foi feito. Então, isso merece considerações.

Também gostaria de, ainda nessa parte política, falar que, quando se apresentam dados da China, eu considero irrelevante a análise, uma vez que a China já demonstrou claramente que negligencia dados, fabrica dados mentirosos, persegue pessoas no seu próprio território – a gente viu blogueiros e médicos sendo perseguidos –, e também a questão da censura dentro do país, quando se toca em alguma questão incômoda a ele. Então, realmente, acho que não deve se levar em consideração nenhum dado vindo daquele país.

Voltando agora para a questão da pandemia – e aqui temos especialistas juntamente com a gente –, eu gostaria de frisar que também sou bastante favorável ao isolamento, acredito que este é necessário, porém ele não é a solução. E uma vez que a gente

entende que o isolamento não é a solução, também temos que entender qual é a solução que devemos perseguir, porque, se estender o isolamento, a gente entrará até em outra crise. Como bem colocado pelo Coronel Sandro, há uma preocupação muito grande em consideração às mortes que essa crise, devido ao isolamento, pode causar. O Unicef mesmo falou que nos próximos seis meses irão morrer 1.200.000 pessoas por falta de cobertura da saúde bem como de desnutrição. Então, realmente isso é muito considerável, levando-se em conta que morreram em torno de 300 mil até agora devido à Covid.

Então, as minhas perguntas vão todas nessa direção. Não vou ficar detalhando cada uma, não, mas queria saber dos órgãos – e me volto para a Fiemg, que é empresarial –, quais medidas estão tomando para que possam realmente sair desse isolamento, como enxergam a medida de flexibilização na relação trabalhista, por exemplo, entre outras.

Para as partes que estão mais ligadas a estudos e pesquisas, quais são os indicadores que demonstram o que pode anteceder com uma abertura maior, como funcionam pesquisas de processos e procedimentos que poderiam estar sendo aplicados pelo governo, porque ele cobrar de a gente usar máscara, falar para a gente ficar em casa, falar para a gente tomar as ações, está muito cômodo. Eu estou querendo saber quais as medidas que o governo pode tomar, como barreiras sanitárias, imunização de locais de grande aglomeração, rastreamento de pessoas infectadas – porque não faz sentido parar uma cidade como Belo Horizonte, com 2.700.000 pessoas, por conta de pouco mais de mil infectados. Faria muito mais sentido se você conseguisse ir atrás desses infectados, procurar as pessoas que tiveram contato com eles e isolar de forma eficiente só aqueles que representam realmente risco à saúde pública.

Então, eu fui um árduo defensor do isolamento, fui o primeiro deputado a chegar de máscara na Assembleia, levando esse tema, sei da importância do isolamento, mas, para mim, já está claro que o tempo que a gente tinha para isso acabou. Não dá para a gente postergar esse isolamento ad eternum, e a gente vê os resultados na economia. Quero deixar bem claro, porque muitas pessoas entendem economia apenas como números e então tratam aqueles números como se fossem lucros caindo no bolso de pessoas gananciosas. Mas os números econômicos, na verdade, dizem respeito a empresas produzindo. E, quando elas produzem algum produto, é porque esse produto tem utilidade para as pessoas. Então, são soluções apresentadas. Bem como existem pessoas trabalhando para produzir, recebendo renda também e atendendo todas as suas necessidades diárias. Então, economia é vida, sim, e a gente está começando a matar a própria economia.

Com relação a perguntas de colegas aqui, a Laura gostaria de saber da Fiemg a respeito do impacto na transformação digital nas indústrias, essa questão da migração para a indústria 4.0. Já estou terminando, presidente, só mais duas perguntas. A Celise também gostaria de saber se o Minas Consciente está padronizando a reabertura e como percebe esse comportamento nos municípios, se estão respeitando, como está sendo em cada município, e se há mesmo paralisação de setores industriais, e cita até a paralisação de setores industriais essenciais, neste momento.

E também a Celise gostaria de saber da UFMG se o Minas Consciente, que leva a questão da capacidade hospitalar para determinar as ondas de reabertura, se só esse dado é o suficiente para tomar uma medida de abertura ou não e quais os outros dados essenciais que poderiam ser analisados para abrir essas cidades. E também, se a cidade específica, sozinha, conseguiria determinar como ela deveria reabrir, visto que o próprio Minas Consciente leva questões de macrorregiões, não é? Os hospitais que cuidam de macrorregiões.

Presidente, era só isso mesmo. Muito obrigado a todos pela atenção.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. Pelo que me parece, V. Exa. fez questões à Fiemg – à Daniela – e também à UFMG, na pessoa do Dr. Unai Tupinambás. Portanto, vamos passar primeiro a palavra para Daniela de Britto Pereira, para os questionamentos a respeito da questão econômica.

A Sra. Daniela de Britto Pereira – Deputado Bartô, a Fiemg identificou logo a extensão da gravidade dessa crise sobre a economia. Já inicialmente, havia muitos indicadores que apontavam que essa era uma crise de extensão inimaginável. Desde o início,

a Fiemg deu muitos passos, até porque o Sistema Fiemg tem uma atuação muito ampla – não é só a federação, a gente tem Sesi, Senai, Iel, Ciemg. Então, nós temos uma atividade muito multidisciplinar.

Mas as primeiras medidas, para não falar de todas, foram apoiar o governo de Minas na ampliação da capacidade de atendimento. Tínhamos reconhecido que as medidas de isolamento social eram necessárias e que o principal motivo para isso era evitar o colapso do atendimento do serviço de saúde, como o Prof. Unai bem apontou aqui, e ninguém tem mais dúvidas sobre isso. Então, a Fiemg reuniu esforços juntamente com o empresariado mineiro: fez campanha para a aquisição de respiradores – mais de mil –, a manutenção também de respiradores tem sido feita pelo nosso centro de tecnologia, pelo Senai, apoiamos a construção do hospital de campanha, disponibilizamos inclusive o hotel que a Fiemg tem como ativo para também servir de ampliação de leitos, mas inicialmente não foi necessário. E, agora, estamos investindo em aquisição de testes para as indústrias e para quem também se interessar, e não é simplesmente o teste, mas o teste, a realização do resultado, as orientações, produção de álcool em gel, de EPIs. Então, a Fiemg fez a mobilização da sociedade, principalmente dos empresários, que se engajaram muito. Até agora, a gente está com um projeto inovador de produção de respirador. Uma empresa que trabalhava com bilhetagem de eletrônica para transporte público está com respirador com um custo 10 vezes menor do que tem sido ofertado hoje pelo mercado. Esse respirador já está na Anvisa e faz parte do apoio da Fiemg, através do Senai, da Ciência e Tecnologia. Então isso só para ficar no campo da saúde.

Na parte de economia, há uma relação próxima com o governo federal, com o governo de Minas. Então nós rapidamente reunimos todas as equipes da Fiemg para elaborar propostas que apoiassem as indústrias, as empresas, as pessoas também, no enfrentamento dessa crise. Essas propostas são no campo tributário, trabalhista, econômico, e muitas medidas que foram propostas foram bem-sucedidas, foram aprovadas, faziam todo o sentido. A gente já vinha estudando casos de fora do Brasil e já havia uma equipe preparada. Nós não deixamos de trabalhar em nenhum momento, e essas áreas de apoio, que estavam em contato direto na elaboração dessas propostas, não deixaram de trabalhar o tempo todo na Fiemg nem em home office. Nós também estávamos entendendo que estamos no enfrentamento dessa crise e abrimos a interlocução com todas as entidades, juntamente com o governo de Minas, para que esse plano Minas Consciente fosse elaborado considerando as questões econômicas, com todo o prestígio que cabe à ciência – e o próprio governo de Minas tem adotado essa postura.

Então, vemos no programa Minas Consciente uma tentativa de equilibrar a preservação das vidas humanas, procurando evitar o colapso do nosso sistema de saúde. Isso, pelos indicadores, tem sido bem-sucedido e, por isso, há esse entendimento de que é possível uma flexibilização das medidas de isolamento social de forma segura. A gente tem visto isso acontecer na indústria. São pouquíssimos casos de coronavírus na indústria, porque imediatamente ela se adaptou às medidas de segurança, e isso pode ser reproduzido em outras atividades. Então, o programa Minas Consciente tem como objetivo, uma vez que o próprio Supremo Tribunal Federal já definiu a autonomia dos municípios para adotar suas políticas, calibrar as medidas de isolamento e outras tantas necessárias para o enfrentamento da Covid, dar um apoio, prestar uma orientação aos municípios. Minas tem 853 municípios – todos aqui sabemos muito bem disso – com diferentes realidades. A maioria dos municípios são muito pequenos, sem infraestrutura, e não somente a Secretaria de Saúde está participando da elaboração desse plano, mas todas as outras secretarias, as outras pastas também, desde a construção, para que as prefeituras tenham uma orientação e consigam fazer as tomadas de decisões de forma a evitar o colapso, inclusive, com oferecimento de indicadores, tanto de saúde quanto dos efeitos dessa medida de isolamento, para que isso possa ser revisto constantemente. Nada está definido como pronto e acabado. A gente está num processo de aprendizagem, tanto do ponto de vista da saúde, do tratamento, quanto do ponto de vista da eficácia das medidas. E Minas tem uma realidade muito diferente entre os municípios, e a ideia foi fornecer esse apoio para as entidades.

Para eu não ficar me estendendo muito, finalizo com a questão da indústria 4.0, que você perguntou. O Senai, através do Centro de Inovação e Tecnologia, do CIT, já tinha diversos programas nesse sentido, e nós seguimos trabalhando normalmente, para continuar prestando todo o apoio. Há oportunidades para a indústria, apesar da crise. A gente entende que, com uma tendência do

dólar mais desvalorizado – essa é uma realidade com a qual nós vamos conviver –, haverá uma oportunidade de as empresas conquistarem o mercado, que antes era atendido por empresas de fora. Há uma tendência também de, com essa experiência da dificuldade de suprimentos, que as empresas locais passem a consumir e trabalhar com fornecedores mais próximos do consumidor.

E nesse processo de alteração que já está contratada de mudança de comportamento do consumidor, da necessidade de alteração dos processos produtivos – porque as medidas de isolamento estão também impondo essa necessidade –, o Senai mais do que nunca tem os programas de apoio, tanto na indústria 4.0, quanto na revisão de processos e no desenvolvimento de novos produtos. Como eu falei, uma empresa de bilhetagem eletrônica hoje produz respiradores; empresas do setor têxtil estão rapidamente orientando sua produção para máscaras. Então, isso tudo tem sido apoiado pelo sistema Fiemg.

Nós estamos trabalhando diuturnamente, dando o apoio para garantir que o nosso sistema de saúde seja capaz de atender bem as pessoas, evitar que as pessoas morram dentro de casa – como o Prof. Unai colocou –, assim como dar o apoio necessário às empresas nas diversas frentes de trabalho que o sistema Fiemg é capaz de prover. E também junto com o governo federal e com o governo de Minas primeiro nas proposições de medidas e hoje avaliando o que está dando certo e o que precisa ser renovado, aperfeiçoado. É isso.

O presidente – Muito obrigado, Daniela.

Vamos agora ouvir o membro efetivo também... Ah, desculpe, eu me esqueci de passar a palavra ao Prof. Unai para dar continuidade aos questionamentos do deputado Bartô. Com a palavra, o Prof. Unai Tupinambás.

O Sr. Unai Tupinambás – Obrigado, deputado Bartô. Eu vou responder algumas perguntas que o senhor fez.

Quanto à flexibilização do isolamento, acho importante seu questionamento. Eu acho que o governo mineiro deve fazer umas linhas gerais, umas premissas que devem ser aquelas preconizadas pela OMS também. Eu acho que neste momento é como se fosse uma receita de bolo. Sair como? Logicamente que cada cidade é diferente. No Norte de Minas, em Araçuaí, Montes Claros é diferente de Varginha, Pouso Alegre, Extrema. Eu acho interessante cada cidade adaptar aquela forma de saída.

Há uma outra pergunta que o senhor fez sobre quando sair. A gente acha que Belo Horizonte, por exemplo... Outra coisa em relação a esse quando sair é que a gente tem que entender que a epidemia no Brasil é multifacetada. Há uma epidemia amadurecida em Manaus, há uma epidemia já amadurecendo – vou falar assim – em São Paulo, Rio de Janeiro – talvez naquelas regiões pode estar quase atingindo o seu teto –, e há a epidemia em Belo Horizonte. Como a gente tem visto, Belo Horizonte fez o isolamento, a cidade tem controlado o seu R0 – vamos voltar a falar do R0 mesmo que de forma mais grosseira. A gente tem uma folga mesmo que momentânea de leito de CTI; a gente começou a fazer o estudo sorológico de incidência, que é aquela história da imunidade de grupo. A prefeitura começou a fazer essa semana – vai se repetir a cada 15 dias –, montou um laboratório para poder aumentar a testagem. Então, se esses números continuarem apontando nesse caminho, com essa manobra que existe e considerando os dois meses em que nós estamos ficando no isolamento, talvez a gente vá começar a fazer essa flexibilização, mas com olho no R0, no leito, e também nas cidades que estão próximas de Belo Horizonte, porque a gente sabe que essas pessoas vêm para cá. E claro – já foi falado pela Secretaria de Saúde – que a qualquer momento a gente pode voltar à estaca zero, pode inclusive ir ao *lockdown*. Então, acho que essas premissas preconizadas pela OMS são seguidas de uma certa forma pelos estados e nações que já estão enfrentando essa epidemia.

Só uma notícia que eu não consegui colocar na minha aula foi um dado de agora. Há uma região da China – esqueci, não é Wuhan, não é Hubei –, uma cidade que talvez vá entrar em *lockdown*. São 100 milhões de pessoas que vão ter que voltar ao *lockdown* – parece que lá houve uma segunda onda. Lógico que essa segunda onda vai ser muito mais fácil de encarar – vamos falar assim –, fácil de enfrentar devido aos conhecimentos acumulados. Na Alemanha também já começou a aumentar o número de casos, eles devem tomar medidas mais drásticas de como sair. Então, acho que o mundo inteiro vai ter que conviver com essa história do uso da máscara, por exemplo – talvez será um item de primeira necessidade –, o distanciamento social de 2m.

Nós vamos ter que reinventar como nós vamos dar aulas. Acho que tem que voltar, porque a criança de 5 a 15 anos terá um impacto para a vida toda, isso é muito grave. Nós, adultos, vamos ter um estresse pós-traumático e podemos seguir a vida, mas aquela criança, principalmente a mais vulnerável, pode ter um impacto para toda sua vida. Então, nós temos que olhar esses meninos e meninas com muito carinho. Não só no Brasil; a OMS tem se preocupado, tem falado isso. Na Itália, em 45% e em 50% nos Estados Unidos – desculpe, 25% nos Estados Unidos – não há acesso à internet de qualidade. Então, nós temos que rever essa questão do ensino a distância, melhorar o acesso a essa tecnologia. Eu acho que nós vamos ter que nos reinventar com essa história de reuniões virtuais. Eu já comprei um pacote para dar as minhas aulas para os meus alunos, de uma plataforma que me permite colocar muitos alunos, colocar outros recursos. Nós vamos ter que usar essa ferramenta durante um bom tempo, até haver uma vacina ou mesmo um antiviral. Eu acredito que talvez um antiviral possa vir antes e possa mudar um pouco o rumo da epidemia, mas é uma outra história.

E quanto a sua outra pergunta, sobre a UFMG e a fabricação de respiradores, nós estamos fabricando neste momento EPI. A gente tem as impressoras 3D que estão produzindo EPI; estamos fazendo campanhas, fazendo várias ações de extensão – não vou saber citar todas – em várias faculdades da UFMG para mitigar o efeito dessa pandemia nas populações mais vulneráveis. Inclusive agora nós estamos discutindo com aldeamento indígena, estamos fazendo uma reunião com Xakriabá, Maxakali – esqueci uma outra etnia. Nós estamos tentando fazer uma intervenção pontual nessas aldeias. Houve uma morte – não se sabe se é, foi de um quadro respiratório. Então, é extremamente preocupante, essas populações são ainda mais vulneráveis. A UFMG está sempre nessa ponta tentando contribuir e reduzir esses danos.

Você falou também sobre EPI. O sindicato dos professores da UFMG – o Apubh – doou R\$350.000,00 para o Hospital Risoleta Neves e Hospital das Clínicas para compra de EPI; e parece que vai doar mais. Há uma discussão numa assembleia que pode ser que esse sindicato dos professores da UFMG doe mais.

Há mais uma pergunta sua, sobre parcerias com a Fiocruz. A gente sempre foi parceiro da Fiocruz, há várias pesquisas na parte clínica, na parte mais laboratorial, de bancada com a Fiocruz.

O pesquisador principal desse estudo de cloroquina na profilaxia em trabalhadores da saúde é um colega da Fiocruz. Nós vamos fazer em hospitais do SUS aqui, em Belo Horizonte – Hospital das Clínicas, Odilon Behrens, Metropolitano e Eduardo de Menezes.

Sobre o estudo de vacina que você pergunta, a gente está também na fase pré-clínica. Eu não estou nessa ponta, são os colegas do CT Vacinas do ICB. Essa fase pré-clínica se mostrou interessante, segura – segura não, eficaz. Agora, esse salto para a fase clínica com laboratório, animais não humanos... Vou chutar por baixo que é preciso milhões de reais ou de dólares para poder fazer um ensaio clínico de vacina.

Eu acho que respondi a quase todas as suas perguntas. Caso não tenha respondido, eu estou à disposição.

O presidente – Muito obrigado, professor.

Com a palavra, o deputado Professor Cleiton, membro efetivo da Comissão de Educação, para suas considerações e questionamentos.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, Sr. Presidente. Quero saudar também a presidente da Comissão de Educação, deputada Beatriz Cerqueira. Quero agradecer a presença da Daniela de Britto, dos professores Rômulo de Sousa, Unai Tupinambás, Sérgio Henrique de Oliveira. Também saúdo todos os colegas, deputados e deputadas, servidores da Assembleia e aqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Primeiro, presidente, eu queria dizer que é com muita tristeza que eu estou aqui em Varginha, porque faleceu ontem uma pessoa muito conhecida na cidade, uma enfermeira, Marilene do Prado, e por meio dela eu quero me solidarizar com as quase 19 mil pessoas e as quase 19 mil famílias que perderam entes queridos nessa crise sanitária que já matou muito mais que qualquer outra

doença, agressão ou acidente nos últimos tempos. Fico consternado pela ausência de empatia por algumas figuras políticas, que talvez só perceberão a gravidade na hora em que esses números se transformarem em nomes, como foi o caso da Marilene.

Também queria dizer que nós estamos no momento em que há uma ciclotimia muito grande, uma falta de visão de algumas pessoas que não conseguem perceber que a causa da crise econômica não é o isolamento social, mas o próprio vírus. O vírus é que está causando essa crise econômica que veio desnudar um modelo que precisa ser implodido: o modelo de informalidade no trabalho, o modelo de uma escravidão moderna que a gente está vivendo. E também quero lamentar a falta de articulação política, porque essa crise econômica é também causada pela ausência de articulação política, já que nós estamos vendo que os recursos estão disponíveis mas não chegam como deveriam.

Eu trago aqui alguns questionamentos também do nobre amigo, colega e deputado Glaycon Franco, que muito contribuiu na construção de algumas perguntas. Eu queria fazer uma pergunta de uma forma geral e depois uma outra pergunta específica para os nossos convidados. De uma forma geral, para os três professores; queria que os três respondessem a esse questionamento. No ano passado nós tivemos aproximadamente 6 mil bolsas que foram cortadas da Capes e 84 mil bolsas que foram cortadas do CNPq. Houve também um desmonte muito grande em relação à questão da pesquisa no Brasil, um desmonte da produção científica brasileira. Ao mesmo tempo, a nossa Fapemig foi cada vez mais sucateada – apenas 20% do orçamento foi cumprido no Estado de Minas Gerais. Como esse desmonte da pesquisa científica está se refletindo neste momento de crise sanitária que nós estamos vivendo?

A pergunta do Dr. Glaycon Franco, e eu complemento, para a Daniela de Britto, que já teve a oportunidade de ser assessora de Planejamento do governo de Minas Gerais e, então, possui uma expertise também na área da gestão pública: como você tem visto essas políticas adotadas em relação a financiamentos disponibilizados para micro, pequenas e médias empresas do Estado de Minas Gerais? Particularmente vejo que acordaram muito tarde para isso. Inclusive, ontem nós vimos que uma das questões mais importantes, que era aquela carência de oito meses, foi vetada pelo presidente da República.

Uma pergunta importante do Dr. Glaycon Franco, complementando: quais as dificuldades que o setor tem enfrentado e como a Assembleia Legislativa pode contribuir neste momento no processo até de desburocratização em relação a essa ajuda às micro e pequenas empresas?

Na figura do Dr. Rômulo Paes, da Fiocruz, eu quero saudar todos os cientistas, todos aqueles que como eu são apaixonados pelo SUS e também pela ciência. A gente percebe, Dr. Rômulo, como são importantes neste momento as instituições públicas e o fortalecimento do Estado. Cada dia nós percebemos que o Estado se torna mais importante em prover às pessoas mais pobres, mais vulneráveis, com as suas necessidades mais básicas. Por isso, a ciência possui um papel importantíssimo, relevantíssimo neste momento. Na figura do senhor eu quero saudar, então, todos os nossos cientistas. Como o senhor é um epidemiologista, PHD em epidemiologia, inclusive exercendo funções importantes nessa área, como o senhor tem visto as informações que têm sido divulgadas pelo Ministério da Saúde do Brasil e pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais? Na sua opinião, existe, de fato, uma subnotificação? E, se existe essa subnotificação, como nós podemos mudar essa situação até que se tomem medidas mais seguras no Estado de Minas Gerais principalmente? O senhor avalia que os testes rápidos disponíveis no mercado são eficazes para uma testagem segura?

Mais uma vez, agradeço a contribuição do Dr. Glaycon Franco nessas perguntas.

Para o Dr. Unai Tupinambás: Prezado Dr. Unai, na condição de infectologista e também especialista em medicina tropical, com uma brilhante trajetória profissional, vasta experiência na área, considerando os índices relativamente baixos de contaminação e óbitos divulgados pela Secretaria de Estado de Saúde em relação a outros estados da Federação e os brilhantes estudos que foram divulgados pela UFMG, considerados, de longe, os melhores do Brasil, informando que podemos ter 16 vezes o número de casos considerados hoje; e, ainda, os estudos feitos pelo Prof. Leonardo Ribeiro, também da UFMG, e pelo Prof. Américo Tristão, do Departamento de Física da Ufop, que apontam que no Brasil existe um baixo índice de testagem em relação a outros países, podemos

afirmar que possuímos dados suficientemente sólidos para estabelecer políticas públicas de flexibilização do isolamento social? O senhor já discorreu sobre isso, mas eu queria que o senhor se aprofundasse, porque eu trago uma preocupação – depois o Prof. Sérgio Henrique pode falar disso também.

Aqui, no Sul de Minas, a flexibilização já aconteceu, até porque houve transferência de responsabilidade do governo do Estado para os prefeitos, que, pressionados pelos comerciantes e afins, fizeram essa flexibilização no momento em que o frio chega e no momento em que São Paulo, Prof. Sérgio, decreta um feriado. Eu acabei de receber aqui, Sr. Presidente, informação de que o pessoal de Poços de Caldas está apavorado, porque está todo mundo indo para lá; os paulistas passando o feriado em Minas Gerais. Não seria hora de fechar também as nossas fronteiras com São Paulo, Prof. Sérgio? Depois o senhor me responde.

Ainda para o Prof. Unai: na sua visão, quando, de fato, acontecerá o pico? Ele tem sido transferido constantemente.

Finalmente, a última pergunta para o Dr. Sérgio – já fiz algumas abrindo um parêntese aí: as medidas de barreiras sanitárias, Prof. Sérgio, adotadas por outros estados da Federação não poderiam ser indicadas também para Minas Gerais? Em que momento isso seria recomendado?

Agradeço, presidente. Desculpe por me alongar, mas acho que a contribuição de um médico como o Dr. Glaycon Franco para aprimorar as nossas perguntas foi importante neste momento. Quero reiterar: viva o SUS, viva a ciência e vivam as nossas instituições públicas!

O presidente – Muito obrigado, deputado Professor Cleiton. Colaborando com V. Exa., além de Poços de Caldas, Muzambinho também já determinou o fechamento com barreiras e também outras cidades, no Sul de Minas, já começam inclusive... A Veja agora está noticiando o grande risco; a Prefeitura de Extrema também não está deixando, não está permitindo a entrada de veículos com placas de São Paulo e de outras tantas cidades no Sul de Minas, preocupada com a questão da vinda dos paulistas, que sempre chegaram com alegria para nós, como turistas, mas agora se transformaram, infelizmente, num risco de contaminação dos mineiros.

Com a palavra, o Sr. Rômulo Paes de Sousa, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz.

O Sr. Rômulo Paes de Sousa – Obrigado, presidente. Obrigado, deputado Cleiton. Eu gostaria de abordar as perguntas que o senhor me dirige da seguinte forma: a questão dos cortes de bolsa, obviamente, faz parte de um aspecto mais amplo que envolve o desfinanciamento do setor público que vem acontecendo no Brasil e em outros países nesta década, vinculado às políticas de austeridade econômica que cresceram em termos de relevância enquanto política econômica para os países, principalmente após 2013. Esse tipo de situação afeta simultaneamente a saúde e a educação, mas afeta também a saúde e a ciência.

Estudos sobre austeridade que aconteceram em vários países da Europa, por exemplo, observaram como políticas de restrição ao financiamento do setor público afetaram tanto na provisão de serviço, na gestão dos serviços, como no monitoramento dos fenômenos de interesse, sejam de educação, sejam da saúde. Então, esse tipo de situação fragiliza a atividade pública a partir de várias circunstâncias que envolvem a precarização do trabalho, a redução, na verdade, da jornada de trabalho – incluindo-se a jornada de trabalho de cientistas em função da ausência de financiamento –, o fechamento de unidades e a perda de qualidade na provisão desse tipo de serviço. Esse foi um fenômeno importante.

É curioso que, quando nós encontramos a pandemia, ela nos encontra – em países como o Brasil e outros – muito enfraquecidos, em função dessas políticas que restringiram sobremaneira o investimento público. No caso brasileiro, houve uma restrição, inclusive, da capacidade de investimento em ciência e tecnologia. O Prof. Unai chamou a atenção há pouco – eu queria recordar isso – para o fato de que a pandemia evidencia a necessidade de termos capacidade de responder a uma crise desse tamanho, tanto pelo setor de saúde quanto pela produção científica. Perguntas que são feitas: "E a vacina? E o medicamento? Quais são as estratégias de monitoramento?". Tudo isso é ciência, tudo isso é tecnologia. Ao mesmo tempo, houve decréscimo de investimento nessas áreas. Portanto, a questão que fica é: o que acontecerá depois da pandemia? Isso porque, em algum momento, ela passará,

obviamente a partir da produção de conhecimento, da conversão desse conhecimento em tecnologia e da possibilidade, portanto, de tratarmos, imunizarmos ou fazermos as duas coisas em relação à população do planeta todo.

A pergunta é: continuaremos esse caminho do desinvestimento na educação, na saúde, na ciência, ou nós faremos uma realocação de recursos que privilegiará estas áreas em detrimento de outro tipo de investimento? Então, essa pergunta precisa ser feita para todos. Não é apenas uma decisão do Estado, é uma decisão também do consumidor, do eleitor, do cidadão no sentido mais geral.

Então, há este momento e a pandemia, de uma certa forma, coloca-nos todos diante do espelho para respondermos: qual é o lugar do Estado? Qual é o lugar do investimento público? Qual é o lugar dessa alocação de recursos neste mundo onde crises desse tamanho podem se repetir? Vejam que há possibilidade de determinados vírus saltarem a barreira de espécie e haver outras pandemias – já tivemos várias nos últimos 20 anos. Eles podem se colocar novamente. Então, a pergunta é: como nós estaremos nesse momento?

No ano passado, foi feito um ranking de países que estariam em melhores condições sanitárias para responder a crises emergenciais na área da saúde.

Em primeiro lugar, sem surpresas, Estados Unidos; em segundo lugar, o Reino Unido. Vejam o que aconteceu: neste ano, esses dois países, apesar de contarem com muita competência agregada, enfrentaram e estão enfrentando situações muito adversas, por causa das dificuldades de responderem e de mobilizarem, de forma adequada, os recursos de que dispõem para enfrentar a pandemia, o que implica, para nós, que a gestão conta. A capacidade de resposta adequada conta também. Portanto, precisamos repensar os nossos modelos, os nossos padrões de decisão, diante de fenômenos desse porte.

Quanto à questão das informações, o importante, em primeiro lugar, é ter consistência na escolha dos modelos. Existem subnotificações em relação ao número de casos e em relação ao número de óbitos, no mundo todo. No Brasil, é, particularmente, mais importante, porque já temos uma competência agregada em relação a isso. Então, poderemos estar melhores. Entretanto, é possível fazer estimativas, como estamos fazendo, em relação a isso. Agora, é importante que sigamos um padrão, porque, se não seguirmos esse padrão, se não conseguirmos fazer estimativas convincentes, as pessoas também não vão entender qual é o seu lugar nessa pandemia. A responsabilidade é do Estado, mas também é do cidadão, é também dos vários atores, sejam eles da atividade econômica, do meio cultural, religioso, enfim, os atores em geral, animadores culturais, por exemplo, agindo de uma forma coordenada. Então, é preciso que as informações tenham um padrão e que as estimativas que possamos fazer a partir das informações, ainda que elas contenham subnotificação, mantenham a regularidade, mantenham uma coerência e mantenham uma consistência.

Em relação aos testes rápidos, temos tido muitos problemas em relação a isso. O que acontece é que muitos desses testes que estão disponíveis no mercado são de má qualidade. Muitos! Os laboratórios privados têm testado, e alguns, já se observou, não chegam a ter uma sensibilidade, ou seja, a capacidade de identificar corretamente quem é infectado era inferior a 30%.

O segundo problema é a disponibilidade dos equipamentos necessários para esse tipo de exame, por exemplo, aquilo que parece um cotonete grande para fazer a colheita e fazermos, no caso, essa colheita da saliva, que é importante para que a gente entenda como isso funciona. Notem que há falta disso no mercado, há também a questão da forma de colher o material para exame e, por fim, problemas envolvendo laboratórios. Agora, em Belo Horizonte, por exemplo, temos plena capacidade de fazer isso, mas ainda, nesse sentido, estamos com uma defasagem em relação a essa questão.

Por fim, queria alertar que existem determinados paradoxos nessa pandemia: paradoxos em relação à necessidade de um Estado forte, um Estado capaz de responder a uma crise desse tamanho e, ao mesmo tempo, um momento de fragilização desse mesmo Estado; um paradoxo em relação à necessidade de uma articulação internacional para o enfrentamento disso e um momento em que os países têm muita desconfiança em relação a outros e uma desconfiança no interior desses próprios países. Mas, na verdade, o que precisamos é, justamente, confiar, ser solidários, ser altruístas e, portanto, acreditar nas pessoas, nas instituições e nos países. Também há um paradoxo em relação à necessidade de encontrar uma saída que seja adequada, em um momento tão complexo, sobretudo para a América Latina, em que estamos em isolamento social e vamos precisar mantê-lo, em função das nossas

dificuldades, mas fazendo esse isolamento com muita heterogeneidade, exatamente como os senhores acabam de alertar: enquanto vemos municípios fechando barreiras, existem outros municípios desconhecendo uma regra qualquer de isolamento social. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Rômulo Paes de Sousa.

Vamos ouvir agora o Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – Obrigado pelas perguntas, deputado Cleiton; foram muito interessantes. Vou responder só uma parte delas, porque foram muitas, e o Prof. Rômulo já falou de algumas.

Primeiramente, sobre o desmonte da pesquisa, esse elemento é muito importante. Temos sofrido nos institutos federais, desde o ano passado, um corte de verbas muito grande, que levou, inclusive, a gente a ter, por exemplo, no campus de Poços de Caldas, uma redução de 40% nos nossos recursos orçamentários, e tivemos que escolher os alunos que teriam as bolsas internas, os alunos que teriam assistência estudantil, o que levou, inclusive, vários alunos a abandonarem o curso, pois ficaram sem condições de se manterem. Isso é interessante porque, mesmo diante dessa desestruturação que já vem de antes, uma espécie de desestruturação inclusive das cadeias produtivas da pesquisa no Brasil, as universidades assumiram a linha de frente dos estudos, das pesquisas. E isso nos mostra a importância que têm essas instituições para a Nação brasileira; a importância que tem isso para a sociedade como um todo.

Então, deputado Cleiton, acho importante levantar esse elemento para que a gente possa, no final dessa pandemia, voltar a ter uma articulação entre a ciência e as políticas públicas. Agora estamos num momento de resolver o problema, mas, depois, que a gente possa trazer à reflexão a importância disso, que é muito salutar para a sociedade.

Com relação ao fechamento de fronteiras, acho que há uma questão que é a seguinte: estamos numa estratégia de guerra mesmo, a ideia é essa. A ideia é travar trincheira, na qual a gente possa ficar até a pandemia passar. Essa é a ideia. Se a gente sai da trincheira agora, a gente pode sofrer tiros, e isso não pode acontecer. Só que daí temos um problema relativo à autonomia municipal. Temos uma autonomia política municipal, mas não autonomia financeira. O financiamento das próprias empresas que estão nos municípios e da população mais carente vem do nível federal. Aí, no município, o prefeito fica muito mais suscetível à pressão dos empresários da cidade, que, obviamente, querem que volte o comércio. Então, com esse elemento é difícil lidar. No Sul de Minas, como você bem disse, houve uma abertura enorme nas últimas duas semanas. Qual foi o resultado disso? Em Poços de Caldas, por exemplo, tínhamos, antes de ontem, 4 internações em leitos de UTI, devido à Covid; agora, temos 11. Esse dado é de ontem. Quantos leitos temos na cidade? Temos 47 e 30 públicos. Então, esse elemento de mudança de um dia para o outro – vamos ver como termina o dia de hoje – já é preocupante, sendo que a gente adotou aqui, em Poços, uma abertura gradual. Então, o que temos que fazer agora? O principal é termos uma estratégia inteligente e de otimização. Qual é ela, na nossa opinião? É você ter um controle de barreiras sanitárias nos maiores fluxos, porque assim a gente pega a difusão no começo, antes do contágio. Não vale a pena você adotar a medida apenas de bloquear a entrada, porque, se a gente bloquear a entrada, criará ainda mais pressão na prefeitura. "Bloqueia e não entra ninguém". Isso dura quanto tempo? Cinco dias? Uma semana? Logo o prefeito terá que retomar. Então, o que tem que haver? Um acompanhamento de postos de controle, em que a pessoa seja testada, mesmo que seja de forma ainda muito precária, com os testes rápidos. Mas é o que a gente tem. Como o Prof. Rômulo falou, há uma polêmica sobre isso, mas é preciso fazer o teste, encaminhar para o hospital, ou seja, dar prosseguimento ao tratamento.

Outra coisa importante, dentro disso que foi perguntado: como a doença agora está vindo para cidades menores e pequenas, onde existe uma série de populações desassistidas, quando o vírus entra nessas populações, causa maior estrago. Estou falando de populações como os quilombolas e os indígenas. Esse tipo de população está nesses municípios pequenos, onde a doença agora tem evoluído; agora é que ela está chegando. Então, esse é um elemento também fundamental dessas políticas de articulação que deve

haver, porque são populações que geralmente já são desassistidas no serviço público e, quando a doença chega lá, é mais difícil de contê-la. Então, uma das coisas que a gente precisa conhecer – e a gente conta, por parte dos institutos e da universidade, com vocês para isso – são os dados; que os municípios divulguem os dados em tempo real e da forma mais profunda possível. Por exemplo, não dá para pensar em abrir cidade se a gente não sabe em que lugares estão existindo os casos, em que lugares estão ocorrendo as mortes, porque isso ajuda a gente a ter um controle e uma organização territorial da abertura: onde tem que haver o controle e quais hospitais são mais afetados.

Por fim, a questão econômica é fundamental, porque agora existe uma criatividade, inclusive dos empresários, que deveriam tomar parte neste momento. O que demandamos dos empresários agora, neste momento? Por exemplo, que readaptem as suas cadeias produtivas para serviços hospitalares, serviços médicos. Em vez de a gente pensar apenas em reabrir o comércio, temos também de pensar em que tipo de comércio, que tipo de indústria a gente tem que ter para este momento tão difícil. Isso porque não há coisa pior para a economia do que as pessoas morrendo nas calçadas. Esse é o grande problema econômico nosso. O problema econômico é humano. Então, as pessoas... Se a gente não tratar da doença agora, depois vai ser mais difícil sair dela, porque depois da primeira, virá a segunda onda, e a gente continuará despreparado. Obrigado. É isso por enquanto. Estou à disposição.

O presidente – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora a Daniela de Britto Pereira, gerente de Estudos Econômicos da Fiemg, para os esclarecimentos.

A Sra. Daniela de Britto Pereira – Deputado Cleiton, V. Exa. perguntou sobre o financiamento para pequenas e microempresas. Além de ter servido ao governo de Minas como assessora de planejamento, também fui gestora de finanças em instituição financeira. Na minha gerência hoje, na Fiemg, também temos um núcleo que dá apoio às empresas no acesso ao crédito. Nós somos, há mais de 18 anos, posto de atendimento de informação do BNDES aqui, em Minas, correspondente bancário do BDMG e também correspondente bancário do Sicoob Credifiemg, que é a cooperativa do sistema Fiemg. Então estamos muito próximos das dificuldades das empresas neste momento. Todas as vezes que tentamos informar às empresas sobre essa dificuldade, temos sido bem-sucedidos ao explicar primeiro o negócio da instituição financeira dos bancos, porque já há uma percepção de que os bancos têm lucros exorbitantes, que é o momento de dar dinheiro para as empresas, para salvar as empresas, e não é assim que funciona.

Então, rapidamente, de forma bem didática, o negócio de uma instituição financeira é comprar e vender dinheiro. Ela compra dinheiro daqueles doadores de recursos, de quem têm poupança ou dos seus acionistas. Ambos são investidores e exigem uma remuneração para deixar seu dinheiro no banco. Esses recursos dos doadores, que a gente chama de ponta doadora, essa captação que os bancos fazem é o recurso que os bancos usam para emprestar. E ele empresta com uma taxa superior à que ele tem que remunerar a seus acionistas ou a quem está investindo no banco. Então, o senhor, por exemplo, para colocar o seu dinheiro numa instituição financeira que não tem uma classificação de risco boa, não é conhecida, em que há uma percepção de risco, vai exigir um prêmio maior para deixar o seu dinheiro. Não vai querer um investimento com uma taxa de 1%, que é a mesma que você teria no Banco do Brasil, por exemplo. Então, essa questão de risco tem que ficar clara para o tomador de recursos, porque, diante de uma crise econômica, de uma recessão contratada, a percepção de risco dos bancos aumentou muito. Essa percepção de risco é transferida para a taxa de juros. Os juros estão mais altos, as taxas estão mais elevadas e as condições de crédito são piores. Os bancos também, diante dessa percepção aumentada de risco, não estão estendendo os prazos de pagamento. É outra realidade.

Agora, do ponto de vista econômico, tirando a questão específica das finanças da instituição financeira, sob a ótica do banco que empresta dinheiro, a gente ainda convive com outra situação. Economicamente, a demanda por crédito aumentou, e a oferta permaneceu quase inalterada. Não! Mentira, porque o Banco Central imediatamente tomou medidas no sentido de aumentar a liquidez, reduzindo depósitos compulsórios. Ou seja, aquele montante de depósitos feitos nos bancos, que têm que ficar no Banco Central, ele liberou isso para que essa oferta de crédito pudesse ocorrer, flexibilizou algumas medidas de provisionamento de risco de crédito. Menos provisionamento significa mais recursos para os bancos emprestarem. Mas, ainda assim, essa relação de oferta e

demanda de crédito está desequilibrada, e todas as vezes que a demanda é maior do que a oferta a taxa de juros também sobe. Essa é a lógica econômica da taxa de juros.

Por último, a lógica de que quanto maior a necessidade de financiamento público, quanto maior for o déficit público – e o déficit público sendo financiado através de emissão de dívida –, menos interessante será para o banco emprestar para uma empresa A ou B, tomando o risco dessa empresa numa situação tão crítica como essa, se ele tem a oportunidade de emprestar para o governo federal.

Então, eu chamo a atenção para esse ponto, por quê? Isso significa que, quanto maior a dívida pública e a necessidade de financiamento, maior tende a ser a taxa de juros no Brasil. Isso tem um efeito deletério para a economia.

Isso tudo posto, deputado, falarei agora sobre a realidade: quem já tinha crédito continua tendo crédito em condições um pouco menos favoráveis, como eu expliquei, e quem não tinha crédito agora tem mais dificuldade ainda. Essa é uma realidade porque a percepção de risco aumentou muito, e a micro e a pequena empresa são o grupo de empresas que já tinha mais dificuldade de acessar crédito, pela gestão mais deficitária, pela dificuldade de demonstração de balanços e por haver muita informalidade nas suas relações. Então, já era um grupo mais vulnerável.

O governo federal lançou uma série de medidas, como a prorrogação de pagamento de parcelas das dívidas das linhas do BNDES, e os bancos comerciais também entraram nisso, adiando o pagamento em até 90 dias. Isso foi possibilitado por causa das medidas de aumento de liquidez que o Banco Central promoveu. Ele também criou linhas de financiamento da folha de pagamento, disponibilizando quase R\$40.000.000.000,00 em recursos. Mas essa foi uma linha somente 1,5% acessada, tanto por micro como por pequenas empresas, por quê? Porque a empresa não podia demitir o funcionário que fosse financiado por essa linha de crédito, então as empresas perderam aí um pouquinho da flexibilidade para a gestão da sua mão de obra; e a empresa tinha que ter a folha de pagamento processada pelo banco – micro e pequena normalmente não têm isso, então essa foi uma linha de crédito que, embora tenha sido concedida com 85% de recursos do Tesouro e somente 15% dos bancos, não deslanchou. E porque também o próprio governo federal deu uma outra opção na gestão da mão de obra: fazer a redução de jornada de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho. Muitas empresas optaram por essa medida ao invés do financiamento da folha. Então, as outras linhas que saíram não estão chegando para as empresas, e o governo federal já entendeu que a única forma de fazer com que o crédito chegue às empresas é ele colocar o próprio recurso – os bancos não vão correr esse risco agora.

Nós temos reuniões frequentes com o Ministério da Economia. A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade abriu um canal de diálogo com o setor produtivo para ouvi-lo, e eu lhe falo que em todas as reuniões de que nós já participamos – já ocorreram aproximadamente 13 reuniões, só de abril para cá –, todo o setor produtivo tem reclamado do crédito. E o governo federal veio com a última e esperançosa medida do Pronampe, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sancionado na segunda-feira pelo presidente Jair Bolsonaro, mas com veto. O que há de diferencial nesse programa é que o governo federal vai fazer a capitalização de R\$15.900.000,00 do Fundo de Garantia de Operações, e esse fundo vai garantir as operações de crédito das empresas, ou seja, reduz o risco do banco como prestador, como ofertante de crédito. Só que esse projeto, como foi vetado, volta agora para o Congresso para saber qual será a avaliação desse órgão; vai ter que passar pela Câmara e pelo Senado. Enquanto isso, o crédito continua não chegando para as empresas. Essa é uma dura realidade em um momento em que a queda de receitas é enorme – eu mostrei isso aqui na minha apresentação: as perdas de faturamento dos setores de serviços, do comércio, da indústria –, e os custos fixos se mantêm. Para não se manterem, a alternativa vai ser diminuir custos de mão de obra e aí a demissão. Então, o crédito é fundamental neste momento em que as empresas estão passando por essa situação, mas ele está aí com esse impostamento, uma percepção de risco muito aumentada e, ao mesmo tempo, com esse retrocesso do Pronampe, que era a esperança para as micro e pequenas. E, para as empresas de porte mais elevado, também existe o Fundo Garantidor para Investimentos, com o mesmo propósito. É isso o que eu tinha para comentar. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Daniela, pelas palavras, pela contribuição.

Vamos ouvir agora o Dr. Unai Tupinambás, professor da UFMG.

O Sr. Unai Tupinambás – Obrigado, deputado Cleiton, pelas perguntas. Vou começar pela mais simples que é quando será o pico. A gente não sabe quando vai ser o pico exatamente. Nós tínhamos uma esperança de que, pelo menos em Belo Horizonte, esse pico não acontecesse ou, se acontecesse, não fosse um pico, fosse uma coisa mais achatada, o tal do achatamento da curva. E mais: nós estávamos com esperança também, com as medidas que foram tomadas, de que esse pico não fosse um pico, fosse um nível endêmico de casos ao longo dos meses. A gente calcula que, pelo cenário atual falado aqui, com a pressão desse vírus que chega pelo Sul, pela Zona da Mata, por Juiz de Fora, pode acontecer um pico em Minas Gerais a partir do final de junho, início de julho. E a gente, aqui em Belo Horizonte, como a gente estava falando, teve essa vantagem de estar – repetindo – no último país aonde a doença chegou, no último continente aonde a doença chegou. Nós nos preparamos; pelo menos, a cidade de Belo Horizonte, o SUS BH se preparou – lembrando que o SUS BH é uma construção que vem de longa data. Talvez o melhor SUS de capital do Brasil seja o SUS BH. Ele é muito bem estruturado, a atenção primária e os técnicos da Secretaria de Saúde são extremamente competentes. Então, a gente conta com esse know how, conta com esse conhecimento que nós adquirimos nas pesquisas que foram acontecendo. E esse instrumento que nós estamos utilizando, já há algum tempo, que todo mundo está utilizando, na verdade: a máscara... Essa campanha do uso da máscara – aqui foram doadas mais de 2 milhões de máscaras para a população mais vulnerável –, a gente acha que pode impactar, sim, na transmissão da doença, e a saída poderia ser também um parâmetro para a segurança. É claro que, quanto à saída do isolamento, a gente que é da área da saúde, que transita na saúde pública, que é infectologista, acha que só deveriam sair quando houvesse uma vacina; mas isso é impraticável.

Então, com essas métricas que nós estamos usando: R0, leito de CTI, leito de enfermaria, a gente, hoje, tem uma margem de manobra que nos permite colocar o pé para fora e voltar, se for necessário. Então, acho que essa tentativa agora – que talvez a gente consiga, não sei se Belo Horizonte vai fazer isso a partir da semana que vem, a partir do dia 25 – seria colocar o pé para fora, olhar como é que está o ambiente e, lógico, monitorar nossos casos de síndrome respiratória grave, de síndrome gripal; vamos ver essa pesquisa que já está sendo feita de incidência sorológica e avaliar, a cada dia, se a gente poderá continuar nessa flexibilização ou se deveremos recuar. Muito provavelmente – já falei aqui, deputado Cleiton –, talvez a gente vá e volte. Vai ser algo como uma gangorra: vai sair e vai voltar, vai sair e vai voltar e assim sucessivamente até a gente ter – repetindo – uma vacina ou, quem sabe, um antiviral barato, fácil, por via oral e potente, para mudar o curso da epidemia. Acho que é isso e que respondi.

Só voltando à questão do pico, a gente não tem ideia. Esse pico era para ter acontecido em abril. Só repetindo mais uma vez: essa postura nossa, em Belo Horizonte, de fazer o isolamento postergou esse pico. E foram muito bons esses dois meses – repetindo mais uma vez para quem não ouviu no início – que ganhamos aqui, em Belo Horizonte. Isso foi extremamente importante para nós – eu repito aqui –, para a equipe do CTI, principalmente, aprender com os novos dados da ciência sobre como abordar melhor esses pacientes com o quadro mais grave. Espero ter respondido para o senhor.

O presidente – Muito obrigado, professor. Vamos passar agora a palavra ao presidente da Comissão de Saúde desta Casa. É o último a falar, mas sempre, com a sua capacidade e a sua experiência, é uma voz boa de ser ouvida aqui. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta, que preside a Comissão de Saúde, para seus questionamentos.

O deputado Carlos Pimenta – Boa noite, presidente Agostinho. Boa noite à deputada Beatriz Cerqueira, que está aí representando todas as deputadas e os deputados. Eu quero cumprimentar os nossos convidados e aqueles que estão participando online desta nossa audiência. Eu vou tentar ser bem rápido, mesmo porque eu só recebi uma pergunta de um deputado da Comissão de Saúde e vou fazê-la no momento adequado.

Mas eu queria abordar os três, aproveitando a presença dos três representantes convidados que aqui estão. E o meu primeiro questionamento, a minha primeira pergunta vai para o Dr. Rômulo, que é o representante da Fiocruz, uma pessoa que tem uma

capacidade muito grande, de muita experiência, muito correto, muito sucinto, objetivo, prático nas suas questões. Eu queria fazer uma intervenção, um questionamento a ele, uma pergunta. Nós sabemos, Dr. Rômulo, que a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – apareceu na década de 1900. Naquela ocasião, o Brasil estava sendo vítima da peste bubônica, estava tendo problemas com ela; e ninguém conhecia, sabia o que era a peste bubônica. As pessoas estavam morrendo, e foram chamados o Oswaldo Cruz, o Adolpho Lutz e várias outras personalidades. Criaram lá, no Rio de Janeiro, um instituto, um pequeno departamento, para produzir soros e vacinas. Então, superaram aquele momento e depois disso se transformou no que é hoje a Fiocruz, um órgão de excelência, de renome internacional, com mais de 5 mil funcionários e outros tantos milhares de cooperadores. A Fiocruz é responsável pelo desenvolvimento e pela saúde do nosso país. E eu queria do senhor – voltando, mas sem querer ser redundante – uma informação melhor sobre a hidroxicloroquina. Nós estamos vendo que, de um lado, um monte de cientistas, de infectologistas combatem o uso da hidroxicloroquina juntamente com a azitromicina, o zinco e outros medicamentos e que, do outro lado, um monte também de pesquisadores de renome estão preconizando o uso da hidroxicloroquina. E a Fiocruz – eu tenho aqui um artigo nas minhas mãos – está investigando a ação de antirretrovirais contra a Covid, o coronavírus; entre eles, nós temos o atazanavir e o ritonavir, que são usados para o tratamento do HIV, mas também não há um consenso. Então, eu queria uma orientação. O Ministério da Saúde hoje libera hidroxicloroquina nas fases iniciais. Nós vimos o presidente dos Estados Unidos dizendo que ele usa preventivamente hidroxicloroquina juntamente com as principais lideranças do mundo – ele está nos Estados Unidos, e os Estados Unidos são a liderança do mundo. São médicos, intervencionistas, todos eles dizendo tudo isso. O Ministério da Saúde está liberando aqui, agora, a hidroxicloroquina; um monte de prefeitos já está fazendo o kit da cloroquina – a pessoa vai consultar e já sai com a cloroquina na mão, já sai com a azitromicina na mão. E a gente fica no meio desse tiroteio. Eu, como médico, se estiver em um pronto-socorro, se estiver em um local onde houver um paciente com a perspectiva de piorar, eu não terei dúvida nenhuma de usar a hidroxicloroquina – e acredito que ninguém que está aí, ao ver sua vida correr risco, não diria: "Pode me dar a hidroxicloroquina que eu vou tomar". Porque não há consenso. Então, eu queria uma palavra da UFMG, uma palavra da Fiocruz, a respeito da hidroxicloroquina.

Para o Dr. Unai Tupinambás, professor da UFMG, que está aí presente, tenho aqui nas mãos uma pesquisa que foi feita pela própria UFMG, mostrando as dificuldades de se fazer o isolamento social no nosso país, no nosso estado. Pelos dados da própria UFMG, fala-se que, em Minas Gerais, nós temos 11.400.000 de mineiros morando em aglomerados. São 4 milhões de pessoas que não têm acesso à água potável, e 7 milhões de mineiros que não têm acesso à rede de esgoto. Então, qual é o modelo que nós vamos aplicar nesse isolamento social aqui em Minas? Será que nós vamos impor o isolamento ou nós vamos estudar caso a caso e encontrar um modelo para Minas Gerais? E queria que o senhor falasse também do programa que foi feito pela UFMG, o Solidarivir. Trezentos e cinquenta técnicos da UFMG entregaram à reitoria, dentro de uma caixinha, a solicitação para quebrar o monopólio de medicamentos, para combater esses monopólios, para quebrar a patente desses medicamentos, porque isso não é possível.

Enquanto combatem a hidroxicloroquina, querem liberar retrovirais que custam R\$8.000,00 uma dose. Qual país vai aguentar um trem desses? Nem os Estados Unidos aguentam um negócio desses. "Ah, não, tem que tomar retroviral" – com R\$8.000,00 por uma dose? Não é um lobby de laboratórios internacionais que nós estamos vendo aí, não? Por que a nossa hidroxicloroquina, que já usamos há tanto tempo, há tantos anos para malária, para as doenças reumáticas autoimunes, para a queda de cabelo... Quantas milhares de mulheres usam a hidroxicloroquina e não morreram? Agora que chegou a hora de se testar um medicamento desse: "Ah, não pode, não. Vai dar uma arritmia cardíaca". Eu queria que o senhor falasse um pouquinho.

Para a Dra. Daniela. Eu escutei muito a Dra. Daniela, vi as dificuldades da indústria que está relatando. Os serviços aqui de Minas Gerais – de lojas, essas coisas todas – estão se reinventando. O cara tinha um restaurante e não pode abrir, está montando um delivery, está mandando entregar comida. Ontem eu estava comprando verduras e legumes sem agrotóxico – havia uma feirinha aqui –, e eles estão entregando em casa. Por que a indústria não está se reinventando também? Qual é a saída? Qual é o plano B da indústria? Não está fabricando carro, não está vendendo carro, mas a indústria de implementos agrícolas e de tratores não está dando conta dos pedidos. Tem que haver essa reinvenção. Chegou o momento agora da indústria falar: "Pera aí, está acontecendo alguma

coisa no mundo". Não é só o Brasil que está em recessão, não; o mundo todo está em recessão. O Brasil está alimentando o mundo todo, por que ele não se reinventa? Eu acho que chegou a hora de se começar a questionar o velho modelo da indústria brasileira, da indústria mineira e de se pensar em alternativas para poder gerar empregos, gerar renda para a população e para os próprios investidores.

A pergunta do Doutor Paulo, membro da Comissão de Saúde, para a Fiocruz: A Fiocruz está atuando na busca de vacinas? Nós sabemos que o Brasil é um país de vanguarda na produção de vacinas. A Fiocruz está atuando na produção de vacinas para a Covid? Está atuando nas pesquisas? Como está a pesquisa no Brasil? Nós vamos esperar chegar vacina da China, chegar vacina dos Estados Unidos? Por que não podemos sair à frente? Nós temos know how para isso, temos capacidade.

Desculpem-me se me prolonguei, presidente Agostinho, mas são tantas perguntas, esta é uma reunião que tem muito a ver com a Comissão de Saúde. Eu gostaria de poder fazer outras perguntas, mas ficam essas. Aos nossos convidados, muito obrigado e boa noite.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta e todos os membros da Comissão de Saúde – já estiveram conosco por duas ou três oportunidades, e é sempre importante a fala da Comissão de Saúde. Vou passar primeiro a palavra ao Prof. Unai Tupinambás, que tem que se retirar para um outro compromisso, para que ele dê as respostas e faça também suas considerações finais.

O Sr. Unai Tupinambás – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelas duas perguntas. Você foi ao nosso ponto-chave sobre a questão do isolamento social. Nós temos dito que o isolamento social é um privilégio de classe. É muito simples falar "fica em casa". Eu posso ficar em casa, eu tenho um salário, eu tenho uma reserva, eu tenho facilidade de ir ao supermercado e comprar, mas essa população que o senhor bem citou talvez nunca tenha ficado em casa; ela teve que sair. Se é um trabalhador terceirizado, precarizado e não for para a rua, não há como colocar comida em casa; por isso que a gente tenta falar. Eu acho interessante, eu acho que nós vamos ter esses dados em breve. Esse isolamento social que preconizamos em Belo Horizonte girou em torno de 60% – no seu pico foi 65%, agora está um pouco menos de 45% – e manteve a cidade um pouco viva. Você via que a cidade estava viva, não era aquele *lockdown* que havia principalmente nos países asiáticos, a gente viu que deu certo. Então, isso é uma coisa inusitada.

Eu tenho conversado com meus colegas epidemiologistas, estatísticos, para entendermos como que, com esse isolamento – que foi mais ou menos parcial –, a gente conseguiu chegar até aqui com índices bem razoáveis de números de ocupação de leitos e tudo, a despeito de não possuímos testes, não é? Então, eu acho que a gente tem feito agora... Calibrando o discurso, é melhor ficar em casa, mas essa dificuldade de acesso à renda mínima, essa dificuldade de acesso a outros benefícios do governo federal fez com que a população ficasse... É como se fosse uma chantagem: se eu fico, eu morro de fome; se eu saio, eu posso encontrar com uma doença que não estou vendo. Então, há aquele paradoxo da prevenção. Nós estamos enfrentando o paradoxo. O nosso sucesso também é o nosso calcanhar de Aquiles. As pessoas dizem: "Isso é uma bobagem, não há doença, vamos para rua e tal". Quando a pessoa tem aquela negação fica difícil segurar.

Então, nós estamos querendo propor – talvez Belo Horizonte tenha mais uma vez essa margem de segurança para calibrar, para tentar sair – aquilo que o pesquisador, o Prof. Rômulo, fala: sair de forma organizada. Eu acho que a gente vai ter que – inclusive há estudos já preparados para isso – modelar essa saída e ver qual vai ser o papel, por exemplo, dessa mudança de postura da população. Faz dois meses e meio que a população está cansada de ouvir a gente falar, todos os colegas da área de saúde falarem: "Lavem a mão, mantenham distância de 1,5m, o vírus se transmite pelo ar, não toquem no olho, usem máscaras". Então, essas ferramentas – que não são poucas – podem nos ajudar nesse momento de sair, sabe deputado?

É isso, a gente vai sair... Repito: a melhor forma de sair seria quando houvesse uma vacina, mas isso a gente pode esquecer, não haverá agora, não podemos esperá-la, é claro. E a gente vai tentar reduzir esse dano junto com a população mais vulnerável. Há vários programas, inclusive na UFMG, na USP de São Paulo, em Paraisópolis, dando uma ajuda. Há um programa interessante em

Paraisópolis: os pacientes que adoecem nas suas casas são encaminhados para as escolas que estão fechadas. Então, o senhor que está com um caso suspeito vai para aquela escola, fica na quarentena e depois volta para casa. Então, essas são medidas; vocês podem ver que há algumas saídas, a gente pode fazer essa reinvenção da nossa estratégia de enfrentamento.

Realmente eu concordo com isso, com essa dificuldade, mas o objetivo dessa proposta que a gente tem feito é reduzir danos para aquela população mais carente – que você bem citou – dos aglomerados – são 11 milhões de aglomerados, sendo que 7 milhões estão sem água. Para você ter uma ideia, nas favelas da zona oeste do Rio de Janeiro, as pessoas não tinham água e estavam lavando a mão com a gasolina da moto. Esse é um relato de colegas – fizemos algumas intervenções junto com a Rádio Favela da região: as pessoas estavam com tanto medo que lavavam a mão com álcool, com gasolina de moto, com óleo. Então, você vê a complexidade desse enfrentamento.

Partindo para a segunda pergunta sobre o Solidarity, nós fazemos parte desse estudo que é patrocinado pela OMS. O Hospital das Clínicas foi convidado a partir da Fiocruz do Rio de Janeiro – os nossos colegas de lá, a gente já tinha outros trabalhos em parceria. Aí eu falo: eu acho que mais do que nunca nós temos que fazer ensaios clínicos para ver se a hidroxicloroquina com a azitromicina, o remdesivir, o interferon, o lopinavir funcionam ou não. Então, acho que agora esse estudo é para isso. É um estudo randomizado, os pacientes vão ser sorteados para qual braço vão entrar; já está acontecendo nas capitais onde a epidemia está mais madura, mas aqui nós não temos pacientes – felizmente a gente não está conseguindo incluir paciente porque não há paciente suficiente; foi tão exitosa nossa proposta de isolamento que a gente não conseguiu esse estudo.

Mas, só terminando a questão da hidroxicloroquina, eu acho que todas as sociedades... Agora estava acabando de ler que as sociedades de infectologia, de imunologia e várias outras indicam que o uso da hidroxicloroquina ou da cloroquina deveria ser feito preferencialmente em ambiente de pesquisa. É o que nós estamos fazendo para tentar responder a essa questão, e acho que essa resposta vai ser muito rápida. Se conseguirmos incluir pacientes suficientes, poderemos fazer uma análise interina no meio do estudo, abrir esse estudo e mostrar se o medicamento funcionou ou não funcionou. Acho que as duas respostas vão ser muito boas, o que der vai ser muito bom. Se não funcionar ou se funcionar vai nos ajudar a lidar com essa doença, nesse curso dessa pandemia, porque ela vai durar muito tempo.

Então, espero ter respondido sua pergunta. Agradeço mais uma vez a presença e o convite. Eu vou ter que sair, tenho uma reunião agora às 6h30min. É uma honra estar aqui, deputado Agostinho; obrigado, deputada Beatriz. É uma honra para nós representar a UFMG. Sempre que formos chamados, aqui estaremos. Muito obrigado e parabêniso essa iniciativa.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Unai Tupinambás. É uma alegria também para a Assembleia poder debater um pouco e ter um pouco da possibilidade de discutir com uma pessoa com tanto conhecimento sobre essa matéria.

Vamos passar agora a palavra ao Sr. Rômulo Paes de Sousa para os esclarecimentos e também para suas considerações finais.

O Sr. Rômulo Paes de Sousa – Muito obrigado, presidente Agostinho Patrus. Em primeiro lugar, eu queria agradecer a saudação que o deputado Carlos Pimenta faz à Fiocruz e também aproveitar e agradecer a deferência do deputado Cleiton à minha pessoa na sua fala anterior.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer que, sim, a Fiocruz tem participado de testes em relação a vacinas eficazes contra a pandemia. Inclusive, a Fiocruz Minas participa de uma iniciativa multicêntrica do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Vacinas para o desenvolvimento de uma vacina que seria, nesse caso, bivalente – ao mesmo tempo para o Sars-CoV-2, que é o vírus da Covid-19, e para a influenza. Isto é liderado por um brilhante pesquisador nosso, Ricardo Gazzinelli. Então, nós estamos participando desse e de outros estudos também, assim como estamos participando de estudos envolvendo medicamentos, inclusive a cloroquina e a hidroxicloroquina. Houve inclusive um certo ruído no trabalho que estávamos fazendo na unidade da Fiocruz em Manaus – os senhores devem ter acompanhado em função da politização desse estudo.

Em relação ao medicamento, eu vou explicar qual é o nosso entendimento e o meu entendimento pessoal, como médico. A grande discussão no mundo é a seguinte: optou-se por testar os medicamentos já conhecidos – medicamentos diversos, cerca de 200 –, dos quais fazem parte a hidroxicloroquina e a cloroquina, para o tratamento da Covid-19. Esta mesma estratégia já foi adotada outras vezes em relação a outras doenças respiratórias – aconteceu pelo menos cinco vezes nos últimos 20 anos. Então, nesse sentido segue-se o padrão de buscar um medicamento que já esteja disponível, que já esteja licenciado e testar a sua eficácia no combate desta nova doença. O que acontece, então, em relação à hidroxicloroquina é que ela está presente nos protocolos de vários centros importantes de pesquisa e de atenção hospitalar de excelência no mundo. Se olharmos, por exemplo, o Hospital de Boston, a cloroquina e a hidroxicloroquina fazem parte; existe um protocolo bem definido sobre quando aplicá-las. Existe também todo um esforço no mundo inteiro de se compreender qual a contribuição que este e outros medicamentos podem trazer no tratamento da doença. O que nós temos observado é que os resultados dos vários estudos têm trazido informações controversas: em alguns casos, apresentando resultados favoráveis e, em outros, desfavoráveis ou sem efeito para o tratamento desta doença; neste caso, neste exato momento, esses testes são inclusive majoritários – a Organização Mundial de Saúde hoje estava fazendo esse esclarecimento.

Eu, como médico e diante de uma situação desse tipo, entendo enormemente a observação do deputado Carlos Pimenta nesse momento: como um profissional de saúde, diante de uma situação dessa, deve reagir? O que eu tenho em mãos e qual é o uso desse arsenal terapêutico para enfrentamento de uma situação na hora, naquele momento em que a decisão clínica é fundamental para a sobrevivência do paciente? Eu não prescreveria de forma alguma esse medicamento como preventivo; eu não conheço nenhum protocolo internacional, de nenhum lugar, que trate deste assunto. Então, se o presidente dos Estados Unidos está fazendo desta forma, está fazendo sem nenhum amparo. Existem vários lugares do Brasil onde está sendo feita a distribuição; inclusive há operadoras de planos de saúde fazendo a distribuição desse medicamento – no caso em Maceió e Belém. Para mim é preocupante que seja distribuído um medicamento sem que seja em ambiente hospitalar por causa das consequências eventuais que esse medicamento pode trazer – e o senhor conhece muito bem. Então, nesse tipo de circunstância, eu também, como médico, não recomendo; acho que estamos expondo o paciente a um risco muito grande.

Eu entendo que as pessoas, inclusive os profissionais de saúde, busquem as alternativas que há em mãos. Entretanto, nós também, como médicos, sabemos da responsabilidade que temos ao prescrever um medicamento e apresentar isso como alternativa para o paciente. Então, eu não prescreveria em casos leves também. Em relação aos casos mais graves, seguiria o protocolo do hospital a que eu estivesse vinculado.

Eu não entendo – concordo com o Prof. Unai – e hoje eu tenho muito menos convicção nas possibilidades terapêuticas desse medicamento do que antes, há dois meses, quando eu o apresentava como uma das alternativas terapêuticas que seria promissora no enfrentamento da doença.

Para concluir, queria alertar para o seguinte: nós estamos aprendendo muito e muito rapidamente. Algumas coisas nós já sabemos, em outras nós vamos acumulando conhecimento, e isso é fundamental porque eu concordo também com o Prof. Unai que teremos novas ondas. Em função de um isolamento que foi potente o bastante para reduzir o crescimento da doença, mas não potente o suficiente para nos deixar num nível confortável, nós vamos ter que enfrentar novas circunstâncias de congestionamento da rede hospitalar, isolamento social – amplo novamente – e novamente situações dramáticas no ambiente hospitalar sobre como lidar com a doença. Aí nós teremos o protocolo formado a partir das experiências que tivemos desta primeira onda, pois agora é a nossa vez na América Latina.

Eu não creio, inclusive, que sobretudo a hidroxicloroquina – não a cloroquina – vá fazer parte desses protocolos futuros. É a minha impressão em relação aos estudos que tenho observado, mas isso nós vamos ver. Preocupa-me é que se faça um debate muito fetichizado em relação a essa droga. Nós devemos usar todas as drogas que possam ser promissoras no enfrentamento da doença, mas precisamos fazer isso num ambiente em que possamos lidar com os efeitos colaterais caso eles ocorram. Lembrem-se de que grande

parte desses pacientes são idosos, com comorbidades – algumas delas cardiovasculares –, o que é justamente a nossa preocupação no caso dos efeitos colaterais dessas duas drogas que estamos citando especificamente.

Muito obrigado. Agradeço e queria aproveitar para saudar novamente os deputados e as deputadas e dizer que, em nome da Fiocruz, estou honrado e disponível para próximos debates quando os senhores e as senhoras acharem assim conveniente. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Rômulo Paes de Sousa. Agradeço muito a sua participação aqui representando a Fiocruz com tanto brilhantismo nesta tarde.

Vamos passar agora a palavra ao Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, para os seus esclarecimentos e também para suas considerações finais. Em seguida, passaremos a palavra à Daniela de Britto Pereira.

O Sr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira – Queria agradecer a oportunidade, agradecer ao presidente da Mesa, agradecer aos deputados e à deputada Beatriz o convite – gostei muito do debate.

Queria ressaltar nestas considerações alguns pontos que achei muito positivos para a tomada de decisão e para o prosseguimento ao combate à pandemia. Primeiro é que foi feito um debate que acertadamente colocou os elementos de se estudar e colocar a questão da pandemia não só como um elemento de discussão da metrópole. Geralmente, conforme seguimos os noticiários, a gente acaba tendo os elementos de discussão e os dados que vêm das regiões metropolitanas – de Belo Horizonte, de São Paulo, do Rio de Janeiro – e esquecemos das pequenas e médias cidades, que são aquelas que tendem a passar por um momento mais delicado e mais dramático da doença. Acho que isso foi muito importante neste debate. Acredito também que, ao reforçar a ideia do ambiente público, é muito importante, sobretudo, a participação da Fiocruz, da UFMG, do IBGE – que tem travado essas lutas –, de nós, do Instituto Federal, e de outras instituições federais que são muito importantes.

Acho que um outro resultado importante deste debate é a questão da abertura e da volta do isolamento, que, como foi bem dito, pode ir e voltar – ele tem que ser feito por uma análise que é eminentemente política, não uma análise apenas da saúde. Então, uma análise temporal e espacial o tempo todo. Em que sentido? No sentido de que a difusão do vírus e a contaminação possuem dinâmicas de tempos espacialmente diferentes. O jeito como vai acontecer a saída em cidades como Belo Horizonte e Juiz de Fora é diferente do jeito em cidades como Poços de Caldas e Pouso Alegre. Então, o tempo todo as autoridades e os movimentos da sociedade têm que estar atentos a isso e não se deixar influenciar por medidas mais amplas sem primeiro organizar essa saída que tem que ser parcialmente diferente, em tempos diferentes.

Eu termino por atentar que nossa responsabilidade é muito grande, dos cientistas, dos deputados que estão aí diante dessa situação de uma população com uma situação tão precária de vida e com poucas informações. Quando colocamos uma informação errada ou uma informação que não é baseada em dados científicos, afetamos toda uma população que não possui os mesmos acessos que nós e levamos muitas vezes a erros que podem custar a vida dessas pessoas neste momento. Então, eu termino parabenizando e dizendo que nossa preocupação neste momento é com a vida e com a publicação desses dados científicos.

Eu agradeço, em nome do Instituto Federal do Sul de Minas, dizendo que nós nos colocamos à disposição para mais dados, mais debates. Ficamos honrados com o convite, especialmente no nosso grupo de pesquisa. Terminando dizendo que estamos à disposição e que vamos superar juntos essa luta, sempre sob à luz dos dados científicos e da cooperação dos gestores com a população. Agradecemos, muito obrigado pelo debate.

O presidente – Muito obrigado por compartilhar conosco, Sérgio, um pouco dos conhecimentos e mostrar uma nova perspectiva não só da doença, mas também da questão logística, da questão da contaminação por região, o que nos preocupa muito.

Vamos passar agora a palavra à Sra. Daniela de Britto para a resposta e também para suas considerações finais. Obrigado, Daniela.

A Sra. Daniela de Britto Pereira – Obrigada, deputado.

Deputado Carlos Pimenta, você colocou que o setor de serviços, o comércio tem se reinventado e que a indústria deveria seguir esse mesmo caminho. Primeiro, o setor de serviços enfrenta um problema, na sua grande maioria, por ser uma atividade que requer o contato social; é o setor que está sendo mais afetado e o mais restringido neste momento, mas tem, sim, reinventado-se. Antes a gente recebia a comida no restaurante, agora ela é entregue na nossa casa. Uma série de ações que temos visto, como o uso do comércio eletrônico – isso é fato. Só que, diferentemente do setor de serviços, a indústria exige alterações muito grandes nos seus processos produtivos para fazer esses movimentos. Por sua vez, isso exige investimentos muito elevados.

E serviços e indústrias enfrentam problemas em dimensões diferentes. O setor de serviços está encontrando dificuldades de receber os seus clientes e realizar suas vendas. A indústria, por sua vez, depende do setor de serviços para fazer as suas vendas. Então, não tem o contato direto com o consumidor final como o setor de comércio tem. E a indústria depende do canal de comércio e está vendo, assim como o setor de serviços vai sentir, uma queda na demanda. Na medida em que há muita incerteza, em que as pessoas diminuem as suas decisões de consumo, de investimento, a indústria vai sofrer muito mais fortemente com a queda da demanda do que o setor de serviços, que agora está sofrendo por estar com as portas fechadas. A indústria vai ser impactada indiretamente com esse processo do fechamento do comércio, mas, ainda assim, a indústria tem, sim, se reinventado, com o apoio da Fiemg, principalmente aquelas menores; tomado atitude no sentido de se adaptar às demandas da crise, fazendo alterações no curto prazo; indústrias de móveis produzindo caixões, por exemplo; outros tipos de indústrias, as mais variadas possíveis, fazendo equipamentos de proteção hospitalar; a indústria química produzindo álcool em gel, dando apoio a soluções para testes; enfim, isso tudo tem sido feito, sim. E, no mais longo prazo, a indústria tem-se reinventado, já se preparando para essa alteração de comportamento do consumidor para um dólar mais alto, que tende a beneficiar as indústrias internas, pois, em vez de importarmos mercadorias, produzimos aqui, e o consumidor privilegia as nossas mercadorias internas. Então, isso tudo está no radar. A indústria já tem se adaptado, sim, mas, de novo, é um setor que vai sofrer muito com a queda na demanda. Vou falar da indústria de automóveis, por exemplo, que depende do crédito, da concessionária aberta. Difícilmente a pessoa vai comprar um carro pela internet, uma máquina, um equipamento, um avião. Isso tudo não é tão fácil, tão maleável quanto uma mudança no processo de venda de uma loja de roupas ou de um restaurante, mas ela está se reinventando, sim. Temos visto o apoio que o centro de tecnologia do Senai tem dado nesse processo.

Espero ter respondido a sua questão. Deixo aqui os nossos agradecimentos novamente pela oportunidade de a Fiemg, representando o setor produtivo, ser ouvida.

Quero reforçar que a missão desta gestão da Fiemg é a promoção do desenvolvimento econômico de Minas, do Brasil. Não enxergamos isso como a indústria isoladamente. Ela faz parte da sociedade, e o que pudermos fazer para contribuir no apoio ao enfrentamento dessa crise de forma geral, independente de ser indústria, de ser serviços, se é comércio, se é pessoa física ou jurídica, a Fiemg estará usando todos os seus recursos para fazer.

Então, obrigada pelo debate. Espero que a gente dê um passinho à frente nesse enfrentamento. Boa noite a todos.

O presidente – Muito obrigado, Daniela de Britto Pereira, gerente de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg. Agradecemos a disponibilidade, a capacidade e também os conhecimentos que trouxe para nós nesta tarde e noite. Queremos dizer também da alegria da Assembleia de poder receber aqui a Fiemg, os seus representantes, porque é também um setor importante da sociedade que merece sempre estar sendo ouvido nesta Casa.

Vamos passar a palavra à presidenta da Comissão de Educação, deputada Beatriz Cerqueira, para suas considerações finais.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, primeiro o meu agradecimento por o Poder Legislativo ter feito hoje – e, através dele, a população mineira – a escuta da ciência, da pesquisa num assunto que interessa a toda a população, que é o enfrentamento a esta pandemia.

Acho que todos saímos melhores com todos os pontos de vista trazidos aqui, nesta tarde. Então, gostaria de agradecer a presença da Daniela, do Prof. Rômulo, do Prof. Unai, do Prof. Sérgio, porque trouxeram elementos muito importantes. Não é possível fazer Parlamento sem que tenhamos também a capacidade da escuta, e a ciência é uma fonte fundamental de escuta neste momento da pandemia e das mortes que estamos enfrentando.

Quero fazer alguns apontamentos exatamente dessa escuta que tivemos aqui, na tarde desta quarta-feira, na Assembleia Legislativa.

Primeiro: a certeza da necessidade do fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Em 2016, denunciávamos que o teto de investimentos sociais traria consequências muito perversas ao conjunto da população. E é o que estamos enfrentando hoje. Precisamos de um SUS forte, em condições de atender à população, e essa pandemia traz exatamente esse alerta do quão importante é a política de fortalecimento do SUS.

Segundo: o fortalecimento das instituições públicas de pesquisa. As pesquisas são essenciais. É por essas instituições que teremos condições de avançar enquanto sociedade, enquanto civilização. E essas instituições foram muito atacadas desde o ano passado. Tivemos aqui no Estado um contingenciamento de recursos. A Fapemig sofreu muito. A Uemg e a Unimontes estão sofrendo muito. Então, precisamos inverter a lógica do Estado e fortalecer as nossas instituições de pesquisa e de ensino. E, aí, também incluo as universidades federais, que, em 2019, foram muito atacadas. E são essas instituições, aliadas ao SUS, que agora dão respostas concretas à população, que estudam vários aspectos que poderíamos ter aprofundado e tantos outros em outras reuniões especiais que teremos ainda a oportunidade de fazer.

Terceiro: a necessidade da atuação do Estado. Ele tem um papel protetor do seu povo, um papel de liderança que precisa ser exercido, e o debate da renda básica, da renda mínima no país foi recolocado no momento em que enfrentamos o desemprego, a fome, a ausência de perspectivas que eram anteriores à pandemia. O desencanto, a desesperança, o desemprego já vinham de uma opção de política econômica do governo desde o ano passado, que se aprofunda, e, no momento em que as pessoas precisam manter alguma forma de isolamento, volta o debate essencial sobre a renda básica.

Quarta questão, presidente: cada vez fica mais claro para mim e para muitos outros colegas que esse programa Minas Consciente é um programa que está deixando desassistidos os municípios. O governo não tem sido transparente nos dados. Se não sabemos quantos de nós estamos contaminados pelo coronavírus, nenhum planejamento é possível. Não é possível nenhum planejamento, e nisso também os municípios estão desassistidos, porque não são eles que fazem os testes. Então, essa subnotificação, esse processo pelo qual estamos passando de não se fornecerem dados sobre casos suspeitos demonstram mais uma ausência de transparência. A população tem o direito de ter acesso a todas as informações para formar a sua opinião e para ter o seu comportamento tão debatido aqui, durante esta tarde. O Minas Consciente não teve nenhum estudo científico, nenhuma instituição de pesquisa, nenhuma universidade federal – embora tenhamos tantas no Estado –, nenhuma universidade do Estado; nenhuma dessas instituições contribuiu na organização dele. Então, só teve, de fato, um viés econômico e, portanto, uma omissão do governo do Estado na liderança e na proteção da população.

Quero aproveitar, finalizando, para parabenizar a APUBH, que é o sindicato dos professores aqui da UFMG, que entregou, no dia de ontem, uma carta ao prefeito Alexandre Kalil, apoiando a manutenção e reforçando as medidas sanitárias, assinada por 947 docentes da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de São João del-Rei.

Quero reforçar a necessidade de que o governo de Minas entenda que ele é responsável pela vida de todos os profissionais de enfermagem que estão na linha de frente desse enfrentamento à pandemia e que, portanto, têm o direito aos equipamentos de proteção. Vimos aqui várias falas dizendo que os técnicos de enfermagem, os profissionais receberam os equipamentos, mas o tempo inteiro recebemos denúncias de que não há equipamentos suficientes em qualidade, em quantidade para os profissionais de

enfermagem. Não há sequer a valorização, porque para a gratificação e os salários dos técnicos de enfermagem, cujo projeto de lei já aprovamos aqui na Assembleia, o governo não fez até agora o decreto.

Minha última consideração: é a necessidade, portanto... acho que a exposição e o debate que o professor Sérgio trouxe nos leva à necessidade de enxergarmos as regiões, de as entendermos, de termos um planejamento micro, macrorregional no enfrentamento a essa pandemia. Não adianta tentarmos forçar uma volta à normalidade diante da possibilidade de continuarmos batendo recordes de mortes a cada 24 horas.

Quero dizer que as atividades parlamentares são muito, muito importantes, mas que conseguimos e continuamos a fazê-las, na verdade, de modo remoto. São mais de 3 mil servidores aqui na Assembleia Legislativa que ficariam expostos à morte e à contaminação se as atividades presenciais retornassem. Isso estou dizendo dos servidores. Não estou dizendo nem do público que transita por aqui. Então, acho que precisamos manter as atividades como estão e com toda segurança, porque não podemos convocar pessoas ao risco da contaminação como todos debatemos aqui.

Quero finalizar deixando uma singela homenagem. Todas as vidas importam. É falsa a dicotomia de uma vida pela outra, de uma causa de morte pela outra, mas é inegável que, quando crianças são assassinadas, isso nos causa uma pergunta sobre onde a sociedade errou enquanto sociedade brasileira.

Então termino, presidente, deixando aqui a minha homenagem, o meu protesto pela morte, pelo assassinato, na verdade, numa ação da polícia do Rio de Janeiro, do menino João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos. Todas as vidas importam, e nenhuma banalização da violência pode ser tolerada. Então, deixo aqui a minha homenagem.

Agradeço aos servidores da Assembleia Legislativa que quebram o isolamento, mas estão aqui conosco para garantir o mínimo do funcionamento do Poder Legislativo, porque ele precisa manter-se em funcionamento porque tem sido um instrumento fundamental de questionamento, da diversidade, do posicionamento, do contraditório no momento que estamos vivendo no Brasil. A ausência de contraditório nos aproxima do autoritarismo, nos aproxima de postura ditatorial, e é fundamental que possamos manter a dinâmica democrática.

Lamento muito que não nos importemos ou nos importemos menos quando o presidente da República, que deveria nos liderar, fala que é uma “gripezinha”, “E daí?”, “Não sou cozeiro”; não se importa com as famílias, não se importa com mais de mil mortes e o que o incomoda é uma frase do presidente Lula. O presidente Lula, que tem feito debates respeitosos e muito mais importantes do que quem hoje governa o nosso país, em uma frase o incomoda – inclusive, ele já pediu desculpas pela interpretação. Como uma frase tem mais impacto do que o comportamento de um presidente que hoje é um presidente genocida pelo seu comportamento em relação à Covid-19? Ele defende quebra de isolamento, não se importa com a vida das pessoas, afronta os demais Poderes e, com isso, afronta a democracia. Não estamos com um ministro da Saúde, a não ser que tenha sido escolhido aí nesse meio-tempo em que estamos aqui. Como é possível, numa crise sanitária como esta, o Brasil não ter um ministro da Saúde que cumpra a sua função? Então, de fato, precisamos de Poderes Legislativos cada vez mais fortalecidos para enfrentar os momentos que estamos enfrentando.

Presidente, agradeço porque a ciência e a pesquisa tiveram a oportunidade de fala aqui, nesta reunião especial da Assembleia Legislativa. Boa noite e muito obrigada a todos os convidados e a todos que nos acompanharam até este momento.

O presidente – A presidência manifesta seus agradecimentos aos convidados Daniela de Britto Pereira, gerente de Estudos Econômicos da Fiemg; Prof. Unai Tupinambás, professor da Universidade Federal de Minas Gerais; Dr. Rômulo Paes de Sousa, pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz; e Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, professor coordenador do Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; também ao deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde; à deputada Beatriz Cerqueira e, na sua pessoa, aos membros da

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e aos demais parlamentares pela participação. Tivemos hoje a participação e audiência aqui de 75 parlamentares nesta tarde.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 21, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/5/2020

Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Palavras do deputado Carlos Pimenta – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a debater e obter informações do Sr. Antonio Jorge de Souza Marques sobre questões relacionadas à pandemia de Covid-19.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, médico, deputado estadual da 18ª Legislatura e secretário de Estado de Saúde no período de 2010 a 2014; e deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, aos quais agradecemos de maneira especial a disponibilidade de se deslocarem até esta Casa.

Registramos e agradecemos a presença, por via remota, dos deputados Alencar da Silveira Júnior, Arlen Santiago, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho Sintrocel, Celise Laviola, Coronel Henrique, Dalmo Ribeiro Silva, Delegado Heli Grilo, Gil

Pereira, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, João Magalhães, Leninha, Raul Belém, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães e Zé Guilherme. Está também aqui, no Plenário, o deputado Gustavo Santana.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Tendo em vista a organização dos trabalhos, a presidência informa aos parlamentares e ao convidado que os atos desta reunião obedecerão ao seguinte ordenamento: primeiramente, o convidado Antônio Jorge disporá de até 20 minutos para sua exposição. Após a exposição do convidado, cada membro da Comissão de Saúde disporá de 5 minutos para suas considerações e também para encaminhar os seus questionamentos e dos demais deputados do seu bloco, na seguinte ordem: em primeiro lugar, o presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta; logo após, o vice-presidente da comissão, deputado Doutor Wilson Batista; e, na sequência, os membros efetivos da comissão, deputados Hely Tarquínio, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo. Quando questionado, o convidado disporá de 5 minutos para a respectiva resposta, não havendo possibilidade de réplica ou tréplica dos parlamentares ou do convidado.

Com a palavra, para sua exposição, o Sr. Antônio Jorge.

Palavras do Sr. Antônio Jorge de Souza Marques

Obrigado, deputado Cristiano, que preside esta audiência. Cumprimento, na Mesa também, o deputado Carlos Pimenta, companheiro da Comissão de Saúde.

Quero iniciar aqui reconhecendo o esforço da Casa Legislativa de Minas, na figura do seu presidente, deputado Agostinho Patrus. Acho que a nossa Casa Legislativa foi uma das primeiras no País a tomar medidas concretas e entender a gravidade do momento sanitário, do momento político e social, e, com suas audiências remotas, tem dado a sua importantíssima contribuição no enfrentamento dessa pandemia.

Agradeço muito o honroso convite para estar aqui hoje, nesta Mesa, para falar um pouco da nossa visão, de gestor, sobre essa pandemia, mas também da visão de um ex-paciente, já que, há questão de um mês e pouco, também fui acometido pela Covid. Gostaria muito de fazer um relato aqui das minhas percepções em relação ao que cabe a cada um nesse tecido social tão extenso, tão diverso, mas em que todos podemos contribuir da mesma maneira.

Deputado Cristiano, fiz, mais para me orientar, não há nenhuma pretensão acadêmica, um conjunto de *slides*. São poucos. São mais para orientar a minha fala e podermos desenvolver o raciocínio.

Tenho aqui o meu retorno e começo apresentando a situação do coronavírus no mundo. São dados de ontem, do painel do ministério. Já nos aproximamos de 6 milhões de casos no mundo, com 350 mil mortos. No Brasil nos aproximamos dos 400 mil casos, com quase 25 mil mortos; só ontem foram 1.039 óbitos. Em Minas, temos uma situação de 7 mil casos, com 230 óbitos.

Passo esses dados para cotejarmos isso junto à informação de outras pandemias ou outras epidemias em que tivemos também a participação de outros coronavírus. Vejam os senhores: a Sars-2002 foi uma doença muito grave, um coronavírus que veio também, ao que parece, de um animal silvestre, do morcego. Foram aproximadamente 8.500 casos no mundo; uma doença muito grave, com uma letalidade muita alta, morreram quase 800 pessoas ou próximo disso. O enfrentamento a essa pandemia ou a essa epidemia durou 10 meses e atingiu 32 países.

Passados alguns anos, houve outra migração de um coronavírus de animal, que não é silvestre, mas de animal para o ser humano. Foi um coronavírus que começou no Oriente Médio, e parece que a migração se deu a partir de camelos. Houve uma situação de letalidade muito grave. Quase 1/3 das pessoas que foram acometidas faleceram. O enfrentamento durou oito anos, com casos esporádicos aqui e acolá, e atingiu 27 países.

Aí chegamos ao Sars-CoV-2, que é a nossa Covid-19, a doença, e tivemos, como disse antes, 5.600.000 casos, em pouco mais de quatro meses, com uma letalidade aproximada de cinco. Essa letalidade tende a baixar quanto mais a gente aumentar a

testagem. Aí muita gente se afiança nisso, para dizer que essa doença não é tão grave, que temos que expor a população. Pouco de muito sempre vira muito. A letalidade é baixa, mas com uma transmissibilidade, uma incidência de milhões, isso é um grande flagelo. Já temos 207, se não me engano, ou 217 países acometidos. Não temos tanto refinamento da história da gripe espanhola, que aconteceu, há mais de 100 anos, mas não há, na nossa história recente, nenhuma similitude de crises sanitárias como a de Covid-19.

É muito importante... Nós, no Brasil, vivemos – o deputado Cristiano sabe disso –, já há alguns anos, um binarismo muito grande, os debates são sempre acirrados por duas posições e, infelizmente, isso tem dominado também o debate científico na questão da Covid. Mas, não podemos deixar de considerar, sem nenhuma coloração de viés de posição política de “a” ou “b”, que vivemos uma crise, absolutamente singular, uma crise sem precedentes. Essa não é uma doença, isso não é uma situação, somente uma doença que afeta o indivíduo. É uma doença que afetou toda a sociedade; é uma doença que extrapolou os seus efeitos para a economia, para os hábitos, as regras sociais; é uma doença que mexeu com a saúde mental da população. Então, há uma repercussão enorme para a economia. Os estudiosos, os economistas que estudam o assunto e projetam os impactos não veem também precedentes, no último século; alguns estimam que o impacto econômico, do ponto de vista do desemprego, da geração de necessidades, será igual ou superior ao da crise de 1929. Então, estamos falando de um fenômeno que é muito mais que uma doença, um fenômeno que atinge toda a sociedade e que é singular na nossa história. E aquilo que é tão extraordinário não pode ser usado como uma coisa menor ou uma coisa passageira ou uma coisa que está aí para ser enfrentada de qualquer maneira.

Acho que o cidadão comum já fixou esse gráfico. Essa polêmica está vencida, mas acho que é importante. Na epidemia, sempre temos uma curva logarítmica, uma projeção exponencial, que é uma curva reta, subindo, atinge um pico e depois desce quando 60%, 70%, 80% da população já está imunizada, já teve contato com o vírus. Qual é a grande missão? Numa doença como a Covid-19, em que a taxa de transmissão é muito alta, muitas pessoas serão acometidas ao mesmo tempo. Temos uma capacidade instalada ou o máximo de capacidade de expansão do sistema de saúde. Então, é mais uma singularidade. Essa doença não mata apenas pela sua gravidade, pela sua fisiopatologia. É uma doença que mata porque esgota o sistema de saúde. Se não diminuirmos a curva, muitas pessoas irão a óbito por falta de assistência, o que é muito dramático. Entristece-me imaginar que pessoas vão morrer, envergonha-nos imaginar que pessoas possam morrer pela ausência de assistência. Então, todo esforço está sendo feito mundo afora, o que, muitas vezes, é mal compreendido, porque é um esforço que tem colaterais. É o esforço do distanciamento social chegando ao limite do fechamento de estabelecimentos, do lockdown, da quarentena. Quando fazemos isso, continuam havendo casos, mas as curvas – aí é um dado científico –, deixam de ter um crescimento exponencial e passam a ter um crescimento mais lento. É isso que nós queremos, ou seja, achatar a curva para dar tempo de as pessoas adoecerem não todas ao mesmo tempo, dar tempo do sistema de expandir a sua capacidade instalada e, com isso, permitir a assistência adequada e diminuir a mortalidade. É um dado relevante; infelizmente, mal interpretado. Muita gente usa esse dado de forma negativa, do ponto de vista da comunicação e da prevenção. Das pessoas que serão acometidas pelo vírus, 80%, 81% não terão sintomas importantes; as que terão, serão sintomas leves, passam, muitas vezes, despercebidos. Os casos graves serão somente 13%, 14%, que vão necessitar de hospitalização; não necessariamente UTI, mas hospitalização, porque vão necessitar de medicamentos injetáveis, oxigênio e anticoagulantes. Os casos críticos são 5% disso. São aqueles que vão necessitar de assistência ventilatória, aqueles casos que vão precisar do tal respirador, vão necessitar de assistência na UTI.

Tem gente que diz o seguinte, deputado Carlos Pimenta: “Está vendo, 80% não vai ter nada. Então, por que esse medo todo?”. Mas quero insistir naquela equação muito singela: muito de pouco é muito. Se já temos, no Brasil, 400 mil casos, esse é um dado muito depressivo. Os americanos começaram negligenciando essa crise, alguns americanos, obviamente não todos. O americano tem, deputado Cristiano, muito guardada na sua memória a tragédia do Vietnã. E é sempre unidade medida os americanos mortos no Vietnã. Muitos, hoje, olham para trás e veem que era uma guerra que não era deles, uma guerra com outros motivos. Muitos jovens americanos se sacrificaram naquela luta. Morreram 47 mil americanos, em cinco ou seis anos de guerra. Em três meses, os Estados Unidos tiveram uma mortalidade que é mais que três Vietnãs. O drama do ataque terrorista de 11 de setembro vitimou 2.500 pessoas.

Esse vírus vitimou mais de 100 mil pessoas, num tempo absolutamente curto. Quero insistir: é uma situação que temos como enfrentá-la, mas é uma situação absolutamente singular, que merece toda a atenção da sociedade e das autoridades.

Queria deixar uma contribuição muito singela, sempre pensando com a cabeça de gestor, que é o papel dos municípios. Ao fim, ao cabo, vivemos, moramos num município. É lá que vamos também nos contaminar se tivermos contato com o vírus; é lá que as medidas não farmacológicas podem ter efetividade; é lá que o sistema de saúde terá que se preparar para, se houver uma subida abrupta de casos, conseguir absorver a necessidade assistencial.

Eu, nessa passagem recente pelo ministério, convidado pelo ministro Mandetta... Na verdade, a Assembleia de Minas foi convidada a participar do esforço do enfrentamento nacional, e o presidente Agostinho nos alocou, durante um período, junto à equipe do ministro Mandetta. Tivemos oportunidade de conversar com grandes especialistas da área de gestão de crises sanitárias, talvez com o maior especialista, Dr. Leiva, médico espanhol, que tem aqui um discípulo, o Dr. Cadenas, do Paraná, que esteve no ministério, e tivemos contato com as suas metodologias. Observei lá uma verdade que acho muito relevante para o gestor, para os territórios, que é a organização dessa resposta através de Gabinetes de Crise. Gabinete de Crise é um nome genérico. Muita gente acha que tem um Gabinete de Crise. Mas o gabinete de crise guarda certa organicidade. Queria deixar fortemente aqui esta mensagem para os municípios que estão linkados na TV Assembleia, as câmaras municipais: que procurem se organizar com essa metodologia do Dr. Cadenas, porque a crise nada mais é do que uma desproporção trágica na relação necessidade-recursos. É o que estamos vivendo. Há uma necessidade. Deixemos de lado as teorias do porquê do vírus, como chegou, se foi assim ou assado. Nós temos uma realidade: um vírus circulando, como na gripe espanhola, que foi uma influenza, na época, e que gera uma necessidade. Essa necessidade tem que ser aplacada com recursos humanos, assistenciais, tecnológicos, e temos que equilibrar esta equação: a necessidade e o recurso disponível.

Um Gabinete de Crise municipal, deputado Carlos Pimenta, tem então a missão de preparar o município. Outra coisa interessante, no jogo federativo, muitas vezes, é o equívoco de buscar responsabilidade: “Ao ente federal cabe isso, ao municipal cabe aquilo, o estadual está omissa”. Vejam, quero insistir, ao fim e ao cabo, que vivemos no território e vamos morrer num território. Lá está, concretamente, a minha vida. O risco epidemiológico está lá. Então, obviamente – lógico que os municípios dependem do nosso jogo federativo, do nosso arranjo federativo de estado e da União –, o município deve ter os recursos do estado e da União, mas cabe a ele adequar a resposta assistencial. Ele tem liberdade para isso. O enfrentamento da pandemia vai necessitar de um arranjo municipal juntamente com o arranjo regional, para que possa, através dessas excepcionalidades de estruturas excepcionais, criar condições para que a equação seja equilibrada. Sempre, sempre! Informando com transparência à população, tendo a honestidade da informação. A desinformação mata tanto quanto o vírus, porque induz as pessoas a comportamentos de risco. Então, também sempre cuidando da comunicação. Em resumo, é uma equação.

Agora estamos numa fase em que a doença é inevitável, ela está instalada. Aquela preocupação inicial “vamos impedir o vírus de chegar ao Brasil” passou. Hoje temos uma transmissão horizontal disseminada pela maioria dos municípios. Há muitos casos notificados, no Estado de São Paulo principalmente. E a pandemia vai migrar para outros territórios. Então, o que nos cabe agora é reconhecer que existe e mitigar o dano. O dano nada mais é do que a gente ter ideia da agressão, multiplicada pela vulnerabilidade – agressão aqui é o vírus em si, a sua capacidade; a vulnerabilidade, a condição imunológica da população, que não tem memória imunológica para essa doença, não tem vacina e não tem remédio específico – menos a contingência, que é o que nos cabe. A gente pode mexer pouco na agressão. Ela já existe. Temos poucas medidas na vulnerabilidade, porque não temos memória imunológica. Mas temos muita capacidade de mudar o cenário do dano, aumentando a nossa contingência, que são exatamente as medidas não farmacológicas e a busca de participação da sociedade, os esforços individuais, havendo um somatório coletivo, que gera um comportamento que diminui e mitiga danos.

Gabinete de crise significa ter um comando. Tenho insistido muito nisso. As agendas todas, para o bem ou para o mal, ganham relevância, a gente está assistindo a isso. Há roubos em algumas situações; omissões em outras. Todas, muitas vezes, com uma perspectiva de resultado ou impacto político. Mas a verdade é que, idealmente, esses gabinetes de crise devem ser comandados por atores que têm expertise em gestão de crise. Seguramente um bom profissional de defesa civil, um bom militar da área de defesa civil, vinculado à área de catástrofes, tem uma visão de gestão de crise melhor do que o próprio prefeito. Lógico que a responsabilidade dos nossos mandatários é imensa, e, felizmente, todos têm respondido. Mas na gestão da crise, amiúde, é importante que esteja uma governança, deputado Cristiano, apartada da governança do próprio município. Digo isso em relação também a Estado e a União. Temos uma situação excepcional em que a estrutura organizacional tradicional é pouco afeita às missões urgentes e emergentes que a crise exige. Então, ter uma governança absolutamente subordinada ao status quo da governança legítima, eleita, mas ter uma governança com capacidade de gestão de crise separada é fundamental para que a gente tenha agilidade e respostas convincentes para o enfrentamento da pandemia, e isso exige uma coisa muito difícil, que é o comando único.

O gabinete de crise, portanto, é uma estrutura temporária. Os municípios devem pensar nas suas estruturas. É uma estrutura para enfrentar, especificamente, a pandemia, com regras próprias; em certa medida, excepcionalizadas, do ponto de vista legislativo, com os decretos de calamidade, emergência, para que tenha agilidade nos procedimentos de aquisição na área pública. No nosso caso, já que é uma crise sanitária, que iniciou essa crise social toda – obviamente com muito protagonismo dos atores da saúde; as (– Falha na transmissão do áudio.) municipais, da prefeitura; os diretores de hospitais; os gestores das áreas assistenciais, acabamos de dizer que é uma crise que afeta a sociedade; os gestores da área de suporte, logística, farmácia –, esse gabinete deve se organizar num lugar específico, com reuniões relatadas para a sociedade, pelo menos duas vezes por dia, de forma que haja uma percepção da sociedade de que existe um lugar que está cuidando, especificamente, desse assunto, que é o assunto mais relevante para toda a sociedade.

Esta é uma proposta do Dr. Cadenas, de estrutura; é um organograma, que cria, o que digo, uma governança vocacionada especificamente para gerir a crise, que tem um comando-geral, que não é necessariamente o gestor da saúde. É alguém que tem capacidade e experiência de gestão de crise. Uma área de comunicação social – já falei da relevância da comunicação social, desinformar mata tanto quanto o vírus –, as áreas de apoio administrativo e a área da saúde, que é a operação, toda a questão de regulação de leitos, expansão de leitos, se há ou não hospital de campanha, quantos leitos de UTI e as projeções epidemiológicas, a logística, fundamental para que as operações aconteçam.

Imaginem – fico imaginando – a Secretaria de Estado de Saúde, com aquele tamanho, usando sua estrutura paquidérmica, com toda a burocracia natural e existente na área pública, para fazer a logística de insumos em uma situação emergencial. Funciona pouco; é preciso pensar fora das caixinhas, não é?

Eu acho que o administrativo financeiro é fundamental. Nós estamos vendo no Brasil afora que já começaram – infelizmente, para a nossa tristeza – os arroubos administrativos, aquisições superfaturadas. Já encerrarei em 2 minutos, deputado. Então, é preciso também que se crie uma contabilidade, a despeito das excepcionalidades que já são previstas na lei; que haja muita transparência, uma visão muito clara de qual é o recurso disponível e como ele está sendo gasto para fazer o enfrentamento tão fundamental para a sociedade; e que haja uma área epidemiológica de planejamentos. Esses gabinetes devem se reproduzir nas estruturas hospitalares, regionais. E só para pinçar aqui – talvez seja o mais relevante –, quero dizer que, numa crise, um ensinamento é que haja comando único, que se aja rápido, então, se há dúvida se irá errar, é melhor que se erre rápido para consertar rapidamente o erro. Em uma crise, deve haver hierarquia de comando e não se pode esperar consenso para resolver as coisas, por isso a necessidade de uma estrutura apartada, excepcional.

E nós precisamos, principalmente, fazer com que a sociedade perceba que ela não é um agente passivo dessa situação. E eu digo isso para encerrar – tenho umas referências bibliográficas aqui; eu quero falar em 2 minutos, se o presidente me permitir uma benevolência no tempo, de uma experiência pessoal. Eu fui ajudar o ministério no seu primeiro escalão; eu e vários atores, alguns

deputados do Brasil afora, fomos ajudar nesse esforço, pessoas que tinham perfis de gestores, que já tinham enfrentado outras crises epidemiológicas, multitarefas. Estávamos lá para abraçar tarefas do dia a dia da crise que apareciam. No retorno... Quando o ministro Mandetta saiu, eu retornei aqui, para a Assembleia, passei por três aeroportos – isso em uma sexta-feira, dia 15. Na segunda-feira, eu apareci com sintomas. Na terça-feira, eu tive a convicção de que eu poderia estar contaminado porque os sintomas se agravaram. Vejam, senhores e senhoras, para reforçar essa questão da responsabilidade de cada um. Eu, muito provavelmente, contaminei-me no aeroporto, porque passei por três aeroportos para chegar aqui, em Belo Horizonte. Saí de Brasília, passei em Viracopos e cheguei a Confins. Apesar de todo o meu rigor, eu passei um dia viajando, tive que almoçar em aeroporto e, em algum momento desses, eu me contaminei possivelmente. Ninguém do grupo do ministério que estava no meu convívio diário no período em que estive lá testou positivo. Eu andei com pessoas no carro por um dia ou dois, e elas não testaram positivo. Meus familiares, porque a gente já vinha praticando as medidas do isolamento dentro de casa, uma vez que eu estava viajando, eu estava no front, então a família já estava com as suas rotinas alteradas, ninguém na minha casa testou positivo. O que eu quero dizer com isso é que a verdade é que a obsessão pela máscara, a obsessão pela higienização das mãos com água e sabão – álcool em gel, se não puder –, a obsessão pelo distanciamento social – é dolorido demais não abraçar as pessoas, não ter contato, cumprimentar desse jeito ridículo com o cotovelo –, todas essas medidas, segundo pesquisas importantes, reduzem dois terços a transmissibilidade. E eu sou testemunha de que elas funcionam, porque, em algum momento, eu me negligenciei: por algum contato com alguma substância, com alguma superfície, eu me contaminei. Mas a minha máscara e os meus cuidados permitiram que ninguém do meu convívio se contaminasse. Então, cabe, sim, a cada cidadão, a cada cidadã, a sua parcela de contribuição, a sua consciência cívica, porque este é um movimento cívico, esse enfrentamento é da nação brasileira para poupar vidas de brasileiros. Nós temos que cobrar das autoridades as respostas do ponto de vista orçamentário, de estruturação de serviços, mas, vejam, senhores, até dois terços de transmissão pode ser mitigada com medidas individuais. As medidas individuais corretas de todos fazem com que nós tenhamos um grande exército, uma força coletiva em defesa da vida. Fica aqui a minha comunicação. Não é uma gripezinha, não é uma coisa passageira. Cinco por cento das pessoas, que foi o meu caso, têm casos graves e correm risco de vida, e nós já perdemos milhares de brasileiros, que eram pais, irmãos, mães, avós, e essa dramaticidade exige de todos respeito, solidariedade e proatividade. Muito obrigado pela contribuição, pela oportunidade da contribuição.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, Antônio Jorge, pelos esclarecimentos, pelas informações.

Registro também as presenças dos colegas deputados que acompanham esta reunião: o 1º-vice-presidente da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, deputada Andréia de Jesus, deputado Betão, deputado Doutor Jean Freire, deputado Doutor Paulo, deputado Elismar Prado, deputado Fernando Pacheco, deputado Glaycon Franco, deputado Gustavo Mitre, deputado Leonídio Bouças, deputado Professor Wendel Mesquita, deputado Betinho Pinto Coelho, deputado Coronel Sandro, deputado Mauro Tramonte, deputado Doorgal Andrada, deputado Noraldino Júnior, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Repórter Rafael Martins, deputado Thiago Cota, deputada Laura Serrano, deputado Bartô e também deputado Marquinho Lemos.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

Palavras do Deputado Carlos Pimenta

Boa tarde, presidente Cristiano. Boa tarde ao nosso colega, ex-deputado Antônio Jorge, ex-secretário de Estado de Saúde. É bom vê-lo já no campo de batalha, trabalhando, como o senhor sempre fez durante toda a sua vida e mesmo depois de passar por um aperto muito grande ao ter sido contaminado pelo coronavírus em trabalho. Ele estava cedido pelo Estado de Minas Gerais ao Ministério da Saúde e, de uma maneira inesperada, contraiu o vírus, o coronavírus, tendo que ficar internado por sete dias; e nós ficamos aqui temerosos, aflitos, porque sabemos o quanto o senhor fez por este estado, o quanto o senhor trabalhou pelo Estado de Minas Gerais.

Então, é bom vê-lo recuperado e cuidando da sua vida, da sua família e cuidando também dos interesses de Minas Gerais, haja vista que está aqui hoje nos proporcionando essa visão global do coronavírus, da Covid e, de uma maneira muito especial, do nosso estado.

Presidente Cristiano, eu vou fazer três intervenções ao secretário e depois eu peço ao senhor que me permita também encaminhar algumas questões de alguns deputados que fizeram perguntas e, de uma maneira muito especial, da liderança do Bloco Sou Minas Gerais, porque esse bloco é o único que não tem acento na Comissão de Saúde e é justo que eu faça as perguntas por ele.

Meu caro Antônio Jorge, eu quero iniciar – o senhor explanou muito bem – dizendo que eu acho que o grau de informação da população de Minas Gerais está bem avançado. É muito importante, porque uma das maneiras que a gente tem de combater a Covid e de ver essa epidemia aqui, no Brasil, uma pandemia mundial, acabar logo é exatamente tomando medidas importantes. E isso nós estamos fazendo. O Brasil está fazendo – alguns locais mais, outros menos. Mas eu queria que as minhas perguntas fossem direcionadas aqui para o nosso estado. A imprensa, nos últimos dias, tem noticiado em manchetes basicamente dois fatores que eu gostaria que o senhor detalhasse um pouquinho mais. O primeiro fator é o baixo número de testagens que estão ocorrendo aqui, no nosso estado. Ontem mesmo, nós tivemos a oportunidade de falar sobre a testagem em Minas Gerais, mas eu queria que o senhor detalhasse um pouquinho mais como isso está acontecendo. Esse baixo número de testagem, Antônio Jorge, é por falta do teste, dos pequenos equipamentos de teste, que não custam muito caro – no exterior, pouco mais de US\$2.00 ou US\$3.00 e, quando chega aqui, no Brasil, já chega a mais de R\$100.00. É falta dos testes para serem aplicados na população ou é a falta... Isso, no caso, o teste rápido, porque o RT-PCR é um teste molecular, é um teste mais demorado, mais sofisticado, demanda equipamentos melhores e laboratórios preparados. Então, está faltando o RT-PCR aqui, em Minas Gerais? Por que a nossa testagem é tão baixa e o que tem que ser feito para melhorar, para que a gente possa alcançar pelo menos os níveis de outros estados brasileiros que estão bem acima do Estado de Minas Gerais? É a falta do teste ou uma demora dos laboratórios em processar esses testes? Nós tivemos aqui representantes da Funed, e ela disse que estaria preparada para fazer atualmente em torno de dois mil testes por dia, e temos ainda alguns laboratórios que foram homologados, mas que não estão funcionando por falta dos insumos, como exemplo – eu cito, mais uma vez –, o laboratório do Hospital Universitário de Montes Claros, que é ligado à Unimontes, uma instituição estadual, pública. O laboratório está prontinho para receber esses testes, inclusive com equipamentos, e até agora não funcionou por falta de treinamento do pessoal e por falta de insumos.

O segundo questionamento que eu faço é relacionado às subnotificações. A gente está vendo aí, e o próprio presidente, o deputado Cristiano ontem citou – e, em parte, nós concordamos – as subnotificações e, como exemplo, a síndrome respiratória aguda grave em 2019, que causou em torno de 200 mortes, e, em 2020 – estamos no mês de maio –, 1.500 mortes. Então, por que se deu esse aumento súbito? Foram subnotificações da Covid ou foi – vamos dizer assim – um método diferente que está sendo usado agora para incluir outras patologias pulmonares como síndrome respiratória aguda grave? Isso nos incomoda muito.

Por último, Antônio Jorge, eu queria que o senhor falasse da sua experiência pessoal. O senhor foi secretário de Estado – por sinal, um dos mais bem preparados secretários que tivemos em Minas Gerais. Nós tivemos um momento muito bom aqui, em Minas Gerais, com grandes programas, coisas acontecendo, e a gente está vendo agora dificuldades enormes, dificuldades para implementar uma política, talvez por falta de recursos, por falta de estrutura, e eu queria que o senhor analisasse a atuação da Secretaria de Estado de Saúde diante dessa epidemia, uma vez que a gente tem números, não vou dizer confortáveis, mas números que nos tranquilizam um pouco mais em relação a outros estados. Isso, de fato, está acontecendo ou nós podemos esperar momentos mais delicados e mais difíceis? São os meus três questionamentos.

Agora, Cristiano, se o senhor me permite, eu tenho aqui cinco perguntas. Uma delas foi feita pelo nosso colega Glaycon Franco. Ele é médico, um excelente deputado, pessoa preparada, que faz o seguinte questionamento: “Boa tarde, caro amigo deputado e ex-secretário Antônio Jorge. Primeiro gostaria de agradecer a sua inestimável contribuição devido a sua vasta experiência nesta área,

uma vez que foi secretário de Estado de Saúde e, nesta Casa, fui testemunha de que defendeu as nobres bandeiras da saúde. O Poder Executivo elaborou o programa Minas Consciente, que está propondo a flexibilização do isolamento. Qual a sua opinião em relação a essa flexibilização? O senhor concorda? Quais os motivos? Os estudos que embasaram o programa são científicos?”. Outra pergunta: “Sem fazer a testagem, há segurança científica para fazer essa flexibilização? Os critérios adotados para embasar o programa nos dão garantia para a flexibilização? Quais são as novidades científicas que existem no momento que justificam a flexibilização e que não existiam há quatro semanas?”. E, por fim: “Com sua experiência de secretário de Estado de Saúde, o senhor tomaria alguma medida diferente das que estão sendo propostas?”. Mais ou menos a mesma terceira pergunta que eu fiz ao senhor.

Ele ainda pergunta: “Muito se tem falado sobre as barreiras sanitárias e de deslocamento populacional em vários estados do Brasil, inclusive o lockdown, para conter a disseminação do vírus. Minas Gerais ainda não adotou essas ações. O senhor acredita que tais providências serão necessárias, ou seja, o lockdown aqui em Minas Gerais?”.

Agora as perguntas do Bloco Sou Minas Gerais, liderado pelo companheiro Gustavo Valadares. Eu estou fazendo agora as perguntas de outros colegas, de outro bloco. Ah, o senhor tem aí? Mas eu gostaria de fazer a leitura para que pudesse ser de conhecimento.

Em 26 de maio foi noticiado pelo G1 que, em 2020, Minas registrou 1.250 mortes por síndrome respiratória – a mesma pergunta que nós fizemos, não vou ser redundante. Segundo, o senhor considera razoável o número de testes para Covid-19 realizados no Estado? Também está mais ou menos dentro das perguntas. Terceiro, considerando a complicada situação financeira do Estado, quais estratégias o senhor sugere para melhor aplicação de recursos da saúde neste momento? E por fim, em relação à distribuição de EPIs, quais as estratégias utilizadas que o senhor considera que têm dado certo, e que outras estratégias o senhor indicaria? São as perguntas do Bloco Sou Minas Gerais. Muito obrigado, Cristiano.

O presidente – Apenas para registrar ainda a presença dos seguintes deputados nesta reunião: deputado João Leite, deputado Professor Irineu, deputado João Vítor Xavier, deputado Léo Portela, o Exmo. Sr. líder do Bloco Democracia e Luta, deputado André Quintão, deputado Charles Santos, deputado Osvaldo Lopes e deputado Inácio Franco, líder da Maioria.

Debates

O presidente – Com a palavra o Sr. Antônio Jorge para as respostas aos questionamentos.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Quero cumprimentar todos os deputados remotamente. Deputado Carlos Pimenta, são muitas questões, algumas que seguramente nós teremos técnicos mais balizados para aprofundar. Mas, do pouco da nossa experiência, eu começarei comentando a questão da testagem.

V. Exa. falou com muita pertinência, é médico. É muito importante distinguir porque há dois tipos de testes: uma metodologia que é o PCR, que identifica o vírus. Ele faz uma cópia de um pedaço do vírus – o RNA –, amplifica aquilo e diz que é o Sars-CoV-2, é o novo coronavírus. Ele é muito específico, faz o diagnóstico de forma muito assertiva, os outros testes não fazem diagnósticos. Os outros são os testes imunológicos que podem ser feitos em bancada, no laboratório, ou por meio de teste rápido que está dando essa confusão muito grande de interpretações, de farmácias fazendo. O teste imunológico, ou seja, o kit de teste rápido de bancada mede a resposta do organismo à presença do vírus, que é a produção de anticorpos – mede a resposta imunológica. Então, o teste em questão – que está todo mundo percebendo o estrangulamento – possui duas utilidades muito distintas e nós precisamos dos dois, do ponto de vista do interesse da sociedade.

Eu não tenho os dados atuais de Minas Gerais, mas havia uma fila muito grande de testes de PCR para confirmação de diagnóstico, um represamento grande. É preciso atualizar essa informação, eu não a tenho, mas até 10, 15 dias atrás era uma fila muito grande. Então, isso tem uma relação direta com a subnotificação porque, se há paciente internado, se há quase mil casos a mais de síndrome respiratória aguda grave de um ano para outro, é lícito e legítimo o raciocínio que parte dessa quantidade de pacientes a mais seja pela Covid. Para entrar na estatística oficial precisa-se da confirmação laboratorial, então é lógico que isso afeta.

Não é uma subnotificação que muita gente interpreta de forma maldosa, como conspiratória, dolosa, não, é do processo de trabalho. Se há um estrangulamento na testagem, eu não confirmo; se eu não confirmo, muitos daqueles vão ser confirmados só a posteriori, e no momento que eu estou vivendo pode haver um conjunto de casos subnotificados, que existe em maior ou menor grau em todo lugar do mundo. Há um delay muitas vezes de número de pacientes internados e a sua confirmação diagnóstica.

Minas, como bem disse o deputado, precisa alargar os pontos de execução de exames. Dois exemplos: em Montes Claros uma universidade tem o equipamento fazer o PCR; em Juiz de Fora há dois ou três pontos para fazer o PCR. Além da universidade, a própria Embrapa tem um laboratório de biossegurança 2, a Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora, que possui três equipamentos para fazer leitura. De que todo mundo precisa? De técnicos treinados e dos insumos. Quem faz insumos? Farmanguinhos. Distribui para quem? Para os estados. Então, eu acho que se há fila no Estado para fazer exame e há gente competente e outros equipamentos que podiam estar lendo esses exames, centralize-se os kits, não é? Eu acho que era preciso aumentar os insumos para que esses estabelecimentos que possuem certificação no interior de Minas possam fazer. Vai diminuir esse *delay*, vai aumentar a notificação e vai dar segurança para os médicos também no manejo clínico, que vão ter um diagnóstico mais rápido dos seus pacientes.

Em relação ao teste imunológico, ele está diretamente ligado à estratégia da flexibilização. Nós temos que ser muito razoáveis e partir do ideal para o possível, para a realidade. Se não há condição de universalizar uma testagem em massa – por razão financeira, por logística ou acesso aos testes –, a gente tem que pensar em metodologias para usar esse teste da forma mais inteligente possível. E como o teste rápido mede a resposta imunológica, ele só dá positivo depois de 8 a 10 dias dos sintomas iniciais. Então, muitas vezes ele é utilizado porque alguém se afastou do trabalho, teve que ir para a quarentena – não sabe a condição sorológica, não sabe se é Covid –, mas com sete ou oito dias ele testa, dá negativo e pode voltar ao trabalho. Essa é a perspectiva dos trabalhadores de saúde também. É muito importante porque a força de trabalho é o primeiro batalhão que se contamina, mas não se contamina só com Covid. Nós estamos na época da influenza, na sazonalidade da gripe. Muita gente da força de trabalho de saúde necessária para a sociedade está afastada e muitas vezes não é Covid. Se não for influenza grave, pode voltar ao trabalho com alguns dias.

Então, o teste é importante para proteger os trabalhadores, os policiais que estão na rua, mas pode ser utilizado com inteligência, deputado Carlos Pimenta, como se faz em pesquisa eleitoral. Nós podemos, por amostragem, testar a sociedade assintomática – porque, como nós vimos, 80% das pessoas não têm sintomas – e saber da condição sorológica de determinado território, por amostragem, igual se faz em pesquisa eleitoral, com significância estatística. Então, eu tenho uma quantidade de teste, distribuo isso com significância estatística no território e vou medir. Vou dizer: “A minha população possui uma condição sorológica de defesa já de tantos por cento”. Eu tenho mais segurança para flexibilizar. Ou eu vou tomar um susto e falar: “Eu testei e ninguém passou pelo vírus. A minha vulnerabilidade” – lembra da equação lá atrás – “é muito maior. Não está na hora de eu abrir”.

Então, se a gente puder ter mais teste e baratear, a crise na Europa diminuindo, a pressão sobre a China... Noventa e cinco por cento da produção é chinesa, não é? É outro descalabro que nós estamos vendo, o mundo de joelhos para a China porque todo mundo abandonou a produção dessas coisas mais baratas e mais sofisticadas. Com a pressão da Europa diminuindo, nós vamos ter mais acesso. Os kits rápidos já começaram a baratear e é muito importante que a gente compre, sim, mais kits, que haja mais testagem e que pense em estratégias inteligentes para identificar a condição sorológica de determinado território para haver segurança para abrir ou não.

Eu não tenho dúvida de que o governo do Estado está fazendo tudo o que pode. Todas as pessoas que estão na Secretaria de Estado de Saúde são corretas, são técnicos capazes, estão trabalhando – eu tenho muita convicção – com muito denodo, dando tudo de si. Mas é preciso que na crise a gente sempre procure fazer um pouco mais, e um pouco mais é aumentar a testagem em Minas Gerais. Eu não posso me conformar de que nós temos o 2º pior resultado de testagem per capita do País e nós não somos a 2ª pior economia. Então, acho que existe espaço para aumentar nossa testagem e há mercado hoje, deputado Carlos Pimenta, para comprar.

A outra questão colocada por V. Exa. eu já falei, possui relação com essa, sobre a subnotificação. Seguramente não há uma subnotificação dolosa, não há nenhuma artimanha, nenhuma estratégia. As autoridades sanitárias têm dado demonstração de muita retidão com a sociedade, com muita transparência, mas é fato. Se está havendo um aumento das SRAGs – as síndromes respiratórias agudas graves – é legítimo pensar que parte disso é Covid, e só vamos saber quando houver o teste e a notificação aumentar. Há poucas semanas São Paulo fez um mutirão para acabar com sua fila e os casos explodiram. Não, não foram os casos que explodiram, os casos estavam todos represados, faltando a confirmação. Naqueles dois dias deu uma curva imensa, não porque havia mais gente doente, é que faltava notificação. Então, esse é um delay que se resolve aumentando a notificação. Quero insistir que são dois testes; duas estratégias e duas finalidades totalmente distintas.

Eu acho que Minas precisa ter muito pé no chão. O Brasil é um território continental. A França teve esse flagelo e nosso estado é do tamanho da França. Nosso país tem realidades distintas, então é muito importante ter a dimensão de que passado o flagelo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, de Fortaleza, de Manaus, nós teremos a migração para outros territórios – isso é inevitável. Eu quero insistir: a doença é inevitável. A mitigação do dano é possível, mas a doença é inevitável. É importante que nós, mineiros, não fiquemos muito confortáveis. Uma certa aflição é importante porque a nossa capacidade de resposta assistencial é muito menor que São Paulo, de nos prepararmos para uma resposta assistencial. Somos um estado mais pobre, a criação de leitos excepcionais vai ser mais difícil. Então, é lógico que as medidas não farmacológicas continuam sendo muito estratégicas e nós temos que pensar isso com razoabilidade.

Deputado Cristiano, todo ano o influenza começa por Manaus – quase dois meses antes –, é uma característica ecossanitária. Então, antes, sempre há crises de H1N1 em Manaus, depois vem o Sudeste e por último o Sul – a sazonalidade da gripe lá é mais para junho, julho. Vejam os senhores, é natural pensar que essa migração do vírus também pode estar acontecendo. Houve em Manaus a primeira crise, depois São Paulo, Rio de Janeiro, e a crise não chegou no Sul ainda – vai coincidir com o inverno mais forte. Então, eu acho inevitável que o Sul tenha nos próximos meses um alargamento no número de casos, enquanto São Paulo e Rio vão ter resolução da sua curva. Nós teremos momentos distintos no Brasil e nada nos impede de imaginar que tenhamos, também, um momento de agravamento em Minas. Então, não vamos nos regozijar de que nós somos muito bacanas porque não temos muitos casos, porque isso pode ser um comportamento dos vetores da epidemia e muito menos pelas nossas ações.

Seguramente Minas deu um exemplo – a capital especialmente – com o isolamento social muito rígido. Alguns prefeitos talvez possam ser criticados no futuro pelo excesso das suas medidas, mas em crise e quando a gente precisa ser humilde porque desconhece tantas particularidades da doença, errar por excesso, errar por precaução não é uma coisa grave e, seguramente, é uma tentativa de proteção. Então, eu acho que nós ainda precisamos manter muita vigilância em Minas Gerais porque talvez o pior ainda esteja por vir.

Quero cumprimentar o amigo Glaycon, mas o deputado Carlos ainda fez mais uma pergunta. Sobre a conduta da Secretaria de Estado de Saúde quero mais uma vez deixar claro o meu respeito. Ideias diferentes seguramente são legítimas, que a gente tenha, mas acho que não me cabe – até por uma questão ética, fui gestor – comentar as ações da Secretaria de Estado de Saúde. Os números são verdadeiros, não há nenhuma falta de transparência. A subnotificação, se existe, é por causa do delay dos exames.

Eu responderia ao amigo e deputado Glaycon que acho que o Minas Consciente – do que eu tive acesso por meio da leitura daquilo que foi publicizado – é um programa muito engenhosamente preparado para dizer que as situações epidemiológicas impõem distintas situações de circulação de pessoas na atividade produtiva. Então, eu acho que é uma ótima sugestão. Para quem não conhece, o programa Minas Consciente está muito bem exposto no site do governo do Estado. Dividiu-se em quatro clusters de atividade econômica que chamaram de ondas. A onda essencial, que é a onda verde, na minha opinião é muito extensa; acho que há muita atividade essencial ali que podia ser mais restrita mas, enfim, é uma ótima medida, é uma ótima metodologia. Eu quero parabenizar a equipe que trabalhou nessa proposta. Eu acho que talvez falte refinarmos os gatilhos dessas ondas. Vou deixar mais claro: quando a

gente parte de uma situação que eu estou só com serviço essencial para uma situação de onda branca, que é a segunda onda, que eu flexibilizo mais algum segmento do comércio, algumas atividades produtivas? Esse gatilho, pela visão do governo do Estado, seria uma análise do número de casos da incidência por 100 mil habitantes pela capacidade instalada. Então, se há muitos casos, mas ainda há muita ociosidade na minha capacidade instalada, eu posso me permitir flexibilizar porque há condição de dar resposta se houver um aumento. Mas, ao contrário, se há poucos casos, mas existe capacidade de resposta quase zero, eu não posso flexibilizar porque eu não tenho para onde levar as pessoas se elas precisarem. Então, é uma medida engenhosa.

Outro dia eu discutia com os amigos da área de saúde que para nível local a aplicabilidade disso é difícil porque há muitas variáveis. Esses leitos são os leitos locais, os leitos regionais? As nossas macrorregiões são muito grandes, são maiores que muitos países europeus. Então talvez o recorte de configurar esta abertura não possa ser a macrorregião, mas, se for a microrregião, nós vamos computar os leitos e essa flexibilização só quando esgotar a capacidade local ou a capacidade total?

Então, eu acho que o Minas Consciente dá um passo importante, a sociedade está adoecida economicamente, então precisa pensar em regramentos, com segurança sanitária. A proposta do governo do Estado mescla isso, porque ela reconhece a condição da incidência e a condição da capacidade instalada para dizer da migração. Mas confesso que mesmo eu, que sou muito atento aos textos técnicos, encontrei dificuldade de ajudar um pequeno município a viabilizar operacionalmente a sua metodologia. Então, acho que é preciso refinar um pouco mais, debater isso mais, e eu tenho sentido uma ausência grande do Cosems nesse debate. Não por negligência do Cosems, mas talvez por não haver uma metodologia de participação maior dos municípios nessa metodologia – mas é um caminho. Não opino de maneira nenhuma se está certo estar nessa ou naquela onda; é uma realidade local.

É importante pensar a flexibilização não como política global para o Estado, mas como políticas locais ou regionais. Então, é de se aplaudir os prefeitos que entendem que estão sob um risco e tomam uma medida mais radical de isolamento, como fez Belo Horizonte. Para vocês terem uma ideia, há muitos municípios com mais casos que Belo Horizonte. Infelizmente, deputado Cristiano, o painel de casos dá um número absoluto, mas nós devemos medir a incidência relativizando pelo número da população. Então, quando nós fazemos isso, que é a incidência por 100 mil ou por 1 milhão de habitantes, nós vamos ver que em Santos Dumont, Juiz de Fora, cidades ali do entorno, cidades do Triângulo Mineiro, como Uberlândia, há muitos mais casos por 100 mil habitantes do que Belo Horizonte. É preciso analisar as estratégias que cada um tomou.

Então, deputado Glaycon, querido amigo, acho que eu respondi. Sobre barreira sanitária, depende dos territórios. Essas barreiras sanitárias que apontam um termômetro para sua testa, eu acho que é uma medida que tem muito mais um efeito de nos lembrar que estamos numa crise e que precisamos dobrar nossos cuidados do que de um caráter efetivo, porque a transmissão é grande antes dos sintomas. Antes de eu ter sintoma eu estou transmitindo. Então, muitas vezes eu não tenho sintoma e estou transmitindo. Perguntar se o cara está com febre e fazer disso um impedimento para ele ir ou vir não faz muita diferença. Mas eu acho que mostra uma diligência, uma preocupação, uma lembrança: “Você está entrando numa cidade que está preocupada com o Covid, lembre da sua máscara”. Então, eu apoio essas medidas sem que haja nelas uma ilusão ou uma hiperestimativa de que isso vai resolver a crise, mas elas impactam muito esses sentimentos cívicos de que há um esforço comum. Chegando em Belo Horizonte eu passei por uma barreira sanitária na Avenida Nossa Senhora do Carmo e achei bacana. Não é efetiva porque eu posso estar sem febre e estar transmitindo, mas mostrou que a cidade está contingenciada. Parabéns ao prefeito Kalil por tomar essa medida; tudo isso é válido.

Eu acho que respondi a todas as suas questões. Ah, falar da testagem, não é? Eu quero concordar com o deputado Glaycon, acho que o aumento da testagem imunológica nos daria mais segurança sobre onde pode flexibilizar e onde não pode. Acho que vale o esforço do Estado para tomar uma iniciativa e não ficar esperando o ministério. Nós estamos no terceiro ministro em pouco mais de três meses, então é preciso que um grande Estado como Minas Gerais tome as suas diligências para a aquisição direta de mais testes, para aumentar a testagem da população e haver mais segurança para a flexibilização.

Em relação às perguntas do Bloco Sou Minas Gerais, acho que já falamos da questão da notificação das SRAGs que estão maior do que no ano passado; é legítimo pensar, sim, que há casos de Covid que estão subnotificados. Mas quero insistir que não são por ausência de transparência, por nenhum ato doloso, é porque há um gargalo de testagem, precisamos aumentar o número de testes. Eu acho que o número de testes está baixo para a nossa necessidade. Quero só dizer que nós somos o pior índice per capita de teste do País. A situação financeira do Estado é notória, então o que o Estado pode fazer? O que um grande Estado como Minas Gerais pode fazer? Ganho de escala, consorciar os municípios para resolver no atacado seus problemas de insumos, de logística – esse é o papel do Estado. O Estado pode não ter dinheiro para comprar, mas é uma potência econômica, com todas as suas dificuldades, perto dos pequenos municípios de Minas. Então, o Estado deve garantir atas de registro de preço, garantir logística de insumos. É lógico que esse é o papel que o Estado pode e deve cumprir a favor da sociedade mineira. Obviamente, 853 municípios lutando juntos o resultado vai ser melhor do ponto de vista econômico, da eficiência, e essa coordenação tem que ser feita por Minas Gerais – não pelo ministério. Acho que isso pode ajudar muito aos municípios.

O que eu disse vale para a questão da distribuição dos EPIs também. Felizmente... Vocês sabem que Wuhan, que foi o epicentro do início da epidemia, depois da pandemia, fabrica quase 90% das máscaras cirúrgicas do mundo, não é? Então, você imagina Wuhan fechada três meses o que aconteceu com o abastecimento de EPI. Tudo isso afetou muito todas as nações. A nossa capacidade de compra perante estados europeus e o americano é muito menor, nós ficamos para trás, mas eu sinto que está restabelecendo uma certa decência nos preços e um fluxo maior de EPIs. Acho que aqueles primeiros momentos foram muito mais graves de exposição; se faltar EPI agora é muito mais por deficiência de gestão do que de falta de insumos internacionais porque isso está superado.

O presidente – Obrigado, Antônio Jorge. A presidência registra ainda as presenças dos deputados Osvaldo Lopes, Cássio Soares, líder do Bloco Liberdade e Progresso, e Sargento Rodrigues.

Neste momento, com a palavra, o deputado Hely Tarquínio, membro efetivo da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamentos.

O deputado Hely Tarquínio – Boa tarde, presidente Cristiano Silveira. É uma alegria vê-lo comandando a nossa Assembleia em um mau momento de crise, mas em um bom momento para nós tomarmos as nossas providências e trabalharmos. O deputado Antônio Jorge, ex-deputado e também ex-secretário de Saúde, tem uma larga experiência. Boa tarde também, Antônio Jorge.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Boa tarde, deputado.

O deputado Hely Tarquínio – Nós estamos felizes por você vir aqui nos ilustrar e trazer os seus conhecimentos, pois já de longa data você tem desempenhado funções à frente da secretaria, agora no Ministério, acumulando experiência. Boa tarde ao nosso presidente Carlos Pimenta, juntamente com os nossos companheiros da Comissão de Saúde e os senhores deputados e senhoras deputadas que nos assistem nesse momento.

Ouvi bem a sua exposição, a sua cosmovisão, Antônio Jorge, que muito ilustra todos nós, trazendo-nos o seu conhecimento da evolução de epidemias, como a Sars-CoV-1, essa epidemia do Oriente, que trouxe contribuições, e agora essa epidemia, pandemia... As outras são pandemias também, mas ceifaram, em relação a esta, um número bem menor de mortes, causaram um número de mortes menor. Essa pandemia já virou também um pandemônio político. Ficamos preocupados com isso, porque estão desviando o foco da coisa.

De toda fala sua, gostei muito daquilo que você falou com relação a gabinete de crise para enfrentar a pandemia. Pelo que entendi, esse gabinete de crise é a estrutura do SUS em cada município, em cada região, exatamente em cima daquilo que vocês contribuíram e a que eu também assisti lá na Secretaria de Saúde. O SUS agora veio à tona, na minha opinião, e será mais valorizado pelos governantes, com a destinação de mais recursos, porque a estrutura, do ponto de vista formal e até material, está pronta; do ponto de vista de recursos humanos, sempre deixou a desejar.

Eu fico observando, e queria falar exatamente isto: com o gabinete de crise, contando com estruturas nos municípios, cada região, através das superintendências, juntamente com os prefeitos, pode resolver, pode combater essa pandemia no dia a dia, com equipe multidisciplinar de profissionais de saúde. Há também essa visão de economia aí, que está brigando muito com os recursos da saúde. A economia é importante, mas, nessa hora, a vida é muito mais. Então, isso aí me ilustrou muito em função da larga experiência que você tem; também, como deputado, você foi bastante atuante, brilhante na nossa Assembleia Legislativa.

Noto algumas coisas com relação a esse conflito ideológico, implicando, às vezes, as condutas. Assim, queria fazer uma pergunta com relação à Secretaria de Saúde. Você acha que cada Secretaria de Saúde, em cada estado, no gabinete de crise, deveria orientar melhor, ter um posicionamento firme, como “olhe, o protocolo é esse, e, portanto, é ele que tem de ser seguido?”. Logicamente, devido às circunstâncias de cada região, de cada município maior ou menor, também tem de haver o seu gabinete de crise em contato permanente, em mão dupla com a Secretaria de Saúde, e ela tem de emitir posicionamentos também.

Essa questão da hidroxicloroquina e da cloroquina está trazendo muito problema e confusão. Então, pergunto a você se seria diferente, se é desse jeito mesmo. Na verdade, Minas Gerais está indo bem. Essa crise deve durar um ano e meio, dois anos até se extinguir. Ela vai descendo. Isso é igual às grandes fases que vão passando para as pequenas. Então, esse gabinete de crise, foi adotado lá no Ministério, não foi? Pergunto se foi por aí que vocês criaram uma coisa assim. Você deu muita ênfase a isso. Parece, vamos dizer assim, que é o braço mais forte no caso da administração da crise. Então, gostaria que você falasse um pouco mais desse gabinete de crise em relação à estrutura que cada estado tem.

O presidente – Com a palavra, Antônio Jorge.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – O Ministério da Saúde já tem uma maturidade muito grande do ponto de vista epidemiológico. Há os centros operacionais, os Coes, que também existem nos estados e devem ter uma articulação. Alguns municípios também têm os seus centros operacionais, mas são muito ligados à vigilância epidemiológica. Eles cumprem um papel muito importante, é um desses eixos do gabinete de crise, mas a crise aqui, especialmente a da Covid, tem repercussões muito amplas do ponto de vista social e econômico. Então, esse gabinete de crise pode ser alargado com outros atores.

O Dr. Cadenas, que esteve fazendo essa provocação no ministério, acabou ajudando o País em Manaus. Ele estava lá, através de um programa de cooperação com o Hospital Sírio-Libanês, e está levando essa visão de organização de gabinete de crise. O ministério tem organizado, através de um grupo de trabalho que tem a participação de dois notórios mineiros – Dr. Hécio(?) e Dr. Rasível –, vários gabinetes de crise hospitalar em hospitais muito importantes do País – é o seu grupo lá do Sírio-Libanês. Mas essa visão que o Dr. Cadenas deixou e que tenho adotado, Dr. Hely, diz principalmente para os governadores que uma situação excepcional está exigindo uma estrutura excepcional e que eles devem montar um gabinete de crise para que haja uma governança específica dessa crise, com estas características de gestão: comando único, resposta rápida, sem ficar no debate do consenso interminável, porque as pessoas estão morrendo; se for errar, erre logo. E, além disso, com aqueles componentes que expusemos aqui: comunicação, gestão operacional da saúde, logística, financeiro, área social. Temos de cuidar muito dos amortecimentos sociais nessa crise; temos, principalmente, de voltar a falar em segurança alimentar, porque deixamos de lado essa agenda, que já foi muito cara ao País. Precisamos pensar nisso.

Então, esse gabinete de crise é uma estrutura que se monta e que acaba com a crise, e ela não interfere na governança. Não falamos aqui dos efeitos colaterais da Covid, do ponto de vista sistêmico, na própria saúde. A mortalidade domiciliar, deputado Hely, aumentou. Os hospitais estão vazios. Ninguém está fazendo prevenção de câncer. No ano que vem vamos ter uma incidência aumentada de câncer. Ninguém está fazendo exame, diagnóstico. Todo mundo tem medo de ir, não sem motivo, ao serviço de saúde. Com isso, muitas coisas estão piorando de maneira geral. A saúde não pode trabalhar sua estrutura perene só para a Covid. Então, deve haver uma estrutura que cuide da Covid com gente da área da saúde, mas também – quero insistir – com comandantes da área da defesa civil, com gente que está habituada a fazer gestão de catástrofe, que está acostumada com logística e deve cuidar disso, em

parceria com os organismos estatais, principalmente da saúde, e a saúde não pode se descuidar do seu feijão com arroz. A mortalidade domiciliar em São Paulo aumentou mais de 20%. As pessoas estão morrendo em casa porque têm medo de ir para o hospital. O número de infartos aumentou. E há outros reflexos também, aumentou o número de mortes violentas por homicídio. Então, essas coisas não vão deixar de acontecer. Não podemos ter toda estrutura governamental focada só na Covid, porque o mundo continua existindo.

Então, a sugestão que fica para os municípios e para o próprio governo do Estado – uma humilde contribuição –, a exemplo do que foi feito de forma muito orientativa sobre o Minas Consciente: usar a força do governo do Estado e a sua capilaridade, fazer chegar uma boa mensagem de como os municípios devem se organizar em gabinetes de crise para o seu contingenciamento. Muita gente está bem-intencionada, mas não sabe como fazer e, muitas vezes, para a prefeitura para fazer uma coisa, e a prefeitura não pode parar.

Então, para mim foi um aprendizado esse contato lá com o Dr. Leiva, através do Dr. Cadenas, e acho que, nessa crise, devíamos nos apropriar disso para pensar nesse tipo de organização.

O presidente – A presidência registra a presença do deputado Douglas Melo.

Com a palavra, agora, deputado Doutor Jean Freire, membro efetivo da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamentos.

O deputado Doutor Jean Freire – Diretamente daqui do Vale do Jequitinhonha, boa tarde aos colegas deputados e deputadas, ao colega que está presidindo hoje, Cristiano. Boa tarde, Cristiano. Boa tarde, Antônio Jorge, companheiro, ex-deputado e secretário.

Quero dizer, Antônio, que o senhor faz muita falta aí na Assembleia, muita falta na Comissão de Saúde. Independente de diferenças ideológicas que temos, você é um parceiro com quem sempre aprendi muito mesmo – e tínhamos ótimos debates lá. Antônio Jorge, acompanhei atentamente suas falas. Muitas perguntas que preparei para fazer, não vou fazê-las porque você já as respondeu. Talvez pela área, por ter sido um legislador, então você veja de um outro ângulo, de outro patamar que os gestores talvez não vejam. Vou-lhe fazer uma pergunta encaminhada pelas deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula e Leninha. É uma temática, inclusive, que temos denunciado muito, de que temos falado muito: o vírus tem sido mais letal para os negros no Brasil. Fica, no entanto, a dúvida: se é a letalidade do vírus ou se é a questão social histórica que acomete a população negra. Mas eu queria saber – e, inclusive, vamos votar um projeto interessante amanhã delas três também: “Na sua opinião, qual a relevância da produção de dados em saúde, com os devidos marcadores, para subsidiar a tomada de decisão dos gestores?”.

Estamos vendo aí, realmente, uma subnotificação em todo o País. Em Minas, as pesquisas mostram que, proporcionalmente, a subnotificação é quatro vezes maior do que no País. E temos uma instituição seriíssima como a Funed. Lembro-me de que você defendia muito, e eu continuo defendendo essa pauta sobre a questão dos lucros da Funed não irem para um caixa único. Não é a hora de a Funed, de uma vez por todas, ser mais empoderada? Temos uma instituição seriíssima, de uma relevância importante neste estado. Já não é passada a hora de essa instituição ter o seu devido valor? Você acha que neste momento ela está sendo valorizada como deveria ser?

A deputada Marília Campos pergunta: “O que você acha da flexibilização em Belo Horizonte neste momento? Você acha que estava na hora? E quais os impactos dessa flexibilização em toda região metropolitana?”. Nesse contexto, quero complementar aqui; aproveito e lhe pergunto também. Vejo a posição do prefeito Kalil; realmente muito diferente se fizemos uma comparação com a do governo do Estado. Mas a gente vê é que o governo do Estado leva os louros quando se fala alguma coisa em nível nacional: “Em Minas, os dados estão bons por causa do governo do Estado”. Tenho tido essa mesma fala sua: no momento em que a curva for formando um platô ou decaindo em outros Estados, temos de estar preparados, porque aí há uma grande possibilidade de essa curva se inclinar para Minas Gerais. Isso é real, é fato, é sanitário, é epidemiológico, é assim que funciona. Sabemos disso. Nessa linha, você

acha que o Estado de Minas Gerais está preparado? Às vezes, mostram-se hospitais que não têm leitos ainda ocupados. Não só isso, temos diferenças regionais por exemplo. Temos a região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri como a região de maior vácuo assistencial em números de leitos por exemplo. E estamos vendo os números crescerem no interior. Eu lhe diria, por exemplo, que ontem, nas cidades vizinhas de onde estou – Itaobim, várias cidades –, houve um, dois casos. Então, estamos vendo começar a crescer no interior. Qual você acha que seria a saída para essa questão?

Por último, você esteve lá no governo federal. Na sua fala, você diz da importância dos comitês, do gestor municipal. Realmente, acho que o mais importante é o município, pois é aqui que vivemos, mas é importante uma gestão completa, nacional. Eu queria saber de você: você esteve numa equipe lá com o Mandetta – independente de diferenças ideológicas, também vimos ali uma condução diferenciada; como você se sentia, como a equipe se sentia tendo um mandatário maior, o presidente, que totalmente discordava daquilo que você acreditava ser o certo? Com essa última baixa agora do Wanderson, você acha que isso pode ser maquiado? E deixo aqui o meu registro de que também o Wanderson me parece ser um profissional sério. Você não acha que corremos o risco, já que estamos vendo uma aparelhagem do Estado, de haver uma maior subnotificação ainda, inclusive de mortes?

O presidente – Com a palavra, para suas respostas, o colega Antônio Jorge.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Saúdo o deputado e quero dizer da minha satisfação de reencontrá-lo, ainda que remotamente, deputado Jean. O aprendizado foi mútuo aqui nesta Casa. Tenho muito respeito pelos seus posicionamentos, por sua história. Para alguns novatos que não conheço pessoalmente, deixo a minha satisfação de receber os questionamentos; e um abraço muito fraterno à deputada Marília.

Eu começaria, deputado Jean, dizendo que nós, médicos, aprendemos, já há alguns anos, que a prática deve ser baseada em evidência. Então, é um ramo da medicina hoje que o senhor conhece bem: o da evidência. Mas há também um ramo da gestão baseada em evidências. O gestor recebe uma delegação de algum mandatário, pois foi eleito. Ele não ganhou um alvará para fazer o que pensa. Ele deve procurar fazer aquilo que a melhor evidência demonstra. Como dizia o ministro Mandetta, é muito trabalho. Se é para ter fé, nesse lugar também tem de ter fé na ciência, acreditar na ciência. Então, precisamos ter uma gestão que seja baseada em ciência e não em achismos. Vivemos, infelizmente, no País, um momento estranho em que parece que pensar cientificamente é condenável, é um movimento quase anti-iluminista. Então, é uma coisa que é muito perniciosa para se pensar em ambientes técnicos – e, notadamente, na área de saúde. Em relação à necessidade de fazer uma gestão baseada em evidência é porque a melhor evidência vai nortear a melhor ação de gestão. Então, o senhor tem completa razão quando fala que o gestor devia ter mais dados. Acho que não é difícil para nós – tanto baseados em dados, quanto a partir de uma visão leiga do mundo concreto, da vida como ela é – reconhecer que vivemos em um país de desigualdade imensa. Ser branco neste país não é condenável, mas reconhecer que ser branco não é um privilégio é ridículo, é desconsiderar uma evidência. Então, o fato de estar numa classe social que teve acesso à educação, a questão da cor, tudo isso nos torna privilegiados não no sentido negativo, mas precisamos reconhecer que temos acesso a condições muito maiores do que as camadas da população – notadamente os negros no Brasil, que têm muito menos acesso a bens e serviços, e aí se inclui saúde. E não é por outro motivo que, mesmo com dois, três meses de pandemia, já conseguimos segmentar que morrem mais negros na pandemia. Isso é fruto dessa coisa de séculos, de uma desigualdade, e ainda teremos desafios geracionais para vencer. Talvez a primeira coisa para vencer ao longo das novas gerações quanto ao desafio das desigualdades seja aqueles que desfrutaram de melhor acesso reconhecerem a necessidade de solidariedade, de criar situações cada vez mais igualitárias para que todos os brasileiros, indistintamente de classe e de cor, possam ter acesso.

Quero, Jean, dar um testemunho aqui pessoal. Eu, no segundo dia de internação, tive muito convicção de que iria morrer, porque a minha saturação de oxigênio caiu muito. Fiquei com medo de ir para o CTI. Tive uma assistência da maior qualidade. Tenho plano de saúde. Fui para um hospital muito capacitado. A minha médica, Dra. Rosângela, é PhD, uma doutora em infecto-imunologia. Essa é uma doença que, quando fica grave, é uma doença imunológica. Tive a melhor assistência possível, mesmo assim achei que iria

morrer, passei mal, fiquei oito dias precisando de oxigênio auxiliar. Quando eu ia tomar um banho, parecia que tinha corrido uma maratona. Então, foi muito dramático. Então, fico imaginando, de forma muito profunda, o desespero daqueles que não tiveram como eu a condição de uma assistência diferenciada. Sou médico, tenho plano de saúde, estava num hospital privado que me atendeu de forma exemplar. Agora, fico imaginando aqueles que dependem de uma vaga e ficam aguardando numa UPA.

Como eu dizia, a doença é grave. Teremos mortalidade pela Covid. Isso já nos entristece demais. Agora, assistir ao fato de que pessoas estão morrendo porque são de determinada classe social, porque não tiveram acesso ao tratamento constrange a todos os brasileiros. É preciso que as autoridades tenham isso em mente. É lógico que não podemos priorizar a saúde de forma cega e entender que a economia não tenha de girar; é verdade que pessoas podem passar fome. Quero dizer que o tema segurança alimentar tem de voltar para a agenda prioritária dos governos. Há gente que vai passar fome. Aquela grande franja da população – e você conhece bem isso, deputado Jean – que vende o almoço para comprar o jantar, a pessoa que trabalha na rua, o trabalhador precário, essa turma que tem de se preocupar com o pão do dia seguinte, essas pessoas estão com sua segurança alimentar ameaçada e passam fome. Temos de criar condições para que isso não aconteça. As medidas mitigatórias do governo federal são saudáveis, são salutares; R\$600,00 é pouco, mas é uma medida, mas a operação disso é ruim, e ela não vai esgotar toda a necessidade. Então, precisamos muito, como eu dizia antes, que haja um pensamento cívico de que isso é um esforço de guerra e de que todos temos de contribuir, nem que seja com um prato de comida para quem precisa. De fato, a crise desnuda, ainda mais, a nossa fragilidade da desigualdade, a nossa fratura exposta social, que é a imensa desigualdade. E vamos ter, no resultado final, uma evidência muito forte de como aqueles menos favorecidos têm dificuldade de acessar o tratamento, a despeito do grande SUS, a despeito do grande sistema de saúde que temos.

A Funed é a nossa instituição centenária. Por ali passaram notáveis, alguns que mereciam indicação ao Nobel, mas ela, como várias estruturas do Estado, é uma paquiderme anacrônico. Não dá para, na era da biotecnologia, do conhecimento, uma estrutura científica ter sucesso numa administração direta com tantas burocracias. Então, assim como algumas estruturas da Fhemig, a Funed – já defendia no governo quando estive lá e defendi aqui nesta Casa – precisa ter sua autonomia administrativa – e autonomia administrativa significa autonomia orçamentária. Com o passo da transferência da tecnologia da vacina para Minas Gerais, Minas Gerais é que vende a vacina da meningite para todo o País. Isso gera centena de milhões de reais por ano. Com o advento da regulamentação da emenda dos recursos da saúde, a emenda federal que virou a Lei nº 141, infelizmente, os governos foram obrigados a colocar os 12% na saúde, mas retiraram os orçamentos próprios das instituições. Então, de fato, hoje, a Funed dá lucro para o Estado e poderia estar gerenciando os seus próprios recursos advindos das vendas dos seus insumos e, com isso, ser uma enorme potência. Um grande tema para esta Casa é a autonomização da Funed, do João XXIII e de algumas estruturas do Estado que precisam ter autonomia administrativa para ter mais eficiência.

Deputada Marília, a flexibilização está na hora? Eu acho que os mandatários locais, junto com a sociedade, devem medir essa temperatura. O regramento do Minas Consciente é muito interessante, mas é importante dizer: precisa ser aperfeiçoado naquilo que chamei de gatilho, de mudança de onda, para que, em uma onda para frente, se houver repercussão de incidência de casos ou de colapso do sistema, o próprio gatilho que foi usado para ir para frente possa ser usado para ir para trás.

Então, flexibilizamos. Em duas ou três semanas tivemos já o resultado e voltamos a fechar. A própria Coreia, que é tida como exemplo por todos por um êxito no enfrentamento, depois de um mês fechou de novo bares, restaurantes e boates, porque percebeu que estava havendo um aumento do número de casos. Acho que, pelo esgotamento da economia, pela longa quarentena que vivemos aqui, testar estratégia de flexibilização é razoável, mas subordinada aos dados epidemiológicos, à frequência de casos e usar a mesma regra que faz abrir para fechar novamente. E, aí, pactuar muito com os setores comerciais e industriais para ter esse entendimento. Que não tenha de haver um debate de regras cada vez que tiver de ir para frente ou para trás. Acho que, se o Minas Consciente for aperfeiçoado, principalmente com a participação da Assembleia, isso pode acontecer, e, lógico que, ao abrir aqui Belo Horizonte, a região inteira vai ter impacto. Parte do isolamento social das cidades da Região Metropolitana é porque o sujeito não está

indo trabalhar em Belo Horizonte. Então, se volta a atividade em Belo Horizonte, ele volta a circular. Mesmo que Lagoa Santa – estou dando um exemplo, não sei a situação dela – mantenha lá uma situação de quarentena, se Belo Horizonte flexibilizar, a chance de levar o vírus para dentro dessa cidade vai aumentar.

Então, a despeito de toda a autoridade, acho que é exemplar até agora a condução de Belo Horizonte... Não é à toa também, pois há muitos técnicos competentes, além da batuta do prefeito Kalil. Só para exemplificar, em nome de todos os trabalhadores aqui da saúde de Belo Horizonte, cito o amigo Fabiano, que é muito capaz, um infectologista, epidemiologista. Mas diria que, talvez Belo Horizonte, pelo seu potencial de desarranjo nessa questão das quarentenas locais, devesse negociar a sua flexibilização e seguir pari passu com toda a Região Metropolitana para que houvesse a mesma regra, sem perder a autoridade e os regramentos locais.

Por fim, quero falar da questão dessa curtíssima experiência, da contribuição, que não é minha, foi contribuição da Assembleia, que me autorizou a estar durante um mês e pouco com o ministro Mandetta. Quero dizer que sou bem rodado na área pública e não conheci um gestor com tanta fibra, com tanta capacidade de trabalho como o ex-ministro Mandetta. Fiquei muito impressionado com o seu apego à situação diuturnamente, e a equipe trabalhando 14, 15 horas por dias. Assisti a isso. A sua frustração em ver que, na crise, aquilo que é mais caro para um organismo da saúde, que é o seu apego à ciência, foi abandonado pelo governo. Então, havia de fato uma frustração muito grande entre todos os técnicos. Lógico que o presidente está legitimamente eleito e a autoridade dele sobre os ministérios existe para demitir, para indicar os seus ministros. Ele foi eleito para isso, mas é muito frustrante que todo o escalão técnico fique subordinado a visões que não são pareadas ou baseadas em evidências, que são visões de puro achismo, como a questão da cloroquina. Foram dois ministros derrubados em função dessa tensão, não foi exclusivamente por causa da cloroquina. Eu usei cloroquina no meu tratamento, é bom que se diga, mas, agora, os últimos estudos científicos estão mostrando que não há uma evidência de que o uso desse medicamento diminua a mortalidade. E ela tem risco. Eu usei, mas fiz três eletrocardiogramas para ver se não estava tendo arritmia. Então, acho que é uma muito delicado fazer uso em pacientes ambulatoriais e em casos leves.

Então, isso não é assunto para gabinete político resolver. É assunto para gabinete técnico. Assim, isso choca. Acho que o Brasil corre mais risco em função dessa posição, mas está na hora de respeitarmos as instituições também, de respeitarmos e, infelizmente, torcermos para que as coisas não piorem. Respeitar as instituições inclui respeitar todos os Poderes e torcer para que tenham serenidade e equilíbrio entre si, coisa que estamos correndo muito risco neste momento de não acontecer.

O presidente – Muito bem, quero registrar a presença do deputado estadual Tito Torres.

Agora, com a palavra, o deputado Doutor Paulo, membro efetivo da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamento.

O deputado Doutor Paulo – Boa tarde a todos. Boa tarde, nosso presidente, deputado Cristiano Silveira. Boa tarde nosso querido deputado Carlos Pimenta, presidente da nossa comissão, que, muito prudente, nos trouxe esta oportunidade de conversar com meu colega, ex-deputado Antônio Jorge, a quem conheço pessoalmente. Agradeço-lhe, primeiramente, por estar aqui trazendo essa contribuição por sua vasta experiência não só como médico, mas também como gestor e parlamentar.

Gostaria, deputado Antônio Jorge, de dizer também que ficamos muito apreensivos com a sua contaminação. Nós todos ficamos muito preocupados com a saúde de V. Exa.

Trouxe três assuntos para perguntar ao senhor, a fim de saber qual seria a sua opinião para nos trazer um clareamento, para saber como a Assembleia, nós, enquanto deputados, podemos nos manifestar e também para as nossas cidades. Sou aqui de Pouso Alegre, cidade do Sul de Minas.

Tive informações muito recentes de que os hospitais de Minas Gerais – não tenho informações de outros estados – estão tendo grandes dificuldades de compra de insumos, de medicamentos não Covid. Estamos muito focados na Covid, no coronavírus e

acabamos por esquecer que há as outras atividades dentro de um hospital. As pessoas continuam utilizando, de uma forma menor, como o senhor bem disse, mas ainda existem infartos e outras doenças parecidas.

Tenho uma lista rápida. Eu fui informado no hospital de que citrato de fentanila, propofol, midazolam e azitromicina estão em falta. São medicamentos que em poucos dias acabam, e os hospitais, as santas casas não estão conseguindo comprar os medicamentos, embora tenham o recurso para isso, ou porque o preço subiu muito ou, principalmente, pelo fato de os laboratórios dizerem que não estão conseguindo os insumos, que são internacionais. Gostaria de saber do senhor se já teve essa experiência e que caminho podemos tomar para que não tenhamos um colapso medicamentoso nos hospitais, causando aí muito mais problemas na nossa sociedade.

Segundo ponto: quando o senhor acha que seria prudente que os hospitais iniciassem as cirurgias eletivas que vêm se acumulando, especialmente aqueles municípios onde o índice de Covid está baixo, onde a pandemia ou já chegou ou ainda não chegou, mas está por chegar? Não temos ainda essa informação concreta.

Fazendo uma pequena observação... (– Falha na transmissão do vídeo.)

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Posso responder enquanto resolve lá, presidente?

O presidente – Pode, porque o vídeo do Doutor Paulo travou. Acho que seria adequado o Doutor Paulo sair e entrar novamente na sala. Aí ele terá o prazo necessário para concluir as perguntas. Neste momento, o Antônio Jorge responderá o que já foi aqui colocado por ele.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Presidente, antes de responder à questão, quero fazer um reparo na minha apresentação. Quando colocamos aqui o pen-drive, desformataram-se algumas tabelas, e acabou caindo um “dois” no número de mortes, no Brasil, que ficou em 4.600, mas é de 24.600. Então, estamos corrigindo para deixar a apresentação aqui, com os dados fidedignos de ontem. Esse é um painel do Ministério da Saúde.

É um prazer falar com o senhor, que tem grande experiência também nessa área da gestão hospitalar, da saúde. Quero dizer que, quanto a essa questão do abastecimento, tive notícia de situações graves no Norte do País e, em algum momento também, em Fortaleza, principalmente relacionadas ao Midazolam. Os pacientes internados em CTI ficam numa espécie de coma induzido por medicamento – aliás, uma espécie não, ficam em coma induzido por medicamento –, e o medicamento de indução, normalmente, é o Midazolam, que é muito seguro, tem uma vida plasmática mais curta. É um medicamento muito seguro. Esse medicamento estava em falta. É lógico que tudo é uma questão, na lei básica da economia, de oferta e procura. Então, os preços subiram mesmo, porque há uma demanda maior, uma demanda aumentada, um número maior de internações. Mas acho que não há um problema grave de abastecimento. Acho que aí a mão do Estado é fundamental.

Quando o ministro Mandetta fez aquela intervenção numa fábrica de respiradores, em São Paulo, muita gente interpretou aquilo de forma errada, como arbítrio. Na realidade, a sinalização era a seguinte: se o pirão é pouco, não vamos brigar; vamos dividir de forma equânime, de forma socialmente necessária. Então, foi-se lá interromper a venda dos respiradores, porque tinham um preço internacional maior, e era um respirador vital para o Brasil. Então, isso é que é a mão forte do Estado. Então, se estamos tendo problema com o Midazolam, cabe ao governo federal e cabe ao governo estadual essa medida.

Dizia há pouco que a grande contribuição do governo estadual é organizar a gestão de compras, de insumos, nem que não seja a compra direta, mas que seja com mecanismo de registro de preço, de tabelamento. Tabelamento é uma coisa muito ruim economicamente; o registro de preços seria suficiente. Então, se faltar determinado insumo, temos instâncias no Estado. O Ministério Público precisa tirar um pouco o foco, muitas vezes, da criminalização da gestão e pensar que, se há alguém praticando preço exorbitante, isso também é crime. Se há alguém, danosamente, prejudicando o mercado para tirar vantagem disso, gerando preço elevado, também a Justiça, o Ministério Público, o governo podem intervir. Então, acho que seria importante – temos uma bela organização aqui, que é a Federassantas – haver uma reunião técnica, o MP ter um relacionamento – temos um MP da Saúde muito

diligente, competente, em Minas Gerais –, haver uma articulação entre hospitais e governo do Estado, para identificar esses insumos e pensar, estrategicamente, onde tem que apertar para que eles apareçam, e principalmente apareçam com um preço civilizado.

Quanto à questão das cirurgias eletivas, o senhor colocou de forma muito precisa, acho que tem que restabelecê-las imediatamente, porque o que é eletivo, passados três, quatro meses, vira urgente. Vamos ter aumento de mortalidade por muitas causas que não estão sendo operadas. Até lesões pré-malignas, se não opero, podem se tornar malignas na frente. Então, é lógico que isso não pode ser feito num cenário sem restrições. Qual é a melhor orientação para a organização hospitalar? Numa cidade que tem vários hospitais, que um único hospital fique com Covid, exatamente para a gente não ter o cruzamento e não haver o risco de pacientes com outras patologias não Covid serem contaminados. Se não for possível, que o hospital tenha fluxos absolutamente separados: Covid e não Covid.

Alguma coisa a gente tem que começar a flexibilizar. Flexibilizar é um termo ruim. Na realidade, temos que abrir espaço para algumas coisas novamente, para que possam fluir, porque, como eu dizia, a mortalidade intra-hospitalar está aumentando; ninguém está fazendo diagnóstico de câncer; a mortalidade por infarto está aumentando. Então, nós teremos como consequência indicadores de saúde muito assustadores para a frente, porque o mundo continua. Não é porque estamos tendo Covid que os outros agravos à saúde não estão acontecendo – aliás muitos estão piorando em função da Covid. Então, outro papel do governo do Estado importante, em articulação com os municípios, é pensar em quais cenários podem ser retomadas as cirurgias eletivas, porque as pessoas vão ter complicações dos seus agravos; são eletivos hoje, mas se complicam com o tempo. E só autorizar isso onde houver segurança do ponto de vista sanitário, onde os fluxos Covid e não Covid estiverem absolutamente separados, apartados. Conforme a minha opinião, não deveria separar intra-hospitalar, não, mas separar por hospital mesmo.

Deputado Carlos Pimenta, em Montes Claros existe uma rede hospitalar muito robusta. Pode-se vocacionar um hospital para a Covid; nos outros, não haver paciente Covid e, com isso, haver muito mais segurança para se fazer um procedimento eletivo e atender a urgência de outras áreas não Covid. Então, acho que dá para pensar nisso. E vamos ter que fazer isso, senão as coisas vão se agravar para a frente. Insisto: o cenário epidemiológico está agravado pela Covid, mas ele não deixou de existir, as doenças continuam existindo e a mortalidade vai aumentar por outras causas.

O presidente – O deputado Doutor Paulo já está restabelecido aqui. Quero disponibilizar para o senhor o seu tempo restante, para fazer mais alguma consideração.

O deputado Doutor Paulo – Muito obrigado, deputado Cristiano. Caiu a minha internet. Para finalizar, o Minas Consciente estabelece nas macrorregiões onde pode abrir mais ou menos, e aí a gente considera as cirurgias eletivas também.

No caso específico de Pouso Alegre – e pode estar acontecendo nas outras regiões –, temos 38 leitos de UTI disponíveis há praticamente mais de dois meses, e o Ministério da Saúde, até agora, não os habilitou. Dessa forma, o Estado não os reconhece como leitos livres. Com isso, a nossa região, a nossa macrorregião fica na onda vermelha do Estado, e isso pode refletir nas próprias cidades que ficam em dúvida se seguem o Minas Consciente ou se flexibilizam ou se abrem. Então, como a gente poderia atuar de forma que o Ministério da Saúde pudesse agilizar essas habilitações, para que os dados do Minas Consciente sejam de fato reais, de acordo com cada região?

Para finalizar, quero agradecer muito ao ex-deputado Antônio Jorge por estar com a gente aqui, trazendo essas informações, orientando os deputados, especialmente aqueles não médicos, para que a gente possa atuar de uma forma mais efetiva e, de fato, promover a melhoria da qualidade de vida da nossa população mineira. Muito obrigado, deputado.

O Sr. Antônio Jorge de Souza Marques – Parabéns! Quero agradecer ao deputado Doutor Paulo, parabenizando-o pelas suas intervenções. É, realmente, um conhecedor do ambiente e da saúde, especialmente da saúde hospitalar.

É como eu dizia, o Minas Consciente parte de um pressuposto que acho muito interessante: dividiu a economia em quatro segmentos, criou uma tipologia de cores para falar quem está em cada cor e pensou um território macrorregional. Eu acho que esse

território macrorregional tem que ser discutido, as nossas macrorregiões são muito grandes. De repente, eu tenho uma cidade onde seu coeficiente de incidência está se elevando, a taxa de incidência por 100 mil habitantes, mas, no restante da região, não está deflagrada essa questão. Então, eu não acho que o recorte macrorregional, que a metodologia seja a mais adequada.

Esta Casa tem um papel importante. Nós temos, além dos deputados da Comissão de Saúde, deputados experientes, um back office, uma retaguarda de técnicos muito gabaritados na Casa – eu insisto que a Secretaria Estadual de Saúde tem um corpo perene de técnicos muito gabaritados. A gente precisa, antes que a crise piore em Minas, refinar o Minas Consciente, aproveitar aquilo que ele trouxe de benefício, que é pensar uma metodologia que não fique no achismo de A ou B, mas refinar esses indicadores do gatilho e do território.

O senhor está coberto de razão: se a metodologia do Minas Consciente diz que é o cruzamento da incidência por 100 mil ou 1 milhão – não me recordo – com a capacidade instalada, e eu tenho lá 38 leitos de UTI, mesmo que eu tenha uma alta incidência, o senhor vai estar na faixa verde, porque eu tenho capacidade instalada. É difícil ver isso sem o gráfico, mas, na vertical, nós temos a incidência e, na horizontal, nós temos a capacidade instalada. Então, se medirmos a situação da microrregião de Pouso Alegre, veremos que é uma região confortável, ainda que aumente o número de casos, porque é exatamente aquilo que mostrávamos na equação. Se a minha contingência consegue mitigar o dano, eu tenho autoridade para pensar numa flexibilização. Então, não é porque o dado burocrático da homologação dos leitos não saiu no ministério que o Estado não possa reconhecer. Existe uma regional de saúde lá, em Pouso Alegre. Mandem um técnico lá que reconheça os leitos, e muda-se o cenário. Então, não faz sentido vocês estarem em vermelho, havendo 38 leitos de UTI ociosos vocacionados para a Covid. São os aperfeiçoamentos – eu insisto – que precisamos ter no Minas Consciente, para que ele tenha uma operação mais ágil e se fixe mais na realidade.

No Município de Santos Dumont – eu estive auxiliando o prefeito alguns dias atrás –, são 45 mil habitantes. A incidência por milhão lá é muito alta. Junto a Juiz de Fora, ali é uma região próxima do Rio, então, é muito preocupante, mas foram eles que deram o start. São 46 mil habitantes, já havia uma pequena UTI de 6 a 8 leitos, e ficaram mais 10 leitos de UTI. Está no ministério o pedido, mas já estão funcionando os leitos. Então, é preciso que a regional de saúde de lá reconheça a presença desses leitos e mude a cor desse cenário.

Então, o senhor está coberto de razão. Mas é meramente um refinamento e, com aquela equipe técnica da SES, em uma audiência específica sobre esse tema, eu acho que eles podem resolver isso. Sua percepção está corretíssima.

O presidente – Agradecemos aqui a presença, a contribuição, o bom debate feito pelo Sr. Antônio Jorge, que foi deputado estadual conosco aqui, na Assembleia, na 18ª Legislatura, e também secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais. Passo a palavra agora para o deputado Carlos Pimenta, para as suas considerações finais.

O deputado Carlos Pimenta – Caro deputado Cristiano, eu também estou muito satisfeito com este debate. Foram orientações esclarecedoras do ex-secretário de Saúde de Minas Gerais, Antônio Jorge, ex-deputado estadual. São muito importantes os dados que nos trouxe aqui, para que a gente pudesse ter uma noção dessa epidemia, no Brasil, de coronavírus. Foi válido e muito importante.

Eu queria só, presidente, primeiramente, agradecer aos membros da Comissão de Saúde, ao Doutor Jean, lá, do Jequitinhonha, que tem tido intervenções precisas, importantes, com levantamento geral, mas de uma maneira muito peculiar, um levantamento específico daquela região que, ao lado do Norte de Minas, são regiões que possuem o maior vazio de leitos hospitalares de toda Minas Gerais. Parece que, se Deus tira com uma mão, dá com duas mãos. É uma região também que tem a menor incidência de casos de Covid, e eu espero que a gente possa continuar assim, para que a gente não passe por dificuldades como outros estados, outras regiões estão passando neste momento.

Agradeço ao Doutor Paulo, do Sul de Minas, que também está numa região bastante complexa, devido à proximidade com São Paulo, a região de Pouso Alegre, Poços de Caldas, Varginha e Alfenas. Aquela região tem muita proximidade com São Paulo.

Agradeço ao Dr. Hely Tarquínio, sempre com a sua experiência, com a sua vivência como médico, também trouxe informações. E faltou o Doutor Wilson – por um motivo ou outro, ele deve estar trabalhando, neste momento, no hospital. Eu acredito que ele tenha muito trabalho, mas de qualquer maneira, a Comissão de Saúde deu sua contribuição e trouxe perguntas importantes.

No dia 15, agora, de junho, a Comissão de Saúde fará uma reunião aqui, na Assembleia de Minas, e eu espero contar, pelo menos, com mais dois deputados da comissão, para que a gente possa analisar alguns projetos, algumas propostas que estão sendo encaminhadas. Então, no dia 15, estaremos aqui. E o nosso convidado, deputado Cristiano, será o presidente do Cosems, o Eduardo, secretário Municipal de Saúde de Taiobeiras. Ele estará aqui representando os 853 municípios de Minas Gerais, porque a gente tem trazido autoridades, sanitaristas, infectologistas, representantes do governo, mas eu sinto a falta de alguém aqui para falar um pouquinho sobre o problema dos municípios. O Eduardo receberá o nosso convite, que foi protocolado hoje, e a gente quer ter essa visão do que está acontecendo, mesmo porque nós estamos votando toda semana dezenas de projetos de lei, reconhecendo estado de calamidade dos municípios mineiros. Com o reconhecimento da Assembleia, o prefeito ou os prefeitos poderão usar de uma flexibilidade maior dos seus orçamentos para poder fazer o combate ao coronavírus. E eu falava ontem e repito que essa flexibilidade, se por um lado é muito boa, vai dar opções ao prefeito de saber onde poderá arrumar recurso, tirar recurso, fazer remanejamento orçamentário, por outro lado reflete situações em que os prefeitos terão que ter, deverão ter, o máximo de cuidado possível. Vejam aí o exemplo do governador do Rio de Janeiro, que está sendo denunciado pelo Superior Tribunal de Justiça. Ele vai ter que responder, vai ter que se explicar, e eu não estou aqui adiantando se ele agiu certo ou se ele agiu errado, mas, de qualquer maneira, essa flexibilidade pode levar a situações que podem complicar as prefeituras.

Eu só espero – e tenho certeza que não – que isso não aconteça em Minas Gerais; que todos os recursos que estão chegando aos municípios, e não são poucos... Da lista que eu tenho de alguns municípios, o menor município de Minas Gerais que não tem absolutamente nada, nem uma estrutura de saúde, está recebendo quase R\$600.000,00 do governo federal e do governo do Estado. É dinheiro do povo brasileiro; é dinheiro que, se não for bem empregado, vai fazer falta, e essa falta vai trazer dificuldades maiores para a nossa população, para os municípios trazerem o mínimo de atendimento ao povo de Minas, ao povo brasileiro. Então, cuidado! É um dinheiro de que, mais cedo ou mais tarde, todos irão prestar contas ao Ministério Público, irão prestar contas às câmaras municipais, irão prestar contas à esta Casa, à Assembleia. Nós também estamos votando em confiança nos prefeitos, para que o dinheiro seja bem empregado e a gente possa passar por esse período de coronavírus, de Covid, de uma maneira tranquila, sabendo que em Minas respeita-se o dinheiro público. Então, o Sr. Eduardo vai vir aqui, vai trazer as informações, as dificuldades, as reivindicações para que a gente possa ajudá-lo da melhor maneira possível.

Só terminando, Cristiano, ressalto que a Assembleia já cumpriu um papel muito importante. As emendas impositivas desta Casa, Antônio Jorge, somam mais de R\$300.000.000. Muitas delas foram remanejadas de uma área para outra para serem aplicadas no combate à Covid. Então, a Assembleia de Minas deu uma demonstração de esforço muito grande. Nós queremos – e peço a Deus que isso aconteça – que esse recurso seja utilizado com a maior responsabilidade e da melhor maneira possível.

Eu vou me deslocar daqui a pouquinho para Montes Claros – só vim participar desta reunião –, mas queria agradecer ao Antônio Jorge a presença e ao deputado Cristiano, que é vice-presidente desta Casa. Eu acho que foi muito importante este momento, e teremos outros. No dia 15, nós vamos abrir os microfones para que os municípios possam – por meio do Eduardo – dizer o que está acontecendo de bom, o que está acontecendo de ruim, o que está acontecendo de forma certa e o que precisa ser melhorado. Muito obrigado, Antônio Jorge; muito obrigado, Cristiano.

O presidente – A presidência registra também a presença da deputada Ione Pinheiro nesta reunião.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 28 de maio, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/6/2020**Presidência do Deputado Carlos Henrique**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Pronunciamentos de Deputados; solicitação do deputado Zé Reis; Homenagem Póstuma; pronunciamentos de deputados – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h4min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela pandemia de Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a reunião especial destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19 será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A reunião especial destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19 será convocada preferencialmente para as terças-feiras, às 14 horas, com duração de duas horas;
- 2) O deputado poderá se inscrever para fazer uso da palavra, pelo prazo de 5 minutos;
- 3) A inscrição deverá ser realizada pelo Sistema de Informações Legislativas – Silegis – e obedecerá às normas de preferência para fazer uso da palavra estabelecidas no § 2º do art. 157 do Regimento Interno;
- 4) O prazo para inscrição será das 12 horas do dia anterior à reunião especial até o término da respectiva reunião;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo orador inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar;

7) Não será admitido aparte ao pronunciamento do deputado.

8) Por fim, a presidência informa ao Plenário que o prazo para a apresentação de emendas aos projetos que serão apreciados na reunião extraordinária desta quinta-feira se encerra amanhã, dia 29/4, às 12 horas.

Pronunciamentos de Deputados

O presidente – A presidência passará a palavra aos deputados inscritos, lembrando que cada parlamentar disporá de 5 minutos para seu pronunciamento. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos acompanham nesse Plenário, da mesma forma todos que nos acompanham pelas redes sociais, meu muito boa tarde.

Sr. Presidente, hoje eu venho, com muita preocupação, trazer os dados epidemiológicos da minha querida Januária. Hoje foram confirmados mais de 5 óbitos, e um cenário de 1.213 casos notificados. Com muita preocupação, Sr. Presidente, refiro-me ao nosso sertão, às nossas cidades barranqueiras. Embora com todas as dificuldades e limitações, sempre levando o nome de Januária e o nome do nosso sertão ao nosso governador Romeu Zema. Mesmo destinando, de nossas emendas, mais de R\$2.000.000,00 para a cidade de Januária, recebo hoje a confirmação do secretário Igor Eto da liberação de mais de R\$1.000.000,00 para as contas da Prefeitura Municipal de Januária, dinheiro este que daria para comprar mais de 20 respiradores, mais de (– Falha na transmissão do áudio.) de testes para a população.

Mesmo com o caos, ainda há notícias alegres, justamente em relação ao atendimento da nossa gente. É claro que, atendendo a pedidos incessantes de amigos nossos que estão no dia a dia, como o nosso amigo Maurício Almeida, todos os vereadores, nosso amigo Fabrício Promoções, presidente da Câmara, nosso pastor Ricardo, nosso bispo Dom José, enfim, toda a população januaense sinte-se verdadeiramente representada na busca constante de algo a mais para a nossa gente.

Quero também destacar, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 905/2019, já aprovado, em 1º turno, por esta Casa, que obriga a destinação dos recursos para cada região de concessão. Nós temos aqui a 135... Inclusive, chamo a atenção para o fato de que, mesmo pagando um dos pedágios mais caros do Brasil, ainda estamos com a estrada bem aquém da qualidade que merecemos. Daí a importância desse projeto de lei ser votado e aprovado, em 2º turno, para que o recurso dessa concessão seja antecipado e esse dinheiro do pedágio seja aplicado em obras importantes, como o nosso Anel Rodoviário de Montes Claros, como o trecho da própria BR-135, hoje sem pavimentação, que dá acesso às cidades de Itacarambi, Manga e Missões. Da mesma forma, a interligação a Brasília pelo trecho da 479, ligando Januária à Chapada Gaúcha, e a nossa tão sonhada ponte do Rio São Francisco, da nossa querida cidade de São Francisco. Falo também em relação a um trecho de asfalto que já tem projeto interligando Pintópolis a Urucuaia.

Só para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado, nos anais desta Casa, o meu pedido, neste momento, de 1 minuto de silêncio pelas vítimas acometidas pela Covid-19, em homenagem a todos os que se recuperaram. Mas hoje Minas Gerais rompe a barreira de uma outra barragem de Brumadinho, com quase 300 mortes. Então, é algo muito preocupante que eu gostaria de deixar registrado: que, a partir de hoje, esta Casa determinasse que as nossas bandeiras, nossas flâmulas sejam hasteadas em homenagem a todas essas vítimas acometidas pela Covid neste momento tão delicado. Muito obrigado e parabéns pela condução dos trabalhos.

Homenagem Póstuma

O presidente – Obrigado, deputado Zé Reis. Atendendo à solicitação do deputado Zé Reis, faremos 1 minuto de silêncio pelas vítimas da Covid-19.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares, à população mineira e à imprensa que nos acompanham.

Presidente, alguns assuntos me trouxeram ao debate no nosso Plenário virtual. Primeiro quero manifestar a minha satisfação e parabenizar o presidente da nossa Assembleia Legislativa, Agostinho Patrus, pelo manifesto em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito. Não poderia ser diferente. Minas Gerais não poderia se comportar de outra maneira, senão na defesa da democracia contra o racismo, contra a misoginia, contra todas as agressões aos Poderes, que nós estamos vivenciando. Então, quero parabenizar por essa importante iniciativa, de que eu tenho feito a divulgação. Somos em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Segundo, presidente, o que me trouxe ao Plenário virtualmente é a minha preocupação com os trabalhadores em educação. Lamentavelmente, ontem, numa audiência, eu escutei do secretário de Planejamento e Gestão que o Estado paga primeiro quem está arriscando a vida, como se os profissionais em educação não estivessem expostos, assim como outros servidores públicos, à contaminação do novo coronavírus. E a minha surpresa e indignação ao receber a notícia da contaminação de um auxiliar de serviços da educação básica de uma escola estadual em Uberlândia: quando eu recebo a notícia, ele já está internado.

Nós precisamos estabelecer protocolos para situações de identificação de profissionais de educação que estão trabalhando na escola. O auxiliar de serviços foi convocado a trabalhar presencialmente na escola, contaminado. Não sabemos qual é a dimensão da contaminação da escola, mas fato é que nenhuma providência foi tomada. E por isso eu faço um apelo público e também farei documentação direta à Secretaria de Estado da Educação: é preciso haver protocolo.

Quando um profissional da educação é identificado, testado positivamente com coronavírus, qual é o protocolo? Qual é a dinâmica para os demais profissionais que estiveram trabalhando com ele no mesmo ambiente de trabalho, numa escola que está recebendo pais para entrega de material? Nós não temos protocolo. Então, isso nos causa muita preocupação. É fundamental que nós tenhamos um protocolo que possa direcionar, orientar e proteger as pessoas. Para o secretário de Planejamento e Gestão que disse que a educação não corre risco está aí a resposta: auxiliares de serviço e outros profissionais da educação que podem estar contaminados, e sem auxílio, mas sequer o Estado os está enxergando.

Segundo, presidente, quero trazer a minha preocupação também com a fala do secretário de Planejamento e Gestão da audiência que aconteceu na Comissão de Administração Pública, porque o secretário fez um filtro ideológico estranho, atacando entidades sindicais da área da saúde e da educação, como se o patrão tivesse o direito de determinar a atuação sindical ou com quem ele negocia. Então fica a minha preocupação sobre com quem o governo do Estado hoje estabelece as suas relações de negociação com o funcionalismo público estadual. Se ele se acha no direito de fazer um filtro, críticas e ataques a entidades sindicais... Ontem foram citadas três nominalmente, e não é papel do patrão determinar a forma como a organização sindical trabalha. As organizações são registradas, passaram por eleições democráticas, e quem decide quem representa a sua categoria é a categoria, não a organização do patrão. Isso me preocupa muito. Acabei de falar sobre um caso de uma auxiliar de serviços que está com coronavírus. Quem conversa sobre essas condições de trabalho?

E, por fim, presidente, eu quero trazer aqui a minha preocupação com situações que estamos vivendo. Municípios fazendo demissões de trabalhadores em educação, mesmo recebendo recursos do Fundeb. Por isso, estou protocolando nesta tarde projeto de lei para que os municípios tenham melhor atuação. Ou melhor, sejam impedidos de fazer demissões arbitrárias, suspensões de

contratos arbitrárias. Da mesma forma, protocolei um projeto de lei, o 2.001, para que o Estado forneça – e assim termino, presidente – equipamentos para os seus funcionários que ele determinou que precisam estar em teletrabalho. Os funcionários da educação, que têm o dinheiro do Fundeb para receber o salário e não o recebem na data correta, estão tirando do seu bolso o pagamento de questões como o telefone, a internet, o computador; e deveria tudo isso ser fornecido pelo Estado.

A situação não é boa. A situação é tensa. O Estado deixou de investir nos primeiros quatro meses deste ano mais de R\$1.000.000.000,00 de recursos do Fundeb, e a gente segue fazendo a luta em defesa da vida, em defesa da educação.

Termino parabenizando o Sindicato dos Jornalistas, que reelegeu agora Alessandra Mello presidenta da entidade, com 87% dos votos; e o Sindicato dos Petroleiros em chapa única, cuja direção foi reconduzida com 96% de votos. Então, isso é o processo democrático. Quem decide a organização dos trabalhadores são os trabalhadores. Obrigada, presidente. Um bom trabalho e uma boa semana para todos nós.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Um bom trabalho para a senhora também. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas parlamentares. Hoje eu venho falar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na próxima segunda-feira, dia 8 de junho, encerram-se os prazos para as emendas dos parlamentares, para as emendas da Assembleia. Eu venho trazer aqui alguns dados importantes sobre o orçamento do nosso estado, sobre o que está sendo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, 2021.

É importante que a gente contextualize alguns pontos que foram eventos extremamente importantes que aconteceram durante os últimos anos. A gente teve três desastres importantes que impactaram não só a vida dos mineiros e a sociedade mineira mas também profundamente as contas do Estado aumentando o déficit fiscal que a gente tem hoje no Estado de Minas Gerais. Então, a gente teve, por exemplo, no início de 2019, a tragédia do rompimento da Barragem de Brumadinho; depois foi seguido também um período de grandes chuvas na Região Sudeste do Brasil, que impactaram enormemente Minas Gerais. Hoje a gente convive com a pandemia da Covid-19, que também é outro exemplo que gera danos enormes não só para a população e a atividade econômica mas também para as contas do Estado. Somado a todos esses acontecimentos nós temos também o déficit contábil e orçamentário que herdamos de gestões anteriores em relação ao que existia em termos de orçamento do Estado de Minas Gerais.

Então, considerando todo esse contexto, é importante avaliarmos quais são os números que temos para 2021. O déficit previsto na LDO de 2021 gira em torno de R\$17.000.000.000,00. Esse valor é 30% maior do que o que está previsto na lei orçamentária deste ano de 2020 e é quase o dobro do que foi realizado no final de 2019 – primeiro ano do governo Zema.

É importante mencionar que uma parte significativa desse déficit está relacionada com a questão do déficit previdenciário, que sofreu um aumento de 8,66%. E, se formos avaliar só os valores nominais dos gastos previdenciários do Estado, veremos que temos um déficit em torno de R\$21.000.000.000,00, ou seja, superior aos R\$17.000.000.000,00 de déficit orçamentário.

Outro ponto importante para a gente poder avaliar é em relação às receitas do Estado. O que está sendo previsto para 2021 são cerca de R\$95.000.000.000,00 em receita com uma frustração de receitas da ordem de R\$7.500.000.000,00. Lembrando que grande parte da arrecadação do Estado vem do ICMS de combustíveis e de energia elétrica, que são atividades que sofrem um impacto muito grande da retração econômica causada pela pandemia da Covid-19. Se a gente for olhar para o lado das despesas, o valor previsto é de pouco mais de R\$112.000.000.000,00 de despesas no Estado.

Desse valor de despesas estaduais, que são só 2% maior do que as do ano anterior, ou seja, mostrando uma... Apesar do crescimento vegetativo e natural das despesas do Estado, a gente vê o esforço para a redução de despesas da gestão pública durante o governo Zema. Mas, mesmo com essa variação muito pequena, a maior parte dessas despesas do poder público estadual, do Executivo, enfim, 92% dessas despesas referem-se a gastos obrigatórios: pagamento de servidores ativos e inativos, repasses constitucionais, repasses para os municípios, serviço da dívida. O que sobra de flexibilidade, em que o Executivo pode, de fato, alocar

esse recurso, é muito pouco. Tudo isso gera um impacto muito grande em termos de prestação de serviços públicos, e infelizmente o que a gente busca é que essa situação possa ser melhorada, minimizada para que a gente possa continuar atendendo da melhor forma possível os cidadãos de Belo Horizonte.

Para finalizar, Sr. Presidente, só queria colocar a importância das tomadas de decisões e da sintonia entre os Poderes do nosso estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e os órgãos também para que tomemos as melhores decisões possíveis, sempre pensando na melhoria da qualidade de vida do povo mineiro. E eu acredito muito na sensibilidade da Assembleia durante esse período, avaliando a importância, inclusive, de a gente votar os vetos para que a LDO possa ser apreciada da forma mais adequada para a população mineira. Muito obrigada.

O presidente – Obrigada, Sra. Deputada Laura Serrano. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Bom, nós queremos começar agora cumprimentando o presidente e dizendo a todos os nossos amigos deputados e ao povo de Minas Gerais que nós ficamos muito satisfeitos e alegres com a notícia que foi veiculada – e dada por meio de telefonema para mim – da deputada Greyce Elias, que, junto com a bancada federal, conseguiu alocar quase R\$15.000.000,00 para começar a BR-367 de Almenara a Salto da Divisa. É uma obra que o governo passado, o federal, que, em 16 anos, sempre falava que amava o Jequitinhonha, nunca quis fazer. A tão sonhada ponte também está pronta. Agora, há uma ordem para começar a obra no dia 17 de junho. Os R\$15.000.000,00 não dão para fazer a obra toda, mas é um começo para aquilo que, em 16 anos, um governo que dizia que amava o Jequitinhonha não fez.

Também gostaria de colocar que, neste momento, estive conversando com o senador Carlos Viana porque ontem, na Comissão de Assuntos Municipais, a Kátia Rocha da Federassantas colocou que Minas Gerais já mandou um pedido de 1.000 credenciamentos de leitos de UTI, mas que até hoje só foram 75. Então, é preciso realmente que a Secretaria de Estado de Saúde faça uma interface com o ministério para que esses leitos sejam credenciados e o povo mineiro possa ser tratado agora nessa época mais difícil da pandemia.

E também quero pedir a todos um apoio para o nosso projeto que entrará na pauta nesta semana e que destina sobras de recursos de convênios, de quaisquer convênios entre as prefeituras e hospitais públicos ou filantrópicos que já tenham cumprido o objeto – exceto aqueles que estão nos 25% da educação –, para a guerra da Covid – eles serão transferidos. O deputado Ulysses Gomes se esmerou, fez um substitutivo irretocável, e, na quinta-feira, peço o apoio de todos para que a gente vote isso e para que esse dinheiro que está ali, sobrando nas contas – R\$20.000,00 ali, R\$100.000,00 ali, R\$10.000,00 ali –, possa ser realmente usado pelos hospitais filantrópicos, pelos hospitais públicos e pelos fundos municipais de saúde, atendendo a todos os municípios indistintamente, nessa guerra tão grande aí com a existência da Covid.

Então, um grande abraço para todos. Vamos para uma semana produtiva: votar os vetos amanhã e, na quinta-feira, os projetos. A Assembleia fica dando, então, o tom de como entrar nessa pandemia e sair com o mínimo possível de sofrimento para nós, que somos a população de Minas Gerais, principalmente aquela parte mais carente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Tenha uma boa tarde também, uma excelente semana. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente. É bom tê-lo presidindo a nossa Casa, deputado Carlos Henrique, que faz um trabalho tão brilhante, é um destaque na área do desenvolvimento social – aprecio e admiro muito o seu trabalho e fico feliz de vê-lo na presidência. Cumprimento todas as colegas e todos os colegas que estão conosco, assim como quem está nos acompanhando pela TV Assembleia, pelas redes sociais.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar o nosso presidente, deputado Agostinho Patrus, pelo brilhante trabalho que vem fazendo e pela forma como ele vem conduzindo e proporcionando que a gente possa trabalhar, cumprir a nossa função mesmo durante a pandemia, a crise de saúde e a crise econômica, para que nós tenhamos atuações que venham a minimizar toda essa situação.

Nós temos, esta semana, presidente, vários projetos na pauta. O projeto de resolução desta semana traz o Município de Fernandes Tourinho, onde está sendo feito um trabalho muito minucioso com relação à Covid. Quero destacar aqui o trabalho do município com todo tipo de prevenção e responsabilidade. É um município muito pequeno, mas que está sendo extremamente bem cuidado. Temos também o Município de São João do Manteninha, que também está na nossa região, onde temos expressiva votação.

Eu quero destacar também dois projetos que estarão na pauta. O Projeto de Lei nº 1.939, do deputado Charles Santos, possibilita a utilização dos insumos e equipamentos, que vão ser adquiridos para a Covid, posteriormente pela rede pública, municípios, hospitais credenciados pelo SUS. Isso para que a gente não perca tudo isso que a gente está adquirindo com a Covid. Como nós comentamos na nossa visita ao hospital de campanha, e o presidente em exercício esteve conosco lá, o ideal é que nada disso seja utilizado e que, depois, tenha utilidade para todos os nossos municípios, para a rede SUS, para melhorar os equipamentos da nossa saúde no Estado de Minas Gerais. Então é um projeto muito importante.

Temos também o Projeto de Lei nº 1.989, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso presidente da CCJ, que traz aqui para a gente a possibilidade de se usar a videoconferência, a videochamada, no caso de as visitas presenciais não poderem acontecer. Então se não for recomendada a visita presencial, que o paciente tenha oportunidade da chamada. Então é um projeto muito relevante. Gostaria de destacar aqui também esse projeto desta semana.

Queria dizer, presidente, mais uma coisa. Ontem nós tivemos uma reunião muito impactante, no parlamento do Mercosul. Eu fui, através da Unale. Foi sobre o tráfico de pessoas. No caso específico, uma mulher, vítima de tráfico, viveu 16 anos em regime de prostituição na Argentina. A forma de política que eles adotaram, a forma como ela foi resgatada... Foi um depoimento muito impactante. Acho importante que todos nós, da Assembleia, tenhamos conhecimento disso e como isso acontece de uma forma (– Falha na transmissão do áudio.). As pessoas nem sabem que estão sendo abusadas. Elas não têm nem ideia disso, devido ao tamanho da pobreza em que elas, na maioria das vezes, vivem, quando ocorre o rapto ou o sequestro de pessoas. Eu fiquei muito impactada com isso. Faço questão de trazer esse problema aqui.

Outra coisa que eu queria dizer e compartilhar com os colegas é que todos nós que somos eleitos para mandato eletivo, como agente político, como representante de classes, de categorias, todos nós estamos sujeitos a boas ações e a ações ruins. Todos nós estamos sujeitos a elogios e a críticas. Isso faz parte do processo democrático. Quando a gente é eleita, a gente faz boas ações e ações que não agradam àquele grupo que nos elegeu ou à oposição. Então isso é normal no exercício todo cargo. São atitudes completamente normais as críticas virem.

Também queria dizer que não é bom que nenhum órgão representativo tenha uma dinastia. Acho que os órgãos representativos têm de ter dinâmica, têm de ter atitudes muito efetivas, com resultado. Manter problema só não. (– Falha na transmissão do áudio.) É só uma opinião pessoal, mas que eu gostaria de dizer. Dinastia não é saudável em nenhum órgão representativo. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Celise pelas palavras. V. Exa. também abrilhanta muito os trabalhos nesta Casa, sendo tão colaborativa e prestativa com os colegas que convivem tão perto da senhora.

Próximo orador inscrito, deputado Sargento Rodrigues. Convido o deputado Sargento Rodrigues para fazer uso da palavra. Na sua ausência, seguindo a sequência dos oradores inscritos, convido o deputado André Quintão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente, deputado Carlos Henrique, colegas deputadas e deputados, hoje vou tratar do contexto mais político que estamos enfrentando no Brasil e os seus efeitos sobre o enfrentamento desta pandemia.

A gravidade da pandemia exigiria um momento diferenciado; exigiria uma coordenação nacional no âmbito das políticas públicas; exigiria uma verdadeira integração federativa entre o governo federal, estados e municípios; exigiria respeito e cooperação institucional entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; exigiria ampla mobilização e envolvimento da sociedade em medidas de prevenção, precaução e solidariedade; regras de isolamento, distanciamento e observância das recomendações da Organização Mundial da Saúde; forte rede de proteção social dirigida aos segmentos mais vulneráveis e também uma estratégia de recuperação econômica que pudesse priorizar, sobretudo, pequenos e médios empreendedores, lojistas, comerciantes, trabalhadores formais e informais e a economia solidária.

Enfim, nesta verdadeira catástrofe mundial, e, no Brasil, já são mais de meio milhão de pessoas infectadas e mais de trinta mil mortes. Tudo isso poderia configurar um quadro mais racional de enfrentamento, contudo, infelizmente, não é isso o que está acontecendo. Na verdade, isso prejudica a situação do Brasil nesta grave pandemia.

Além do mais, a nossa liderança maior do país, o presidente, no que diz respeito ao isolamento, nega a ciência, ataca prefeitos, ataca governadores, ataca outros poderes, confronta a democracia e o Estado Democrático de Direito, divide a sociedade e propaga e semeia a intolerância, inclusive junto aos seus apoiadores e apoiadoras, que relutam em fortalecer a rede de proteção social.

Por tudo isso, o momento é muito grave, presidente, e, nesse sentido, venho aqui registrar a importância política da manifestação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, através do seu presidente, deputado Agostinho Patrus, que, com certeza, vai fazer reverberar para outros Legislativos estaduais, por meio de um manifesto em defesa da democracia, em defesa da cooperação e do respeito institucional e em defesa de um enfrentamento responsável da pandemia e dos seus efeitos. A voz de Minas tem que ser a voz da indignação diante dos ataques à democracia, mas também a voz da tolerância do diálogo frente aos desafios impostos hoje, pela pandemia, à população brasileira.

A democracia importa muito, o Estado Democrático de Direito importa muito e, sobretudo, as vidas humanas importam muito. É momento de racionalidade, sensibilidade e convergência e também de expressarmos nossa indignação com aqueles que não têm sequer compaixão pelas milhares de mortes e vítimas infectadas e infelizmente levadas precocemente pela pandemia. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado André Quintão. Volto a chamar o deputado Sargento Rodrigues, que, ao que parece, está com problemas com a transmissão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, presidente. Eu queria abordar hoje dois temas que são muito importantes e que foram fruto das discussões que nós estamos tendo nas comissões. Eu faço questão, mesmo distante da Assembleia de Minas, aí de Belo Horizonte, de acompanhar praticamente todas as reuniões de comissões, porque todos os temas são relacionados à pandemia do coronavírus que nós estamos tendo.

Ontem, a presidente da Federassantas, a dinâmica Dra. Kátia Rocha, que representa todas as santas casas de Minas Gerais e todos os hospitais filantrópicos, que constituem quase 80% da rede de hospitais que mantêm convênio com o SUS, atendem pelo SUS, falou algo muito preocupante: Minas tem 7.500 leitos de CTI ligados à Covid. É claro que há mais, mas os leitos credenciados para atender os casos da Covid no Brasil todo são 7.500. E desse número, apenas 75, ou seja, 1% dos leitos foi credenciado ou homologado para a Covid aqui em Minas Gerais. É claro que Belo Horizonte tem a Rede Fhemig, com 400 leitos de CTI – aqui em Montes Claros temos o hospital universitário. É claro que não são hospitais públicos, mas temos as santas casas e os hospitais filantrópicos, onde há apenas 75 leitos. Então é necessário que a gente tome uma medida urgente. Eu peço a V. Exa., deputado Carlos Henrique, diante da impossibilidade de fazer daqui um requerimento, que apresente um requerimento pedindo a todos os deputados federais de Minas Gerais que façam pressão em cima do Ministério da Saúde, para credenciar mais leitos para Minas Gerais. Historicamente Minas sempre teve 10% de tudo do Brasil. Nós temos 10% da população brasileira e 1% dos leitos credenciados e homologados pelo

Ministério da Saúde. É uma vergonha e, mais que uma vergonha, é um perigo, porque os números do coronavírus, da Covid estão crescendo em Minas Gerais, e na hora em que precisarmos de leitos não os teremos.

O outro fato, presidente, que eu queria abordar também é com relação à urgência psicológica nesse tempo de Covid, de coronavírus. A população brasileira, a população mineira está passando por um sufoco muito grande. As pessoas estão tendo crises de ansiedade, síndrome do pânico, não conseguem dormir, sentem dores do estômago, vômitos, náuseas, não têm apetite para se alimentar. É aquela ansiedade! Tudo isso por medo, por medo de vir a adquirir o coronavírus. É necessário que o Estado de Minas, que a Secretaria de Estado de Saúde reforce os CAPs, os Centros de Atenção Psicossocial, para que os psicólogos possam atender a nossa população por um sistema on-line, um sistema a distância. Imagine o senhor, meu caro amigo Carlos Henrique, uma pessoa com medo, desempregada, muitas vezes sem saber se vai levar alimento para a casa no outro dia, e vem aquela ansiedade, não consegue dormir e fica sofrendo. O povo mineiro está sofrendo. E os CAPs são de responsabilidade dos municípios. Mas os municípios hoje não têm dinheiro para comprar EPIs, máscaras, álcool-gel nem têm como contratar mais psicólogos. Da mesma forma que estão contratando mais enfermeiros, mais médicos, mais auxiliares de enfermagem, mais fisioterapeutas, que contratem também mais psicólogos para dar assistência ao nosso povo, que está aí sofrendo, que está aí com medo, que está desempregado, que sente incerteza se vai amanhecer no dia seguinte, que sente incerteza se vai sair de casa e encontrar um bico para trabalhar, se vai encontrar um recurso para trazer o básico para a sua casa. Fica o meu pedido à V. Exa. Pode apor a minha assinatura digital, vá ao meu gabinete. Eu faço questão, pelo seu perfil, Carlos... Você já representou cargos importantes aqui no nosso estado na área social, como o André Quintão. Que a gente faça também um ofício, um requerimento, talvez um projeto de lei proporcionando um reforço na área de assistência psicossomática ao povo de Minas Gerais. Um abraço. Desculpe pelo tempo que tomei a mais do que deveria.

O presidente – Deputado Carlos Pimenta, você foi preciso, no tempo cravado. O pleito de V. Exa. será atendido. Vamos fazer a elaboração do documento e colher a assinatura dos deputados que entendem que esse tema é muito importante – e é – para Minas e para os mineiros.

Convido o próximo orador inscrito para fazer uso da palavra, o deputado Sargento Rodrigues. Agora, sim, ele me parece que está em condições de falar. Ainda não? Ele continua com problemas. Então, na sua ausência, a deputada Leninha, direto do Norte de Minas.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. me chamou?

O presidente – O Sargento Rodrigues está aí?

A deputada Leninha – Posso falar, presidente, ou o deputado Sargento Rodrigues falará primeiro?

O presidente – Deputada Leninha, vamos dar, então, voz ao deputado Sargento Rodrigues; logo em sequência, a senhora fará uso da palavra.

A deputada Leninha – OK. Sem problemas.

O presidente – Obrigado pela compreensão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Está me ouvindo, presidente?

O presidente – Sim, estou ouvindo agora perfeitamente.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Eu quero cumprimentar os colegas deputados e deputadas. Presidente, eu falo daqui, da Cidade Administrativa. Estou aqui, no Comando-Geral da Polícia Militar, para a entrega de um documento, obviamente um desdobramento da nossa atividade parlamentar. Mas eu queria só, presidente, dizer que foi feita a primeira abertura dos trabalhos das comissões. Tivemos a participação, ontem, na Comissão de Administração Pública, do secretário Otto Levy e do secretário-geral, o Sr. Mateus Simões.

Entendemos, presidente, que o presidente Agostinho Patrus precisa continuar fazendo o processo de abertura da Casa. É muito importante que nós tenhamos condições de discutir projetos; é muito importante que tenhamos condição de fazer emendas, e o formato que aí está colocado dificulta muito o acesso democrático por parte do conjunto dos 77 parlamentares. Eu queria deixar isso aqui, mais uma vez, consignado, porque o deputado não pode apresentar uma emenda ao projeto em Plenário; ele não pode fazer com que esse projeto retorne às comissões; ele não tem condições de fazer uma emenda se essa emenda não é acatada pelo relator. Hoje, apenas os líderes discutem a pauta com o presidente, e, nessa pauta, os mesmos líderes são relatores. Então, tudo isso acaba nos retirando a nossa competência.

Então, por isso, muitas vezes, a gente tem se manifestado. Eu vou continuar cobrando do presidente Agostinho Patrus que ele possa, cada vez mais, permitir que a gente possa ampliar a participação do conjunto de deputados e deputadas. A nossa insistência é para que o conjunto dos parlamentares, presidente, possa ter condição de participar efetivamente de todo o processo, seja do processo legislativo – e obviamente –, seja das principais decisões, porque há um grupo que define qual projeto vai para a pauta, e é o mesmo grupo que é relator. E isso foi retirado de quem? Foi retirado das comissões temáticas, porque o presidente da comissão, se a matéria não é de sua autoria, é quem define quem vai ser o relator. E, nesse modelo que nós estamos, presidente, o que acontece? Quem define os relatores não somos nós, não são os presidentes de comissões.

Então, é preciso, cada vez mais, pensar numa forma de democratizar a participação de todos os parlamentares. O senhor está me vendo, presidente? Está me vendo?

O presidente – Nós estamos ouvindo a sua fala, mas a imagem está congelada. A sua fala está clara.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu não sei por que ela está congelada. “Pedi para você iniciar.” OK.

O presidente – É um problema de conexão, realmente.

O deputado Sargento Rodrigues – Bom, não sei se agora voltou. Voltou a nossa imagem?

O presidente – Sim, voltou. Agora, sim.

O deputado Sargento Rodrigues – Então, vou encerrar, presidente. O que nós estamos fazendo aqui é novamente um apelo ao presidente Agostinho Patrus para que ele se reúna, inclusive com V. Exa., que é membro da Mesa, e proceda, cada vez mais, ao processo de abertura. Sabe por quê, presidente? O supermercado está funcionando, a farmácia está funcionando, as drogarias estão funcionando. Ou seja, hoje nós já temos uma grande parte do comércio em Belo Horizonte funcionando. Nós somos representantes do povo, nós somos completamente diferentes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário; o nosso *tête-à-tête* é muito mais próximo. Então, nós necessitamos responder às demandas da população. É muito diferente querer tratar a atividade parlamentar como a atividade do Ministério Público, como a atividade do Poder Judiciário ou a do Tribunal de Contas. Eles não têm contato direto com a população como nós temos no dia a dia e não têm aquela cobrança de solucionar demandas da população, de segmentos ou de determinada classe.

Por isso, fazemos um apelo: é preciso, cada vez mais, democratizar a participação e as ações decisórias, as instâncias decisórias do nosso Legislativo.

Presidente, agradeço a atenção e a acolhida à nossa fala. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Agora, sim, a próxima oradora inscrita é a deputada Leninha, diretamente de Montes Claros, no Norte de Minas. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Obrigada, presidente. Eu queria cumprimentá-lo, presidente Carlos Henrique, assim como os demais colegas parlamentares.

Eu me inscrevi, nesta tarde, para falar de três questões. Antes de falar das três questões, eu só queria parabenizar, mais uma vez, a Assembleia pela decisão de tomar todos os cuidados não só conosco, deputados e deputadas, mas também com as atividades parlamentares, as atividades remotas, que, na minha avaliação, tiveram muito mais presença remotamente do que presencialmente. Então, foi uma forma também de a gente ouvir, ver a situação de cada região. Enfim, eu, particularmente, achei que a gente produziu bem durante esse período de pandemia, mesmo remotamente. Entendemos que cada mandato tem um formato, uma dinâmica. Às vezes, estamos mais no interior, e não há tanto a necessidade, do ponto de vista da presença em Belo Horizonte – nossas bases estão aqui, nossas atividades também, e as atividades, às vezes, em Belo Horizonte, por conta das comissões e do Plenário... Enfim, eu creio que, dos 77 deputados, nós temos uma diversidade grande de dinâmicas parlamentares. E, é lógico, é difícil atender essas 77 dinâmicas, tentando, vamos dizer, consensos gerais. Mas enfim, seguimos aí com as comissões retomando suas atividades e vamos avaliando. Eu acho que, responsabilmente, temos que ir avaliando essas nossas dinâmicas para retomar as atividades.

Eu me inscrevi, primeiro, para ser solidária com alguns parlamentares, principalmente com os que têm presença no Vale do Jequitinhonha. Depois que eu havia me inscrito – já havia falado, aliás –, os parlamentares colocaram a situação, e continuo ainda me manifestando com relação à fábrica de lítio, à fábrica de células de bateria de lítio-enxofre.

O que a gente tem, historicamente, no desenvolvimento econômico de Minas Gerais é que algumas regiões ficaram, vamos dizer, encurraladas no aspecto de investimentos, muito em função da localização geográfica, das condições técnico-científicas, de pessoas com capacidade e habilidade para determinados setores produtivos. Mas, olhando para o Vale do Jequitinhonha, veja como mudou essa realidade. Nós temos uma universidade federal no Vale do Jequitinhonha, temos vários institutos federais. Então (– Falha na transmissão do áudio.) tinha um vazio do ponto de vista de intelectualidade, de pessoas que pudessem liderar qualquer atividade produtiva está ultrapassada. Então, o Vale hoje oferece condições intelectuais, há um nicho de construção lá, de fato, de intelectualidade, a partir dessas unidades de ensino – a universidade federal e os institutos federais.

Eu creio que hoje o Vale possui condições, como qualquer outra região do Estado, para receber uma fábrica dessa. E, nessa perspectiva do desenvolvimento regional desigual, é aí que a gente retoma o debate com o governador Zema, para que reveja essa posição. E não é nenhuma briga entre uma região e outra, é só uma questão de justiça com uma região que foi incluída na Sudene muito tardiamente e não recebeu a atenção e os recursos que de fato merece. Por isso me comprometi inclusive com o Doutor Jean. Estou dizendo que o Doutor Jean tem feito uma campanha, e nós estamos juntos para que o governador reveja essa decisão e faça justiça com essa região que tanto contribui com o nosso estado, e como isso seria importante. Gerar 100 empregos, com certeza, é algo que dinamizaria muito as economias naquela região.

A outra questão é que hoje recebi – brevemente vou falar sobre essas questões – uma denúncia de que houve uma morte de um trabalhador em uma das torres da empresa Mantiqueira no Vale das Cancelas. Eu havia feito uma denúncia de que essa empresa, contrariando laudos do Ibama, adentrou o território tradicional. Com certeza, esse trabalhador morreu por falta de segurança, de equipamentos de segurança, e essa ânsia de não esperar esse tempo da pandemia passar faz com que tragédias como essa aconteçam. A gente já falou para essa empresa que não era hora de entrar no território. Houve muito conflito desde a semana passada, há uma situação de conflito, e hoje recebemos a denúncia da morte de um trabalhador. Nós já acionamos o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal para tomar providências contra a empresa e certificar, de fato, o que está acontecendo com a entrada de muitos trabalhadores no território, onde as pessoas estão buscando proteção com relação ao vírus e tentando resistir.

E, por fim, queria falar sobre essas manifestações que estão acontecendo nos Estados Unidos e em várias partes do mundo.

Não é possível mais tolerar o racismo, não é possível mais tolerar brutalidade com vidas humanas, com vidas negras. Vidas negras importam, aliás, todas as vidas importam, mas o nosso foco é com relação às vidas negras, porque, infelizmente, num país e

num mundo que carregam a questão da escravidão, esses resquícios de dominação do branco sobre o negro ainda persistem, e a gente não deve permiti-los. Então vidas negras importam. Estamos juntos para combater todo e qualquer racismo.

Seja você branco, seja você preto, seja você pardo, eu tenho certeza de que vocês não apoiam o racismo e estão junto conosco. Muito obrigada e uma boa tarde!

O presidente – Obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente. Estou falando direto do Jequitinhonha. Boa tarde a todos os colegas deputados e deputadas, ao povo mineiro e ao povo do Vale do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, o primeiro ponto é a minha solidariedade ao povo negro e a minha fala e a minha luta firme contra o fascismo e contra o racismo.

Segundo ponto, Sr. Presidente: muito nos preocupa e temos chamado a atenção do Estado de Minas Gerais, da Secretaria de Saúde, com muito respeito, para a situação da macrorregião de saúde de Teófilo Otôni. Nós já falávamos isso no início da pandemia. Hoje são 269 casos e 11 óbitos. Agradeço o esforço do município, da Defensoria Pública e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Por sinal, queria deixar claro que, esta semana, o Estado depositou, pagou – e queria agradecer por isso – emenda nossa no valor de R\$400.000,00, para que se faça o laboratório na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para dar assistência a toda a região do Jequitinhonha e Mucuri.

Queria agradecer aos Hospitais Santa Rosália, Bom Samaritano e Filadélfia. O Hospital Santa Rosália, por exemplo, Sr. Presidente, com os dois aparelhos que recebeu do governo do Estado, já gastou R\$6.800,00 para colocá-los em condição de funcionamento, inclusive os colegas, os companheiros do Departamento de Engenharia Clínica estão, neste momento, debruçados sobre os outros aparelhos, que, com certeza, precisarão também de complemento.

Quero agradecer à Leninha, a V. Exa., aos outros colegas quanto à questão do lítio e deixar muito bem claro isto: não é uma luta simplesmente do deputado Doutor Jean Freire – talvez por uma questão de pertencimento, e isso nos deixa muito mais entristecidos; deixa-nos, às vezes, muito mais raivosos com essa situação, porque a gente mora e cresceu aqui –, mas é uma questão de todos nós, é uma questão do povo mineiro, é uma questão que esta Assembleia não pode esquecer – são várias questões minerárias, Sr. Presidente. A questão do lítio é soberania; ela é soberania primeiramente do Vale do Jequitinhonha, ela é soberania do Estado de Minas e ela é soberania do Brasil. Imagine, Sr. Presidente, que muito sabão, detergente que se usa neste país tem um pouquinho do Jequitinhonha; imagine que as graxas que são usadas nos carros, nos motores de todo este país têm um pouquinho do Vale do Jequitinhonha; imagine que todas as medicações produzidas neste país que dependem do lítio têm um pouquinho do Vale do Jequitinhonha. Pense bem. Nas questões das baterias há um pouquinho do Vale do Jequitinhonha. Nesta fábrica que vai vir agora, em Juiz de Fora, há um pouquinho do Vale do Jequitinhonha. E que tanto o Vale do Jequitinhonha tem desse montante? Que tanto sobra para o povo do Vale do Jequitinhonha? Então é essa a questão.

Na próxima semana nós realizaremos uma audiência na Assembleia Legislativa, e quero convidar V. Exa. e os outros deputados que aqui vejo também, que debateram essa questão na semana passada, a participar, de alguma maneira, dessa audiência. A gente sabe da restrição do momento, mas nós vamos ter uma audiência pública semana que vem, na Assembleia Legislativa, para debater o lítio. Já solicitamos debate público, e é momento de somarmos força, não é momento de compensar para um lado e para o outro. Outro dia eu vi V. Exa. mesmo comentando antes da reunião, e se colocou muito bem em relação ao tema, colocando vosso mandato também à disposição. Então é momento de todos, todos – Gustavo Santana, V. Exa., eu, Marquinho, de Carbonita, e os outros que estão agora aqui se colocando à disposição – juntarmos força. O que nós temos que nos une nessa defesa da região que menos desenvolve neste Estado de Minas Gerais? Então eu reitero: é uma questão de soberania.

E aqui, Sr. Presidente, para terminar a minha fala, eu quero fazer dois pedidos. Reiterar o pedido já feito, há tempos, ao governo do Estado – desde o outro governo nós solicitamos: o gasoduto. O gasoduto precisa chegar aqui, na nossa região, para que possa inclusive usar o rejeito que existe nesta região, que é muito, para produzir porcelanatos e vidraçaria.

E por último eu quero usar este espaço para, junto de V. Exas. também, pedirmos, solicitarmos aqui, ao vivo, na TV Assembleia, uma reunião com o governo do Estado. Não é para discutir um plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – esse nós já temos, e V. Exa. é conhecedor dele; nós queremos dizer como fazer esse desenvolvimento chegar aqui. É preciso, de uma vez por todas, fazer esse desenvolvimento.

Muito obrigado por sua tolerância, um grande abraço a todos e todas, uma boa tarde.

O presidente – Obrigado, Doutor Jean. De fato somente o esforço coletivo pode proporcionar grandes e importantes realizações para o povo do Vale do Jequitinhonha. Convido agora o querido amigo, deputado Gustavo Santana, para fazer uso da palavra.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos acompanham, uma excelente tarde. Sr. Presidente, minhas falas hoje estão dando sequência à fala deste grande parlamentar, companheiro, defensor do Jequitinhonha, Doutor Jean Freire, de que este é um momento ímpar. Nós temos todos – inclusive V. Exa., como representante também do Jequitinhonha, e os demais colegas – que estar unidos, para fazer com que a voz do Vale seja respeitada.

Então, Doutor Jean Freire, você está de parabéns pela sua luta, pela sua garra de defender o seu Jequitinhonha, que V. Exa. tanto ama, assim como eu também tenho o amor e o prazer de defender esse Vale, pelo qual a minha família trabalhou durante seus 11 mandatos – 10 do meu pai, depois um mandato do meu irmão e agora estou em meu segundo mandato.

Meu pai estudou na cidade de Pedra Azul, no Grupo Pacífico Faria. Então, nós conhecemos bem a realidade do Vale do Jequitinhonha. E nós temos que nos unir a vários pares por uma bandeira de que não somos só nós que representamos – o Vale do Jequitinhonha. Pedimos a compreensão e o apoio dos demais parlamentares, pois assim faremos justiça àquele povo guerreiro, que merece, sim, ser respeitado.

Então, como o Doutor Jean Freire falou, eu convoco a participação de todos na audiência pública – de onde estiverem –, fazendo reunião junto com você, presidente Carlos Henrique, nosso companheiro, para que o Vale tenha uma voz mais forte. Digo aos nossos pares, mesmo os que não representam o Vale: é hora de mostrarmos uma Assembleia unida, para que possamos desenvolver e fazer crescer aquele Vale rico: rico de gente do bem, gente trabalhadora e que merece ser respeitada.

Essa é a minha fala de hoje. Um grande abraço, Sr. Presidente. Um abraço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados.

O presidente – Outro grande abraço, deputado Gustavo Santana. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputadas e deputados, povo mineiro que nos acompanha, servidores da Assembleia Legislativa.

Hoje, eu quero fazer dois destaques em meu pronunciamento, presidente. Primeiro, eu quero destacar a importância da nota feita pelo presidente Agostinho Patrus – mas que representa também a Assembleia Legislativa – a favor da democracia, sinalizando o quão importante é a posição do Estado de Minas Gerais nesse debate e a assembleia, que é esta Casa da representação do povo mineiro, sinalizar a favor da democracia, a favor do povo, a favor do Brasil. Fiquei muito feliz com essa nota. Parabéns ao presidente Agostinho.

Quero destacar também que, ontem, nós iniciamos as audiências virtuais. Houve a primeira audiência da CCJ, da qual sou membro. Tivemos a presença da Defensoria Pública, que fez uma explanação da prestação do serviço, que considerei extremamente

importante. E quero destacar que funcionou muito bem. Alguns deputados estavam presentes na Mesa da audiência, e outros, remotamente, como foi o meu caso, mas foi um debate oportuno.

Tive a oportunidade também de acompanhar outras audiências que aconteceram pela TV Assembleia. E eu acho que, mais uma vez, a Assembleia de Minas sinaliza a capacidade de adaptação a momentos tão difíceis, tão extraordinários, como os que nós temos vivido.

Quero chamar a atenção de todos, pois esta semana nós temos uma data comemorativa extremamente importante, que é o dia 5 de junho. Nós comemoramos, nesta data, o Dia Mundial do Meio Ambiente e o Dia Nacional da Reciclagem. Eu quero fazer esse destaque, porque Minas Gerais, infelizmente, configura-se como o berço dos maiores crimes ambientais registrados no Brasil e até no mundo, que são os crimes de Mariana e de Brumadinho.

E, neste contexto da pandemia, nós temos percebido e conseguido visualizar algumas melhoras no que diz respeito à questão do meio ambiente, porque é a relação da nossa vida com o meio ambiente. Existem alguns estudos, inclusive na Universidade Federal de Juiz de Fora, demonstrando uma melhoria da qualidade do ar, uma produção menor de lixo. Isso tem feito bem à fauna, à flora e aos nossos rios.

Eu acho que fica uma mensagem para a gente: como nós vamos nos organizar pós-pandemia. É possível pensarmos em estratégias de sustentabilidade para equilibrar as nossas relações com o meio ambiente, a qualidade de vida, a qualidade das águas e também a importância de se tratar a reciclagem. A reciclagem é uma forma de conscientizar as pessoas sobre o impacto do lixo, sobre como trabalhamos a coleta. Precisamos melhorar muito, no Estado de Minas Gerais, a questão da coleta seletiva, que, hoje, ainda é muito pouco trabalhada, e a destinação dos materiais recicláveis. A reciclagem é uma alternativa para esse equilíbrio das nossas relações com o meio ambiente.

Eu queria fazer esses destaques e dizer também que Minas tem um centro muito importante, o Centro Mineiro de Referência em Resíduos, que fica aqui, pertinho do meu bairro. A gente tem nesse espaço uma capacidade muito grande para formar pessoas, formar estudantes, prepará-los para a vida com o meio ambiente.

Eu queria aproveitar a semana para destacar e chamar a atenção também para os nossos catadores de recicláveis, homens e mulheres – a maioria mulheres – que lidam com esses produtos e que sabem muito melhor do que cada um de nós a importância desses materiais recicláveis. Eles precisam e merecem uma atenção do nosso governo, inclusive necessitam do pagamento da Bolsa Reciclagem e também dos auxílios emergenciais, neste momento tão difícil.

Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para seu pronunciamento, o prezado amigo deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Boa tarde, presidente, deputado Carlos Henrique; boa tarde, colegas deputados e colegas deputadas.

Presidente, volto aqui com a minha fala para de novo manifestar a minha preocupação com a situação do nosso país, e não seria diferente em relação ao nosso estado, diante do enfrentamento à Covid-19. Essa pandemia não passou, a gente ainda não tem vacina, nós não desenvolvemos os medicamentos para fazermos o enfrentamento dessa doença. E eu estou trazendo essa preocupação porque os dados da Secretaria de Estado de Saúde mostram que já temos aí uma média de ocupação dos leitos hospitalares em Minas Gerais em torno de 70%. Os especialistas recomendam que qualquer flexibilização só pode ser cogitada, discutida, quando você tem uma taxa menor que 65%. Não falo especificamente só dos leitos de UTI, mas, de uma maneira geral, da rede hospitalar, dos leitos hospitalares em Minas. É só olhar os gráficos da própria Secretaria de Estado de Saúde. E continuo insistindo: o Estado tem que ampliar suas testagens e deixar de ser um estado campeão em subnotificação.

Infelizmente, também em nível federal, as notícias não são boas. O Brasil ganhou o título de 4º lugar, mas não é 4º lugar na economia, na educação, na segurança. É o 4º lugar do mundo no número de mortes por Covid-19. Então, isso é muito preocupante, sem dizer que o País não participa de frentes importantes de pesquisas em vacinas e medicamentos.

Outra coisa, presidente, quero destacar – e acho importante dizer – como tem crescido no Brasil o movimento antifascista, o movimento em prol da democracia. Vimos aí, nesta última semana, tanto nas redes sociais quanto em algumas ruas das cidades, as pessoas manifestando a sua preocupação em defesa da democracia e contra o fascismo. Infelizmente a reação do presidente Bolsonaro é a pior possível.

Nesta semana, ele faz a citação de uma frase de Benito Mussolini, que foi um ditador fascista na Itália. E, como se não bastasse, deputado bolsonarista apresenta projeto de lei para considerar como terrorista os grupos antifascistas. Veja a que pontos chegamos! Quem luta contra o fascismo e em defesa da vida, da liberdade, da dignidade humana, poderá ser considerado por um deputado bolsonarista, se sua lei for aprovada, como terrorista, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Bom, essa preocupação está colocada, mas eu vejo que no Brasil está crescendo o movimento em defesa da democracia para salvar o nosso país.

Presidente, quero falar aqui das questões financeiras do Estado. Olhe, hoje, quando você entra lá no Portal da Transparência, para dar uma olhadinha no que o Estado tem de receita e despesa, vê que lá consta uma receita de R\$40.000.000,00, e uma receita, considerando também os restos a pagar, de R\$36.000.000,00. A pergunta que eu faço é a seguinte: tem o Estado R\$4.000.000,00 em caixa? Tendo R\$4.000.000,00 em caixa, será que o Estado não poderia sinalizar e dizer aos servidores quando vai ser o seu pagamento, além dos trabalhadores da saúde e da segurança? Que recurso é esse? O Estado precisava nos explicar isso.

Por fim, quero manifestar aqui a minha indignação com esse movimento de demissão dos contratados da educação. Eu acho um absurdo, num momento de pandemia, com as pessoas já em situação de empobrecimento, com todas as dificuldades econômicas e sociais, o Estado promover a demissão desses trabalhadores. Espero que o Estado volte atrás e negocie com o sindicato, com as lideranças, a manutenção desses postos de trabalho, desses empregos.

Então, presidente, fica aqui o meu registro, fazendo aquele velho apelo: projetinhos nossos importantes para que a Cemig conceda imediatamente a tarifa social, sem precisar que seja feita a inscrição, apenas aplicando o CadÚnico; e também um projeto nosso que propõe que o Estado amplie a testagem para detectar a Covid-19.

Essa é a minha fala no dia de hoje. Parabéns aos colegas deputados pelos projetos que votaremos nesta semana. Um abraço, presidente.

O presidente – Outro abraço, deputado Cristiano. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Boa tarde a todas as deputadas e a todos os deputados e a todos aqueles que estão nos acompanhando.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar também o deputado Agostinho Patrus por dois motivos. Primeiramente não só o deputado Agostinho Patrus, mas também a Mesa diretora da Assembleia pela forma como vêm conduzindo os trabalhos neste momento de pandemia. Já estamos há praticamente dois meses ou mais nas reuniões remotas, podendo fazer um debate sobre as questões que nos afligem e votando importantes projetos de leis, principalmente aqueles que tratam do estado de calamidade pública dos municípios. É muito importante para os municípios poderem ajudar no combate à Covid-19. Segundo, Sr. Presidente, é sobre a nota que foi anunciada pelo deputado Agostinho Patrus em defesa da democracia. O senhor está me escutando bem, presidente? Parece que está congelando aqui.

O presidente – Sim, estamos ouvindo bem.

O deputado Betão – Obrigado. É sobre a nota, em nome da Assembleia, que ele fez repercutir em defesa da democracia, porque, num momento como este que estamos vivendo de pandemia, onde já havia uma crise do capitalismo que foi aprofundada pelo

coronavírus, e ainda temos que enfrentar uma crise política provocada pelo desgoverno Bolsonaro, é realmente lamentável essa situação. A que ponto estamos chegando nas ruas do Brasil, que não é muito diferente do que está acontecendo nos Estados Unidos. Há uma explosão nos Estados Unidos de um combate ao racismo e também uma grande insatisfação contra a política do governo Trump. E agora está tendo um embate de proporções gigantescas. Então, no Brasil e nos Estados Unidos, o povo trabalhador está caminhando junto.

Segundo, Sr. Presidente, gostaria de fazer repercutir uma matéria que saiu ontem no jornal Estado de Minas sobre as regiões de Minas Gerais, sobre o número de casos e mortes em cada região de Minas Gerais e que está sendo apresentada para um grupo de alunos e professores no curso de bacharelado de geografia da Universidade Estadual de Montes Claros. Eu, como geógrafo, tenho feito esta discussão também de que algumas regiões de Minas merecem um cuidado suplementar, porque Minas, depois do Estado da Bahia, é o Estado que tem maior número de fronteiras. Nós temos determinadas regiões que têm um adensamento demográfico muito grande. Então, além da Região Metropolitana, que obviamente é maior, nós temos ali a região do Triângulo e Alto Paranaíba, o Sul e Sudeste de Minas e a Zona da Mata mineira, que fazem divisa com Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul. Essas regiões, ou seja, as áreas urbanas das cidades são muito próximas umas das outras e, além disso, fazem divisa com os estados que têm os maiores casos, os maiores números de Covid-19 no Brasil.

Então, tem que ser dada uma atenção especial. Por isso nós – eu e a deputada federal Margarida Salomão – entramos com uma representação no Ministério Público chamando a atenção do Ministério Público (– Falha na transmissão do áudio.) Justiça. Já tentamos uma discussão com a Secretaria Estadual de Saúde sobre a necessidade do aumento do número de leitos na região próxima de Juiz de Fora, que está aquém daquilo que pode vir a ocorrer, porque ainda não chegamos ao pico da pandemia – ela ainda vai chegar. Está para ocorrer agora, em meados, final de junho.

Por fim, Sr. Presidente, mais uma vez, eu não quero entrar de forma profunda na discussão sobre a fábrica de lítio. Tenho conversado isso com os meus companheiros deputados do Vale do Jequitinhonha. Nós não podemos criar uma guerra fiscal entre Zona da Mata e Alto do Jequitinhonha. Não podemos entrar nesse debate. Esse é o debate dos grandes empresários. Mas acho que a gente tem que procurar entender como essa fábrica... Foi anunciado... Por que em Juiz de Fora e não no Vale do Jequitinhonha, onde estão as grandes reservas de lítio no Brasil e no Estado de Minas Gerais? Nós precisamos aprofundar essa discussão. Espero que, na audiência pública, a gente tenha condições de fazê-la.

E, por fim, é preciso tomar cuidado com as escolas, Sr. Presidente. Quero corroborar aqui a preocupação da Profª. Beatriz Cerqueira, nossa deputada Beatriz Cerqueira, com as condições nas escolas. As escolas são as últimas atividades que podem ser abertas, e, se começarem a levar as pessoas a trabalhar nas escolas, pode acontecer o que ela acaba de anunciar: a presença da Covid-19 nos funcionários do Estado de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, presidente, Carlos Henrique. É um prazer estar com você e com os demais colegas. A minha fala hoje é no sentido de que nós agora já ultrapassamos aquela fase inicial das discussões da Assembleia, uma fase mais focada na urgência extrema, no combate mesmo à epidemia, com as questões de saúde e dos hospitais; e tinha que ser assim: o socorro imediato aos setores mais sofridos, mais vulneráveis, às prefeituras. Mas agora já chegou o momento – e já tenho alertado algumas vezes aqui – de discutirmos também as questões econômicas mais estruturais.

Da minha parte, inclusive, dei entrada ontem em um projeto de lei que faz uma espécie de resumo de tudo aquilo que tenho proposto e discutido nesse sentido. Ele até recebeu um bom número: Projeto de Lei nº 2.019/2020, que trata exatamente das receitas, de como dar solidez e rigidez às receitas do Estado, tentando contornar os gravíssimos problemas que já estão sendo sentidos – e a tendência é que se agravem – e, mais do que isso, de como pensar as soluções mais estruturantes para a retomada do desenvolvimento

e amortização dos impactos da crise econômica, que será séria. Já há algumas previsões de a economia brasileira sofrer uma recessão de até dois dígitos. Ouvi hoje, em uma reunião da bancada do PT, alguns especialistas chegarem a levantar essa hipótese, mas oficialmente já se fala em uma recessão de 6,25%, o que é muito grave, talvez a maior crise desde a de 1929, 1930. Então, nós temos que procurar já a saída para Minas Gerais.

Então, é claro que eu tinha muito mais a contribuir no sentido da economia e das discussões – digamos – de médio e longo prazos, mas é claro que tenho que ter a compreensão de que, em um primeiro momento, o assunto direto é a pandemia, é o que interessa, é o socorro que tem que ser dado a cada setor, a cada segmento. É preciso pensar bem no retorno das atividades econômicas, que é a questão imediata das pessoas; mas agora também tem-se que pensar no futuro que não é distante. A crise econômica já está batendo à porta. O socorro que vem do governo federal ou que vem dessas medidas emergenciais tem um fôlego curto – não tenham dúvida nenhuma disso. Nós temos que andar com as próprias pernas e procurar a maneira mais rápida de atrair – e é um momento bom para isso – as poupanças internas e externas para o investimento produtivo. Aqui, em Minas Gerais, existem recursos abundantes que são difíceis no mundo, e é o momento de buscar parcerias, alavancar os recursos públicos e ir nesse rumo de procurar parcerias do setor de energias, de saneamento, de obras civis, de obras públicas, do meio rodoviário, enfim, de todos os setores para que a economia tenha estímulo e as suas rodas funcionem adequadamente.

É isso o que eu quero dizer, e agora vou dedicar-me com intensidade a isso. Daqui a pouco, teremos também reuniões da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e espero que esse seja um tema que venha agora com muita intensidade aqui, nesta Casa. Eu, de minha parte, coloco-me dentro dessa perspectiva. Tenho certeza de que cada um dos colegas que tem afinidade com o tema – a imensa maioria da Casa – vai trazer a sua contribuição para, quem sabe, fazermos um projeto também na área da recuperação econômica, tal como fizemos para o combate específico do coronavírus.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Voltarei sempre, de agora em diante, a esse tema de maneira insistente, sobretudo como maneira de contribuição para as soluções de Minas.

O presidente – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães pelo tempo cravado de sua fala. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Boa tarde, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todo pessoal que está nos acompanhando nesta plenária.

Sr. Presidente, primeiro trago aqui o meu reconhecimento da importância que a Assembleia Legislativa tem tido quando se posiciona nacionalmente para defender os interesses de Minas Gerais. Ontem, o presidente Agostinho divulgou uma nota em defesa da democracia. Acho da maior importância Minas Gerais se posicionar pelo Legislativo mineiro. Nesse sentido, parabeno o presidente da Assembleia por essa nota, como também pelo posicionamento que a Assembleia Legislativa teve, ao defender os interesses de Minas quando reivindicou as compensações da Lei Kandir. Defendeu os interesses de Minas Gerais.

Hoje, presidente, quando nós vemos os jornais, as notícias são de que, em primeiro lugar, a pandemia ainda não atingiu seu maior pico. Em Minas Gerais, também começa uma expansão muito grande pelo interior. Vejo com muita preocupação os comércios, a economia informal, obviamente de forma legítima, pressionar para que ocorra a abertura dos comércios, para que eles possam desenvolver atividades econômicas, porque essa é uma questão de sobrevivência. Não é um bom sinal porque nós poderemos ter, com a flexibilização, o agravamento da crise de saúde. Mas nós podemos intervir, Sr. Presidente, como a Assembleia tem feito nas questões nacionais, manifestando nosso posicionamento em relação aos pedidos de socorro.

Em primeiro lugar, nós achamos que é insuficiente a ajuda que o governo federal tem dado aos municípios e ao Estado. Em segundo lugar, é importante também que a Assembleia se posicione na defesa das pequenas empresas, porque o crédito não tem chegado às pequenas empresas. Também não tem chegado às grandes empresas. Isso faz com que as empresas demitam trabalhadores e trabalhadoras, o que agrava a situação econômica e social do nosso estado e também do nosso país.

Vejo com preocupação também a situação dos municípios. Trago aqui a postura da Prefeitura de Contagem, sem entrar no mérito, quando ela anuncia e envia para cá um projeto de lei reduzindo o salário dos trabalhadores do Executivo municipal em 10%. Nós estamos vendo o movimento, de acordo com a denúncia da deputada Beatriz Cerqueira, que o Estado inicia um processo de demissão de contratados. Aí a gente já vê iniciativas não só do Município de Contagem como também de vários outros municípios de redução de salários, de atraso de pagamento e também de demissão de trabalhadores e trabalhadoras, o que pode significar um agravamento da crise, não só nas cidades médias e grandes como também nas cidades pequenas. Portanto, a nossa saída ainda é continuar pedindo socorro ao governo federal, tendo em vista que a crise sanitária se agrava, mas não estamos ainda no momento de estabilização do processo de contaminação tampouco de mortes, infelizmente. Eu acho que era importante que a Assembleia se posicionasse com mais vigor, fazendo uma cobrança para defender os interesses de Minas Gerais em relação ao socorro que nós temos de reivindicar do governo federal.

É claro, para concluir, presidente, que essa preocupação que o deputado Virgílio sempre traz é muito pertinente, de discutir projetos que tragam desenvolvimento, que tragam aumento de arrecadação para Minas Gerais. Acredito que são importantes serem discutidos, sim, mas a repercussão desses projetos é em médio e longo prazos, considerando qualquer medida que a gente for tomar.

Por último, presidente, peço agilidade em dois projetos que apresentei e que tratam da questão da mortalidade materna de mulheres grávidas. Então estamos pedindo que esses projetos sejam colocados em pauta o mais rápido possível, para que a gente evite a mortalidade materna e a mortalidade infantil. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Marília Campos. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Glaycon Franco.

O deputado Glaycon Franco – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, demais colegas deputadas e deputados; e boa tarde, distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas mídias sociais.

Sr. Presidente, a minha fala hoje é em relação ao estado de conservação das rodovias que cortam Minas Gerais, em especial, as rodovias da minha região: MGC-383, MG-129 e a BR-482, esta importante BR que liga Minas ao Espírito Santo. Vou trazer alguns dados, para os senhores terem uma ideia, do total desleixo em relação às rodovias. Já fiz inúmeros requerimentos ao DER, e precisamos contar com o apoio desta Casa, neste momento em que precisamos escoar a produção e, além de tudo, dar tranquilidade às famílias porque, o senhor sabe muito bem, que a maioria dos municípios são municípios menores que dependem das cidades-polos para inclusive buscarem o tratamento.

Então trago alguns dados para que as senhoras e os senhores tenham noção da situação. Minas Gerais hoje conta com a 2ª maior rede estadual de rodovias pavimentadas no Brasil, com 27.000km, e tenho recebido, em meu gabinete, reclamações diversas sobre o estado dessas rodovias, principalmente da MGC-383, da MG-129 e sobretudo da BR-482. As pessoas estão enviando fotos de verdadeiras crateras no meio das pistas, um risco muito grande para os motoristas. Essas rodovias são importantes também porque permitem o acesso dos municípios menores da microrregião de São João del-Rei às cidades-polos da microrregião de Barbacena, Congonhas, e também de diversos municípios da macrorregião Centro-Sul, que é a que atende à nossa região, à Conselheiro Lafaiete, onde estamos e já inauguramos um hospital de campanha que atenderá a vários desses municípios.

Dessa forma, um colapso nessas rodovias pode dificultar, ainda mais, a crise que enfrentamos. O tráfego das ambulâncias não pode ser interrompido, principalmente em municípios menores que não possuem hospitais para atender os pacientes da Covid-19, nem pode haver dificuldade para os caminhões que transportam insumos e equipamentos hospitalares retidos em barreiras.

Passado o período das chuvas, as obras de manutenção não tiveram início, e o DER alega contenção de despesas. É necessário também que a produção tenha escoamento correto para os centros de distribuição, evitando desabastecimento e aumento de preços. Segundo a Fundação Ipead, em pesquisa nesta capital, as contas do mês de abril, de 2020, tiveram aumentos de: 28% no preço do feijão, 14% no preço do leite, e 9% no preço do arroz, e tudo isso reflete no interior do Estado. Os preços dispararam nos supermercados e também nos demais estabelecimentos de varejo, e acreditamos que isso se dê também por causa do aumento do

preço do frete. Em janeiro deste ano, a ANTT anunciou a nova tabela de fretes, com aumentos variando de 11% a 15%. A população, neste momento, com a sua renda reduzida, não consegue conviver com preços nesse patamar e já dá sinais de querer fazer protestos nas rodovias, com a interrupção do tráfego.

Ontem, Sr. Presidente, o DER anunciou investimentos de R\$13.500.000,00 em obras de grande porte. São R\$11.000.000,00 somente para a MG-105 e o restante para obras e pontes. Pasmem os senhores! Não anunciou nenhum investimento na manutenção dos trechos críticos das demais rodovias. Já solicitei, insistentemente, intervenção emergencial na BR-482, o que, infelizmente, até o presente momento, não teve início. Com a falta de manutenção, que deve ser feita urgentemente, certamente estamos piorando a condição de nossa população e colaborando para aumentar o preço da cesta básica. Como confirma a Fundação Ipead, estamos constatando o absurdo aumento do preço do tradicional feijão com arroz no prato da nossa gente mineira e dificultando, infelizmente e principalmente, a vida das pessoas que têm maior dificuldade financeira.

Já apresentei, Sr. Presidente, requerimento nesta Casa, no sentido de cobrar do DER um posicionamento sobre a manutenção das rodovias, e conto mais uma vez com o apoio desta Casa e dos meus nobres caros colegas. Tenho insistido direto, Sr. Presidente, com o DER. É um absurdo! Nós não conseguimos manter minimamente a conservação das nossas estradas, e o Estado anuncia novas obras. Então nós temos que ficar atentos a essa situação, porque o momento necessita, e precisamos de rodovias minimamente conservadas.

Então, esta é a minha fala, Sr. Presidente. Obrigado. Um abraço a todos. Boa tarde.

O presidente – Obrigado, deputado Glaycon Franco. Outro grande abraço. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Presidente, quero cumprimentá-lo com uma boa tarde; cumprimentar todos os deputados que nos acompanham também. Nesta data, presidente, eu quero fazer uma abordagem sobre o anúncio do governo do Estado de Minas Gerais, na data do dia 22 de maio, da construção de uma fábrica de células de baterias de lítio em Juiz de Fora, nas instalações industriais da Mercedes-Benz. O investimento está sendo coordenado pela Codemge. Serão aplicados R\$245.000.000,00, e a previsão é que para 2023 sejam produzidas 300 mil células de bateria por ano, podendo chegar a 5 milhões. Todos os deputados que me antecederam abordaram também esse tema, mas o que me traz hoje aqui para fazer a minha manifestação nesta reunião é que todo investimento é bem-vindo, mas deve ser dirigido de acordo com a necessidade do Estado como um todo. Não se pode pensar isoladamente em uma região. Não podemos continuar a concentrar, presidente, os melhores investimentos em áreas já industrializadas e não ajudar a acabar com as desigualdades regionais. Novas empresas e investimentos, deputado Carlos Henrique, eu tenho a certeza que devem ser dirigidos às áreas mais pobres e que mais precisam hoje, aqui, em Minas. Não se trata de criar, como o deputado Betão disse, uma briga entre quem merece e quem não merece. De forma alguma! Defendo que os investimentos, que os recursos públicos têm de ajudar a acabar com os desequilíbrios regionais em Minas Gerais. Temos de aproveitar a oportunidade, deputado, para investir no território mais carente do Estado. E aqui eu quero citar o Vale do Jequitinhonha. A fábrica de baterias do Vale do Jequitinhonha vai beneficiar o Vale do Mucuri, o Norte de Minas Gerais e outras duas áreas pobres que Minas tem. O vale tem 5% da população, e o PIB não chega a 2% do PIB estadual. O Jequitinhonha e o Mucuri têm o mais baixo PIB per capita entre as 10 regiões de Minas Gerais, ou seja, R\$5.200.000,00. Esse quadro, presidente, pode mudar. Com certeza, pode mudar.

O lítio é um metal que serve para a indústria de cerâmica, indústria de vidro, plástico, borracha sintética, ligas de alumínio, graxa, lubrificante, medicamento e também para a fabricação de baterias para automóveis, aviões, tablets e telefones. O lítio, com certeza, é o petróleo do futuro e vai ajudar a substituir os motores à explosão por carros elétricos, e isso hoje já está sendo provado.

Então, presidente, o Vale do Jequitinhonha não pode ser apenas um lugar de onde se tira as riquezas, ele tem, com certeza, que produzir novas riquezas. O senhor, como presidente desta reunião, já se manifestou a respeito, como também outros deputados que me antecederam, no caso também, de forma muito fervorosa, o deputado Jean Freire. Não podemos deixar que o Vale seja apenas

um território de produção de minérios, como foi com o granito e com o diamante, quando deixaram estragos para todo lado do Jequitinhonha.

Em Itinga e em Araçuaí, estão as maiores e melhores minas de lítio do Brasil e do mundo, e o governo e a Codemge precisam levar essas fábricas para o Vale para gerar bons e melhores empregos; levar recursos para as cidades da região e melhorar a vida do povo do Jequitinhonha. Por isso, presidente, o governador de Minas tem que chamar a Assembleia Legislativa de Minas, os deputados federais, os deputados estaduais, os prefeitos, as prefeituras, os vereadores, os empresários e os trabalhadores da região.

Hoje, quero fazer uma sugestão, deputado Carlos Henrique, presidente: temos que chamar a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri e a Unimontes para ajudar a levar a fábrica para o Vale do Jequitinhonha. Vamos pôr as melhores cabeças do Estado, na área do ensino, para pensar e discutir também este assunto.

Se Minas Gerais precisa de investimento, a fábrica de bateria de lítio será um investimento. A fábrica também precisa de Minas e Minas precisa do Jequitinhonha. Por isso, nós estamos aqui fazendo este apelo ao governador do Estado de Minas Gerais, ao vice-governador de Minas, ao secretário de Desenvolvimento: sem o lítio, no Vale do Jequitinhonha, não vai existir fábrica nenhuma. Nada mais justo, mais justo, presidente, que a fábrica venha para o Vale do Jequitinhonha.

Por isso, presidente, eu quero aqui dizer que temos o direito de escolher para onde vai a fábrica, e eu, enquanto deputado votado no Jequitinhonha, estou fazendo um apelo ao governo de Minas, para que essa fábrica de lítio possa ser instalada no Vale do Jequitinhonha, especialmente em Itinga e em Araçuaí.

Quase concluindo, presidente. Levar a fábrica para Juiz de Fora, uma cidade rica, não ajuda Minas Gerais nem o Brasil como um todo. Então, eu peço o apoio de todos os deputados para abrimos um debate sobre qual região do Estado estará a fábrica, e eu, aqui, defendo Minas. Por isso, termino dizendo: faço um apelo ao governo Zema, faço um apelo ao vice-governador Paulo Brant, faço um apelo ao secretário de Desenvolvimento de Minas, Cássio Rocha, para construirmos uma mesa de entendimento e, assim, garantirmos que essa fábrica possa ficar no Vale do Jequitinhonha, para ajudar toda aquela população.

Então, essas são as minhas manifestações. Não havia feito ainda manifestações, mas concordo com todas as manifestações anteriores. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Celinho. Muito importante a sua participação nessa luta em favor do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Presidente, quero cumprimentar o senhor, todos os deputados presentes, a população mineira e todos que nos ouvem.

Eu queria iniciar a minha contribuição, na realidade, dizendo que essa questão da fábrica de lítio não pode ser tratada como disputa territorial. Eu respeito todas as colocações e também defendo o desenvolvimento e a equidade dentro do Estado de Minas Gerais como um todo, mas eu também não posso concordar com a fala do colega, deputado Celinho, que a vinda da fábrica para Juiz de Fora... (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Deputado Noraldino Júnior, caiu a sua comunicação, mas eu vou dar, pelo menos, uns 30 segundos para tentar reestabelecer a sua fala.

O deputado Noraldino Júnior – Melhorou, presidente?

O presidente – Sim, agora sim.

O deputado Noraldino Júnior – Eu queria dizer que eu só não concordo com a fala do deputado Celinho Sintrocel quando ele coloca que a vinda da fábrica para Juiz de Fora não vai contribuir com o Estado de Minas Gerais e com o Brasil. A vinda da fábrica para qualquer parte do Estado de Minas Gerais vai, sim, contribuir com o Estado e vai contribuir com o Brasil. É muito importante que todos nós nos unamos para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Ao contrário do que se pensa – e não estou

aqui fazendo disputa territorial –, Juiz de Fora vem tendo, ao longo dos anos, pela proximidade com o Rio de Janeiro, uma evasão industrial. Então, todos os investimentos que vierem para a cidade de Juiz de Fora serão muito bem-vindos. É lógico que eu defendo e compartilho a luta para que o desenvolvimento chegue a todo o Estado de Minas Gerais. Mas é preciso, como o vereador Betão colocou, que, nessa discussão, sejam colocados os motivos para que a escolha tenha sido a cidade de Juiz de Fora.

Como disse, essa fábrica será muito bem-vinda, e vou estar junto com todos os deputados – os deputados que são votados em todas as partes de Minas Gerais, assim como eu também sou votado – para lutarmos pelo desenvolvimento e pelas condições iguais em todas as regiões.

Sr. Presidente, eu quero contribuir também – está chegando o Dia do Meio Ambiente – com uma reflexão para toda a sociedade mineira e para todos os deputados: quero fazer uma homenagem a todos os funcionários, a todos os servidores do meio ambiente do Estado, aos servidores não só do Estado de Minas Gerais, mas aos servidores municipais – servidores que são lembrados somente em momentos de tragédia, em momentos de escassez dos nossos recursos naturais. É importante lembrarmos que esses servidores são, muitas vezes, os que resguardam a nossa qualidade ambiental. Infelizmente, Minas, pelo sexto ano consecutivo, está no topo do índice de desmatamento no Estado e no Brasil, dentre todos os estados brasileiros. Então, é importante, é um momento de refletir e de valorizar todos os funcionários, que, na maioria das vezes, são criticados quando desempenham a sua função, que é de proteger o nosso patrimônio ambiental.

Sr. Presidente, finalizando, eu quero chamar a atenção de todos os deputados sobre um absurdo que tem ocorrido, eu acredito que não só na cidade de Juiz de Fora, mas em grande parte das cidades mineiras. Sr. Presidente, é sobre as novas placas de veículos. É um absurdo o que estão fazendo com a nossa sociedade. Já não bastasse a nossa crise, hoje uma placa nova, que tem aproximadamente o mesmo custo das placas antigas, aqui em Juiz de Fora, Sr. Presidente, sai de R\$100,00 para aproximadamente R\$300,00, R\$350,00. Só para concluir, Sr. Presidente, é o custo de um par de placas. É um absurdo. Já era para ter sido tomada providência pelos órgãos oficiais, e infelizmente nós estamos vivenciando essa exploração, essa covardia.

E a Assembleia precisa agora se desdobrar sobre esse absurdo, Sr. Presidente. Eu queria contar com a colaboração de V. Exa., que tem um grande respeito da população juiz-forana e de todo o Estado de Minas Gerais, para que nós interfiramos nesse absurdo que está acontecendo em grande parte das cidades mineiras. Sr. Presidente, uma placa custava R\$100,00! Está acontecendo a mesma coisa que aconteceu com aquele kit de primeiros socorros, com os extintores de incêndio. Enfim, faz-se uma alteração, e quem paga por essa alteração é a população em custos absurdos, Sr. Presidente. Então, é preciso agora a Assembleia entrar nessa questão para coibir essa covardia que está sendo feita com a população mineira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Noraldino Júnior.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 3, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/6/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): Votação de Proposições: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Orientações sobre a Votação Remota – Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº

1.740/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.810/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.939/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.989/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.993/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução nº 100/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 42/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.740/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.810/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.939/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.989/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.993/2020; aprovação – Votação de Pareceres de Redação Final: Designação de relator; emissão dos Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 100/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.740, 1.810, 1.939, 1.989 e 1.993/2020 pelo relator; votação nominal e remota dos pareceres; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h4min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

O presidente – Convido as mineiras e os mineiros, e reforço esse chamado também para os parlamentares e a parte técnica desta Casa, para acompanharem, ao vivo, a primeira *live* do projeto Minas Arte em Casa, com a apresentação dos músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, a se realizar na próxima segunda-feira, 8 de junho, às 19 horas, via TV Assembleia e via redes sociais da Assembleia de Minas. O evento é um momento de reconhecimento, por parte do Legislativo, da importância das manifestações artístico-culturais para a sociedade mineira. Lembramos ainda que temos também um edital emergencial aberto, no portal da Assembleia, até dia 9, próxima terça-feira, para que os artistas enviem suas propostas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta..

– Vem à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam seja prorrogado até o dia 10/6/2020 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 1.966/2020, do governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2020.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 4 de junho de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

Orientações sobre a Votação Remota

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação nominal e remota pela plataforma do Silegis, na aba “Votação”, onde o parlamentar deverá inserir a senha da reunião, previamente informada;
- 2) Para cada proposição constante na pauta serão feitas duas chamadas de votação e os parlamentares terão o prazo de 1 minuto para registrarem seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco”;
- 3) Concluído o processo de votação remota de cada proposição pela plataforma do Silegis, não será permitida retificação de voto;
- 4) A presidência informa ao Plenário que os parlamentares podem se inscrever para declaração de voto a partir das 13 horas e 45 minutos do dia da reunião, escrevendo expressamente “declaração de voto” no *chat online*. Será concedida a palavra por até 2 minutos, somente após o término das votações de todas as proposições da pauta.

Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100/2020, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública nos Municípios de Alto Caparaó, Araporã, Arinos, Augusto de Lima, Bambuí, Berizal, Buenópolis, Capetinga, Carrancas, Catuti, Chapada Gaúcha, Coimbra, Divisa Alegre, Dom Cavati, Fernandes Tourinho, Francisco Sá, Grão Mogol, Itapagipe, Jaíba, Japonvar, Joaquim Felício, Ladainha, Lagamar, Lagoa Formosa, Luisburgo, Machado, Montalvânia, Morada Nova de Minas, Nova Era, Olhos-d'Água, Ouro Preto, Papagaios, Passa Vinte, Patis, Paula Cândido, Pavão, Pedro Teixeira, Piranga, Pompéu, Presidente Olegário, Raposos, Rubelita, Santa Rita de Ibitipoca, São Bento Abade, São João do Manteninha, São José do Goiabal, São Tomé das Letras, Tiradentes, Tocantins e Ubaí, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da

Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Resolução nº 100/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020, dos deputados Arlen Santiago e Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos fundos municipais e dos convênios feitos pelos hospitais públicos e hospitais filantrópicos, provenientes de repasses estaduais. Designado relator em Plenário, o deputado Ulysses Gomes solicitou o prazo regimental para emissão de seu parecer. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.740/2020, do deputado Delegado Heli Grilo, que autoriza o reescalamento do horário de funcionamento das instituições públicas estaduais e municipais, para aliviar o impacto do horário de *rush* no sistema de transporte. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.740/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.810/2020, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo prover renda mínima emergencial aos artesãos, em casos de emergência ou calamidade, na forma que menciona. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.810/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.939/2020, do deputado Charles Santos, que dispõe sobre a destinação dos insumos e equipamentos de saúde adquiridos pelo Estado enquanto perdurar a pandemia de covid-19. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.939/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.989/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.279, de 20/7/2006, para assegurar aos internados o direito de receber visitas, nos termos que especifica. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.989/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.993/2020, do deputado Bartô, que dispõe sobre o programa emergencial de fomento à pesquisa em saúde, com o objetivo de fortalecer o combate à pandemia de covid-19. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer de Plenário para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.993/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Cumprimento também o deputado Cássio Soares pelos relatórios aqui apresentados.

A presidência vai submeter as matérias a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Projeto de Resolução nº 100/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Doutor Wilson Batista – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 100/2020. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 42/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes –

Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 66 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei Complementar nº 42/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.740/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 68 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.740/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.810/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.810/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.939/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel

Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.939/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.989/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Guilherme da Cunha.

– Registra “branco”:

Carlos Pimenta.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Votou “não” 1 deputado. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.989/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.993/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém –

Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.993/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relator o deputado Ulysses Gomes para emitir os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 100/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.740, 1.810, 1.939, 1.989 e 1.993/2020. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 100/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.740, 1.810, 1.939, 1.989 e 1.993/2020 foram publicados na edição anterior.

O presidente – A presidência vai submeter os Pareceres de Redação Final a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 100/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Delegada Sheila – João Vítor Xavier – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o parecer. À promulgação.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 42/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 63 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.740/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.810/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 59 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.939/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto

Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.989/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “branco”:

Carlos Pimenta.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.993/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

A presidência cumprimenta e agradece os relatores da tarde de hoje, deputado Cássio Soares e deputado Ulysses Gomes, parabenizando cada um pelo brilhante trabalho realizado. Cumprimenta todos os parlamentares e também, em especial, os deputados Arlen Santiago e Sávio Souza Cruz, pelo projeto de lei complementar aprovado de relevância para a população de Minas Gerais, e também os deputados Delegado Heli Grilo, Doutor Jean Freire, Charles Santos, Dalmo Ribeiro Silva e Bartô pelos projetos de lei que foram aprovados hoje.

Declarações de Voto

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos muito satisfeitos com essa aprovação do Projeto nº 42, que é um projeto que vai dar instrumentos para o combate à Covid, nos hospitais filantrópicos, nos hospitais públicos e também

para os fundos municipais. Com isso aí, nós temos a grande convicção de que estamos contribuindo, e muito. Agradeço muito ao deputado Sávio Souza Cruz, parceiro nesse projeto, e também ao deputado Ulysses, que se debruçou, teve a paciência, assim como a sua assessora Teresa e a sua assessoria, que tiveram muito carinho para conseguir chegar até o final. No mais, quero agradecer muito ao nosso querido governador Romeu Zema, que está buscando recursos para consertar Minas Gerais, esse déficit absurdo que foi feito anteriormente a ele, e também procurando atender com obras. Ontem mesmo foi finalizada a licitação do contorno das duas pistas do Anel Rodoviário Sul, de Montes Claros, que inclusive já tem pontes, mais de 50 anos, mais de 20 mortes. E a promotora Luíza Beraldo trabalhou duro nisso aí. Também estamos lutando muito junto ao governador Zema e junto ao secretário Marco Aurélio, que esteve comigo viajando e também com o senador Carlos Viana, para ver a ligação do Norte de Minas com Brasília, através do asfaltamento de um trecho de 70km, ligando Pintópolis a Urucuaia – acredito que o governador vai nos presentear brevemente com esse trabalho. Essa luta é necessária. Parece que o governador quer trabalhar e quer também fazer aquela ponte tão sonhada no Rio São Francisco, na cidade de São Francisco. Esperamos que o governador, em breve, possa avaliar essas possibilidades com recursos específicos, porque o governador não tira recursos que são para pagar o funcionalismo. Então, se existe algum recurso que seja específico para determinada obra, o governador está recebendo o nosso pleito para que essas obras, de Urucuaia a Pintópolis, a ponte do Rio São Francisco e o Anel Rodoviário Sul, com recursos específicos, possam beneficiar... E aí a gente vê o tanto que o governador quer bem ao Norte de Minas. Também hoje fiz uma live com o Gen. Santos Silva, do Dnit, e com a deputada Grayce... Agradecendo a bancada federal, que já colocou R\$15.000.000,00 de recursos; o governo federal, através do presidente Bolsonaro, também está colocando mais R\$10.000.000,00, e, dia 17 de junho, começa a tão sonhada estrada de Almenara a Salto da Divisa, com sessenta e poucos quilômetros. O governo passado, nos 16 anos de governo federal, não quis fazer esse trecho, e agora o presidente Bolsonaro já está fazendo obras, e o governador Romeu Zema, com recursos específicos, que fique bem claro aqui, já está tentando atender o Norte de Minas e várias outras regiões de Minas Gerais. Um grande abraço.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, Agostinho, boa tarde, deputados. Presidente, antes de declarar o meu voto, eu gostaria de fazer a V. Exa. duas questões de ordem. Na verdade, são dois pedidos que faço a V. Exa. O primeiro deles diz respeito ao fato de que estamos vivendo um momento crescente da Covid, da epidemia de coronavírus em Minas Gerais. O secretário esteve aí há, mais ou menos, há quase um mês, e, naquela ocasião, havia pouco mais de oitocentos casos e pouco mais de vinte mortes, e ainda estava tudo muito incerto. Neste momento, presidente, acho, quer dizer, tenho certeza de que é importante que a Assembleia novamente convide o secretário para que a gente possa ter uma noção do que está acontecendo nessa epidemia em Minas Gerais. Já são 13 mil casos e 328 mortes, e existem cidades que já estão apresentando casos crescentes, como Belo Horizonte, Barbacena, Contagem, Divinópolis, Juiz de Fora, Uberlândia, Ipatinga e várias outras cidades. Então, eu queria pedir a V. Exa., através de requerimento, não na Comissão de Saúde, porque ficaria muito limitado, mas aí em Plenário, nas reuniões de quarta-feira, que a gente convide novamente o secretário, para que ele possa fazer um panorama. O segundo pedido, presidente, é que V. Exa. encabece um movimento junto aos deputados federais e aos senadores de Minas Gerais, para que possam ir a Brasília, fazer uma pressão no Ministério da Saúde, para credenciar os nossos CTIs. Nós temos apenas 55 CTIs credenciados dos 7.500 CTIs do Brasil. E nós temos hospitais que investiram, estão prontos e já estão atendendo os casos de Covid, mas não estão recebendo e não vão receber por esses casos. Então, peço a V. Exa. que entre em contato com os deputados federais, com os senadores, para que a gente possa ter esses leitos credenciados. Por fim, presidente, no dia 15, nós vamos receber aqui, na Comissão de Saúde – aí, sim, na comissão, aí na Assembleia de Minas – o presidente do Cosems, o Sr. Eduardo. Eu já estive com ele, já pedi a ele para que faça um levantamento dos casos de Covid, da epidemia, nas diversas regiões de Minas Gerais. Nós estamos vendo que Uberlândia está passando por uma dificuldade muito grande, assim como Juiz de Fora e algumas cidades da região central, e é importante que a gente saiba o que os municípios estão recebendo, se são suficientes os recursos, o que eles estão fazendo com os recursos do governo federal, do governo do Estado, se falta alguma coisa ou se temos de pressionar para vir mais alguma coisa para eles. Então, são estes os três pedidos que faço a V. Exa.: que convide novamente o secretário de Saúde; que a gente possa fazer uma pressão sobre Brasília, para termos mais CTIs

credenciados; e que nessa data com o presidente do Cosems, dia 15, segunda-feira, às 14 horas, os deputados tragam as suas reivindicações, para que a gente tenha um panorama do que está acontecendo nos municípios mineiros. Muito obrigado, meu presidente Agostinho Patrus.

O deputado André Quintão – Presidente Agostinho Patrus, deputados relatores Cássio Soares e Ulysses Gomes, colegas deputados e deputadas. Eu queria aqui registrar a alegria de termos aprovado, dentre tantos projetos, o PLC, Projeto de Lei Complementar nº 42, que, sem dúvida, fortalece a capacidade de financiamento das ações de combate à pandemia e a seus efeitos, principal e originalmente concentrando recursos remanescentes de saldos de convênios, de transferências não utilizados pelos municípios para a área de saúde, e também agora, com o substitutivo, para a área da assistência social. Eu apresentei emendas nesse sentido estendendo esse benefício ao Sistema Único da Assistência Social. Agradeço ao relator, deputado Ulysses, que acolheu essas emendas. É muito importante que recursos de outras áreas dos municípios, que muitas vezes não são utilizados – o objeto do convênio é cumprido, o recurso sobra ou mesmo os recursos da assistência social não utilizados, paralisados, no caso recursos estaduais – possam ser remanejados e utilizados em ações específicas de enfrentamento da pandemia. Nós temos a estratégia central focada na área da saúde, é lógico, mas os efeitos do isolamento, os efeitos do distanciamento, os efeitos sociais e econômicos da pandemia são muito graves. Então, é importante, sim, atender a área da saúde, assim como atenuar os efeitos, com a área da assistência social. Eu concluo dizendo que esses recursos poderão ser utilizados para auxílios financeiros emergenciais, para benefícios eventuais para públicos específicos, como comunidades indígenas, quilombolas, população de rua, catadores de materiais recicláveis, geração de renda, economia solidária, e também para apoiar entidades sociais de assistência, como asilos e abrigos. Então, eu queria, aqui, registrar a minha alegria, porque recursos não utilizados em municípios, de todas as áreas, com exceção da saúde e da educação, poderão ser remanejados para a assistência social; aqueles que não tiverem sido utilizados, bem como aqueles que, originalmente, estão na assistência social dos municípios para outras finalidades, mas que não foram adequadamente utilizados ou foram utilizados, cumpriram o objeto do convênio e estão paralisados. Então, presidente, será importante, lembrando que tudo isso deverá ser aprovado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, portanto com o controle da sociedade. Muito obrigado.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, nobres colegas, meu boa tarde. É uma satisfação estar aqui, mais uma vez, numa votação esplêndida. Parabênizo todos os autores, desde o nosso querido Dalmo, desde o nosso querido Sávio Souza Cruz, acompanhado do Arlen, e a condução do senhor, que é uma condução firme, presente, mesmo com toda... Cheguei mais cedo e vi, na porta da Assembleia, famílias reunidas trazendo demandas para esta Casa. Inclusive, presidente, já deixamos, a título de sugestão, que o senhor possa apreciar, juntamente aos demais, e que possamos analisar seriamente a possibilidade de suspensão do recesso parlamentar que se avizinha, recesso esse previsto regimentalmente para o mês de julho. Estou para dizer que esta Casa nunca trabalhou tanto como nos dias atuais. Estamos trabalhando on-line, produzindo leis que refletem diretamente na vida das pessoas, mas também estamos na nossa base, fazendo, olhando, ouvindo, construindo. Como exemplo dessa construção, trago hoje um projeto de lei que cria um fundo que permite, autoriza o governo do Estado a criar um auxílio extraordinário para os prestadores de transporte escolar. Ou seja, as aulas estão suspensas, mas os contratos das prefeituras com os respectivos prestadores estão ativos, e esses prestadores, por sua vez, têm os seus funcionários, têm IPVA para pagar, têm as despesas do dia a dia. A nossa ideia é que o Estado permita a antecipação desses serviços, no mínimo 30% de custeio para esses prestadores de serviço. Também trago aqui – isso, ouvindo, no sertão – a necessidade da testagem, que ainda é irrisória no Estado. Um teste, para sair da minha cidade de Januária, chegar até Belo Horizonte e retornar, leva de 7 a 10 dias, e temos um convênio firmado com o Hospital Universitário Clemente de Faria de Montes Claros. Ou seja, um exame que é feito em 12 horas está levando de 7 a 10 dias. Deixo aqui o meu requerimento. Desde o dia 2 de abril, esse convênio foi firmado, mas, até então, a Secretaria de Estado, por meio do secretário Carlos, não deu satisfação, não mandou os insumos necessários para fazer os exames. Reitero, aqui, o meu pedido e deixo as minhas sugestões e os meus parabéns pela condução dos trabalhos.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas parlamentares. Hoje, eu venho declarar o meu voto ao Projeto de Lei nº 1.993/2020, de autoria do deputado Bartô, meu colega do Partido Novo. Inclusive, eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa que vai ser muito relevante para Minas Gerais e para o desenvolvimento dos estudos e das pesquisas de combate à pandemia da Covid-19. Esse projeto estabelece, como uma das diretrizes de atuação da Fapemig, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, pesquisas voltadas para o combate à Covid-19. Então, ele cria essa diretriz de priorização e, da mesma forma, também possibilita uma pluralidade, uma maior flexibilização na possibilidade de destinação desses recursos. Isso garante também uma segurança jurídica para que a Fapemig invista os recursos de pesquisa naquelas pesquisas mais promissoras que possam gerar resultados mais efetivos para a sociedade mineira. Obviamente, nós sabemos que a Fapemig tem a sua autonomia administrativa e financeira, que a definição dos programas de pesquisa também é de autonomia técnico-científica da fundação, através do seu conselho curador, mas esse projeto tem pontos extremamente importantes. E um ponto muito positivo é justamente a desburocratização desse processo que incentiva e melhora a pesquisa, principalmente a relacionada ao combate à Covid-19. Então, o projeto prevê a simplificação de alguns processos para realizar os financiamentos dessas pesquisas através de documentação digital e outras (– Falha na transmissão do áudio.), permitindo, mais uma vez, a desburocratização do fomento à pesquisa de combate à Covid-19, tão importante neste momento em que a gente vive, e mantendo a autonomia técnico-científica da Fapemig para priorizar aquelas pesquisas que vão gerar mais resultado para a sociedade. Então, para concluir, Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, parabenizar o meu colega do Partido Novo, o deputado Bartô, por essa iniciativa que contou com o meu voto e com a unanimidade dos votos dos parlamentares hoje nesta reunião. Muito obrigada.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. Boa tarde, presidente Agostinho Patrus. Mais uma vez, os nossos cumprimentos a V. Exa. Quero primeiramente agradecer a todos os colegas a votação do nosso Projeto nº 1.889. Faço um cumprimento muito especial ao relator, deputado Cássio Soares, estendendo-o aos deputados Raul Belém e Zé Reis, que, no mesmo sentimento de buscar soluções para esse importante tema, também participaram do nosso projeto. Quero agradecer a todos os nossos consultores e colegas. Com certeza, essa norma jurídica será sancionada pelo governador, com soluções principalmente para aqueles que se encontram isolados, para aqueles que se encontram nos hospitais sem comunicação, sem a presença dos seus entes queridos. Foi um momento importante. Nós sabemos hoje da importância de o paciente ouvir a voz do seu ente querido, ver o seu visual, o que dá um ânimo e, conseqüentemente, apoia os momentos difíceis por que estamos passando. É esse o nosso intuito com esse projeto, tão importante para essa pandemia que estamos vivendo, para todos os hospitais. Que eles tenham, acima de tudo, uma presença necessária dos familiares para aqueles que estão impedidos disso. De qualquer maneira, é uma contribuição, sim, que a Assembleia Legislativa está dando a todos, principalmente neste momento difícil que estamos vivendo. No mais, presidente, quero manifestar nossa satisfação e pedir licença também para lembrar ao nosso governador da nossa rodovia MG-290, que V. Exa. conhece, aqui no Sul de Minas. Temos 8 mil veículos passando por ela, de Itajubá à divisa de São Paulo. Então, eu quero aproveitar o ensejo para pedir ao Dr. Fabrício, diretor-Geral do DER, ao Dr. Tadeu, de Itajubá, uma atenção especial para a nossa rodovia MG-290, tão importante para a nossa região. Muito obrigado a todos os colegas, ao nosso relator, aos nossos consultores pela apresentação e aprovação do nosso projeto. Muito obrigado, presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde, presidente. Queria cumprimentar hoje os autores e os relatores dos projetos que aprovamos. Votei a favor, e fica aqui a minha declaração de voto. Mas eu me inscrevi também, presidente, para, além de declarar o voto e deixar aqui registrados esses cumprimentos, tratar de dois assuntos. Em primeiro lugar, manifestar minha solidariedade ao prefeito de Teófilo Otôni. A prefeitura, diante de compreensíveis e democráticos protestos, que qualquer um pode fazer – no caso lá, foi algo que fugiu a esse padrão de normalidade democrática –, foi invadida, de maneira violenta, por aqueles que queriam fazer com que esse ato, de alguma maneira, alterasse a realidade grave da Covid-19, que se aproxima, cada vez mais, da região e invade aquela região. Um caso eu quero até aqui registrar. Conversei com um empresário gravemente atingido pelo isolamento pelo qual a sociedade passa e perguntei a ele o que achava da atitude do prefeito. Ele disse: “Quem está afetando o meu negócio não é o prefeito. O

responsável pelo fechamento, pelo meu prejuízo, é o vírus”. Então fica aqui o recado também para aqueles que pensam que esse tipo de atitude pode alterar alguma coisa. O que a Prefeitura de Teófilo Ottoni está fazendo, como a Belo Horizonte e tantas outras, é agir no combate aos efeitos do vírus, é proteger a população da Covid-19. Portanto, quero aqui me solidarizar com a Prefeitura de Teófilo Ottoni e com a maioria da população, que está aprovando o prefeito. Estamos encaminhando inclusive requerimento a V. Exa. para que a Assembleia Legislativa o aprove. Quero também me somar aqui... Até ia tratar de outro assunto, que é a questão das rodovias, já tratada tão bem aqui pelo deputado Arlen Santiago, mas vou aproveitar esse minutinho restante para me somar ao deputado Zé Reis, que propõe a suspensão do nosso recesso parlamentar. O efeito disso seria a gente ganhar um tempo adicional para a discussão da LDO, que está presente aí. Claro que a LDO vem de uma maneira muito defasada, considerando-se as realidades que se colocam. Já está prevista uma revisão em setembro. Eu acho que não há razão nenhuma para isso e me somo à proposta do deputado Zé Reis, porque creio que, com esse sistema remoto, não faz muita diferença entre haver ou não o recesso. Nós podemos tranquilamente prosseguir, como diz e assegura a Constituição Brasileira, os nossos trabalhos de uma forma talvez menos intensa do que agora; não se impõe um ritmo, então podemos optar por manter os nossos trabalhos durante o período previsto para o recesso.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os colegas e às colegas que estão conosco, aos que nos acompanham pela TV e pelas redes sociais. Mais uma vez, presidente, queria parabenizá-lo pela postura e condução dos nossos trabalhos neste momento tão difícil. A Assembleia não parou. A Mesa tem um mérito muito significativo nisso, e os servidores também. O trabalho que o senhor está fazendo, ontem eu o destaquei aqui, e hoje, na sua presença, quero destacá-lo de novo, ressaltando seus critérios junto com os líderes. Eu acho que estamos no caminho certo e quero parabenizá-lo, presidente, mais uma vez. Acho que o nosso caminho é esse mesmo e acho muito bem-vinda a sugestão do deputado Zé Reis, já que os nossos trabalhos estão rendendo tanto dessa forma. Hoje, presidente, no projeto de resolução, havia três municípios onde tenho expressão em relação a votos: Pavão, São João do Manteninha e, de forma especial, Fernandes Tourinho. Fernandes Tourinho é um município pequeno, está ali no Vale do Rio Doce, bem próximo à região do Vale do Aço, onde houve um crescimento acelerado de Covid, e estamos com o sistema de saúde comprometido, o município já começa a precisar de Governador Valadares. Eu quero até dizer aqui que, com a preocupação com esse crescimento acelerado, a gente já entrou em contato com o governo do Estado, que está fazendo um esforço muito grande para ver a questão da autorização dos leitos de UTI em Governador Valadares, para que o nosso sistema fique pronto para receber mais pessoas. Então agradeço ao governo do Estado esse empenho e o trabalho que vem fazendo nesse tempo de pandemia. Destaco a importância da aprovação de calamidade pública hoje em Fernandes Tourinho. Presidente, hoje todos os projetos foram ótimos, e parabeno todos os autores, de forma especial o deputado Dalmo Ribeiro, cujo projeto facilita a proximidade do paciente que não pode receber visita. Neste momento crítico, a presença de alguma forma é importante. E o do deputado Charles Santos, para que a gente não perca os insumos e equipamentos adquiridos, para que os municípios e hospitais credenciados pelo SUS tenham essa oportunidade após pandemia. Muito bom o projeto, e quero parabenizá-lo também. Amanhã nós comemoramos o Dia do Meio Ambiente, e aí eu queria pedir à Comissão de Meio Ambiente. Nós temos um projeto, já pré-aprovado pela CCJ, que está esperando para ser pautado nessa Comissão de Meio Ambiente. É o Projeto de Lei nº 792/2019, que institui a Política Estadual de Promoção da Reciclagem na Escola, do Sistema Estadual de Educação. É um projeto muito interessante, que facilita muito o trabalho para o meio ambiente, além de ser educativo. E lembrar, com tristeza, que amanhã é o Dia do Meio Ambiente, mas, há 5 anos, a minha região Leste luta para reviver o nosso Rio Doce. Muito obrigada, presidente.

A deputada Marília Campos – Boa tarde, presidente; boa tarde, deputados e deputadas. Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar todos os deputados e as deputadas que apresentaram projetos que foram aprovados. Eu votei “sim” em todos os projetos, e destaco aqui, Sr. Presidente, o projeto que aprovou o estado de calamidade pública nos vários municípios. Também destaco o projeto do deputado Jean Freire, que garante renda para os artesãos em Minas Gerais; e também o projeto apresentado pelos deputados Arlen Santiago e também pelo Deputado Sávio Souza Cruz, que é importante, porque permite transferir saldos dos fundos, para redirecionar para o enfrentamento da pandemia. Então nós temos aí projetos que ajudam a economia informal, e projeto que ajuda os estados e

municípios no enfrentamento à pandemia. Eu trago aqui uma preocupação, e reforço inclusive a necessidade de fazer uma nova audiência da saúde, Sr. Presidente, como foi proposta pelo deputado Carlos Pimenta, talvez até convidando o Ministério da Saúde, porque eu trago aqui um número preocupante. O número que eu trago é que, dos R\$34.400.000.000,00, que o Ministério da Saúde reservou para o enfrentamento à Covid-19, foram gastos apenas R\$8.100.000.000,00, ou seja, 23,6% foram pagos. Como também é a realidade do auxílio emergencial, que hoje é de R\$600,00 e R\$1.200,00, em que 92 milhões de pessoas pobres se inscreveram, e apenas 50 milhões foram beneficiadas pelo auxílio emergencial. E eu diria, para concluir, Sr. Presidente, que são muito importantes as ações governamentais, sejam do governo federal, sejam do governo do Estado, e também do governo municipal, para socorrer as pessoas que precisam de tratamento, para socorrer as pessoas que estão precisando de renda, que estão na informalidade ou perderam seus empregos; e para socorrer as empresas em que também o crédito que foi liberado não chegou. Então é muito importante que a Assembleia Legislativa se posicione neste momento e faça uma cobrança ao governo federal. Porque nós estamos aqui num momento em que o número de infectados aumentou, não só no Brasil, mas inclusive em Minas Gerais; nós estamos num momento em que o número de mortes aumentou também em Minas Gerais e no Brasil; e portanto é fundamental que o isolamento continue. Então, nesse sentido, eu parablenizo, mais uma vez, V. Exa., por estar convencendo todos os deputados e deputadas, e trabalhadores, para que a gente mantenha o isolamento. Mas também precisamos cobrar que as ajudas cheguem a quem precisa. Nós precisamos salvar as vidas; nós precisamos salvar a economia, mantendo o emprego e mantendo a renda. Nesse sentido, as ajudas são fundamentais. Então essas são as minhas palavras, Sr. Presidente, na expectativa de que V. Exa. lidere o movimento em Minas Gerais, para cobrar mais ajuda do governo federal. Obrigada.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas. Boa tarde, toda a população de Minas Gerais que nos acompanha pela TV Assembleia. Sr. Presidente, é com uma certa tristeza que venho declarar o voto contrário ao Projeto de Lei nº 1.989, do colega Dalmo Ribeiro. O colega Dalmo é uma referência de atuação parlamentar para mim. Ele é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça de que eu faço parte. Com ele eu aprendo todos os dias. O projeto, originalmente proposto pelo deputado Dalmo Ribeiro, era de uma sensibilidade muito grande e de uma inteligência para os efeitos práticos da medida da norma também muito grande; era um projeto que, certamente, teria o meu apoio, teria o meu voto “sim”, teria aqui as congratulações pela sua aprovação, mas, infelizmente, Sr. Presidente, foi inserido ao projeto, na última revisão pela qual passou entre o dia de ontem e o dia de hoje, um acréscimo no texto, que me fez opinar contrariamente à sua aprovação. E esse acréscimo foi a determinação de que os serviços de saúde ficam obrigados a justificar, a declarar, por escrito e justificadamente, eventual impossibilidade de o paciente receber as visitas presenciais. É um acréscimo, uma emenda feita, a meu ver, com base na desconfiança: desconfiança sobre os nossos serviços de saúde, desconfiança sobre os nossos profissionais de saúde de que eles poderiam, eventualmente, negar o direito a uma família e a um paciente de receber essa visita, sem que houvesse qualquer justificativa. Mas, mais gravoso do que a questão da simples desconfiança é a burocracia que isso gera. Agora, com a aprovação dessa medida, ficarão os nossos profissionais obrigados a dedicar uma parte substancial do seu tempo para preenchimento de formulários, para preenchimento de justificativas, tempo esse que seria muito melhor aproveitado se eles ficassem na função de saúde, cuidando da população que necessita, cuidando dos nossos doentes, protegendo as vidas. Se imaginarmos um hospital como o Hospital de Campanha do Expominas em sua plena capacidade, cerca de 800 leitos, e tomarmos como média um tempo de 5 minutos, o que me parece razoável para o preenchimento de uma justificativa, a gente pode ter a necessidade de mais de um profissional para ficar exclusivamente por conta de preencher a papelada. Isso, Sr. Presidente, parece-me uma consequência indesejada, que não constava no projeto original e que pode prejudicar a própria assistência à saúde dessa população que tanto necessita. Por essa razão, fui contrário, mas faço questão aqui de parabenizar o autor, deputado Dalmo Ribeiro, um professor que eu tenho nesta Casa, pela sensibilidade da apresentação do projeto original. Aproveito também para parabenizar os deputados que tiveram seus projetos aprovados hoje, com especial menção ao meu colega do Partido Novo, deputado Bartô, com um importante projeto que vai permitir maior eficiência na pesquisa do combate ao coronavírus em Minas Gerais. Sr. Presidente, agradeço pela atenção. Agradeço pela oportunidade de apresentar as explicações. Felicito os parlamentares que

aprovaram os seus projetos. Felicito especialmente o professor Dalmo Ribeiro pela excelente iniciativa que teve. Faço aqui minha justificativa porque acabei votando contrariamente.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Boa tarde aos colegas deputados e deputadas. Presidente, eu estou aqui indignado com as declarações desse canalha – porque não há outro nome – chamado Ciro Gomes, do PDT, que, hoje, deu entrevista no portal UAI com a seguinte retranca da matéria: “Ex-ministro Ciro Gomes, do PDT, acusou o presidente Jair Bolsonaro, sem partido, de estar formando milícias dentro dos quartéis de polícias militares de todo o Brasil para inflamar manifestações pró-democracia nas ruas”. De acordo com Ciro, em entrevista exclusiva ao Estado de Minas, a intenção do grupo é produzir cadáveres com os movimentos previstos para acontecer no próximo domingo. Pelo contrário. Eu quero dizer a esse canalha do Ciro Gomes que bandido da sua espécie é quem fez aquilo lá no Ceará, presidente: o seu irmão jogou uma retroescavadeira em cima dos policiais militares que estavam ali em greve, defendendo a dignidade do seu salário. Então, esse canalha chamado Ciro Gomes falar que Bolsonaro está regimentando milícias dentro dos quartéis das polícias militares do Brasil é um afronto aos policiais militares daqui, de Minas Gerais. E, em razão de Minas Gerais, presidente... Aqui não há milícia, aqui há uma instituição honrada bicentenária que agora, no dia 9 de junho deste ano, completa 245 anos de seu nascimento: a Polícia Militar de Minas Gerais. Então, esse Ciro Gomes tem que lavar essa boca suja, essa boca porca. Ele e toda a sua família. Não aceito, repudio. Porque quem tem esse hábito, essa estratégia ardisosa de querer criar cadáver, criar cenas e criar atos para a imprensa da publicidade é a esquerdopata doentia que existe neste País. Ciro Gomes, canalha, lave essa boca para falar da Polícia Militar de Minas Gerais!

O presidente – Com a palavra, deputado Gustavo Santana. (– Pausa.) Parece que temos um problema com a conexão do deputado Gustavo Santana. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco – Boa tarde, presidente. Obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de parabenizar por todos os projetos aprovados hoje e dizer que os projetos do deputado Hely, do Doutor Jean Freire, do Charles Santos, do Dalmo Ribeiro, do Arlen Santiago e do Sávio Souza Cruz, além do projeto do Bartô, são imprescindíveis. Mas eu quero destacar, presidente, o projeto do Arlen Santiago, do Sávio Souza Cruz e do Bartô. Esses dois projetos visam sacramentar pontos quase que inexistentes ou deficientes no nosso sistema de saúde. É o sistema financeiro, que é subfinanciado. E, que esses fundos parados, esses recursos no fundo municipal, remanescentes de convênio, possam, então, ser utilizados. Essa foi uma ideia brilhante dos dois deputados, os quais enalteço pela solução ao problema de forma efetiva. E enalteço o projeto do deputado Bartô, que visa fazer o que deveria ser feito desde o início, quando surgiu o Sistema Público de Saúde: investir em pesquisa, investir em soluções antes que o problema ocorra. Assim eu me despeço e agradeço, presidente, os 2 minutos concedidos. Muito obrigado.

O deputado Bartô – Presidente, primeiramente agradeço ao meu líder de bloco Gustavo Valadares e ao Sabino pela ajuda na confecção do projeto; bem como ao senhor, presidente, e ao Colégio de Líderes, por possibilitarem que ele fosse votado; e a todos os meus colegas, que votaram por unanimidade a favor do projeto. Pois bem, é o meu primeiro projeto de lei e estou bem satisfeito (– Falha na transmissão do áudio.), um projeto que tem tudo a ver com o nosso mandato. É um projeto que visa diminuir a burocracia nessa pegada de trazer a digitalização ao poder público e facilitar o encaminhamento de documentos via e-mail eletrônico, como também trazer o poder para a iniciativa privada mais presente, para campo de pesquisas junto à Fapemig. Nós falamos bastante que podemos aproveitar muito da iniciativa privada e devemos, até como incentivo, para que ela cada vez mais apoie e ajude a achar soluções. Nesta crise, o que a gente mais discute é exatamente isto: a forma de sair desta crise vai ser através de pesquisas para poder achar a vacina e tratamentos melhores para a Covid, bem como testes para a gente ter a real situação e poder monitorar aqueles que estão infectados. Não é a toa também, no meu mandato, neste tempo de Covid, que a gente encaminhou muita emenda tanto para a parte de pesquisa quanto para a parte de testes. Praticamente 100% da emenda foi pautada para essas duas questões. Sendo assim, presidente, mais uma vez agradeço a todos pelo apoio no projeto e fico feliz por Minas e por eu ter um projeto aprovado. Um abraço a todos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de deixar bem claro aqui, agora, que Minas está atrás, e nós estamos vendo um crescimento nessa maldade, afastando em todas as cidades... Minas Gerais, como outro dia foi falado e a gente debatia, é o Estado que menos teste faz. E aí eu gostaria de, mais uma vez, solicitar ao governo que comece a fazer o teste na população. Nós não podemos ficar da maneira como estamos. As pessoas estão hoje transitando e está crescendo o número, como se está vendo, em Betim, onde não estão averiguando a temperatura, onde não estão passando e colocando a aplicação dos testes rápidos – testes estes para toda a população. Então, quero aqui, Sr. Presidente, solicitar ao governo de Minas, que ainda não colocou para a população, os testes para ver essa maldade toda. Então está na hora de o governo pensar urgente que tem que começar a testar, como todos os estados estão fazendo. Eu recebi o telefonema de um amigo com sintomas que me disse: “Deputado, como eu vou fazer um teste? Não tenho dinheiro. O governo não tem. Ninguém sabe. Nenhum ambulatório pode me ajudar”. Então, eu fico e deixo a solicitação ao governo que comece a abastecer as prefeituras. Quer dizer, abastecer porque, se a gente não começar, vai vir uma avalanche total. Lembro também, Sr. Presidente, que é importante a votação da minha PEC, que isenta nestes últimos dois meses todos os impostos estaduais e municipais. As mulheres estão preocupadas com o pedilúvio, com a água sanitária, matando os germes e estragando os sapatos. É preferível estragar os sapatos, Sr. Presidente, do que deixar os germes entrarem dentro das casas e do comércio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas deputados e deputadas, todo o povo mineiro. Em especial, eu quero cumprimentar os artesãos e as artesãs e agradecer aos colegas deputados por terem aprovado projeto de minha autoria: o PL nº 1.810. Sr. Presidente, eu tenho uma vivência muito próxima dos artesãos do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri e sei da necessidade e das dificuldades pelas quais passam. Eles estão sempre presentes em feiras livres. Mas agora estão sem a presença dessas feiras. Então, agradeço a cada deputado, a cada parlamentar que deu o seu voto nesse projeto. Agora peço ao governador que seja feito esse pagamento de auxílio. Sr. Presidente, eu gostaria também de usar este espaço para repudiar a ação feita por alguns ontem na Prefeitura de Teófilo Otôni, adentrando àquela instituição, levando um caixão até aquela instituição. Olhe, Sr. Presidente, um caixão no dia em que este país bateu um triste recorde do maior número de mortes? É triste isso! É triste! Eu peço a todos. Não é o prefeito de qualquer cidade que seja que está contra a economia. Não é prefeito de qualquer partido que seja que está contra a economia. O nosso inimigo é um só. O nosso inimigo é um só: o vírus. É ele quem está contra a economia. É ele quem está contra a vida. Nós temos que colocar na nossa cabeça, meus irmãos e irmãs, esse vírus causa tão mal ao ser humano, à saúde e é tão letal que está levando a divergências pessoas amigas. Ele já está colocando até a classe médica talvez um contra o outro: quem defende a cloroquina e quem não defende a cloroquina. Então eu quero mais uma vez repudiar essa ação e pedir às pessoas... Não é o prefeito Daniel Sucupira que é o inimigo, não; ele está fazendo tudo que pode para defender a vida das pessoas. Nesta semana, colocamos mais uma emenda parlamentar no valor de R\$400.000,00 para que seja feito um laboratório na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri para testar, testar e testar. Na Alemanha, Sr. Presidente, país que tem o maior número de leitos por milhão de habitantes; na Alemanha, em que há leito de CTIs e que é um dos países mais bem preparados, foi feito isolamento, lá funcionou o isolamento. Então, nós não podemos negar um vírus, nós não podemos negar a letalidade do vírus, nós não podemos negar o mal que ele está fazendo a este país. Eu peço: vamos, meus irmãos e minhas irmãs, vamos ter mais solidariedade, vamos pensar mais no outro. Eu quero deixar um grande abraço a cada morador e a cada moradora da cidade de Teófilo Otôni e dizer a vocês: vai passar; acreditem, vai passar.

O presidente – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Raul Belém. Deputado Raul, parece que seu microfone está fechado. Parece que há um problema de conexão com o deputado Raul Belém. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputadas e deputados. Eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, agradecer aqui também o apoio que recebemos nesta tarde ao projeto de nossa autoria, o Projeto nº 1.939, que, com certeza, traz garantias muito importantes à população de Minas Gerais. Primeiro, o projeto garantirá a destinação dos insumos e

equipamentos que, neste momento de calamidade da pandemia da Covid-19, estão sendo adquiridos pelo governo do Estado. O projeto dará essa garantia, essa certeza da destinação dos equipamentos. Aliás, tivemos a oportunidade, recentemente, de visitar o hospital de campanha montado no Expominas. Ele também dará garantias, Sr. Presidente, nobres deputados e você que nos acompanha pela TV Assembleia, de transparência e do bom uso do recurso público, da boa aplicação do dinheiro público. Esse é um gesto republicano. Ele também dará garantias de mais saúde à nossa população, seja da Zona da Mata, seja do Triângulo Mineiro, seja do Jequitinhonha, seja do Sul de Minas. Eu quero agradecer então aqui, de público, o apoio de cada deputado, de cada deputada que nos acompanhou, que votou favoravelmente a esse projeto; eu quero agradecer também ao relator, deputado Ulysses Gomes; quero agradecer ao Colégio de Líderes e ao presidente Agostinho Patrus também pela sensibilidade de ter pautado esse projeto. Quero agradecer o apoio de todos e dizer que estamos trabalhando a favor de Minas Gerais. Quero parabenizar, por fim, os deputados e deputadas que tiveram seus projetos também aprovados na tarde desta quinta-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputado Charles Santos, e parabéns pelo projeto aprovado no dia de hoje. Com a palavra, neste momento, retornando, o deputado Raul Belém, para declaração de voto.

O deputado Raul Belém – Boa tarde, presidente Tadeu Martins Leite; boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; boa tarde àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. Eu quero fazer um agradecimento ao deputado Dalmo Ribeiro Silva e cumprimentá-lo, juntamente com o deputado Zé Reis, pelo Projeto nº 1.989/2020, que trata da visita remota aos pacientes de Covid-19. Nós tivemos o nosso projeto anexado ao projeto do deputado Dalmo, esse deputado experiente, esse deputado sempre muito atuante e preocupado com o povo mineiro. Este momento é um momento em que nós precisamos ter a sensibilidade e sentir através das pessoas que vivem no dia a dia essa dificuldade dessa doença terrível. Tudo é muito novo para nós. Eu tenho certeza de que esse projeto de lei trará (– Falha na transmissão do áudio.), renovar as forças daquelas pessoas que ficam internadas, que não podem receber visitas, não podem receber uma palavra confortante, uma palavra de força, de fé de um familiar. Agora, através desse projeto, torna-se lei, no Estado de Minas Gerais, o paciente de Covid ter direito a receber visitas por meio remoto. Esses são novos tempos que temos enfrentado. Mas, graças a Deus, temos tido a sensatez, a lucidez, com apoio, com a condição de ouvir o nosso povo, o que é o mais importante, de propor projetos dessa natureza. No mais, quero aproveitar e parabenizar todos os deputados autores de projetos, que tiveram seus projetos pautados nesta reunião e votados pelos demais companheiros. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um grande abraço. Que Deus abençoe a todos.

O deputado Carlos Henrique – Muito bem. Presidente, deputado Tadeu Martins Leite, que, nesta oportunidade, preside a reunião, eu quero manifestar, rapidamente, que tenho aqui, em minhas mãos, todo o plano de desenvolvimento econômico do Vale do Jequitinhonha. O plano de desenvolvimento está aqui. Baseados nesses estudos é que nós temos de discutir o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Isso aqui não é uma falácia. Isso aqui é um plano desenvolvido por técnicos da Fundação João Pinheiro, em parceria com a Cemig. Na audiência pública que teremos aqui, nesta Casa, vamos tratar muito de tudo aquilo que está elaborado neste plano. Ele é muito extenso e profundo. Ele tem ciência, ele tem estudo de profissionais da economia e de várias áreas que visam realmente tirar o Jequitinhonha da dificuldade econômica que existe. Em 2017, presidente, estive pessoalmente na Codemig. Na ocasião, o presidente era ainda o Dr. Marco Antônio Castello Branco. Nós estivemos com representantes de empresas russas, que queriam investir no Jequitinhonha para exploração do lítio e ali gerar 2 mil empregos, construir um hospital oncológico. Eles tinham várias contrapartidas que queriam ofertar ao Estado a fim de explorar o lítio e construir uma planta de desenvolvimento naquela região. Estava nas nossas mãos, presidente. No entanto, o presidente à época, do antigo governo, o Castello Branco, não teve interesse nessa discussão. Ele não teve nenhum interesse. Não passou de uma reunião. Minas Gerais teve ministro da Indústria e Comércio, Minas Gerais teve governador que tinha preferência pelos pobres, Minas Gerais teve uma presidenta que tinha preferência pelos pobres e mineiras, mas o Jequitinhonha, nesse período, ficou do jeito que está. Então não podemos, tão somente agora, colocar uma faca no pescoço do governador e colocar, sob sua responsabilidade, aquilo que não foi feito há décadas no Jequitinhonha. Dessa forma, teremos essa audiência pública que foi assinada por vários deputados votados na região do Jequitinhonha. O assunto é sério, é

muito importante e não vai ficar no esquecimento e tão somente num vídeo, será amplamente debatido numa coletividade e numa unidade de deputados. Aliás, isso foi, de forma muito inteligente e criativa, anunciado pelo deputado Jean Freire, que fez a denúncia e que a trouxe à baila por meio de um vídeo. Vamos tratar, de forma ampla, essa discussão porque nós, por meio dessa unidade de deputados e com a força da Assembleia, vamos mudar essa realidade do Jequitinhonha. Estamos muito incomodados, muito entristecidos com essa decisão da fábrica de se instalar em outra região do Estado já tão industrializada, com uma densidade industrial muito forte: a cidade de Juiz de fora, de que gosto e que amo. Aliás, fui muito bem votado em outras ocasiões na cidade, mas temos que priorizar realmente as regiões mais pobres do nosso estado, e a região, das mais pobres do Estado, é o Vale do Jequitinhonha. Obrigado pela paciência, presidente. Deixo aqui o meu abraço e uma excelente semana a todos os deputados e deputadas. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Henrique. A presidência agradece a todas as deputadas e deputados que participaram de mais essa reunião extraordinária.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de terça-feira, dia 9, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/3/2020

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios (2) do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, publicados no *Diário do Legislativo* em 5/3/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.717/2020, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as políticas de atenção à pessoa com transtorno do espectro do autismo, por ocasião da Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, celebrada na semana do dia 2 de abril;

nº 6.718/2020, dos deputados Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Confederação Brasileira de Futebol por sua colaboração efetiva com a Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais, permitindo que a Seleção Brasileira de Futsal Down represente o País no Mundial de Futsal Down 2020;

nº 6.719/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja averiguada denúncia apresentada pela Associação de Professores do Atendimento Educacional Especializado e Professores Designados de Minas Gerais na 5ª reunião ordinária da comissão, realizada em 10/3/2020, relativa à negativa do Estado de liberar professor de apoio para um aluno com deficiência múltipla matriculado na Escola Estadual Nagib Mahmud Nedir, no Município de Setubinha;

nº 5.359/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada visita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – no Município de Ribeirão das Neves, para conhecer as instalações, as condições de atendimento e os projetos para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos alunos com deficiência intelectual e múltipla assistidos pela entidade;

nº 5.456/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Nossa Senhora das Neves, no Município de Ribeirão das Neves, para avaliar a infraestrutura de atendimento aos alunos com necessidades especiais.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir as Sras. Wilma de Oliveira, ex-diretora de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação; Joana Cançado, tesoureira da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Altismo da OAB/MG e mãe de altista, e Maria Aparecida de Lima, vice presidente da APPMG; e os Srs. Mário de Assis, assessor jurídico da APPMG; Washington Lana, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Altismo da OAB/MG; Gleison Cunha Soares, professor de educação básica da Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, e Daniel Oliveira Figueira, diretor da Escola Municipal Lúcia Viana Paiva, em Santa Luzia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Professor Cleiton.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

A presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, no uso da atribuição que lhe confere o art. 120, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 29/5/2020, os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2020, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o ensino não presencial proposto pela Secretaria de Estado de Educação – SEE.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

O presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, no uso da atribuição que lhe confere o art. 120, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 29/5/2020, os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Elismar Prado e Fábio Avelar de Oliveira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2020, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos da pandemia de covid-19 no esporte especializado e o planejamento de protocolos para o retorno das competições esportivas.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2020.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 120, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 29/5/2020, a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando

Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2020, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2020.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso da atribuição que lhe confere o art. 120, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 29/5/2020, os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2020, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o aumento do abandono de animais durante a pandemia de covid-19 e a necessidade de se implantar uma metodologia específica para as políticas de adoção no Estado.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2020.

Noraldino Júnior, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

Foram recebidas, nos termos do item 3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada na edição de 21/3/2020, as seguintes proposições:

OFÍCIO N° 364/2020

(Correspondente ao Ofício n° 110/2020)

Angelândia, 3 de junho de 2020.

Destinatário: Exmo. Sr. Agostinho Célio Andrade Patrus – D.D Presidente da Assembleia Legislativa de Minas / Belo Horizonte/MG

Remetente: Prefeitura Municipal de Angelândia/MG – Gabinete do Prefeito

Ref: Decreto Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor¹

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19, venho encaminhar-lhe Decreto de Calamidade Pública do Município de Angelândia, a fim de que o mesmo seja avaliado e devidamente homologado.

A priori verifica-se que o Decreto 7.257 de 04 de agosto de 2010 traz os seguintes conceitos de emergência e calamidade pública:

“Art. 2º – Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

(...)

III – situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;

IV – estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”.

Neste sentido, como é sabido e consabido verifica-se a existência de uma situação anormal decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), a qual é idônea a caracterizar Estado de Calamidade Pública.

Não por acaso o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/3/2020, reconheceu a situação da pandemia como calamidade pública em âmbito federal. Do mesmo modo esta Egrégia Assembleia Legislativa reconheceu, por meio da Resolução nº 5.529, de 31 de março de 2020, a situação de calamidade na esfera estadual.

E a situação não foi diferente a nível municipal, vez que a pandemia afetou sobremaneira tanto a situação de saúde pública quanto aos aspectos econômicos e sociais. No caso específico em Angelândia, nada obstante não haver casos confirmados, o Município está enfrentando uma situação extraordinária que compromete a sua capacidade de resposta.

Vale destacar que desde março de 2020 que o Município de Angelândia teve que alterar substancialmente suas políticas públicas, tudo com vistas ao enfrentamento e combate ao Coronavírus. Dentre as alterações se destaca as seguintes medidas:

Suspensão e restrição de serviços e atividades no âmbito do Município de Angelândia a fim de obter níveis de isolamento e distanciamento idôneo a assegurar a proteção dos munícipes;

Instalação de Barreiras sanitárias a fim de evitar a introdução e propagação do coronavírus em Angelândia e região, monitoramento da entrada e saída de veículos na cidade; conscientização da população; aferição de temperatura dos motoristas e passageiros; isolamento dos casos suspeitos;

Distribuição de Cestas básicas para a população de baixa renda, tendo em vista o agravamento da situação de vulnerabilidade com as restrições impostas pela pandemia coronavírus;

Aquisição de produtos da agricultura familiar a fim de mitigar os efeitos da crise e promover o escoamento da produção local;

Aquisição de EPIs e EPCs para os servidores municipais, notadamente os que laboram na área da saúde ou que por qualquer forma estão expostos diretamente ao contágio do coronavírus;

Realização de gastos imprevisíveis com publicidade e campanhas a fim assegurar o acesso de informações essenciais à população, seja quanto às medidas individuais, bem como em relação às medidas que foram adotadas pelo Poder Público Municipal;

Suspensão das aulas, concessão e antecipação de férias, afastamento de servidores do grupo de risco, alteração de horário e modo de funcionamento de repartições públicas municipais; etc.

Aliado a estas medidas verifica se a queda atual e/ou eminente da arrecadação que afeta sobremaneira a já delicada situação dos cofres públicos municipais, notadamente ante a sabida escassez de recursos e o elevado gasto com a manutenção da máquina pública, em especial com a folha de pagamento dos servidores públicos.

Outrossim, não se pode olvidar dos vários casos de coronavírus já confirmados² no âmbito da regional de saúde na qual o Município de Angelândia está inserido, qual seja a SRS de Teófilo Otoni³.

Importante destacar que trata-se no âmbito da regional há mais de 500 mil habitantes, e cerca de 300 casos já confirmados, o que dá uma média de aproximadamente 60 casos por cada 100 mil habitantes. O que implica em um dever de responsabilidade e solidariedade ainda maior por parte de todos os municípios integrantes de tal regional a fim de evitar que o sistema de saúde da SRS entre em colapso.

Portanto, resta patente que diante da situação fática supra narrada, o Município de Angelândia encontra-se extremamente afetado pela pandemia do coronavírus tanto no que tange à saúde pública quanto no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais, configurando-se, segundo os termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto Federal nº 7.257/2010.

Destarte, resta demonstrada a situação anormal capaz de causar danos e prejuízos que implicam o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público municipal. Sendo imprescindível o reconhecimento da situação de calamidade pública a fim de viabilizar ao Poder Executivo do Município de Angelândia alocar os recursos necessários a fim de realizar o devido enfrentamento da crise econômica e de saúde decorrentes da pandemia coronavírus.

Ante o exposto, resta justificado o pleito tendo em vista a necessidade do município ser liberado de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente o previsto no artigo 65, para que sejam tomadas as medidas necessárias para contenção do vírus conforme exposto supra.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipo agradecimentos reiterando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

João Paulo Batista de Souza, Prefeito Municipal de Angelândia.

¹ Exmo. Sr. Agostinho Célio Andrade Patrus, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas – Belo Horizonte/MG

² https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2020/mar_abr_maio/Boletim_Epidemiologico_COVID-19_O2.O6.2020.pdf

<https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/06/01/com-mais-14-casos-confirmados-de-covid-19-teofilo-otoni-chega-a-269-infectados.ghml>

³ <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/page/221-srs-teofilo-otoni-sesmgdecreto>

DECRETO MUNICIPAL Nº 546/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/134/1516134.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 365/2020

(Correspondente ao Ofício nº 025/2020/GAB/MA)

Arapuá, 17 de abril de 2020.

Exmo. Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Arapuá decretou estado de calamidade pública através do Decreto nº 350, de 17 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19.

Assim, submetemos o referido decreto (documento anexo) ao legislativo estadual, visando a ratificação.

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovamos a V. Exa. nossos protestos de elevado apreço.

Cordialmente,

Jão Batista Terto da Cunha, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 350 /2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/126/1516126.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 366/2020

(Correspondente ao Ofício nº 39/2020)

Berilo, 13 de abril de 2020.

Assunto: Comunicado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais do Decreto que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Berilo para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no artigo 65 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Berilo decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 39, datado de 13 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, copia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Lazaro Pereira Neves, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 39/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/68/1515068.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 367/2020

(Correspondente ao Ofício nº 33/2020)

Camacho, 24 de abril de 2020.

Serviço: Gabinete do Prefeito

Assunto: Calamidade Pública

Senhor Presidente:

Em atendimento ao determinado pelo art. 65 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, vimos através do presente encaminhar o Decreto que declarou estado de calamidade pública no município para que seja analisada e ao final aprovada por esta Egrégia Casa Legislativa.

Cientes do recebimento e pronta intervenção de Vossa Excelência no sentido de que sendo apreciado o presente decreto seja o mesmo aprovado e publicado na forma da lei, aproveitamos do ensejo para reiterar votos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Bruno Lamounier Furtado, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 544/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/127/1516127.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 368/2020

(Correspondente ao Ofício nº 35/2020)

Campanário, 14 de abril de 2020.

Assunto: Informação e Solicitação (Faz)

Campanário, 14 de abril de 2020.

Exmo. Senhor Presidente da ALMG,

Cumprimentando-o cordialmente, venho diante do disposto no art. 65, da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Campanário Decretou Estado de Calamidade Pública, conforme Decreto Municipal nº 15 de 14 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Coronavírus – Covid-19.

Para tanto encaminho o supracitado Decreto (em anexo) e solicito a Vossa Excelência que o submeta ao Poder Legislativo Estadual para análise visando a ratificação desse instrumento normativo.

Coloco-me a disposição para mais informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marcondes de Oliveira e Souza, prefeito de Campanário.

DECRETO MUNICIPAL Nº 15/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/128/1516128.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO N° 369/2020**(Correspondente ao Ofício n° 29/2020)**

Conceição da Barra de Minas, 13 de abril de 2020.

Do: Gabinete do Prefeito

Assunto: Solicitamos (faz)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal n° 4.936, datado de 13 de abril de 2020, visando adotar medidas emergências de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto, submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual, visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Altair Alvim, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 4.936/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/69/1515069.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO N° 370/2020**(Correspondente ao Ofício n° 015/2020 – Gabinete do Prefeito Municipal)**

Coração de Jesus, 13 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal n° 31, datado de 13/4/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Robson Adalberto Mota Dias, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 31/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/70/1515070.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 371/2020**(Correspondente ao Ofício nº 014/2020)**

Coroaci, 6 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Coroaci-MG decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal 038, de 20 de março de 2020 editado pelo Decreto 079, de 30 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Para tanto submetemos os supracitados decretos, cópias em anexos, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Emerson de Carvalho Andrade, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 038/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/129/1516129.pdf>

DECRETO MUNICIPAL Nº 079/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/341/1516341.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 372/2020**(Correspondente ao Ofício nº 041/Gab/PMCO/2020)**

Cristiano Otoni, 15 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Levo ao alto e respeitável conhecimento de Vossa Excelência que o Município de Cristiano Otoni, através do Decreto nº 208, de 14 de abril de 2020, decretou situação de calamidade pública no Município, em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratória – Covid-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2-1.5.1.1.0.

Assim, em atendimento ao disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, submeto o referido decreto a essa egrégia Casa Legislativa para ratificação do instrumento normativo editado por esta administração pública municipal.

À disposição para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente.

José Élcio de Rezende, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 208/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/288/1516288.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 373/2020

(Correspondente ao Ofício nº 38/2020)

Curral de Dentro, 15 de abril de 2020.

Serviço: Gabinete do Prefeito

Assunto: Decreto Situação de Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor:

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19, venho encaminhar-lhe Decreto de Calamidade Pública do município de Curral de Dentro, a fim de que o mesmo seja avaliado e devidamente homologado.

Justifico o pleito tendo em vista a necessidade do município ser liberado de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme prevê o artigo 65, para que sejam tomadas as medidas necessárias para contenção do vírus.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipo agradecimentos reiterando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sebastião Alves dos Santos, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 018/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/289/1516289.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 374/2020

(Correspondente ao Ofício nº 28/2020)

Datas, 14 de abril de 2020.

Assunto: Comunicado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais do Decreto que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Datas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Datas decretou Estado de Calamidade Pública, através do Decreto Municipal nº 200, datado de 9 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Informamos ainda, que o Município adotou todas as medidas necessárias para o enfrentamento da emergência em saúde pública, conforme determina a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e sua regulamentação através da Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020.

Ademais, seguimos os termos legais do Decreto Estadual nº 113, de 12 de março de 2020, da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020 e do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Para tanto, consideramos que a situação demandaria o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, e que o isolamento social seria a principal estratégia de proteção e prevenção para a transmissão do Covid-19.

Na oportunidade, reduzimos o expediente de trabalho dos servidores, com restrição de acesso ao público, exceto os serviços essenciais; suspendemos todos os serviços, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas por prazo indeterminado; criamos barreiras educativas na entrada da cidade, com distribuição de panfletos educativos sobre o Coronavírus, onde todos os servidores públicos municipais fazem parte das escalas; intensificamos o consumo de insumos indispensáveis ao trabalho dos profissionais da saúde, a fim de dar-lhes suporte ao atendimento das demandas; colocamos carros de sons educativos sobre a pandemia, circulando nas ruas da sede do Município, bem como nas zonas rurais, dentre outras medidas consideradas relevantes.

Portanto, submetemos o supracitado Decreto, conforme cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Colocamo-nos a disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Gonçalo Valdivino Pereira, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 200/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/130/1516130.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 375/2020

(Correspondente ao Ofício nº 055/Gab/PMDM/2020)

Desterro do Melo, 15 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Levo ao alto e respeitável conhecimento de Vossa Excelência que o Município de Desterro do Melo, através do Decreto nº 016/2020, decretou situação de calamidade pública no Município, em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratória – Covid-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2 – 1.5.1.1.0.

Assim, em atendimento ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, submeto o referido decreto a essa egrégia Casa Legislativa para ratificação no instrumento normativo editado por esta administração pública municipal.

À disposição para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Márcia Cristina Machado Amaral, prefeita municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/290/1516290.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 376/2020

(Correspondente ao Ofício nº 121/2020)

Entre Folhas, 18 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentado-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Entre Folhas decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 011 de 18 de maio de 2020.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo, visando a adoção de medidas emergências de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em nosso município, o que não se pode neste momento, por força dos limites da LRF, em especial as despesas com pessoal e equilíbrio fiscal.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ailton Silveira Dias, prefeito municipal de Entre Folhas.

DECRETO MUNICIPAL Nº 011/2020

– O texto do decreto está disponível no link a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/655/1515655.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 377/2020**(Correspondente ao Ofício nº 055/2020)**

Estrela do Indaiá, 15 de abril de 2020.

Assunto: Informação Faz

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 1.140, datado de 14/4/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Wesley Daniel Ribeiro Araújo, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.140/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/568/1513568.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 378/2020**(Correspondente ao Ofício nº 026/2020)**

Fruta de Leite, 9 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminhamento do Decreto de Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Fruta de Leite decretou estado de calamidade pública através dos Decretos Municipais nºs 013/2020, 014/2020 e 016/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos os supracitados decretos, cópias em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Sem mais, nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marclênio Ferraz da Rocha, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/257/1513257.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 379/2020

(Correspondente ao Ofício: 80/2020)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Guaraciama decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 2098, datado de 14 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Tal medida tornou-se necessária, considerando as dinâmicas do avanço da epidemia no país e no mundo, bem como no Estado de Minas Gerais, o que traz a necessidade de ações emergenciais para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 que poderão comprometer gravemente as finanças públicas e as metas fiscais estabelecidas para o presente exercício, bem como as metas de arrecadação de tributos pela redução da atividade econômica. O que impõe ao Governo Municipal, ante os princípios da precaução, da dignidade da pessoa e da continuidade da prestação dos serviços públicos, tomar as providências cabíveis.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, copia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Rafael Dias Veloso, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.098/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/574/1513574.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 380/2020

(Correspondente ao Ofício nº 026/2020)

Ibiracatu, 17 de abril de 2020.

Ref.: Reconhecimento do estado de calamidade pública no Município de Ibiracatu

Prezado Senhor,

O Município de Ibiracatu, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.477/0001-90, com sede na Rua do Comércio, nº 341, Centro, Ibiracatu, representado pelo prefeito Arlis Soares Coutinho, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, informar que decretou estado de calamidade pública, por meio do Decreto Municipal nº 017/2.020, de 17 de abril de 2020, visando a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19 no âmbito do Município.

Para tanto, submetemos o mencionado Decreto Municipal, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação do nosso instrumento normativo.

Sendo o que se apresenta para o momento, nos colocamos à disposição para mais informações e/ou esclarecimentos que se fizerem necessário e renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Tiago da Cruz Alves, Secretário de administração.

DECRETO MUNICIPAL Nº 017/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/131/1516131.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 381/2020

Ijaci, 9 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 1.635/2020, datado de 8/4/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Fabiano da Silva Moreti, prefeito municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.635/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/260/1513260.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO N° 382/2020**(Correspondente ao Ofício n° 061/2020)**

Ingai, 1º de junho de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto nº – Estado de calamidade pública no município de Ingai

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente

Com nossas cordiais saudações vimos pelo presente, no uso das atribuições conferidas pelo art. 69, XVII da Lei Orgânica do Município, informar a Vossa Excelência e aos seus pares, a publicação do Decreto nº 968 de 1º de junho de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Ingai, em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus – Covid-19.

Assim sendo, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, submete o referido Decreto a Deliberação desta egrégia Casa para que seu art. 1º tenha eficácia.

Rogamos, a sua apreciação e aprovação, com a costumeira atenção e urgência que a medida impõe, na tentativa de minimizar os impactos que a pandemia Covid-19 vem causando na sociedade Ingaiense.

Certo de merecer a atenção e poder contar com o apoio, renovamos os nossos mais elevados protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

João Paulo Leite, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 968/2020

– O texto do decreto está disponível no link a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/656/1515656.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO N° 383/2020**(Correspondente ao Ofício n° 59/2020)**

Itambacuri, 3 de junho de 2020.

Coordenadoria do Gabinete do Prefeito

Assunto: Reiterar resposta ao ofício 540/2020/SGM.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 540/2020/SGM, de 13 de abril de 2020, informamos que respeitando o norteamento do Ministério da Saúde, junto com Organização Mundial da Saúde e Governo do Estado de Minas Gerais, foram baixados os Decretos que seguem anexos para conter o fluxo de pessoas pelas ruas do nosso município, respeitando assim o Plano de Isolamento Social adotado em todo o Estado de Minas Gerais, bem como várias orientações que nos foram encaminhadas através da Secretaria Municipal de Saúde de Itambacuri.

Segue em anexo o Decreto Municipal nº 28, de 19 de maio de 2020.

Cordialmente,

Henrique Luiz da Mota Scofield, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 28/2020

– O texto do decreto está disponível no link a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/876/1515876.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 384/2020

(Correspondente ao Ofício nº 024/2020)

Jordânia, 15 de abril de 2020.

Assunto: Informações presta

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Jordânia decretou Estado de Calamidade Pública em Saúde, através do Decreto Municipal nº 020, de 13 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Para tanto, submeto o supracitado decreto, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual, visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Fico à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

Marques-Uel Meira de Oliveira, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 020/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/576/1513576.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 385/2020

(Correspondente ao Ofício nº 046/2020/Gabpref)

Manga, 13 de abril de 2020.

Assunto: Encaminhamento Faz

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Com os cordiais cumprimentos, encaminho Decreto Municipal nº 016, de 8 de abril de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no âmbito do Município de Manga, para o enfrentamento da pandemia do SARS-Cov-2, causador da doença Covid-19.

O Município está adotando todas as medidas necessárias para proteger a população do vírus causador da Covid-19, com o escopo de desacelerar a taxa de contaminação e evitar o colapso do sistema de saúde.

Com a adoção das referidas medidas será inevitável a desaceleração das atividades econômicas, o que gerará a brusca queda de arrecadação das receitas públicas municipais, em que pese o aumento dos gastos para o combate da pandemia.

Assim sendo, com a queda arrecadatória e gastos adicionais para o combate da pandemia, a possível que não haja o atendimento aos limites previstos na lei de responsabilidade fiscal para gastos e endividamento, de modo que o Município necessita do reconhecimento do estado de calamidade por esta Casa Legislativa para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar 101/2000.

Cumprе ressaltar que o Município de Manga está situado no semiárido mineiro, com distância de 709 quilômetros da capital mineira, trata-se de uma região carente de recursos humanos e financeiros, além de contar com uma estrutura médico-hospitalar precária.

A arrecadação própria do Município é baixa, sendo certo que o Município foi amplamente prejudicado nos últimos anos com a transferência a menor de recursos públicos pelo Estado de Minas Gerais, o que agravou a situação econômico-financeira manguense.

Deste modo, o reconhecimento é imprescindível para que o Município de Manga tenha segurança jurídica para a adoção de todas as medidas necessárias ao combate da pandemia e, por conseguinte, salvas vidas.

Face ao exposto, solicito a Vossas Excelências o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho de que tratam os arts. 9º e 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Joaquim de Oliveira Sá Filho, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/75/1515075.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 386/2020

(Correspondente ao Ofício nº 60/2020)

Martins Soares, 14 de abril de 2020.

Exmo Sr. Presidente.

Venho, respeitosamente, tendo em vista o Decreto Municipal nº 36 de 14 de abril de 2020 que decretou situação de calamidade e emergência em saúde no Município de Martins Soares em decorrência da pandemia global causada pelo Covid-19, encaminha cópia digital do mencionado Decreto para apreciação e aprovação junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que possa surtir seus efeitos necessários conforme LRF.

No aguardo de suas considerações acerca do proposto, registro protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Fernando Almeida de Andrade, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 36/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/132/1516132.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 387/2020

(Correspondente ao Ofício nº 034/2020)

Matutina, 13 de abril de 2020.

Assunto: Comunicado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais do Decreto que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Matutina para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Matutina decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 027, datado de 13 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José Adolfo Ribeiro Junior, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 027/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/523/1513523.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 388/2020

(Correspondente ao Ofício nº 062/2020)

Minduri, 7 de abril de 2020.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 2215/2020, datado de 7 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para maiores informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José Ronaldo da Silva, prefeito municipal de Minduri.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.215/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/291/1516291.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 389/2020

(Correspondente ao Ofício nº 34/2020)

Natércia, 15 de abril de 2020.

Assunto: Declara Calamidade Pública

Serviço: Gabinete

Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Agostinho Patrus Filho,

Vimos por meio deste solicitar o acatamento por meio do Decreto 844/2020, onde fica declarado Estado de Calamidade Pública no âmbito de todo o território do Município de Natércia, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – Covid-19, causada pelo agente Novo Coronavírus.

Sendo só o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Cristiano Antônio Caetano Junho, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 844/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/292/1516292.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 390/2020**(Correspondente ao Ofício nº 20/2020)**

Nova União, 22 de maio de 2020.

Assunto: Decreto de Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Sirvo-me do presente expediente, em observância ao disposto ao artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Nova União decretou estado de calamidade pública através do Decreto nº 1.102, de 8 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Vale lembrar que o Município de Nova União compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte, de modo que o fluxo de pessoas entre a capital e Nova União é intenso, sendo que a referência da microrregião de saúde de Nova União (Caeté) não dispõe de nenhum leito de UTI, razão pela qual as medidas de enfrentamento ao Covid-19 são incalculáveis e na maioria das vezes inesperadas.

Ademais, acresce-se, ainda, as considerações constantes do aludido Decreto, o qual submetemos à apreciação pelo legislativo estadual, visando a retificação do instrumento normativo.

Sendo estas as informações para o momento, renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

Aílton Antônio Guimarães, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.102/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/293/1516293.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 391/2020**(Correspondente ao Ofício nº 031/2020)**

Novorizonte, 15 de abril de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto para reconhecimento de situação de calamidade pública no Município de Novorizonte pelo Poder Legislativo Estadual

Excelentíssimo Senhor,

1 – Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19, vimos encaminhar-lhe Decreto de Calamidade Pública do município de Novorizonte, a fim de que o mesmo seja avaliado e devidamente homologado.

2 – Justificamos o pleito, tendo em vista a necessidade do Município ser liberado de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme prevê o artigo 65, para que sejam tomadas as medidas necessárias para contenção do vírus.

3 – Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos agradecimentos, reiterando protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Árley Costa Mendes, prefeito municipal de Novorizonte.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.022/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/294/1516294.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 392/2020

(Correspondente ao Ofício nº 37/2020 Gabinete)

Olaria, 1º de junho de 2020.

Assunto: Encaminhamento de Decreto de Calamidade Pública do Município de Olaria

Prezado Senhor,

Com pesar que encaminhamos o decreto de calamidade pública, decretada em razão da epidemia do Coronavírus – Covid-19.

Tal medida foi necessária, muito embora tenhamos nos esforçado, aplicando todas as medidas ao nosso alcance para evitar que o vírus chegasse em nosso Município; infelizmente na data de 27 de maio de 2020, tivemos a confirmação dos dois primeiros casos.

Na data de hoje, 1º de junho de 2020, mais dois casos foram confirmados, totalizando 4 (quatro) casos confirmados, 3 (três) suspeitos e 38 (trinta e oito) pessoas em isolamento domiciliar.

Dada a origem epidemiológica da doença, trabalhadores, que apenas residem em Olaria, e têm sua fonte de sustento no Município de Juiz de Fora, estimamos que muitos outros virão, vez que atualmente um ônibus leva aproximadamente 35 (trinta e cinco) trabalhadores todos os dias para uma mesma empresa onde já há o contágio comunitário.

Somando-se a isso os primeiros casos confirmados foram de pessoas assintomáticas, que até o diagnóstico, tiveram contato com muitos parentes, por não ter conhecimento de estar portando a doença.

Muito embora todas as medidas determinando o isolamento e distanciamento sociais tenham sido adotadas por parte da administração municipal, é impossível se barrar o contato familiar.

A população de Olaria, de acordo com o IBGE é de 1.981 (mil novecentos e oitenta e um) habitantes, considerando o atual número de infectados, temos que 0,20% (zero vírgula vinte por cento) da população está entre os confirmados, levando aos números de nosso Estado, temos hoje 10.670,00 (dez mil seiscentos e setenta) casos confirmados para uma população de 20.870.000,00 (vinte milhões oitocentos e setenta mil), equivale a 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), ou seja, atualmente Olaria conta proporcionalmente com quatro vezes mais casos confirmados que todo Estado de Minas Gerais.

E ainda, considerando o número de reprodução de casos (R) de 1,64, no Estado de Minas Gerais, ou seja, cada pessoa infectada espalha a doença para mais 1,64 pessoas, a nossa expectativa é de uma explosão de casos nos próximos dias¹.

Infelizmente muito em breve atingiremos um percentual de casos semelhantes ao de cidades em que a epidemia se alastrou com mais força.

Por esse motivo, rogamos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a aprovação de nosso estado de calamidade pública.

Agradeço desde já a atenção dispensada

Com meus cordiais cumprimentos

Luiz Eneias de Oliveira, prefeito.

¹ De acordo com o estudo da Puc Rio obtido por meio do *site* na internet no link: <https://covid19analytics.com.br/reproducoes/numero-efetivo-de-reproducao-31-de-maio-de-2020/>

DECRETO MUNICIPAL Nº 69/2020

– O texto do decreto está disponível no link a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/877/1515877.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 393/2020

(Correspondente ao Ofício nº 006/2020 – Gabinete do Prefeito)

Padre Carvalho, 9 de abril de 2020.

Assunto: Encaminhamento do Decreto de Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Padre Carvalho decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal 348, datado de 13/3/2020, 349 de 18/3/2020, 350, de 23/3/2020, e 351, de 30/3/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Sem mais, nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

José Nilson Bispo de Sá, prefeito municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 351/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/143/1513143.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 394/2020

(Correspondente ao Ofício nº 52/2020)

Pai Pedro, 13 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19, venho encaminhar-lhe Decreto de Calamidade Pública do município de Pai Pedro, Decreto Municipal nº 286 de 13 de abril de 2020, a fim de que o mesmo seja avaliado e devidamente homologado.

Justifico o pleito tendo em vista a necessidade de o município ser liberado de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme prevê o art. 65, para que sejam tomadas as medidas necessárias para contenção do vírus.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipo agradecimentos reiterando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Eujácio da Soledade Rodrigues, prefeito municipal de Pai Pedro.

DECRETO MUNICIPAL Nº 286/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/133/1516133.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 395/2020

(Correspondente ao Ofício nº 039/2020/gab/pmprg)

Piedade do Rio Grande, 15 de abril de 2020.

Origem: Gabinete do Prefeito

Destino: Assembleia Legislativa

Ref.: Encaminha Decreto de Calamidade Pública

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, valem do presente para encaminhar a V. Exa. para que submeta a apreciação e posterior aprovação dessa augusta casa legislativa, o instrumento legal que decretou Estado de Emergência no município em razão de doença infecciosa viral respiratória – Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus.

Em que pese o já decretado Estado de Emergência no Município, medidas mais austeras são clamadas pela situação de saúde pública que se apresenta.

Isso porque, com a aceleração dos casos confinados da doença na região, faz-se necessário um enrijecimento das medidas de prevenção a doença e a preparação de medidas para uma indesejada porém possível entrada do Coronavírus no município, que felizmente conta somente com casos suspeitos, porém, em cidades circunvizinhas como Barbacena, São João Del-Rei e Juiz de Fora há casos confirmados, esta última, inclusive em considerável número. Isso sem se falar na declaração, em todo o território nacional do estágio de transmissão comunitária do Covid-19, o que culminou com a Declaração do Estado de Calamidade Pública, em especial no Estado de Minas Gerais.

Assim sendo, medidas excepcionais são necessárias e, considerando a iminência do descumprimento de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, em decorrência de despesas imprevistas e da latente queda de arrecadação causada pela restrição de funcionamento das atividades industriais e comerciais.

Pelo exposto, requeremos o reconhecimento da situação de calamidade pública decretado no Município para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Sendo o que nos apresenta, externamos votos de estima e apreço.

Cordialmente,

José Fernandes Neto, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.580/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/296/1516296.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 396/2020

(Correspondente ao Ofício nº 0076/2020)

Pouso Alto, 14 de abril de 2020.

Assunto: Resposta (Presta)

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, à presença de Vossa Excelência, diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o município de Pouso Alto decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 58, de 14 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto, submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Colocamo-nos a disposição para mais informações e/ou esclarecimentos complementares que fizerem necessários.

Sem mais para o momento, resta-me renovar os protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juliano Cláudio da Silva, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 058/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/297/1516297.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 397/2020**(Correspondente ao Ofício nº Gabinete/054/2020)**

Prados, 14 de abril de 2020.

Ref.: Calamidade Pública

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentado-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Prados decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 3.747 de 14 de abril de 2020, visando adotar medidas de enfrentamento da pandemia Covid-19, tais como: suspensão de eventos oficiais e particulares que impliquem aglomeração de pessoas; proibição de funcionamento de atividades esportivas, sociais e culturais em locais públicos ou privados; determinação de quarentena; determinação de adoção de medidas sanitárias e de prevenção à contaminação em prédios públicos, comércios de atividades essenciais em funcionamento e nos veículos de transporte urbano (ônibus, táxi, vans); possível instituição de barreiras sanitárias; contratação temporária de pessoal; aumento de despesas de caráter social para auxiliar as famílias impactadas financeiramente pelo desemprego gerado; auxílios para os pacientes infectados ou vítimas fatais da doença; dentre outros.

Para tanto submetemos o supracitado Decreto, cuja cópia segue em anexo ao Legislativo Estadual, visando à ratificação de nosso instrumento normativo, visto que o reconhecimento amplia a autonomia orçamentária, financeira e administrativa das prefeituras, com a flexibilização das exigências da LRF nos termos do artigo 65 da LRF, especialmente aqueles referentes à despesa com pessoal, atingimento dos resultados fiscais e limitação de empenho.

Além disso, com a decretação da calamidade pública, o município encontra embasamento legal para a abertura de créditos extraordinários nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, permitindo a criação de ações específicas de combate ao Covid-19 e sua execução de forma urgente, sem precisar aguardar o trâmite processual no Poder Legislativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Cordialmente,

Lester Rezende Dantas Júnior, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.747/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/298/1516298.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 398/2020**(Correspondente ao Ofício nº 037/2020/Gab/PGM/RPM)**

Rio Pardo de Minas, 14 de abril de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto de Calamidade Pública

Senhor Presidente,

Ao tempo em que o cumprimentamos, informamos a Vossa Excelência que, nos termos do art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Município de Rio Pardo de Minas decretou estado de calamidade pública, através do Decreto Municipal nº 318, de 8 de abril de 2020, objetivando o enfrentamento da pandemia decorrente do novo Coronavírus – Covid-19.

A declaração de calamidade pública pautou-se sobretudo nas precárias condições estruturais do sistema de saúde do Município, que atualmente conta com apenas uma unidade hospitalar, gerida pela Fundação Coronel João de Almeida, entidade privada, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos para atendimento da população local (aproximadamente 31.000 habitantes), unidade esta desprovida de qualquer Unidade de Terapia Intensiva – UTI para eventuais demandas de pacientes em estado grave ou infectados pelo Covid-19, o que de fato gera grande preocupação aos gestores, tanto do Município quanto da própria fundação, uma vez que o tratamento dos casos de Coronavírus requer a disponibilidade de espaço adequado e acoplado com os respectivos equipamentos, os quais o hospital também não dispõe, além da falta de insumos, materiais de limpeza e assepsia, materiais de procedimentos, medicamentos, recursos humanos, dentre outros, não obstante os investimentos financeiros realizados pelo Município, através de parcerias, conforme se observa do Relatório Circunstancial expedido pela Direção do Hospital Tácito de Freitas Costa, documento anexo.

Some-se a isso o fato de haver no Município grande número de pessoas integrantes do grupo de risco, assim consideradas pela Organização Mundial de Saúde – OMS como idosos (3.880 – acima de 60 anos) e portadores de doenças crônicas (6.017 pessoas), consoante Relatório incluso emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nesse sentido, submetemos o supracitado Decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual, com vistas a ratificação do ato normativo em questão, para os fins no disposto no art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos a disposição para informações adicionais ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius de Almeida Ramos, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 318/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/528/1513528.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 399/2020

(Correspondente ao Ofício nº 044/2020)

Rio Vermelho, 22 de abril de 2020.

Destino: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Origem: Gabinete do Prefeito

Natureza: Reconhecimento da Situação de Calamidade Pública

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O par de respeitosamente cumprimentá-lo, tendo em vista a ampla e urgente necessidade de nosso município em relação ao enfrentamento a Pandemia da Covid-19, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, informar que o Município de Rio Vermelho decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal 30, de 22 de abril de 2020.

Necessário se fez a Decretação de Calamidade Pública devido ao aumento de casos suspeitos em nossa municipalidade, bem como pela falta de estrutura técnica, de EPIs e da falta de condições de atendimento em nossa rede hospitalar na Atenção Primária Municipal.

Sendo assim, possivelmente, será necessário tomar medidas que afetarão as normas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, submetemos o supracitado Decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Sendo o que se apresenta, colocamo-nos inteiramente à disposição para quaisquer novos esclarecimentos.

Por fim, aproveito a oportunidade para agradecer e renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ildemar Vicente de Faria, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 30/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/529/1513529.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 400/2020

(Correspondente ao Ofício nº 050/2020)

Ritápolis, 13 abril de 2020

Serviço – Gabinete do Prefeito

Assunto: Solicitação (faz)

Exmo. Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos informar que o Município de Ritápolis decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 2.359 de 9 de abril de 2020, cuja cópia segue anexa, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Portanto, submetemos o supracitado decreto ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo, para os fins dispostos no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Higino Zacarias de Sousa, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.359/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/47/1513047.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 401/2020**(Correspondente ao Ofício/Gabinete/044/2020)**

Santa Cruz de Salinas, 14 de abril de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto que declara estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa Legislativa, cópia do Decreto nº 013/2019 que declara estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 e dá outras providências.

A decretação da calamidade se deu em razão da inexistência de leitos com respiradores no Município de Santa Cruz de Salinas.

Ademais, tendo em vista a existência de extrema dificuldade para aquisição de equipamentos de proteção individual para servidores municipais, especialmente os da saúde, e os que atuam nas barreiras sanitárias do Município de Santa Cruz de Salinas.

Outrossim, considerando a proximidade com a BR-251, onde transitam milhares de veículos e caminhões, muitos inclusive de regiões onde já há transmissão comunitária de Covid-19.

Por fim, renovo meus votos de elevada estima e destacada consideração.

Aline Teixeira, prefeita municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/530/1513530.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 402/2020**(Correspondente ao Ofício nº 031/2020)**

Santana do Manhuaçu, 4 de maio de 2020.

De: Gabinete da Prefeita

Para: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Assunto: Faz encaminhamento

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossos cumprimentos, encaminhamos a Vossa Excelência o Decreto Municipal nº 17, de 16 de abril de 2020, o qual “Declara Estado de Calamidade Pública no Município de Santana do Manhuaçu, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19”, com fundamento no disposto no artigo 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visando à adoção de medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Destaca-se que o estado de calamidade pública encontra-se justificado na necessidade de adoção de inúmeras medidas emergenciais por parte da Administração Municipal, com vistas à prevenção e combate ao Covid-19, ensejando a realização de diversos gastos com aquisição de insumos, equipamentos e diversos materiais destinados aos profissionais de saúde do Município, bem como à população em geral.

Ainda, tornou-se necessária a realização de obras e reformas em Unidades de Saúde, a fim de adequar ao recebimento dos possíveis casos de Covid-19, de modo a impedir a propagação o agente infeccioso.

Também, cumpre salientar que houve a necessidade de redirecionamento de pessoal e de equipamentos para orientação da população, e de fiscalização dos estabelecimentos comerciais em geral, a fim de evitar a aglomeração de pessoas, impedindo a propagação, tornando-se necessária a contratação de pessoal para realização dessas atividades.

Por fim, em virtude do impacto da pandemia na economia nacional e estadual, há sensível queda de arrecadação, ensejando a adequação das despesas, fato este que tem causado indiscutível desequilíbrio das contas municipais.

Outrossim, segue em anexo relatório sucinto de ações realizadas até o momento pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de adoção de medidas mais drásticas, caso venha ocorrer o diagnóstico de algum caso em nosso Município, ressaltando-se que a ausência de confirmação de caso, até a presente data, decorre justamente da eficácia das medidas adotadas até a presente data, nos termos elencados acima, tornando-se imperiosa também a adoção de medidas preparatórias para enfrentamento do possível agravamento do quadro atual.

Ato contínuo, solicitamos a essa Casa Legislativa estadual a devida apreciação e conseqüente ratificação do Decreto Municipal supracitado, por parte dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, para os fins e efeitos legais.

Confiantes na sensibilidade de Vossa Excelência, bem como dos demais integrantes do Poder Legislativo mineiro, agradecemos desde já pela atenção dispensada.

Por fim, aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência nossos mais elevados protestos de profundo respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,

Rosa Luzia Mendes de Assis, prefeita municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 017/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/513/533/1513533.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 403/2020

(Correspondente ao Ofício nº 019/2020)

São José do Mantimento, 9 de abril de 2020.

Assunto: Informação (Presta)

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 12/2020, datado de 9 de abril de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Cleber da Mata Sabino, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 12/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/78/1515078.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 404/2020

(Correspondente ao nº Ofício: 095/2020)

São Sebastião da Bela Vista, 12 de maio de 2020.

Assunto: Solicitação faz

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, inscrito CNPJ: nº 17.935.370/0001-13, com sede a Praça Erasmo Cabral, nº 334, centro nesta cidade, neste ato representado por seu prefeito municipal o Senhor Augusto Hart Ferreira, residente no Município de São Sebastião da Bela Vista, cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou Situação de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 2.470 de 8 de maio de 2020.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Por fim, agradecendo antecipadamente a atenção de V. Sa., na esperança de êxito no pedido manifestado, desejando na oportunidade, nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

Augusto Hart Ferreira, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.470/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/657/1515657.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 405/2020

(Correspondente ao Ofício nº 117/2020)

Simonésia, 9 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminhamento

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 019, datado de 9/4/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Laerte Augusto de Souza, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/515/79/1515079.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 406/2020

(Correspondente ao Ofício nº 076/2020)

Turmalina, 15 de abril de 2020.

Referência: Decreto de Situação de Calamidade Pública

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos remetendo à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em anexo, o Decreto municipal nº 028/2020, que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Turmalina, em virtude da pandemia do Coronavírus, para os fins previstos no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, tem o presente a finalidade de solicitar a essa egrégia Casa Legislativa o reconhecimento do Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Turmalina, a fim de que produza os devidos efeitos legais almejados.

Informamos, outrossim, que a edição e publicação do Decreto Municipal nº 028/2020, que decreta o Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Turmalina, decorre de uma sequência de medidas adotadas pelo Poder Executivo Municipal que visam o enfrentamento à disseminação do Coronavírus – Covid-19.

Ademais, mister mencionar que o Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto Estadual nº 47.891/2020, reconheceu, da mesma forma, o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19, em todo o território Estadual, tendo sido devidamente homologado pela ALMG, razão pela qual pleiteia-se a apreciação e reconhecimento no mesmo sentido.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossas vivas expressões de estima e real apreço.

Cordialmente,

Carlinhos Barbosa Xavier, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 028/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/299/1516299.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 407/2020

(Correspondente ao Ofício nº 103/2020)

Veredinha, 15 de abril de 2020.

Referência: Decreto de Situação de Calamidade Pública

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos remetendo à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em anexo, o Decreto Municipal nº 823/2020, que declara Estado de Calamidade Pública no Município de Veredinha, em virtude da pandemia do Coronavírus, para os fins previstos no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, tem o presente a finalidade de solicitar a essa egrégia Casa Legislativa o reconhecimento do Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Veredinha, a fim de que produza os devidos efeitos legais almejados.

Informamos, outrossim, que a edição e publicação do Decreto Municipal nº 823/2020, que decreta o Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Veredinha, decorre de uma sequência de medidas adotadas pelo Poder Executivo Municipal que visam o enfrentamento à disseminação do Coronavírus – Covid-19.

Ademais, mister mencionar que o Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto Estadual nº 47.891/2020, reconheceu, da mesma forma, o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19), em todo o território Estadual, tendo sido devidamente homologado pela ALMG, razão pela qual pleiteia-se a apreciação e reconhecimento no mesmo sentido.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossas vivas expressões de estima e real apreço.

Cordialmente,

Edilson Nunes de Araújo, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 823/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/300/1516300.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

OFÍCIO Nº 408/2020

(Correspondente ao Ofício Gab/PMVG nº 076/2020)

Do: Prefeito Municipal de Volta Grande

Jorge Luiz Gomes da Costa

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o MUNICÍPIO decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 2.152, datado de 31/03/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Jorge Luiz Gomes da Costa, Prefeito de Volta Grande.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.152/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/516/301/1516301.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

PROJETO DE LEI Nº 2.039/2020

Altera a Lei nº 23631, de 02/04/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus, e da outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – - Acrescente-se a alínea g, ao inciso I do Art. 12 da Lei nº 23.631, de 02 de abril de 2020.

“Art. 12 – (...).

I – (...)

g – Prestadores de Serviço do Transporte Escolar remunerados pelo Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2020.

Raul Belém (PSC)

Justificação: O objetivo desta proposição é alterar a Lei nº 23.631, de 02/04/2020 para incluir os prestadores de serviço do transporte escolar entre o grupo de pessoas a serem amparados em ação conjunta do Estado e do Município com a percepção de renda mínima emergencial e temporária, com vistas a garantir as condições de sobrevivência, segurança alimentar e higiene necessárias à prevenção da Covid-19. Ressaltamos ainda que os profissionais que prestam serviço de transporte escolar são em sua maioria são trabalhadores individuais ou pequenos empresários e que diante da paralisação das aulas da rede estadual de educação tiveram também a sua renda paralisada, e conseqüentemente estão passando necessidade de sobrevivência, uma vez que por força contratual recebem a sua remuneração mediante o serviço prestado.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

PROJETO DE LEI Nº 2.040/2020

Acrescenta os incisos III e IV ao art. 15 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 15 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, os seguintes incisos III e IV:

“Art. 15 – (...)

III – suspender os serviços de remoção, depósito e guarda de veículos em razão da falta de recolhimento de tributos enquanto perdurar o estado de calamidade decorrente da pandemia de Covid-19, sem prejuízo da lavratura do auto de eventual infração cometida pelo condutor ou proprietário do veículo submetido à fiscalização pelos órgãos estaduais de trânsito;

IV – permitir, mediante requerimento do proprietário, a liberação de veículo removido a partir de 20 de março de 2020 em razão da falta de pagamento de tributos, resguardado o pagamento dos custos de remoção e estadia.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2020.

Leonídio Bouças (MDB) – Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Elismar Prado (Pros) – Raul Belém (PSC).

Justificação: Em razão da pandemia de Covid-19, é dever do Estado tomar medidas que dificultem a disseminação da doença, e dentre essas medidas, é importante promover a diminuição da aglomeração de pessoas no transporte público. Entretanto, restringir a circulação de pessoas pode acarretar diversos transtornos para população, principalmente para os trabalhadores dos serviços essenciais e para as famílias que, em razão da crise econômica, não podem deixar de se locomover diariamente para trabalhar. Nesse sentido, a aprovação do projeto de lei ora proposto pode garantir o direito de ir e vir dos cidadãos que necessitem se locomover, sem colocar em risco toda a população.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

REQUERIMENTOS

Nº 5.744/2020, do deputado André Quintão, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Betão, Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire, das deputadas Leninha e Marília Campos e dos deputados Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja assegurado à Polícia Militar em Teófilo Otôni atuar, nos limites constitucionais e legais, para apoiar as autoridades locais em suas ações de combate à pandemia de covid-19, considerando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece que governadores e prefeitos têm legitimidade para definir quais são as atividades essenciais, que não ficam paralisadas durante a epidemia, bem como para definir regras de isolamento social. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no Diário do Legislativo do dia 21/3/2020.)

Nº 5.748/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que anule de imediato e torne sem efeito a Portaria nº 8, publicada pelo Sr. Washington Souza Filho, delegado de Polícia designado para responder pelo expediente da 1ª Delegacia Regional, em Teófilo Otôni, uma vez que tal portaria, contrariando o disposto no art. 76 e no item II.3 do Anexo II a que se refere o § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 129, de 2013, designa investigadores de polícia para, em desvio de função, prestarem serviços como escrivães *ad hoc*. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no Diário do Legislativo do dia 21/3/2020.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 871/2020

Do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.272/2019, de sua autoria.

REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE

Requerimento Ordinário nº 871/2020, do deputado Betinho Pinto Coelho, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.272/2019, que aguarda parecer em comissão.

A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os seguintes requerimentos:

- Requerimento nº 5.719/2020, do deputado Betão;
- Requerimento nº 5.728/2020, do deputado Betinho Pinto Coelho;
- Requerimentos nºs 5.729 a 5.737 e 5.742/2020, do deputado Carlos Henrique;
- Requerimentos nºs 5.739 e 5.740/2020, do deputado Doutor Paulo;
- Requerimento nº 5.743/2020, do deputado Gustavo Mitre
- Requerimento nº 5.744/2020, do deputado André Quintão, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Betão, Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire, das deputadas Leninha e Marília Campos e dos deputados Marquinho Lemos e Ulysses Gomes;
- Requerimento nº 5.748/2020, do deputado Sargento Rodrigues; e

– Requerimento nº 5.749/2020, do deputado Zé Reis.

Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 4/6/2020, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Antônio Joaquim da Silva, Joziel Nunes Rodrigues e Claudimar Basílio da Silva, vereadores da Câmara Municipal de Frutal, encaminhando cópia de representação aprovada nessa casa solicitando seja apurada a necessidade de declaração de calamidade pública nesse município. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Eduardo de Castro Amorim, coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópia de ofício da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público em que se solicita o sobrestamento da tramitação de proposições legislativas que envolvam interesse dos servidores do Ministério Público do Estado durante a pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Flávio Roscoe Nogueira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, manifestando a posição contrária da entidade à aprovação do Projeto de Lei nº 1.906/2020, que veda a inscrição em cadastros restritivos de crédito dos consumidores que estejam inadimplentes junto às concessionárias de serviços públicos essenciais, as operadoras de telefonia e de TV por assinatura, durante a pandemia de covid-19. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Guilherme Galvarros Bueno Lobo Ribeiro, coordenador-geral substituto do Programa de Pesquisa em Saúde do CNPq, comunicando a edição do segundo termo aditivo ao Convênio nº 837584/2016, celebrado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, solicitando o empenho da Casa junto ao governo do Estado para que seja feito o pagamento das férias-prêmio dos policiais civis aposentados. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Josiane Lúcia de Almeida da Silva, presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, encaminhando requerimento aprovado nessa casa em que se solicita a intercessão desta Casa junto aos deputados federais e senadores da República por Minas Gerais para que aproveem a destinação total ou parcial dos recursos dos fundos eleitoral e partidário para o enfrentamento da pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Paulo Afonso Vieira Júnior, diretor de Orçamento e Finanças substituto do Ministério do Desenvolvimento Regional, comunicando a liberação de recursos referentes ao cronograma de desembolso do Convênio/Cadastro Siafi nº 1AAAHR. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – Recivil – solicitando não seja atribuída urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 1.931/2020, do Tribunal de Justiça, e apresentando argumentos contrários a sua aprovação. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Aida Iris de Oliveira, diretora de Gestão Interna da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.454/2020, do deputado Gil Pereira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.197/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Dario Savarese, cônsul da Itália em Minas Gerais, agradecendo manifestação de pesar, formulada por esta Casa, pelo falecimento de italianos vítimas da covid-19, em atenção ao Requerimento nº 5.571/2020, da deputada Rosângela Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Edelves Rosa Luna, secretário de Estado adjunto de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.386/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Edelves Rosa Luna, secretário de Estado adjunto de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.191/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Edelves Rosa Luna, secretário de Estado adjunto de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.391/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo Leipnitz Ene, secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.207/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.499/2020, do deputado Bosco e outros. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 371/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.045/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.070/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.824/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.187/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.871/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.041/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.027/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.000/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.999/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.177/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexem-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.224/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.941/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.029/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.627/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.298/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.300/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.316/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.302/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.379/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.375/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.376/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.468/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.377/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.047/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.061/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.032/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.043/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.861/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.870/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.912/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.915/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.927/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.954/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.399/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.400/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.396/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. José Geraldo Saldanha da Fonseca, corregedor-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 689/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.503/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Sérgio Augusto de Queiroz, secretário Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.299/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.141/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/6/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antonio Claudio Debs de Oliveira, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Karina Alves Araujo, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô.